

Organizadores

Ivo da Costa do Rosário

Táisa Peres de Oliveira

DESCRIÇÃO
FUNCIONAL
DO **POR**
TU
GUÊS

TEORIA E ENSINO

Organizadores
Ivo da Costa do Rosário
Taísa Peres de Oliveira

DESCRIÇÃO
FUNCIONAL
DO **POR**
TU
GUÊS
TEORIA E ENSINO



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

Conselho Editorial da UFMS

Resolução nº 57-COED/AGECOM/UFMS,
de 17 de agosto de 2021.

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (Presidente)

Ana Rita Coimbra Mota-Castro

Além-Mar Bernardes Gonçalves

Alessandra Regina Borgo

Antonio Conceição Paranhos Filho

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

Cristiano Costa Argemon Vieira

Delasnieve Miranda Daspert de Souza

Elisângela de Souza Loureiro

Elizabeth Aparecida Marques

Geraldo Alves Damasceno Junior

Marcelo Fernandes Pereira

Maria Lígia Rodrigues Macedo

Vladimir Oliveira da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Descrição funcional do português [recurso eletrônico] : teoria e ensino / organizadores, Ivo da Costa do Rosário, Taisa Peres de Oliveira – Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2022.

Dados de acesso: <https://repositorio.ufms.br>

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-86943-67-2

1. Língua portuguesa – Gramática. 2. Língua portuguesa – Estudo e ensino. 3. Gramática comparada e geral – Gramaticalização. 4. Funcionalismo (Linguística). I. Rosário, Ivo da Costa. II. Oliveira, Taisa Peres de.

CDD (23) 469.5

Bibliotecária responsável: Tânia Regina de Brito – CRB 1/2.395

Organizadores
Ivo da Costa do Rosário
Taísa Peres de Oliveira

**DESCRIÇÃO
FUNCIONAL
DO PORTUGUÊS:
TEORIA E ENSINO**

Campo Grande - MS
2022



© dos autores:
(Orgs.) Ivo da Costa do Rosário
Taisa Peres de Oliveira

Comissão Editorial
Carlos Alexandre Victório Gonçalves (UFRJ)
Cléber Alves de Ataíde (UFRPE)
Cristina dos Santos Carvalho (UNEB)
Diego Leite de Oliveira (UFRJ)
Diogo Oliveira Ramires Pinheiro (UFRJ)
Edair Maria Córksi (UFSC)
Edson Rosa Francisco de Souza (UNESP – S. J. Rio Preto)
Eduardo Penhavel de Souza (UNESP – S. J. Rio Preto)
José Romerito Silva (UFRN)
Lachlan Mackenzie (VU Amsterdam)
Lauriê Ferreira Martins Dall’Orto (UFJF)
Lilian Vieira Ferrari (UFRJ)
Magda Bahia Schelee (UERJ)
Márcia dos Santos Machado Vieira (UFRJ)
Marcos Wiedemer (UERJ)
Maria da Conceição Paiva (UFRJ)
Mária Jussara Abraçado de Almeida (UFF)
Natal Simões Neto (UEFS)
Norma da Silva Lopes (UNEB)
Norma Barbosa Novaes Marques (FACERES)
Paulo Henrique Duque (UFRN)
Roza Maria Palomanes Ribeiro (UFRJ)
Sanderleia Roberta Longuin (UNESP – S. J. Rio Preto)
Sandra Pereira Bernardo (UERJ)
Solange Coelho Vereza (UFF)

1ª edição: 2022

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica
TIS Publicidade e Propaganda

Revisão
A revisão linguística e ortográfica é de responsabilidade dos autores

Direitos exclusivos para esta edição



Secretaria da Editora UFMS - SEDIT/AGECOM/UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº | Bairro Universitário | Campo Grande - MS | 79070-9000
(67) 3345-7203 | sedit.agecom@ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-65-86943-67-2
Versão digital: maio de 2022



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais. br.creativecommons.org

SUMÁRIO

- 1. O sistema de conjunção em resumos acadêmicos do PB:
uma perspectiva semântico-discursiva com base
na teoria sistêmico-funcional**
Ricardo José Alves (UFMG)
Monique Vieira Miranda (UFMG)
Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira (UFMG)..... 11

- 2. Recategorização de preposições em conjunções:
uma análise em orações adverbiais reduzidas**
Marta Anaísa Bezerra Ramos (UEPB)
Camilo Rosa Silva (UFPB) 38

- 3. Trajetória de gramaticalização do item lexical *vista* até os itens
gramaticais *tendo em vista* e *tendo em vista que***
Marcelo Módolo (USP)
Alfredo Vital Oliveira (USP)..... 72

- 4. Ênfase assinalada por *mas* na perspectiva da Gramática
Discursivo-Funcional**
Erotilde Goreti Pezatti (UNESP - SJRP)
Talita Storti Garcia (UNESP - SJRP) 91

- 5. Estratégias discursivas das posições restritivas no português escrito**
Roberto Gomes Camacho (UNESP - SJRP)
Monielly Cristina Saverio Serafim (UNESP-SJRP) 111

- 6. Construções justapostas de base verbal - uma análise funcional
centrada no uso**
Ivo da Costa do Rosário (UFF)
Thais Alessandra Souza Cardoso (UFF)..... 140

**7. Usos das construções adverbiais qualitativas com
-mente e com *prep+sn***

Deise Cristina de Moraes Pinto (UFRJ)

Ester Moraes Gonçalves (UFRJ) 161

8. Afixoides espaciais em construções do Português.

Mariangela Rios de Oliveira (UFF) 189

9. O sistema de voz no Português Brasileiro e o seu ensino

Deborah Magalhães de Barros (UEG)

Leosmar Aparecido da Silva (UFG) 217

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresentamos a coletânea *Descrição Funcional do Português: Teoria e Ensino* a toda comunidade acadêmica. A obra é fruto das discussões que aconteceram no contexto do Encontro Nacional da ANPOLL (27-29 de junho de 2018, UFMT), quando o GT *Descrição do Português* decidiu pela publicação de uma obra com a finalidade de divulgar resultados dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos seus integrantes no âmbito de seus respectivos programas de pós-graduação. A coletânea que apresentamos faz uma incursão por dois caminhos distintos, mas complementares: um que considera a descrição linguística no paradigma funcional da linguagem, revelando aspectos do português em função; outro que, partindo das explicações de base funcionalista, procura construir reflexões que se voltem ao ensino de língua materna.

Os nove capítulos que compõem essa obra revelam múltiplas possibilidades de tratamento da linguagem no paradigma funcional. Assumidas as diferenças, todos os capítulos se unem por buscar explicar os fatos da linguagem no funcionamento do sistema linguístico, entendendo a comunicação de significados contextualizados como o mecanismo ativador do complexo em foco: a gramática do português. Nesse contexto, os textos reunidos aqui apresentam análises fundamentadas nas perspectivas da Gramática Discursivo Funcional, da Linguística Sistêmico-Funcional, da Abordagem Construcional da Gramática, do paradigma da Gramaticalização e da Linguística Funcional Centrada no Uso.

No capítulo 1, apresenta-se um estudo sobre o sistema de conjunção em resumos acadêmicos do Português do Brasil, à luz da Linguística Sistêmico-Funcional. Segundo essa perspectiva teórica, o fenômeno da conjunção é visto como um sistema semântico-discursivo que promove conexões entre figuras e sequências, e não entre orações. Mais especificamente, investigam-se as conexões promovidas por esse

sistema, bem como sua relação com o campo e com o estrato da léxico-gramática. Para alcançar esses objetivos, são analisados seis resumos de artigos científicos sob a perspectiva trinocular da linguagem.

O capítulo 2 traça um estudo sobre a recategorização de preposições em conjunções a partir das orações reduzidas. No capítulo, discute-se a proximidade entre preposições e conjunções, objetivando demonstrar que, embora a função relacional seja tipicamente exercida pela conjunção, o transpositor *sem*, seja quando compõe a locução conjuntiva **sem que**, seja quando se combina com a forma verbinominal (**sem + infinitivo**), também assume esse papel. Os dados usados na análise compreendem orações adverbiais, extraídas de textos de teor argumentativo, publicados em periódicos semanais.

No capítulo 3, apresenta-se um estudo que focaliza a trajetória das mudanças linguísticas derivadas do item lexical VISTA até seus usos gramaticais ‘**tendo em vista**’ e ‘**tendo em vista que**’, utilizados como elementos conectivos em língua portuguesa. Demonstram-se os deslizamentos semânticos e as alterações morfossintáticas das construções estudadas e de suas variantes, analisando-se a função que exercem em uma amostra proveniente do *site Corpus* do Português. O estudo fundamenta-se nos pressupostos da abordagem da gramaticalização proposta por Bybee (2016) em que a emergência e o desenvolvimento de construções nas línguas devem-se à atuação de processos cognitivos de domínio geral, tais como categorização, encadeamento e analogia.

O capítulo 4 exhibe resultados de um estudo que focaliza o “*mas*”. Apesar de ser concebido tradicionalmente como conjunção coordenativa adversativa que estabelece contraposição entre dois elementos, há construções em que não se pode considerar *mas* como elemento de ligação indicando adversidade. Assim, a proposta é investigar os usos de *mas* como marcador de ênfase no português, tendo como objetivo determinar as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas

dessas construções, à luz da Gramática Discursivo-Funcional, tomando como *corpus* ocorrências reais de uso nas variedades portuguesas.

No capítulo 5, ainda dentro do enquadre teórico da Gramática Discursivo-Funcional, apresenta-se uma investigação do estatuto das posições restritivas no português escrito, compreendidas no texto como sintagmas nominais constituídos de dois elementos nominais que, separadamente, podem se referir à mesma entidade. O objetivo geral do texto é examinar como se distribuem as estratégias discursivas empregadas pelo falante com a finalidade de determinar o modo como elas motivam a codificação morfossintática dos sintagmas afirmativos.

O capítulo 6 apresenta um estudo sincrónico de uma parte das construções justapostas de base verbal, as chamadas CJV, atestadas na língua escrita informal da variedade brasileira da língua portuguesa. A partir de dados extraídos do *Corpus do Português*, propõe-se uma análise qualiquantitativa baseada na Linguística Funcional Centrada no Uso, que amalgama princípios funcionalistas, cognitivistas e construcionistas. O texto apresenta resultados acerca da investigação do grau de convencionalização das microconstruções individuais “bate rebate”, “bate volta” e “bateu levou”, associadas ao subesquema [BATER+V] que, por sua vez, está associado ao esquema mais virtual e abstrato [V¹+V²]^{SN/SA_{adj}}.

No capítulo 7, ainda dentro do quadro teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso, analisam-se as construções adverbiais qualitativas em *-mente* e as do tipo Prep+SN (tradicionalmente conhecidas como locuções adverbiais). A amostra consiste em cartas de leitores e cartas particulares do Rio de Janeiro do século XX. São considerados os seguintes fatores de análise: i) tipo de construção; ii) valores semânticos das adverbiais; iii) tipo verbal; iv) item verbal; v) natureza de [X] interveniente entre o verbo e advérbio/locução adverbial; e vi) ordenação dos elementos nas construções.

O capítulo 8 apresenta uma descrição e análise de uma parte das construções formadas por afixoides de base espacial, também à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso. No capítulo, selecionam-se dois esquemas e procura-se apresentar os micropassos de mudança contextual que conduzem à sua convencionalização na língua. Investiga-se também o *cline* contextual, conforme postulado por Diewald (2002; 2006), que motiva a construção marcadora discursiva formada por verbo de percepção visual e locativo, no formato $[V_{pv}Loc]_{md}$, e a construção intensificadora de grau composta pelas subpartes *para, lá e de*, acrescidas de adjetivo, no esquema $[para\ lá\ de\ X_{adj}]_{ig}$.

Encerrando a obra, no capítulo 9, há reflexões sobre a categoria voz no português brasileiro (PB), considerando-se aspectos relativos à descrição e ao ensino desse fenômeno gramatical. Problematiza-se como a voz é abordada na tradição gramatical e parte-se para propostas funcionalistas centradas no uso como uma alternativa a mais para a abordagem do dispositivo gramatical. Esses são os passos que conduzem os autores a uma proposta de tratamento didático do tema.

Esperamos que este livro possa proporcionar importantes reflexões para o leitor interessado em aspectos da gramática do português, evidenciados por diferentes procedimentos metodológicos de análise. Sem dúvida, essa é uma arena de estudos muito fértil e, portanto, sempre aberta a novas investigações. Por fim, mas não menos importante, agradecemos a todos os autores que participaram deste empreendimento e fazemos votos para que a pesquisa em Linguística possa se fortalecer em nosso país.

À leitura.

Organizadores

1. O SISTEMA DE CONJUNÇÃO EM RESUMOS ACADÊMICOS DO PB: UMA PERSPECTIVA SEMÂNTICO-DISCURSIVA COM BASE NA TEORIA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Ricardo José Alves (UFMG)

Monique Vieira Miranda (UFMG)

Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira (UFMG)

Considerações iniciais

A composição de um texto, quando considerada em sua estreita relação com o contexto, vai além da conjunção de orações (HALLIDAY; HASAN, 1976; HASAN, 1989). Nessa ótica, o texto é entendido como uma unidade de sentido, cujo significado é determinado pelo contexto de situação em que é produzido (a finalidade, as pessoas envolvidas, entre outros); ou seja, são os fatores que dizem respeito à situação que afetam as escolhas linguísticas dos falantes (HALLIDAY; HASAN, 1976; KOCH, 2004). É com base nesses aspectos que se diz que “o sentido do texto é construído a partir dele” (KOCH, 2016, p. 34).

Deixando de ser visto como um produto, o texto passa a ser analisado como um resultado parcial da atividade comunicativa, que compreende os fatores envolvidos em situações de interação social, selecionando, a partir dela, elementos linguísticos de diversas ordens (KOCH; TRAVAGLIA, 1989; KOCH, 2013; MARCUSCHI, 2008). Alguns desses elementos dizem respeito a funções que extrapolam as funções gramaticais. Trata-se, por exemplo, de funções relacionadas à coesão textual e ao fenômeno que compreende recursos constitutivos de sequências veiculadoras de sentido, cuja finalidade é promover a progressão textual (KOCH, 2016; MARCUSCHI, 1983; ANTUNES, 2005).

Nesse campo de análise, as conjunções são concebidas como elementos responsáveis pelo estabelecimento de relações lógico-semânti-

cas (HALLIDAY; HASAN, 1976; MARTIN, 1992; KOCH, 2010), que podem ser investigadas sob diferentes óticas. Desde os estudos descritivistas, tais como os de Perini (1995), Azeredo (1999) e Bechara (2009), embora analisadas no nível oracional, as conjunções coordenativas já eram entendidas como recursos coesivos, o que contrastava com uma visão tradicional que as associava apenas a estruturas de nível sintático (cf. CUNHA; CINTRA, 1983; KURY, 1991; LIMA, 1999).

Há também vários estudos que abordaram as relações conjuntivas no português brasileiro numa perspectiva ligada ao uso da língua e ao texto como unidade principal de análise (cf. KOCH, 2010; CASTILHO, 2010). Ainda assim reconhece-se a carência de mais estudos desse fenômeno, bem como a necessidade de investigá-lo com base em dados de uso (CAMACHO, 1999, 2001; ROCHA, 2006; NUNES, 2010, 2014; VIAN JR.; MENDES, 2015; ALVES, 2015). Diante dessa constatação, este capítulo busca contribuir para a descrição das conjunções do português brasileiro, analisando-as sob uma perspectiva semântico-discursiva.

Um dos pontos centrais dos estudos das relações conjuntivas com base em uma perspectiva semântico-discursiva e sistêmico-funcional diz respeito à relação das funções discursivas com as funções gramaticais, bem como da língua com o contexto (MARTIN, 1992, 2007; HAO, 2015). Uma possibilidade de compreender essas relações é assumir uma perspectiva em que a língua é entendida como um sistema semiótico complexo, cujos significados são realizados em estratos, a saber, o semântico-discursivo, o léxico-gramatical e o fonológico/grafológico (MARTIN, 1992). Essa é a perspectiva adotada neste estudo, como se verá mais detalhadamente a seguir.

Na teoria sistêmico-funcional, a conjunção¹ é um sistema semântico-discursivo cujas opções de realização são capazes de organizar

¹ Este capítulo adota a notação sistêmica em que os nomes de sistemas são grafados em versalete (por exemplo: CONJUNÇÃO).

os diversos significados que compõem o discurso, bem como sinalizar processos de adição, comparação, explicação, oposição, entre outros (MARTIN; ROSE, 2007). Diante dessa concepção, este estudo busca descrever e investigar como tal sistema contribui para construir o texto – nesse caso, o gênero resumo de artigo acadêmico da Grande Área de Ciências da Saúde –, examinando a relação entre o sistema de conjunção e os estratos semântico-discursivo e léxico-gramatical, bem como entre o primeiro e seu contexto.

Particularmente com relação aos resumos de artigos científicos, há diferentes estudos sobre o gênero, tanto sob a perspectiva sistêmico-funcional, como as pesquisas de Vathanalaoha e Tangkiengsiririn (2018) e Zheng, Yang e Ge (2014), quanto em uma abordagem voltada para o ensino de língua inglesa com fins acadêmicos (*English for Specific Purposes*, ESP), tais quais Hyland e Tse (2005), Jiang e Hyland (2017) e Ruan (2018). O que esses autores apresentam em comum é a relevância dos resumos de artigos científicos para a comunidade acadêmica, uma vez que eles se constituem em uma das principais portas de entrada para a publicação e para a divulgação de resultados de pesquisas. Além disso, diferentemente do artigo em si, os resumos devem ser compactos, não envolvendo longas cadeias de coesão, ou de argumentos detalhados (JIAN; HYLAND, 2017). Eles funcionam, portanto, como “mini-textos” (HUCKIN, 2001), que fornecem aos leitores um sumário do trabalho, além de ajudá-los a decidir se querem ou não ler o artigo completo, a partir da amostra oferecida pelo resumo.

Em língua inglesa, o tema dos resumos foi largamente discutido, mas há poucos estudos com esse foco em português brasileiro (KILIAN; LOGUERCIO, 2015; DAYRELL *et al.*, 2015). Destes, também poucos analisam a conjunção (VIAN JR; MENDES, 2015). O estudo de Vian Jr. e Mendes (2015) analisa quatro textos (artigo de graduação, trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese). Neste trabalho, o resumo de

artigo acadêmico será analisado com o objetivo de colaborar para o avanço dos estudos sobre os gêneros acadêmicos em língua portuguesa, bem como para contribuir para os estudos funcionalistas no Brasil.

Mais especificamente, o que se propõe aqui é investigar as relações semânticas promovidas por esse sistema semântico-discursivo em resumos do domínio acadêmico. Objetiva-se, portanto, examinar (i) as funções da CONJUNÇÃO em um *corpus* de amostras da língua em uso; (ii) a relação entre esse sistema e o contexto – em particular, o campo (*field*); e (iii) as possibilidades de realização da CONJUNÇÃO no estrato léxico-gramatical.

Para a análise, a amostra dos resumos de artigos científicos foi extraída do Corpus Acadêmico do Português Brasileiro (CAPB) (MIRANDA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018), composto por textos acadêmicos representantes de todas as Grandes Áreas, de acordo com a classificação das áreas do conhecimento determinadas pelo CNPq, que totalizam um *corpus* de aproximadamente 20 milhões de palavras. A escolha desse gênero ocorreu por sua importância no contexto científico, apresentando os tópicos e as principais contribuições de determinado trabalho acadêmico para a comunidade de leitores potenciais. Já a escolha da Grande Área ocorreu por ser a mais prolífica quanto ao número de textos e periódicos distintos da área, com 650 resumos retirados de 29 revistas. Diante disso, para revelar a relação entre a conjunção, os estratos da língua e os do contexto, utilizou-se como modelo de descrição e análise a Linguística Sistemico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), conforme discute-se na próxima seção, na qual está descrito o referencial teórico que fundamenta a análise aqui procedida.

2. O texto como uma unidade de sentido

A diferença entre um texto e uma coleção de orações não articuladas diz respeito, principalmente, à coesão. Há recursos linguísticos que permitem que o texto constitua-se, de fato, em um texto (HALLI-

DAY; HASAN, 1976). Trata-se de mecanismos que promovem relações diferentes das presentes nas orações, aquelas denominadas estruturais; são, na verdade, recursos que estabelecem ligações semânticas com o propósito de formar um todo unificado (HALLIDAY; HASAN, 1976). É diante disso que se diz que o texto não é uma unidade gramatical, bem como não é definido pelo seu tamanho, ou pelo seu modo de produção (falado/escrito), mas sim pelas relações semânticas estabelecidas para sua construção, o que o faz ser uma unidade de significado, e não de forma (HALLIDAY; HASAN, 1976; KOCH; TRAVAGLIA, 1989).

Apesar de ser um aspecto fundamental, apenas a coesão não é suficiente para se definir texto; o contexto de situação em que ele é produzido, bem como a sua relação com os recursos semânticos fazem parte de sua construção (KOCH; TRAVAGLIA, 1989; MARTIN, 1992). Esse contexto determina, portanto, os significados que serão produzidos na construção do texto, e o modo como isso acontece se dá por meio da organização da realidade e do conhecimento – o campo (*field*); do estabelecimento e da manutenção das relações entre os falantes – a sintonia (*tenor*); e da organização das informações na construção do texto – o modo (*mode*) (HALLIDAY; HASAN, 1976; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Considerando-se que o texto é um processo de produção de significado no contexto, o contexto de situação determina o tipo de significado que será produzido (HALLIDAY; HASAN, 1976; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). É diante disso que a relação entre o registro e a coesão é considerada fundamental, pois dela resulta a tessitura, ou seja, a propriedade de um texto ser um texto (HALLIDAY; HASAN, 1976). O texto é, portanto, “coerente com o contexto da situação e, portanto, consistente no registro; e é coerente com relação a si mesmo e, portanto, coeso.” (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 23).

Ademais, para a produção de sentido no contexto, é necessário considerar a linguagem como um recurso de produção de significados.

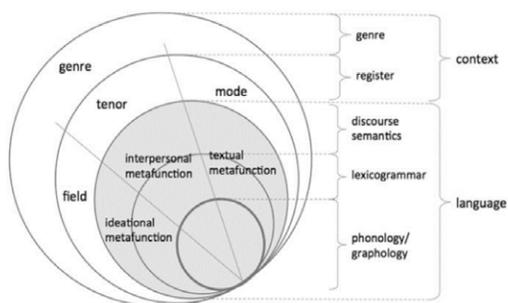
Trata-se de um fenômeno humano que compreende um conjunto de recursos dispostos sistematicamente para comunicar sentidos. Usada essencialmente para estabelecer relações interpessoais e para construir conhecimento e cultura, é por meio da linguagem que “interpretamos e representamos o mundo para os outros e para nós mesmos” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1997, p. 44). Na seção seguinte, os recursos usados para essa comunicação de sentidos serão melhor detalhados.

2.1. A língua como recurso estratal e metafuncional

Na perspectiva da Linguística Sistemico-Funcional, a língua é modelada como um recurso estratal e metafuncional. No que diz respeito à estratificação, entende-se que a língua comporta diferentes realidades, criando, nos estratos, significados por meio de um contexto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Esses significados são realizados por meio de três estratos, de acordo com o modelo proposto por Martin (1992) e adotado por este estudo: o semântico-discursivo (*discourse semantics*), o léxico-gramatical (*lexicogrammar*) e o fonológico/grafológico (*phonology/graphology*). Isso significa dizer que os significados semântico-discursivos são realizados por meio dos léxico-gramaticais, que, por sua vez, são realizados pelos fonológicos/grafológicos.

Quanto à metafunção, a língua desempenha funções em relação aos ambientes experiencial e social, bem como à organização do texto. Essas funções dizem respeito, respectivamente, à metafunção ideacional, responsável pela organização da realidade e do conhecimento, isto é, pela construção da experiência humana; à interpessoal, que estabelece as relações entre os interlocutores; e, por fim, à textual, que está relacionada à organização das informações na construção do texto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Tanto essa dimensão quanto a estratal estão representadas na Figura 1:

Figura 1: A estratificação e as metafunções



Fonte: HAO (2015, p. 3)

A metafunção é um processo de agrupamento por meio do qual diferentes sistemas classificam simultaneamente um fenômeno, formando um complexo de redes de sistema, de modo a contribuir para a organização da língua. Cada uma das metafunções está relacionada a um aspecto de significado no contexto, ou seja, a uma variável do registro: a ideacional, ao campo (*field*); a interpessoal, à sintonia (*tenor*); e a textual, ao modo (*mode*). Dessa forma, como se observa na Figura 1, a organização das variáveis de registro permite a configuração de gêneros, que são “processos sociais, organizados em estágios, orientados para um propósito” (MARTIN; ROSE, 2008, p. 6).

Com respeito ao gênero, trata-se de uma configuração de significados, entre os quais estão as atividades realizadas pelos participantes no discurso; ou seja, dizem respeito a tipos de significados ideacionais que são organizados e relacionados por meio de CONJUNÇÃO e realizados no campo (MARTIN; ROSE, 2008). Esses significados da língua, constituídos por conjuntos de sequências de atividades (*activity sequences*), constroem conhecimento no registro, mais especificamente o campo (*field*) (MARTIN, 1992; HAO, 2015). Nessa visão, o sistema todo opera para estabelecer relações lógico-semânticas no texto, con-

tribuindo, desse modo, não apenas para construir o texto, mas também para construir conhecimento e cultura. Na seção seguinte, o sistema de conjunção e sua relação com a tessitura serão discutidos, pois se constituem na base para a análise que iremos apresentar adiante.

2.2. O sistema de CONJUNÇÃO

Diferentemente do que é abordado nos estudos de Halliday e Hasan (1976) e Halliday e Matthiessen (2014), que tratam a conjunção como um recurso gramatical que estabelece relação coesiva, este estudo concebe a CONJUNÇÃO como um sistema semântico-discursivo capaz de promover a interconexão entre processos de adição, comparação, tempo e consequência (MARTIN; ROSE, 2007). Esses significados podem ser realizados de diversas formas, ora por meio de grupos conjuntivos, ora por outros tipos de palavras que não pertencem à classe das conjunções tradicionais. Frequentemente, esses significados ocorrem de forma implícita no texto (MARTIN; ROSE, 2007), ou seja, as realizações destes são feitas na léxico-gramática, pelos próprios elementos da oração (ALVES, 2018).

Esse sistema também promove uma relação entre unidades não apenas do estrato gramatical, a saber, orações simples e orações complexas, mas sim do estrato semântico-discursivo, que são as figuras e as sequências de figuras (MARTIN, 1992; HAO, 2015) e as fases do discurso (ALVES, 2018). Entre essas unidades, a figura – realizada na léxico-gramática pela oração – é a unidade básica do texto, responsável por representar a experiência humana na forma de uma configuração (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999). Pelo fato de este ser um estudo cuja perspectiva é semântico-discursiva (MARTIN, 1992), e não gramatical (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), consideram-se como elementos da figura a entidade (*entity*), o evento (*event*) e a qualidade (*quality*) (cf. MARTIN; ROSE, 2007; HAO, 2015). Pode-se observá-los nas figuras a e b abaixo:

a. Variáveis numéricas foram comparadas por teste t ou ANOVA (Sa_JBP_2017_4_AA_002)

Na figura acima (a), a figura é realizada gramaticalmente por um processo material, cujos Participantes “variáveis numéricas” e “teste t ou ANOVA” constroem uma entidade no estrato semântico-discursivo. Além disso, os eventos podem realizar um Processo em vários tipos de processos, tais como Mental, Verbal e Comportamental.

b. O score global de qualidade de vida foi de 72 pontos (Sa_JBP_2017_4_AA_002)

Diferentemente de (a), a figura (b) apresenta uma qualidade, que é “foi de 72 pontos), a qual descreve a entidade “O score global de qualidade de vida”. Trata-se de uma qualidade que, como se observa, é inerente ao evento.

À junção entre duas ou mais figuras dá-se o nome de sequência de figuras: é a relação entre elas (e os elementos que as compõem) que promove a CONJUNÇÃO (MARTIN, 1999; HAO, 2015; ALVES, 2018). Já com relação às fases do discurso, elas são organizações das sequências de figuras que contribuem para a composição dos estágios de um gênero (ALVES, 2018).

Além disso, as relações estabelecidas pelo sistema de CONJUNÇÃO podem se relacionar a dois outros sistemas, o de IDEACÃO e o de PERIODICIDADE. Isso significa dizer que a CONJUNÇÃO relaciona tanto sequência de atividades quanto organiza o texto; esses tipos são chamados, respectivamente, de elementos externos e internos (MARTIN, 1992; MARTIN; ROSE, 2007). Nesse sentido, os primeiros elementos vão além do texto ao relacionar atividades, pois contribuem para construir o campo (*field*), enquanto os segundos têm como finalidade organizar logicamente as informações do texto (MARTIN, 2007).

A definição desse sistema semântico-discursivo, embora tenha sido desenvolvida a partir da descrição da CONJUNÇÃO do inglês por Martin e Rose (2007), foi corroborada por Alves (2018) na descrição desse sistema do português brasileiro. Para esta pesquisa, utilizou-se o sistema de CONJUNÇÃO do português brasileiro (cf. ALVES, 2018), cujos procedimentos metodológicos serão descritos na seção seguinte.

3. Metodologia

Para este trabalho, foram utilizados resumos de artigos científicos, disponibilizados no Corpus Acadêmico do Português Brasileiro (MIRANDA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018). O CAPB é composto por textos acadêmicos de todas as Grandes Áreas do conhecimento, segundo a classificação proposta pelo CNPq², e está disponível online para o público. Atualmente, o *corpus*³ conta com aproximadamente 20 milhões de palavras distribuídas em seis mil textos de diferentes gêneros, retirados do portal Scielo, que serve de base para a coleta de amostras acadêmicas da língua em uso.

O *subcorpus* com o maior número de publicações, durante o período de coleta de dados (2015 a 2019), é Ciências da Saúde, que também possui a maior variedade de revistas, com 29 periódicos distintos. Essa variedade de revistas justifica a escolha desse subcorpus para a presente análise, pois representa uma amostra da Grande Área mais prolífica do CAPB, tanto em termos de número de textos, quanto em número de revistas.

² Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/documents/11871/24930/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf/d192ff6b-3e0a-4074-a74d-c280521bd5f7>. Acesso em: 01 de jun. 2019.

³ Disponível em: <https://sites.google.com/view/corpusacademico/>. Acesso em: 01 de jun. 2019.

Feita a seleção da Grande Área, com o auxílio do *software* R (R CORE TEAM, 2015), foram extraídos seis resumos aleatórios do sub-corpus de Ciências da Saúde. Cada texto foi então segmentado segundo as unidades da semântica ideacional: a figura, a sequência e a fase. Tais unidades foram divididas em uma planilha na qual, primeiramente, identificaram-se o gênero a que pertence o texto, os estágios e as fases; em seguida, as figuras, depois os tipos de relações conjuntivas entre elas e o modo como a CONJUNÇÃO foi realizada na léxico-gramática, como se observa na Figura 2 abaixo:

Figura 2: Exemplo da segmentação dos textos

	A	B	C	D	E	F	G
1	Gênero	Estágio	Fase	Texto	Nível 1	sim/não	Nível 2
2	procedir fundame	proble	FUNDAMENTOS:	Não há conexão quanto ao efeito do aleitamento materno no desenvolvimento da dermatite atópica.	causa =	não	→
3	procedir fundame	proble	É necessário aprofundar conhecimentos sobre possíveis fatores envolvidos nessa relação como a influência do aleitamento materno na colonização do paciente atópico pelo <i>Staphylococcus aureus</i> (S. aureus).	causa =	não	→	
4	procedir objetivo	propó	OBJETIVO: Avaliar uma potencial associação entre aleitamento materno e colonização pelo S. aureus nas crianças atópicas.	causa =	não	→	
5	procedir métodos	amós	MÉTODOS: (foi feito) Estudo transversal envolvendo 79 crianças atópicas de 4-24 meses, de ambos os sexos, acompanhadas em um ambulatório de Dermatologia Sanitária de Porto Alegre, e 72 mães.	Sucess =	não	→	
6	procedir métodos	passo	Registramos se havia crianças demopócos e de aleitamento das crianças .	Sucess =	não	→	
7	procedir métodos	passo	Pesquisou-se a presença do S. aureus em swab nasal e cutâneo nas crianças e swab nasal das respectivas mães.	Sucess =	não	→	
8	procedir métodos	passo	Para análise dos dados, realizaram-se os testes qualitativo de Pearson e exato de Fisher .	Sucess =	não	→	
9	procedir resultado	resulta	RESULTADOS: Entre as crianças amamentadas, S. aureus foi encontrado nas cavidades nasais de oito (25,8%) e na pele (fossas cubitais) de quatro (12,9%).	Compa =	sim	→	
10	procedir resultado	resulta	Entre as não amamentadas, encontrou-se S. aureus nas cavidades nasais de dez (20,8%) e na pele de 11 (22,9%).	Compa =	sim	→	
11	procedir resultado	resulta	Entre as mães, 16 (22,2%) apresentaram crescimento de S. aureus no material proveniente do swab nasal.	Compa =	sim	→	
12	procedir resultado	resulta	Não se observou associação significativa entre aleitamento materno e colonização pelo S. aureus das cavidades nasais ou da pele das crianças.	Concei =	sim	→	
13	procedir resultado	resulta	Entretanto, houve concordância entre a colonização pelo S. aureus nas cavidades nasais das mães e nas cavidades nasais e/ou na pele dos filhos.	Concei =	sim	→	
14	procedir resultado	resulta	Das 72 duplas, houve concordância em 56 (77,8%).	→	sim	→	
15	procedir conclusã	descot	CONCLUSÃO: O aleitamento materno parece não influenciar a colonização mucocutânea pelo S. aureus em crianças com dermatite atópica.	→	não	→	
	Adicionar mais	1000	linhas ao fim.				

Fonte: Elaboração própria

Para descrever o sistema de CONJUNÇÃO, os dados foram analisados conforme a perspectiva trinocular da linguagem (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014): “de cima”, “ao redor” e “de baixo”. Na visão “de cima”, observou-se a relação entre o sistema de CONJUNÇÃO e os estratos do contexto, em particular o registro; “ao redor”, identificaram-se as unidades entre as quais esse sistema estabelece ligação, a saber, a figura, a sequência ou a fase, bem como suas configurações semântico-discursivas. Na visão “de baixo”, descreveu-se brevemente a realização das funções do sistema de CONJUNÇÃO no estrato léxico-

-gramatical. Veja-se o Quadro 1, a seguir, em que constam as funções desse sistema, seguidas de suas abreviaturas:

Quadro 1: Abreviação das funções que realizam o sistema de CONJUNÇÃO

Reformulação	reelaborativa	ree.
	exemplificativa	exe.
Adição	aditiva	adi.
	alternativa	alt.
Contraposição	concessiva	conc.
	adversativa	adv.
	redirecionativa	red.
Tempo	anterior	ant.
	posterior	pos.
	simultânea	simul.
	ordenativa	ord.
Consequência	intercalativa	int.
	causal	cau.
	elucidativa	elu.
	conclusiva	concl.
	final	fin.
	condicional	cond.

Fonte: Elaboração própria

Como este trabalho visou a uma análise discursiva da língua em uso, não limitada às formas gramaticais *per se*, optou-se por um estudo qualitativo e manual do sistema de CONJUNÇÃO. Para isso, esta pesquisa orientou-se pelos princípios postulados por Martin e Rose (2007, p. 312), nos quais “não importa quantas orações são analisadas, importa-se, no entanto, quando se analisa o significado para além das orações, é aí que se analisa o discurso”. Descritos os procedimentos metodológicos do trabalho, a próxima seção discutirá os resultados encontrados nas análises dos resumos.

4. . Construindo texto por meio da CONJUNÇÃO

4.1. Observando a CONJUNÇÃO “de cima”:

Diante das observações feitas na seção 2.1, constatou-se que os gêneros são constituídos por uma configuração sintagmática de estágios, que são realizados por diferentes tipos de fases (MARTIN; ROSE, 2008; HAO, 2015). Isso é perceptível por meio da análise “de cima”, que permite compreender, primeiramente, a composição sintagmática do gênero. Ao se observar a composição de artigos acadêmicos, a saber, Resumo ^ Introdução ^ Métodos ^ Resultados ^ Conclusão ^ Referência (Cf. MARTIN; ROSE, 2008), nota-se que o resumo, que aqui se propôs a estudar, é um de seus estágios. No entanto, devido ao fato de gêneros terem propósitos sociais específicos (MARTIN; ROSE, 2008), o resumo foi considerado, nesta pesquisa, um gênero elementar, que é incorporado e diz respeito a um outro, pelo fato de ter, além de uma relevância para a comunidade acadêmica, uma finalidade específica: é a partir dele que os artigos são avaliados para serem publicados.

Ao comparar os resumos de artigos acadêmicos entre eles, foram recorrentes estruturas esquemáticas, que são compostas, majoritariamente, por Objetivo ^ Método ^ Investigação ^ Conclusões . Diga-se predominantemente, pelo fato de alguns desses textos apresentarem, antes do Objetivo, os Fundamentos, obedecendo à seguinte estrutura: Fundamentos ^ Objetivo ^ Método ^ Investigação ^ Conclusões⁴. Veja-se, a seguir, a definição de cada estágio.

⁴ Os estágios serão apresentados com a primeira letra maiúscula, enquanto as fases, minúscula.

Quadro 2: Definição de cada estágio do gênero resumo acadêmico

Fundamentos	o problema de pesquisa da pesquisa.
Objetivo	o que se presente resolver: o problema de pesquisa.
Método	sequência de passos metodológicos utilizados, incluindo equipamentos e procedimentos.
Investigação	apresentação dos resultados experimentais.
Conclusões	resumo dos resultados e/ou consideração do estudo realizado.

Fonte: Elaboração própria

Cada um desses estágios se refere a um estágio específico do artigo acadêmico do qual o resumo faz parte; ainda, cada estágio é realizado por fases discursivas que, em cada texto, apresentaram diferentes configurações. Isso pode ser observado no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3: Comparação entre dois textos no que diz respeito aos estágios e às fases

TEXTO 1 < Sa_JBP_2017_4_AA_002 >			TEXTO 2 < Sa_RLAE_2018_0_AA_036 >		
ESTÁGIO	FASES		ESTÁGIO	FASES	
	FASE	SUBFASE		FASE	SUBFASE
Objetivo	meta	propósito	Objetivo	meta	propósito
Métodos	experimento	preparação da amostra	Métodos	experimento	preparação da amostra
		passo metodológico 1			passo metodológico
		passo metodológico 2			-----
Investigação	resultados	determinação da amostra	Investigação	resultados	resultado 1
		resultado 1			resultado 2
		resultado 2			resultado 3
		resultado 3			-----
		resultado 4			-----
Conclusões	conclusão	descoberta	Conclusões	conclusão	descoberta
		descoberta			contribuição

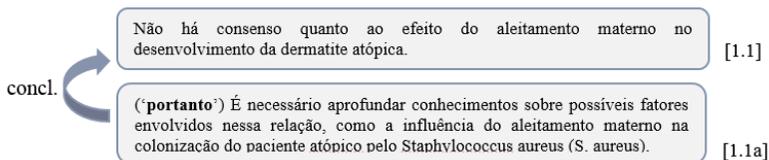
Fonte: Elaboração própria

Como se observa no Quadro 3 acima, o Texto 1 apresentou um maior número de passos metodológicos e resultados que o Texto 2. Neste texto, houve também uma fase discursiva, no estágio da conclusão, que diz respeito à contribuição da pesquisa. Mesmo havendo essa diferenciação na constituição das fases, nota-se que os estágios de ambos os textos são os mesmos, o que corrobora o fato de que os estágios são estáticos, enquanto as fases configuram-se de diversas formas.

Ainda sob o olhar “de cima”, constata-se que os estágios do gênero se constituem de fases que se configuram de formas específicas, e as relações conjuntivas contribuem para que cada uma delas tenha sua própria organização. Nesse sentido, a perspectiva “de cima” nos mostra como a CONJUNÇÃO realiza, no campo (*field*), sequências de atividades ou sequências de implicações, que foram constatadas nos estágios Fundamento e Método, os quais serão analisados posteriormente.

Nesse ponto, é importante salientar que as fases identificadas no resumo representam os estágios da pesquisa empreendida, bem como da confecção do artigo científico em si. Por exemplo, para construir raciocínio lógico no Fundamento do resumo, foram realizadas anteriormente as explorações teóricas na produção do artigo; isso porque um texto (resumo) está diretamente ligado ao outro (artigo). No Exemplo 1, a seguir, é possível verificar como a CONJUNÇÃO organiza o campo (*field*) no Fundamento:

Exemplo 1



Fonte: Elaboração própria

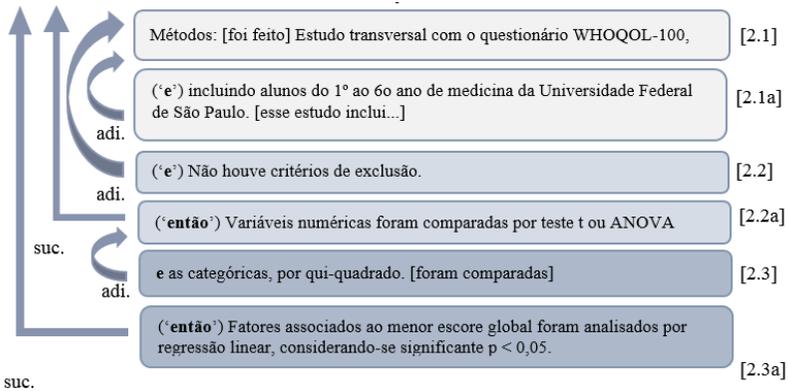
A primeira figura do Exemplo 1 alude ao todo da pesquisa descrita no artigo, a respeito de falta de consenso com relação ao efeito do método aleitamento materno. Essa exploração do tema é construída, no campo (*field*), por meio de sequências de implicações⁵ (*implication sequences*). No resumo, as figuras são relacionadas, por meio da CONJUNÇÃO INTERNA, ao se observar, na segunda figura, o uso de uma dimensão (*dimension*)⁶ ('é necessário'). O dimensionamento de figuras é, portanto, um recurso que permite deixar explícita a fonte de quem está se posicionando e quem está avaliando a proposição. Assim como também constatado por Hao (2015, p. 274), e confirmado por este estudo, a CONJUNÇÃO INTERNA "constrói uma sequência de atividades adicionais no campo – na verdade, 'externaliza' o raciocínio lógico do aluno-escritor".

Por outro lado, em Métodos, o que se constatou foi a presença de CONJUNÇÃO EXTERNA, que, ao relacionar as fases pertencentes a esse estágio, constrói, no campo (*field*), uma sequência de atividades. Isso pode ser observado no Exemplo 2 abaixo, que é o estágio Método de um resumo:

⁵ "Enquanto, na maioria dos campos, a probabilidade modela a relação entre atividades (uma é provável que siga outra), na ciência é feita uma tentativa de construir a realidade de tal forma que uma atividade implique outra" (MARTIN, 1992, p. 323).

⁶ Uma figura pode ser ampliada quando se fornece uma dimensão (por exemplo, "é benéfico...") ou uma posição (por exemplo, "nós propomos...") de uma figura. (cf. HAO, 2015, p. 218).

Exemplo 2



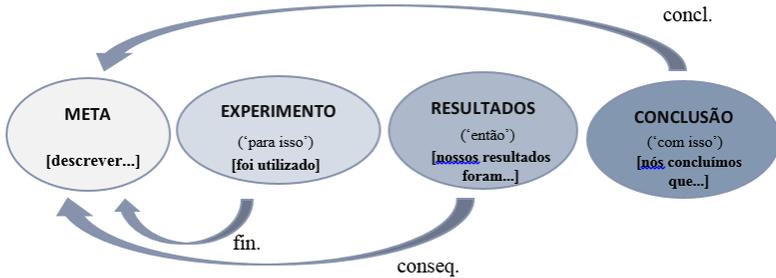
Fonte: Elaboração própria

As três fases do exemplo acima, a saber, [2.1], [2.2] e [2.3], relacionam-se por meio da CONJUNÇÃO EXTERNA sucessiva, realizando, no campo (field), sequência de atividades que se referem aos passos metodológicos feitos na realização do procedimento. Isso significa dizer que essas sequências de atividades do estágio Métodos são reinstanciadas por meio de sequências construídas anteriormente em um gênero procedimento, que é usado para instruir, ou para orientar. (HAO, 2015).

4.2. Observando a CONJUNÇÃO “ao redor”:

Após a análise “de cima”, em que se descreveu a relação entre a CONJUNÇÃO e os estratos registro e gênero, observaram-se, por meio da perspectiva “ao redor”, três tipos de unidades entre as quais esse sistema estabelece ligação, a figura, a sequência de figuras e a fase discursiva. Como visto anteriormente, e exemplificado no Exemplo 3 abaixo, quatro fases principais são apresentadas em todos os textos: meta, experimento, resultados e conclusão.

Exemplo 3



Fonte: Elaboração própria

Essa divisão das fases se dá por conta dos eventos e entidades pertencentes a cada uma delas, elementos que também contribuem para que se estabeleçam, entre elas, relações conjuntivas. Ou seja, a CONJUNÇÃO entre as fases é percebida por conta dos elementos que as constituem. Diante disso, considerando as fases experimento e resultados, é possível observar, nos Exemplos 4 e 5, como se comportam os elementos (os eventos, em negrito; e as entidades, sublinhadas):

Exemplo 4

- Em estudo transversal com 101 pacientes, **avaliaram-se** a composição corporal e a DMO por meio da densitometria óssea,
- interpretando-a conforme a faixa etária e a população de referência.
- Foi considerado** grupo de risco para baixa DMO valores de z-escore entre -1,1 e -1,9 no grupo dos menores de 20 anos.
- Compararam-se** os valores da DMO com características clínicas, tratamento recebido e composição corporal.
- Foram utilizados** os testes qui-quadrado, exato de Fisher, razão de verossimilhança e t de Student, com nível de significância de 5%.

Fonte: Elaboração própria

No Exemplo 4, as figuras da fase experimento são constituídas por figuras de eventos (*event figure*)⁷ que são realizadas, no estrato gra-

⁷ As figuras de evento (*event figures*) são realizadas por Processos Material, Mental, Verbal e Comportamental; diferentemente das figuras de estado (*state figures*), realizadas por Processos Relacionais. (cf. HAO, 2015).

matical, por orações efetivas (*effective clauses*)⁸, as quais permitem o uso da voz passiva (*receptive voice*). Diante disso, e devido ao fato de essas figuras serem engendradas (*engendered figures*) por entidades (*entity*), constatou-se que houve a ocorrência – embora implícita, pois o uso é opcional – da entidade pessoa (*people entity*) por nós. Diferentemente desse caso, as ocorrências de eventos na fase resultados deram-se da seguinte forma, como se nota, a seguir, no Exemplo 5:

Exemplo 5

- a. **Foram encontradas** 2% de fraturas, 2% de osteonecrose e 2,9% de baixa DMO.
- b. **Os 16 pacientes com risco para baixa DMO exibiram** menores valores em vértebras lombares L1-L4 ($p=0,01$), corpo total ($p=0,005$) e valores mais baixos de massa magra ($p=0,03$).
- c. No grupo de 22 pacientes com mais de 20 anos, **dez demonstraram** osteopenia.

Fonte: Elaboração própria

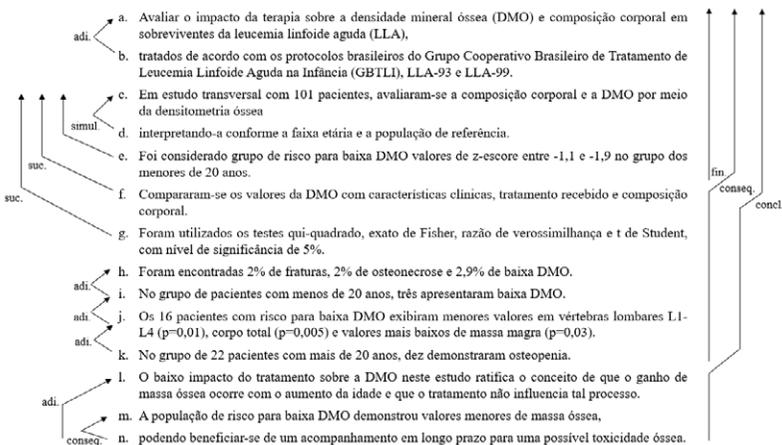
Em resultados, assim como na fase experimentos, as figuras de eventos b e c são engendradas por entidades; no entanto, não se trata aqui de uma entidade pessoa (*people entity*), mas ente (*thing entity*). Essa análise ao redor explica, como observado por Hao (2015), a distinção de diferentes atividades no campo (*field*); se se observar por uma perspectiva “de cima”, nota-se que as figuras engendradas por uma entidade pessoa (*people entity*), na fase experimento, realizam, no campo (*field*), uma atividade exercida pelo pesquisador, enquanto uma entidade ente (*thing entity*), uma atividade observada por ele. Foi esse o padrão encontrado para se observar a relação consequência entre as fases experimento e resultados.

⁸ Uma oração efetiva (*effective clause*) permite o uso da voz passiva ou ativa; nesta, o Sujeito é o Agente, e o Processo é realizado por um grupo verbal ativo; naquela, o Sujeito é um Mediador, e o Processo é realizado por um grupo verbal passivo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

As relações conjuntivas no estrato semântico vão, portanto, relacionando figuras e seqüências de figuras, de modo a constituir a fase discursiva. Como se observou, as CONJUNÇÕES sucessivas contribuem para construir, no campo (*field*), seqüências de atividades que mostram os passos metodológicos realizados pelo pesquisador; por outro lado, as CONJUNÇÕES aditivas presentes na fase resultados dizem respeito a atividades que são observadas por ele.

Com base nessa análise, elaborou-se a retícula dos resumos de artigos acadêmicos no que diz respeito ao uso das CONJUNÇÕES. Trata-se de uma estrutura semântica dos textos, proposta por Gleason (1968) e, posteriormente, ampliada por Martin (1992), que consiste na investigação da relação entre os eventos e os demais elementos da figura. A representação foi organizada da seguinte forma: as figuras encontram-se verticalmente no centro; as relações conjuntivas são representadas por setas – à esquerda estão as CONJUNÇÕES EXTERNAS, e à direita, as INTERNAS.

Figura 3: Retícula dos resumos acadêmicos quanto à CONJUNÇÃO

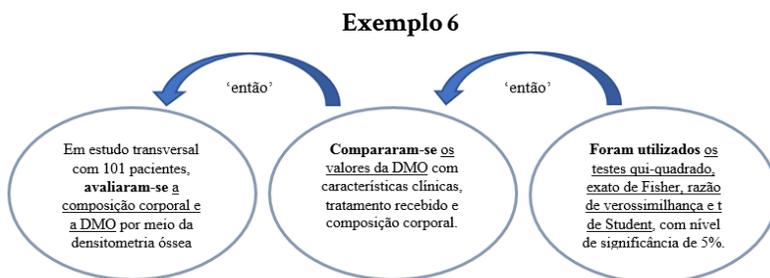


Fonte: Elaboração própria

Como se observa acima, as relações entre figuras e seqüências de figuras se deram – majoritariamente em nosso corpus – por meio de CONJUNÇÕES EXTERNAS. Isso se deve pelo fato de a constituição das fases estarem, em geral, relacionadas com os processos envolvidos na pesquisa, realizando atividades no campo (field). Já a relação entre as fases, que se deu por meio de CONJUNÇÕES INTERNAS, diz respeito à organização do texto, ao modo como foi organizada a pesquisa.

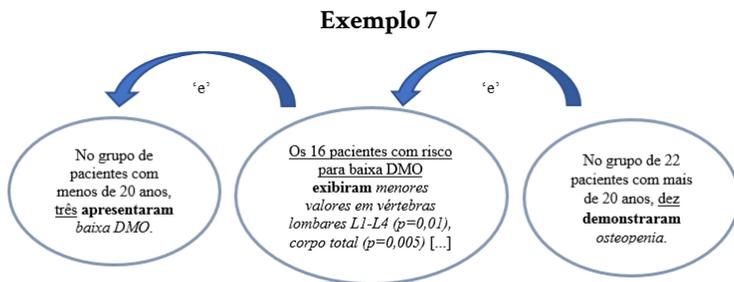
4.3. Observando a CONJUNÇÃO “de baixo”:

Por meio da perspectiva “de baixo”, os dados revelaram que a figura é realizada, no estrato léxico-gramatical, por meio de orações; por outro lado, as outras unidades entre as quais a CONJUNÇÃO estabelece ligação, a seqüência e a fase, são realizadas por meio do conjunto de orações. Com relação à CONJUNÇÃO, apenas seis relações semânticas, em todo corpus, foram realizadas no estrato léxico-gramatical por meio do grupo conjuntivo. Como já constatado por Alves (2018), o sistema semântico aqui analisado é realizado, na gramática, por outros elementos além daqueles pertencentes à ordem do grupo, como os Processos, Participantes e Circunstâncias, e cada relação semântica se refere a uma configuração específica desses elementos. Veja-se, no Exemplo 6, um exemplo das realizações na fase experimento:



Fonte: Elaboração própria

Como se observa no Exemplo 6, as fases metodológicas pertencentes ao estágio Metodologia são constituídas por figuras realizadas, na léxico-gramática, por orações. Estas são compostas por Processos Materiais (em negrito), Participantes que são a Meta (sublinhados) e, por serem estruturas passivas, não há Ator explícito. Por outro lado, nas fases que constituem o estágio Resultado, a configuração dos elementos das orações que realizam as figuras é outra, como se vê no Exemplo 7:



Fonte: Elaboração própria

A configuração, no Exemplo 7, é outra: Processos Relacionais (em negrito), Portador (sublinhado) e Atributo (em itálico). Diante disso, embora a CONJUNÇÃO não tenha sido realizada por um grupo conjuntivo, ela é percebida pela análise “de cima”, por meio da qual se percebem as atividades no campo (*field*); “ao redor”, percebendo-se a relação entre os eventos e entidades; e “de baixo”, pela configuração dos elementos da oração.

Considerando os exemplos aqui discutidos, é possível observar como o sistema CONJUNÇÃO, originalmente empregado na Língua Inglesa (MARTIN; ROSE, 2008; HAO, 2015) e posteriormente adaptado por Alves (2018) para a Língua Portuguesa, serve para descrever e explicar a organização semântico-discursiva de resumos de artigo acadêmicos escritos em Língua Portuguesa. Ademais, este estudo apon-

ta para a relevância do sistema de CONJUNÇÃO no que se refere à construção do campo (*field*), bem como à criação do gênero (*genre*). Com respeito ao estrato léxico-gramatical, foi também observado que a CONJUNÇÃO realizou-se por meio de configurações específicas dos elementos da oração, ligadas à função social do texto resumo acadêmico, ou seja, de descrever e de informar resultados de pesquisas científicas. Em seguida, as considerações finais deste estudo serão delineadas.

Considerações finais

Este trabalho, tendo como base uma perspectiva semântico-discursiva da teoria sistêmico-funcional (MARTIN, 1992, 2007; HAO, 2015), investigou o sistema de CONJUNÇÃO do português brasileiro em um corpus de língua em uso: resumos do domínio acadêmico extraídos do Corpus Acadêmico do Português Brasileiro (MIRANDA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018). Mais especificamente, descreveu a CONJUNÇÃO analisando as funções discursivas e as gramaticais, bem como o contexto. Descobriu-se, a partir desta pesquisa, que tal sistema contribui para a construção do campo (*field*), bem como para a criação do gênero (*genre*). Com relação ao estrato léxico-gramatical, a CONJUNÇÃO realizou-se majoritariamente no *corpus* em análise por meio de configurações específicas dos elementos da oração.

Ao investigar a CONJUNÇÃO nos resumos de artigos científicos da Grande Área da Ciências da Saúde, este estudo objetivou mostrar como esse sistema contribui para a construção desse gênero. Além disso, forneceu informações adicionais de recursos do estrato semântico-discursivo e procurou contribuir para a complementariedade da estratificação. Mais especificamente, verificou-se como a CONJUNÇÃO instancia-se por meio de configurações específicas, associadas aos elementos da oração. Ainda, o trabalho corroborou a noção de que a CONJUNÇÃO está ligada à função social do resumo, que objetiva des-

crever e informar resultados de pesquisas científicas de modo sumário, além de incentivar a leitura do artigo completo.

Sabe-se, entretanto, que o estudo não se esgota aqui, sendo necessário ir além para se estabelecer com mais clareza, por exemplo, um sistema de fases. Portanto, sugere-se que haja mais pesquisas abordando a relação entre semântica-discursiva, registro e gênero.

Referências

ALVES, Ricardo J. *Os estatutos textual e semântico da conjunção* e. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Letras, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, Minas Gerais, 2015, 54 f.

ANTUNES, Irlandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CAMACHO, R. G. Estruturas coordenadas aditivas. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado*. Novos estudos. São Paulo: Humanitas/USP; Campinas: Editora da Unicamp, v. 7, 1999, p. 351-406.

CAMACHO, Roberto G. Valores semânticos e discursivos da conjunção aditiva. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 219-228, 2001. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/11739>. Acesso em: 07 maio. 2019.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

DAYRELL, C; et al. Padrões léxico-gramaticais. In: IBAÑOS, A.M.T; MOTTIN, L.P; SARMENTO, S; SARDINHA, T.B. *Pesquisas e perspectivas em linguística de corpus*. Editora Mercado das Letras: São Paulo, 2015.

GLEASON, H.A. Jr. Contrastive Analysis in Discourse Structure. In: ALATIS, J. E. *Monograph Series on Languages and Linguistics*. Washington, D.C: Georgetown University Institute of Languages and Linguistics. 1968, pp. 258-276.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London and New York: Longman, 1976.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *Construing experience as meaning: a language based approach to cognition*. London: Cassell, 1999.

HALLIDAY, M.A.K; MATTHIESSEN, Chistian M.I.M. *Systemic Functional Grammar: A First Step Into The Theory*. Beijing: Higher Education Press, 1997.

HALLIDAY, M.A.K; MATTHIESSEN, Christian M.I.M. *An introduction to functional grammar*. 4. ed. London: Routledge, 2014.

HYLAND, K; TSE, P. Hooking the reader: a corpus study of evaluative that in abstracts. *English for Specific Purposes*. v. 24, 2, 2005, pp. 123-139.

JIANG, F. HYLAND, K. Metadiscursive nouns: Interaction and cohesion in abstract move. *English for Specific Purposes*, v. 46, 2017, p. 1-14

KILIAN, C.K; LOGUERCIO, S.D. Fraseologias de gênero em resumos científicos de Linguística, Engenharia de Materiais e Ciências Econômicas. *TradTerm*, São Paulo, v. 26, Dezembro/2015, pp. 241-267.

KOCH, Ingedore V. *A coesão textual*. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, Ingedore V. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, Ingedore V.; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. 16. ed. São Paulo: Contexto. 2004.

KOCH, Ingedore V.; TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística De Texto: o que é e como se faz*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

MARTIN, J. R. *English text: system and structure*. Philadelphia and Amsterdam: Jhon Benjamins Publishing Company, 1992.

MARTIN, J. R; ROSE, D. (2008). *Genre relations: mapping culture*. London & Oakville: Equinox.

MARTIN, J.; ROSE, D. *Working with discourse: meaning beyond the clause*. 2. ed. London: Continuum, 2007.

MIRANDA; M. V; OLIVEIRA, A. L. A. M; OLIVEIRA; OLIVEIRA, A. A. *Corpus de Artigos Acadêmicos do Português Brasileiro - CAPB*. 2018. Disponível em: sites.google.com/view/corpusacademico/. Acesso em: 7 de jul. 2018.

NUNES, L. P. *Relações coesivas e estruturais em corpus combinado: uma análise de conjunções em textos originais e traduzidos*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG /PosLin, 2013, 273 f.

NUNES, Leonardo Pereira. *As conjunções but e mas em textos ficcionais originais e traduzidos: uma análise tridimensional com base na linguística sistêmico-funcional*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2010, 106 f.

R Core Team. R: *A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2015. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 01 de junho de 2019.

ROCHA, Ana Paula Antunes. *Gramaticalização de conjunções adversativas em português: em busca da motivação conceptual do processo*. Tese de

Doutorado – Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, 130 f.

RUAN, Z. Structural compression in academic writing: An English-Chinese comparison study of complex noun phrases in research article abstracts. *Journal of English for Academic Purposes*, v. 36, nov. 2018, pp. 37-47.

VATHANALAOHA, K; TANGKIENG SIRISIN, S. Transitivity analysis of rhetorical moves in dental research article abstracts: thai and international journals. *Humanities, Arts and Social Sciences Studies*, Vol. 18(3): 639-662, 2018.

VIAN JR., O.; MENDES, W. V. O sistema de conjunção em textos acadêmicos: os mecanismos de sequenciamento e de explicação. *Letras*, v. 50, p. 163-186, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/20209/pdf>. Acesso em: 07 maio. 2019.

ZHENG, S, YANG, A, GE, G. Functional Stylistic Analysis: Transitivity in English-Medium Medical Research Articles. *International Journal of English Linguistics*, v. 4, n. 2, 2014.

2. UMA ANÁLISE DA RECATEGORIZAÇÃO DE PREPOSIÇÕES EM CONJUNÇÕES NO CONTEXTO DAS ORAÇÕES ADVERBIAIS REDUZIDAS DE INFINITIVO

Marta Anaísa Bezerra Ramos (UEPB)
Camilo Rosa Silva (UFPB)

Introdução

Neste capítulo, convidamos o leitor para uma ampla discussão concernente à fluidez de categorias gramaticais, tomando como foco de estudo duas classes cuja proximidade se deve à função relacional: preposições e conjunções. Chamamos a atenção, em particular, para a forma gramatical **sem**, uma preposição que, ao lado da função primária de ligar sintagmas nominais, é alçada à classe das conjunções, ao promover a conexão entre sintagmas oracionais, propriedade que se reflete em um contexto específico de uso – nas estruturas adverbiais reduzidas de infinitivo.

Nessa perspectiva, a noção de prototipicidade é crucial para a compreensão do potencial funcional das palavras, ao estabelecer uma escala gradativa de traços formais e semânticos. Uma vez entendido que o pertencimento a uma classe não é condicionado à obediência a todos os traços da categoria, conclui-se que é a propriedade do *contínuo funcional* que possibilita o trânsito entre as classes, daí o entendimento de que, se há preposições que só antecedem nome, há também aquelas que antecedem orações, função típica de conjunções. Compõem esse grupo, além do **sem**, as preposições **a**, **para**, **por** e algumas locuções prepositivas, como apesar de, como ilustram os períodos: “Ao terminar a aula, sairemos.”; “Volto, *para* terminar a tarefa.”; “Voltei logo, *por* estar cansada.”; “*Apesar de* terminar o trabalho, não viajarei.”; “Não viajarei, *sem* terminar as atividades.” Logo, a exibição de um número maior ou

menor de traços determina a distinção entre elementos *prototípicos* ou *periféricos*, estando inscritos neste segundo grupo os itens mencionados, já que nem toda preposição é habilitada a assumir função conjuntiva.

Que as classes não são discretas já não constitui novidade. O novo na abordagem do transpositor¹ **sem** é a possibilidade de mostrar que, embora esta não seja uma preposição introdutora de argumento, como o são as preposições **a, de, em, com...**, as mais gramaticalizadas, ela se reveste de múltiplas funções sintáticas e semânticas, confirmando que elementos de classes fechadas também são propensos a variação. Logo, justifica-se que destinemos atenção ao referido item que, em linhas gerais, tem sido pouco estudado. Gramáticas como as de Bechara (1999), Neves (2000), Mira Mateus (2003), por exemplo, dão um tratamento particularizado ao **sem**, possivelmente, por fazer parte do rol das preposições menos gramaticalizadas², ou por lhe ser atribuída a manutenção do sentido primário – de negação/ausência. Ressalte-se que, nos dados sob investigação, esse elemento exhibe sentidos diversos. Logo, objetivamos demonstrar que, embora a função relacional seja tipicamente exercida pela conjunção, o transpositor **sem**, seja combinado ao **que**, formando a locução conjuntiva, seja combinado à forma verbinominal – **infinitivo**, exerce essa função.

Por não conceber a forma verbinominal como verbo pleno, a tradição gramatical mantém o postulado de que preposição antecede

¹ Item que habilita um sintagma a desempenhar uma outra função (um sintagma nominal passa a sintagma adjetival ou adverbial); isso no nível suboracional. Por outro lado, se esse item transpõe um sintagma adverbial de base nominal para o nível oracional, como ocorre com a subordinada adverbial reduzida de infinitivo, passa a atuar em um plano superior, demonstrando uma linha intermediária entre preposição e conjunção. (cf. BECHARA, 2003).

² Observe-se o que diz Ilari (2008, p. 667): “*Sem* é rara, pouco gramaticalizada, não entra em amálgamas, possui um valor semântico específico, e introduz apenas adjuntos”.

nome. Esse princípio³ é endossado por Perini (1996), ao explicar que, nas sentenças introduzidas pelo **sem que**, o nominalizador⁴ que se junta primeiramente a uma oração, para formar um Sintagma Nominal; e a este SN se soma a preposição **sem**, para formar um Sintagma Adverbial. Já que a transposição de camadas oracionais é realizada através do nominalizador, a preposição seria responsável apenas pela indicação de matizes semânticos. Por outro lado, entendendo que a presença de argumentos (sujeito/complementos) confere à forma verbinominal caráter verbal, conforme argumentam Bechara (1999) e Azeredo (2000), entendemos se tratar de um caso de recategorização.

O objeto de estudo são orações adverbiais presentes em textos de teor argumentativo – entrevistas (E) e artigos de opinião (A), coletados em periódicos semanais (VEJA, ISTO É e ÉPOCA), que integram um *corpus* formado por 367 (trezentos e sessenta e sete) ocorrências, das quais 50 (cinquenta) se apresentam sob a forma desenvolvida, introduzidas pela locução conjuntiva, e o restante sob a forma reduzida de infinitivo. A análise dos dados é de natureza descritivo-interpretativista, tendo em vista o compromisso de indicar padrões regulares de usos dos

³ Carvalho (2001, *apud* BAGNO, 2011) corrobora esse ponto de vista, pondo em dúvida a existência de conjunções subordinativas, já que essa classe abarca uma série de estruturas formadas por preposições, pronomes ou advérbios junto ao *que*, gerando locuções conjuntivas, que, sob o seu olhar, não seriam conjunções puras.

⁴ O nominalizador (ou complementizador) “que” é responsável por habilitar um sintagma a desempenhar uma nova função (ou seja, um sintagma derivado). Segundo Longhin-Thomazi (2004), a expressão literária que marcou o latim clássico favoreceu o uso intensivo das conjunções, dada a preferência do recurso da subordinação na articulação textual. Como poucas das conjunções dessa norma foram aproveitadas no latim vulgar, que serviu de base para a formação das línguas românicas, não só foram criadas outras conjunções como surgiu um outro recurso de grande produtividade para configuração da subordinação – a partícula *quod* e as variantes *quid* e *quia*. E é esta a estratégia que, segundo a autora (p. 217), explica a formação do quadro conjuncional do português, incluindo palavras de diferentes categorias, inclusive verbos, como ilustram as locuções *logo que*, *já que*, *sem que*, além de *visto que*, *dado que*, etc.

dois modelos estruturais quanto à organização dos constituintes, daí o estabelecimento dos critérios⁵: i) categorização do contexto estrutural, que perfaz um total de 10 (dez) categorias para as estruturas iniciadas pela locução, e 11 (onze) para as estruturas reduzidas; ii) indicação do valor semântico; e iii) da ordem preferencial. Convém esclarecer que, devido à restrição de espaço, não focalizamos os dois últimos critérios. Ou melhor, restringimo-nos ao aspecto sintático.

A partir da descrição desses contextos de uso das duas marcas linguísticas, procuramos confirmar a hipótese de que a maior recorrência da estrutura reduzida seria motivada pela menor complexidade estrutural. Para explicar o percurso de gramaticalização das marcas **sem/sem que**, consideramos os critérios concernentes à gramaticalização de itens, indicados por Hopper e Traugott (1993) como também os relativos à gramaticalização de orações, apresentados por Lehmann (1988)⁶.

O capítulo está assim delineado: na seção 2, a seguir, apresentamos uma breve descrição do mecanismo denominado hipotaxe adverbial, tendo em vista ser o ambiente no qual situam-se as estruturas em análise; nas seções 3 e 4, tratamos, respectivamente, da definição das classes relacionais bem como o seu funcionamento e da testagem dos critérios identificadores das duas classes relacionais (correspondente à

⁵ Ressaltamos que o gênero não é tomado como categoria de análise; poderia ser um critério relevante se os dados sob análise pertencessem a modalidades distintas (jornalísticos x acadêmicos) ou a registros distintos (informal/formal) e houvesse a pretensão de comparar os usos considerando esses parâmetros. Quanto aos outros dois aspectos, vale destacar que os diferentes matizes semânticos expressos pelos conectores têm motivação de natureza cognitiva e interacional, evidenciando a importância do contexto na determinação dos sentidos. E em se tratando da ordem, é interessante saber qual a contribuição desse aspecto para o plano textual.

⁶ Conforme Lehmann (1988), a gramaticalização envolve toda a estrutura linguística, ou seja, toda a oração.

parte analítica do estudo), culminando na seção 5, que sintetiza o processo de gramaticalização do item sob investigação, seguindo-se as considerações finais.

2. Caracterização sintática e semântico-funcional da hipotaxe adverbial

Funcionalistas de variadas vertentes, como Halliday (1985), Matthiessen e Thompson (1988), Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993), discordam da visão de que só existem duas estratégias de articulação oracional – a coordenação e a subordinação. Por isso, redimensionam o estudo das orações complexas, distribuindo as estruturas oracionais em três grupos: parataxe, hipotaxe e subordinação, adotando a ideia de *continuum* estrutural, que leva em consideração, em maior ou menor medida, aspectos sintáticos, lógico-semânticos e discursivos.

A postura dos autores se assenta na visão de que, no processo de junção, as orações exibem diferentes graus de vinculação sintática. Halliday (1985) estabelece dois eixos quando da análise das orações - o sistema tático, que considera *correlação entre elementos*; e o sistema lógico-semântico, que leva em conta o *papel semântico-funcional* das orações. No primeiro eixo, distinguem-se relações *paratáticas, hipotáticas e de encaixamento*, conforme a relação entre os elementos seja de mesmo estatuto ou de estatuto diferente. No segundo eixo, tem-se a divisão entre relação de *expansão* e de *projeção*.

Matthiessen e Thompson (1988) ampliam esse modelo, aliando aos critérios apontados as motivações pragmático-discursivas, partindo do princípio de que a verificação do grau de interdependência das orações relaciona-se não apenas à análise da estrutura interna da frase, mas às funções discursivas. Quanto às orações adverbiais, acrescentam que a combinação das orações reflete a organização retórica do discurso.

Lehmann (1988), por sua vez, analisa as orações a partir de três critérios gerais, a saber: autonomia ou integração de cláusulas subordinadas; expansão ou redução da cláusula subordinada ou principal; e isolamento ou articulação de cláusulas. Também Hopper e Traugott (1993), considerando parâmetros sintáticos e semântico-discursivos, sugerem que o processo de junção das orações segue a direção de menor para maior integração de cláusulas e, em decorrências desse fator, o elo oracional é mínima ou maximamente explicitado.

Castilho (2010) acomoda as sentenças em três tipos estruturais: a) estruturas encaixadas em que uma oração introduzida por uma conjunção integrante serve de complemento do verbo de outra oração, a matriz, estando em relação argumental – são as *substantivas*, ou completivas⁷; b) estruturas encaixadas em que uma oração introduzida por um pronome relativo modifica um sintagma nominal antecedente, estando em relação de adjunção – são as *adjetivas restritivas*, ou relativas; e c) estruturas em que não há encaixamento, estando uma oração em relação de adjunção com outra, servindo-lhe para adicionar uma informação ou circunstância – são as *adverbiais*. Dentre esses três grupos de sentenças que integram a subordinação, interessa-nos estas últimas.

Com efeito, a hipotaxe adverbial se caracteriza pelo estabelecimento de uma relação entre elementos de natureza distinta, mas que, ao contrário da subordinação, não envolve uma relação de *constituência*, e sim de elementos que estabelecem *relações lógico-semânticas*. Convém acrescentar que as orações adverbiais, se comparadas às subordinadas substantivas e adjetivas, têm uma ligação mais fraca em relação à matriz, porém, são mais suscetíveis às necessidades do discurso, como assinala Castilho (2010). Por isso, considerando-se os parâmetros universais de **independência/dependência** sintática propostos para diferenciar a

⁷ Estas são as subordinadas propriamente ditas.

coordenação da subordinação bem como o critério de **encaixamento**, as adverbiais se situam entre as coordenadas e as subordinadas. Ou seja, tendo como princípio a noção de *continuum*, a hipotaxe é assim representada: + dependência / - encaixamento.

Apresentamos, na sequência, uma síntese dos traços sintáticos que caracterizam a oração subordinada adverbial. São três as propriedades citadas por Brito (2003): i) o papel de constituinte sintático; ii) o caráter não-argumental em relação ao verbo da oração matriz; e iii) a impossibilidade de extração de constituintes na oração subordinada, daí a denominação de *ilhas adjuntas*. A submissão ao processo de clivagem e a mobilidade de posição (inicial/final/medial) confirmam o fato de esse sintagma oracional ser um constituinte sintático.

Quanto à propriedade de não ser argumento do predicado, a autora enumera quatro estratégias indicadoras da função de adjunção, quais sejam: (1) A pergunta com o verbo fazer/acontecer seguido da oração subordinada cuja resposta é a oração matriz. Assim, dada a oração “Vamos jantar *se vieres cedo*.”, obtém-se como resposta à pergunta “O que é que vamos fazer se vieres cedo?”, a seguinte oração: “Vamos jantar”. (2) A substituição da oração adverbial por advérbios, sintagmas adverbiais e preposicionais, não argumentais. Nesse caso, a oração subordinada presente em “Vamos jantar *quando chegares*” pode ser substituída por “Vamos jantar *às oito horas/hoje*.” Da mesma forma que à oração subordinada grifada em “Vou sair *apesar de ter muito trabalho*.” pode corresponder a expressão “*apesar do trabalho*”. (3) Evidência de correferencialidade entre o sujeito nulo da oração subordinada anteposta e o SN sujeito da oração matriz. Logo, no período “Embora ainda não Ø tenha emprego, o João quer casar.”, o sujeito não expresso do verbo TER presente na oração subordinada é correferencial ao sujeito (João) da locução verbal QUER CASAR na oração matriz. (4) Ausência de correferencialidade entre o sujeito da oração subordinada adverbial e o sujeito nulo ou pronominal da oração matriz, quando a adverbial vem posposta, como demonstra o

exemplo “*ela dançava, quando a Maria cantava*, no qual o sujeito representado pelo pronome *ela* se refere a uma outra pessoa que não Maria.

Saliente-se que tais orações não se definem apenas pelos traços estruturais. Conforme Decat (2001, p. 106), apesar de elas aparentarem ser encaixadas, tendo em vista funcionarem como parte de outra oração, têm “mais que uma função gramatical, uma função discursiva, no sentido de orientar o ouvinte para a mensagem que se quer transmitir, organizando, assim, a forma do discurso”. Eis a razão por que, numa perspectiva funcionalista, o estudo das orações adverbiais ultrapassa a identificação, no nível das sentenças, do tipo de informação que é adicionada à oração matriz por meio da associação à tipologia de advérbios, pois, além de nem sempre ocorrer tal correspondência, a oração adverbial pode ter como alvo/escopo um grupo de sentenças. Portanto, está-se no nível textual e não no sentencial. Por reconhecerem essa particularidade das orações adverbiais, funcionalistas como Castilho, Decat, entre outros⁸, preferem descrevê-las como um princípio de organização do discurso, ou “como um caso de ‘combinação de cláusulas’” (CASTILHO, 2010, p. 371).

Neves (2000), ao situar o contexto em que se empregam essas formas gramaticais, opõe a *subordinação estrita à junção* – a primeira atua no âmbito dos sintagmas ou das orações por meio das *preposições*, enquanto a segunda, no âmbito das relações entre satélites adverbiais e seus núcleos, podendo ser introduzida tanto por meio das *preposições* quanto das *conjunções subordinativas*.

⁸ Haiman e Thompson (1984, *apud* DECAT, 2001, p. 110) distinguem cláusulas que se integram estruturalmente em outra (substantivas e adjetivas restritivas) das que não se integram (adverbiais). Quanto a estas últimas, os autores as subclassificam, conforme a combinação que estabelecem com as outras orações, em dois tipos: a) *relação núcleo/satélite* e b) *relação de listagem*. A diferença entre os dois grupos se relaciona à quantidade de texto com que a oração adverbial se articula. No primeiro caso, a articulação se dá entre duas sentenças – a matriz e a adverbial; no segundo, mais de uma oração adverbial; logo, vários satélites.

Esse levantamento, ao evidenciar algumas das diversas vozes funcionalistas que se debruçam sobre o tema, serve para suscitar a potencial convergência dos pressupostos dessa abordagem em relação à articulação de orações complexas. Tentando aprofundar esse tópico, tratamos, a seguir, das classes responsáveis pelos nexos textuais.

3. As classes relacionais: definição e funcionalidade

Considerando os critérios flexional, distribucional e semântico como base para a organização das palavras em categorias gramaticais, situemos as duas classes supracitadas. Preposição e conjunção se aproximam por serem invariáveis, dependentes e estabelecerem nexos, ou seja, pela sua natureza relacional. A divergência entre as classes tem relação com o tipo de *sintagma* com que se conectam. Significa dizer que a natureza da unidade que sucede a preposição ou a conjunção – se SN ou SO – é fator determinante para a distinção entre essas duas classes, como evidenciam as definições⁹ abaixo, que adotam o mesmo critério classificatório – *o distribucional*.

Quadro 1: Definições das classes relacionais – preposição e conjunção

AUTORES	PREPOSIÇÕES	CONJUNÇÕES
Perini (1996)	“é a palavra que <i>precede um SN</i> , formando o conjunto um S Adj. ou um S Adv.” (p. 334).	“é a palavra que <i>precede uma oração</i> , formando o conjunto um S Adv. ou um SN.” (p. 334).
Azeredo (2000)	“palavra invariável que <i>precede uma unidade nominal</i> – substantivo, pronome substantivo, infinitivo -, convertendo-a em constituinte de unidade maior [...]” (p.144).	“palavra invariável que <i>precede uma oração desenvolvida</i> , convertendo-a em constituinte de uma oração maior [...]” (p. 145).

Fonte: Elaboração própria

⁹ A seleção dessas definições independe da linha teórica assumida pelos autores, tendo chamado a atenção apenas o critério adotado.

Atente-se para o fato de que, ao caracterizar a unidade nominal que integra o sintagma preposicional, Azeredo (2000) faz referência à forma verbal *infinitivo*, que estaria em oposição à forma verbal finita, marca identificadora da *oração desenvolvida*, unidade que sucede uma conjunção. Na verdade, essa forma de distinguir a oração reduzida da desenvolvida é um tanto imprecisa, pois, enquanto o reconhecimento de uma oração reduzida vem associado à presença das formas nominais do verbo – *infinitivo*, *gerúndio e partiápio* –, o da oração desenvolvida se associa à identificação de um *conectivo*¹⁰. Mais coerente seria que o reconhecimento se baseasse em um só critério – o da forma verbal – se finita ou infinitiva. Observe-se que, se a distinção entre orações desenvolvidas e reduzidas não estivesse presa às denominações *conjuncional/não-conjuncional*, seria mais fácil a aceitação de que itens originariamente preposicionais estão se gramaticalizando como conjuncionais em um tipo particular de orações – as reduzidas.

Perini (1996) e Azeredo (2000) seguem uma linha explicativa sobre o mecanismo de transposição de orações muito similar. Dada a capacidade de estabelecer nexos, Perini (1996) inclui essas duas classes relacionais, juntamente com o pronome relativo, no conjunto dos conectivos, que se subdividem em coordenativos e subordinativos. Aos conectivos subordinativos, particularmente, atribui a função de alterar a classe de um SN ou oração, de forma que a unidade linguística a que se anexam a preposição ou a conjunção representa um sintagma maior.

Em conformidade com a máxima de que preposição se junta a SN e conjunção a oração, Perini (1996) justifica que, em construções formadas pelas locuções conjuntivas (ou conjunções) **sem que** e **desde que**, dá-se a condensação de dois processos: na primeira etapa, acrescenta-se a conjunção à oração para compor um SN; na segunda, acrescenta-se a esse

¹⁰ Conforme esclarece Bechara (1999), a oração desenvolvida assim se denomina por apresentar verbo na forma finita, seja imperativo, subjuntivo ou indicativo.

SN a preposição para formar um SAdv. Aplicando-se essa regra à segunda parte da oração: “Eles participaram da festa *sem que fossem convidados.*”, obtém-se o seguinte desdobramento: (1) QUE + ORAÇÃO (fossem convidados) = SN: “... **que** fossem convidados.” e (2) PREP. SEM + SN (... que fossem convidados) = SADV.: “... **sem** que fossem convidados”.

Transpondo-se essa regra para as orações adverbiais reduzidas de infinitivo, a anteposição da preposição sem à oração “[eles] serem convidados” na oração maior: “Eles participaram da festa **sem serem convidados.**” forma um sintagma adverbial, correspondente a “... **embora** não tenham sido convidados” ou “... **ainda que** não tenham sido convidados”. Ou seja, na estrutura reduzida introduzida por preposição, verifica-se a condensação de dois processos tal como ocorre com a locução conjuntiva, razão pela qual julgamos incongruente a asserção de que preposição só liga termos (ou sintagma nominal). Ou seja, há preposições que ligam orações, no caso as adverbiais reduzidas, o que corresponde à especialização de uso em determinado contexto estrutural, corroborando também o que se disse na introdução a respeito de as duas classes compartilharem traços.

Azeredo (2000, p. 222) chama de oração adverbial “ao sintagma adverbial criado por transposição de uma oração” e exemplifica com a sentença: “Eles abriram a porta *sem que pudéssemos ouvir* e saíram”, cuja explicação baseia-se na alternância da oração em destaque com um advérbio *silenciosamente*; ou com uma oração “*Nós não podemos ouvir*”. Percebe-se, pois, que a alternância não fora realizada com a oração “*Nós não pudéssemos ouvir*”, porque esta não tem autonomia sintática, embora o verbo esteja na forma finita¹¹, que é a marca de predicação. No mesmo contexto em que se insere a oração adverbial desenvolvida, cabe a oração reduzida introduzida pelo item **sem**, obtendo-se “*sem podermos ouvir* (ou

¹¹ A forma verbal no subjuntivo é uma marca de subordinação tanto quanto a marca de infinitivo.

sem ouvirmos)”. Se a estrutura da oração desenvolvida consiste na união do transpositor **sem que** com a oração “*Nós não podemos ouvir*”, a oração reduzida também consiste na união do transpositor **sem** com uma oração, de modo que passam a funcionar com valor conjuncional.

Castilho (2010, p.120), quando da abordagem das orações reduzidas, afirma que “sentenças adverbiais finais, temporais e comparativas podem ter seu verbo no infinitivo preposicionado”. Isso, porém, não impede a existência de um elemento subordinante (conectivo em sentido amplo), pois é esse elemento, no caso em foco – a preposição **sem**, que habilita o sintagma a assumir uma nova função¹². Por outro lado, é comum associar-se conectivo apenas a conjunção, o que é um equívoco.

Ainda com relação às orações infinitivas¹³, Castilho (2010, p. 381) elabora um esboço das condições que favorecem a ocorrência de substantivas, e especificamente sobre as infinitivas adverbiais, faz menção ao infinitivo preposicionado: “Sentenças adverbiais finais, temporais e comparativas podem ter seu verbo no infinitivo preposicionado”. O autor fornece os seguintes exemplos:

- a) *Mandei seu presente logo cedo, **para** você receber o meu antes dos outros.*
- b) ***Depois de/antes de tocar fogo** no mato, escondeu-se da polícia florestal.*
- c) ***Ao apertar** minha mão, vi que estava nervoso.*
- d) *O incendiário foi bastante/demasiado/muito decidido **para tocar fogo** no mato.*

¹² Na oração complexa, a oração subordinada introduzida pelo **sem** ocupa o lugar do advérbio (adjunto adverbial) na oração simples.

¹³ Castilho (2010) lista quatro contextos que são tomados com escopo da preposição: i) sintagma nominal; ii) outro sintagma preposicional; iii) sintagma adverbial e iv) *sentença com verbo nominal*. (grifos nossos).

Ao explicar sobre o infinitivo preposicionado, Castilho (2010) não contempla a preposição **sem**, mas isso não nos impede de incluí-la, pois seria mais uma preposição apta a introduzir esse modelo estrutural. Na proposta do autor, apenas o infinitivo, que é o nominalizador, constitui a marca de subordinação, o que justifica a denominação “infinitivo preposicionado”. De outro modo, nos dados de a a **d**, as formas infinitivas vêm acompanhadas de complemento, o que confere ao adjunto o caráter *oracional*, mas entendemos que, nesse caso, é o acréscimo do **sem** que confere caráter *adverbial* à oração. Advém da natureza subordinante a convergência entre preposições e conjunções, considerando que o transpositor tem o papel de modificar a classe de um SN ou uma oração.

Em linhas gerais, o que se percebe na abordagem da preposição é que, embora alguns autores citem o verbo como uma das unidades subordinadas – Azeredo (2000) chega a especificar o *infinitivo* –, os exemplos normalmente oferecidos como ilustração de sintagmas em que a preposição precede essa forma verbal realmente têm função de adjunto suboracional, sendo, muitas vezes, passíveis de substituição por um substantivo de conteúdo equivalente, a exemplo de “direito *de nascer*” (de nascimento); “receio *de morrer*” (da morte); gosto *de estudar* (do/pelo estudo). Ou seja, a restrição quanto ao reconhecimento da forma infinitiva como unidade verbal decorre de se atribuir à forma finita (flexionada) do verbo a função de *predicação*, restando ao infinitivo a responsabilidade de *nomear* uma ação.

No que se refere à sintaxe das formas nominais do verbo, cabe ressaltar o posicionamento de Azeredo (2000). Este autor explica que tais formas se assemelham às formas verbais plenas quanto à possibilidade de apresentarem sujeito e objeto, distinguindo-se, porém, destas últimas, por serem inflexíveis quanto à expressão de tempo e modo. Esse autor reconhece que o emprego das formas nominais do verbo se expande à esfera oracional, quando faz a ressalva de que orações sob a forma de

infinitivo assumem, por meio do processo de transposição, “o lugar sintático dos sintagmas nominais, e sob a forma de gerúndio ou particípio o lugar sintático dos sintagmas adjetivais e adverbiais” (AZEREDO, 2000, p. 239). Logo, a lacuna na sua explanação reside em omitir o emprego do infinitivo nos sintagmas adverbiais, dando margem ao entendimento de que as formas reduzidas de infinitivo só integram orações substantivas¹⁴.

Admitindo-se que a ausência de um complemento para a forma infinitiva conferiria um indício de propriedade nominal ao verbóide, o infinitivo formaria juntamente com a preposição um sintagma adverbial, na função de adjunção em relação à sentença matriz, um tipo de uso ilustrado pela seguinte sentença que compõe o *corpus* da pesquisa:

1. “Se sempre fosse possível trocar um relacionamento por outro, como num passe de mágica, aposto que a maioria das pessoas o fariam **sem pestanejar**” (Isto É, E, 22/06/11);

Observamos que o **sem** junto a infinitivo sem complemento assume o papel de *preposição*¹⁵, caso em que teríamos um adjunto adverbial não oracional. Há ainda estruturas cujo complemento verbal está subentendido, sendo recuperado pelo contexto (textual ou situacional), como

¹⁴ Em Azeredo (2014), a delimitação está bem mais explícita, quando, ao se referir às “desinências aspectuais”: -r/-ndo/-do, formadoras do infinitivo, gerúndio e particípio, o autor afirma que “estes afixos habilitam o lexema verbal para as funções *substantiva*, *adjetiva* e *adverbial*. Portanto, se o “transpositor tem o poder de conferir uma classe à construção por ele introduzida” (p.298), de modo que as formas de infinitivo seriam identificadoras de orações substantivas apenas.

¹⁵ Sendo uma forma verbinominal (ou verbóide), o infinitivo é uma das categorias duplas da língua. Nesse caso, conforme o contexto de uso, pode assumir caráter ora nominal ora verbal. Por conseguinte, concedendo-se à forma reduzida natureza *nominal*, seria concedido ao **sem** o rótulo de preposição; e se de natureza verbal, seria concedido ao **sem** o rótulo de conjunção.

em “Viajou *sem pagar*” (passagem) ou “Agiu *sem pensar*” (nas consequências), de modo que o conjunto poderia ser tomado como uma expressão cristalizada, o que se verifica nas sentenças:

2. “Para crescer *sem poluir*” (VJ, E, 30/06/10);
3. “Isso é algo que me fascina nele, porque tanta gente quer cumprimentá-lo e ele podia fazer isso *sem prestar atenção*. Ele não faz isso.” (ÉP, E, 29/11/10);

Nesses casos, independentemente de ser possível recuperar o complemento/argumento, a ausência deste na superfície da sentença caracterizaria a *função de adjunção*, estando também essa forma verbal precedida de *preposição*. Porém, estruturas como “Mudou-se **sem dar explicações**” revelam outro tipo de uso. Trata-se de um emprego do infinitivo com características próprias de um verbo pleno, o que se comprova pela possibilidade de depreensão dos constituintes oracionais – sujeito (mesmo que elíptico - Ø¹⁶) e complemento (objeto direto - simples ou oracional; objeto indireto, complemento relativo ou locativo). Deste modo, a oração subordinada contém todos os constituintes, caso em que o infinitivo estaria antecedido não de uma preposição, mas de uma *conjunção*. Ou seja, é o caráter oracional do adjunto que favorece a identificação do transpositor que precede o infinitivo como *conjunção*. Ilustram esse fenômeno as sentenças:

4. “Época - o que o senhor sugere?
Lazzarini – Um choque institucional para reduzir os custos de intermediação de empresa [...] É preciso ficar mais fácil para um novo empreendedor despontar sozinho, **sem recorrer ao Estado**. Não acredito que essa feição de capitalismo de laços vá acabar [...]” (Época, E, 06/12/10);

¹⁶ (Ø) símbolo indicativo de elipse; indeterminação; inexistência de sujeito (não preenchimento de argumento).

5. “A *justiça* expediu uma ordem de prisão contra mim e, **sem eu** nem **ter ido** a um tribunal, determinou que eu deveria ser levado para a penitenciária de La Planta, mais perigosa das Américas, segundo a Comissão Internacional de Direitos Humanos.” (ÉP, E, 11/04/11);

Para reforçar a natureza verbal da forma infinitiva, trazemos para discussão um outro constituinte oracional – o sujeito. Uma característica das orações adverbiais reduzidas de infinitivo é a possibilidade da elipse do sujeito, tendo em vista a correferencialidade dos sujeitos das orações matriz e adverbial. Uma vez que não se evidencie ambiguidade semântica ou estrutural no período, o infinitivo se mantém não flexionado. Mas é relevante frisar que as orações reduzidas também exibem sujeitos não-correferenciais, como em (5): o sujeito (*a justiça*) tem relação com *expediu* e *determinou* e o sujeito (*eu*) com *ter ido*, demonstrando que cada oração tem seus constituintes argumentais, o que dá sustentação à alegação de que o *sem* atua, nesses contextos, como *conjunção*.

Considerando-se, pois, que uma preposição pode introduzir uma sentença de caráter adverbial constituída por um verbo em forma infinitiva, que quase sempre tem correspondência¹⁷ com uma oração cujo verbo se apresenta na forma finita, por que não contemplar a possibilidade de, em tais contextos, esse item gramatical assumir função própria da conjunção e ser classificada como tal?

Para tornar mais clara a caracterização do infinitivo sob um parâmetro escalar, em que ora se lhe concede valor *nominal*, ora *verbal*, apre-

¹⁷ A paráfrase é uma estratégia usada para facilitar a apreensão do sentido resultante da combinação das orações. Mas Bechara (1999, p. 518) assim explicita: “Para o *desdobramento da reduzida em desenvolvida*, basta substituir a preposição ou locução prepositiva por uma conjunção ou locução conjuntiva de mesmo valor e pôr o verbo na forma finita” (grifos nossos).

sentamos a configuração sintática dos dois padrões oracionais – quadros (2) e (3) – elucidando, por extensão, o uso da partícula **sem** ora como *preposição* ora como *conjunção* (posição aqui defendida), conforme ela se anteponha ao infinitivo na sua função nominal ou verbal, respectivamente. Listamos os contextos em que se acomodam os dados do *corpus*, seguidos de um exemplo para cada caso:

Quadro 2: Contextos sintáticos da estrutura reduzida (SEM + INFINITIVO)

CONTEXTO I: Sem + sujeito Ø (correferencial) + forma verbal infinitivo não seguida de complemento (complemento Ø): Estrutura em que o verbo assume valor de nomeação, cabendo à combinação “preposição + verbo” o papel de adjunto adverbial, relativo ao verbo ou à sentença, além de poder marcar atitude do falante (comentário avaliativo, modalização).

6. “Num mundo onde cresce **sem parar** a compulsão para obrigar as pessoas a levar uma vida “correta”...” (VJ, A, 09/06/10);
7. “**Sem generalizar**, acho que o abuso desses efeitos, que tornam tudo visível demais para o espectador, contribuiu para que o cinema perdesse grande parte de sua emoção e sensação de perigo.”; (VJ, E, 02/11/11);

CONTEXTO II: Sem + sujeito Ø (correferencial) + expressão cristalizada (v. infinitivo na condição de verbo suporte + complemento / ou a expressão “sem falar”) + (argumentos): Estrutura em que o verbo suporte forma, com o complemento de natureza metafórica, uma expressão cristalizada, pondo em evidência o valor nominal da unidade; ao mesmo tempo, a presença de argumentos exigidos pela combinação (expressão cristalizada) evidencia o seu caráter verbal.

8. “... Há um aspecto ainda mais sério na obscena decisão de Khadafi de manter seu regime espetáculo até o último momento, **sem levar em consideração** nenhum custo em sangue ou recursos [...]” (ÉP, A, 29/08/11);

CONTEXTO III: Sem + sujeito Ø (correferencial) + v. infinitivo seguido de complementos¹⁸: OD (simples ou oracional), OI, Predicativo, locativo (agente da passiva); adjuntos adverbiais: Estrutura em que o caráter verbal do infinitivo torna-se nítido, dado o acompanhamento de termos argumentais, o que favorece a paráfrase com a oração sob a forma desenvolvida, mesmo se, na estrutura reduzida, houver partículas de realce entre o verbo e o complemento.

¹⁸ Referimo-nos, aqui, aos “constituintes oracionais” (argumentais e não argumentais), independentemente de o vínculo sintático ser forte ou fraco.

9. “[...] Num mês de mandato-tampão, **sem** o Legislativo **funcionar**, essa turma conseguiu gastar R\$ 298 mil com “consultorias, trabalhos técnicos e locação de veículos” [...] (ÉP, A, 07/02/11) (Sujeito)
10. “O produto pode ter sido feito **sem pagar impostos**, por escravos e com matéria prima ilegal”. (ÉP, E, 10/05/10) – OD (simples)
11. “Modelos, atrizes e outras pessoas que precisam pesar pouco para fazer sucesso chegam aos 30 anos de idade, ou mais, **sem ter feito uma única refeição decente na vida**.” (VJ, A, 09/06/10) – OD (simples)
12. “Foi uma agonia (...). Fiquei anos com um nó no estômago, **sem saber o que ia acontecer**. Mentalmente foi muito difícil. (IÉ, E, 30/11/11) OD (oracional)
13. “Humanidade florescia ali, aos vapores do lixo, e – repito ainda outra vez - **sem saber disso**”. (VJ, A, 28/04/10) – Complemento relativo
14. “Fiz um esforço grande para dialogar com a conjuntura eleitoral, mas **sem me tornar refém** dela.” (EP, E, 11/10/10) – Predicativo
15. “No campo, por exemplo, queremos dobrar a produção de grãos, e fazer o mesmo na pecuária, **sem precisar entrar na Amazônia**.” (IÉ, E, 10/02/10) – Locativo
16. “Negócios são negócios”, explicou o chanceler Amorim, assumindo uma inesperada postura de homem de mercado implacável, que busca lucros para o Brasil onde quer que eles possam existir, **sem se deter por causa da “pregação moralista” contra ditaduras**.” (VJ, A, 21/07/10) – Adjunto adverbial
17. “Um corporativismo que permite a um delegado ter carros importados e apartamentos milionários **sem ser denunciado** Ø.” (ÉP, A, 21/02/11) – Agente da passiva (elíptico)

Fonte: Elaboração própria

Com base na categorização realizada em relação à organização distribucional do predicado nas orações supracitadas, constatamos que há:

a) estruturas aparentemente cristalizadas/integradas, às quais se poderia atribuir ao **sem** o papel de *preposição*;

b) estruturas em que o **sem**, integrado a um verbo caracterizado como “suporte”, compõe uma “unidade lexicalizada”, comportamento visível em construções como: **sem mergulhar a fundo**; **sem prestar contas**; **sem passar a mão na cabeça** assim classificadas não só por ser difícil

conceber o elemento subsequente ao verbo como um argumento - objeto direto ou indireto -, pois o construto parece mais um conglomerado, mas também por expressarem um sentido metafórico, já que o valor de cada termo do construto não é preservado (termos de valor correspondente seriam: *sem refletir/ sem explicar/sem proteger*); esse tipo de emprego revela a ambiguidade funcional do **sem** - *preposição ou conjunção* -, conforme se atribua à construção a função de *nomeação* ou, admitindo-se a paráfrase com **sem que**, conceba-se a estrutura como uma unidade oracional;

c) estruturas em que o verbo vem acompanhado dos termos argumentais, o que reforça a função *conjuntiva* do **sem**; acrescentem-se ainda como indício da natureza verbal do infinitivo os casos em que este integra uma locução verbal, uma estrutura de tempo composto, uma construção passiva, além de formas verbais mistas. Nessas construções, ora o infinitivo assume o lugar de verbo auxiliar, ora de verbo principal – determinando o tipo de argumento da sentença;

d) estruturas nas quais a presença do sujeito (**sem** + [SN *sujeito*] + **infinitivo**), a exemplo de “**sem** o *legislativo* **funcionar**”, sinaliza a natureza oracional da construção. Como a ausência de argumento fora apontada como indício do caráter nominal do infinitivo, a presença, nessas estruturas, do sujeito (aqui tomado como argumento por preencher um lugar exigido pelo verbo) ratifica o caráter verbal, e, logo, o papel conjuntivo do **sem**;

e) estruturas em que partículas de caráter nominal ou adverbial parecem quebrar a unidade formada por conector + infinitivo, vindo intercaladas, a exemplo de “**sem** [*as pessoas a lhes*] **dar** vida” e “**sem** [*também*] **jogar luz...**”; além de estruturas em que partículas com função de reforçar a noção de oposição antecedem o conector, a saber: *e, mesmo, mas, e embora*, identificadas em “*mesmo sem*, muitas vezes **merecê-los**” e “*mas sem* me **tornar** refém dela”; também aqui, o **sem** assume a função conjuntiva.

É pertinente frisar a aparente contradição, por parte da tradição gramatical, em relação ao não reconhecimento do infinitivo como um verbo, se é admitida a possibilidade de “orações subordinadas adverbiais reduzidas de infinitivo” parafrasearem as estruturas desenvolvidas. Bechara (1999, p. 514), diferentemente de outros gramáticos¹⁹, opta em favor de “dar um estatuto à parte às orações reduzidas de qualquer forma nominal do verbo desde que apresentem autonomia sintática dentro do enunciado e possam estar estruturadas analogamente às orações com verbo de forma finita, as desenvolvidas”. Assim, ao discorrer sobre os matizes semânticos das orações adverbiais, o autor salienta que “é de toda conveniência conhecermos as principais preposições que correspondem a ‘conjunções’ subordinativas adverbiais” (BECHARA, 1999, p. 518) e lista uma série de preposições e locuções prepositivas, em conformidade com os valores de: causa (*com, em, por, devido a, etc.*); concessão (*sem, apesar de, etc.*); condição (*a, sem*); consequência (*de*); finalidade (*para, em, a fim de, etc.*); meio e instrumento (*com, de*) e tempo (*antes de, a, depois de, até, etc.*).

Passemos à caracterização da oração introduzida pela locução, ou unidade conjuntiva que entra na constituição da estrutura desenvolvida, com atenção para a sua organização distribucional, dado o propósito de destacar a maior complexidade estrutural deste padrão oracional em comparação ao das estruturas reduzidas.

¹⁹ Bechara (1999, p. 513) esclarece que a opinião mais generalizada dos gramáticos é a do não reconhecimento das estruturas constituídas das formas de infinitivo, gerúndio e participio enquanto oração, por conceberem-nas como “uma subunidade da oração, um termo dela, quase sempre como um adjunto adnominal ou adverbial”.

Quadro 3: Contextos sintáticos da estrutura desenvolvida (SEM QUE + SUBJUNTIVO)

CONTEXTO: Sem + sujeito determinado + forma verbal finita (predominantemente seguida de complementos): OD, OI, Predicativo, locativo, (agente da passiva), adjuntos adverbiais, havendo também a possibilidade de o argumento não vir expresso (complemento Ø): Estruturas oracionais que apresentam verbo flexionado no subjuntivo, acompanhado dos argumentos interno e externo (sujeito, expresso por nome ou pronome anafórico, e complementos).

- Sem que + sujeito determinado**²⁰ (expresso por nome ou pronome anafórico) + verbo finito subjuntivo + objeto direto (simples ou oracional):
18. “[...] e a educação brasileira começou a ruir, **sem que ninguém** mexesse *um dedo* para deter o estrago que se fazia na população.” (IÊ, E, 26/01/11)
- Sem que + sujeito determinado + verbo finito subjuntivo (locução verbal) + objeto direto:**
19. “O sujeito deixava de lado a sua inteligência (se é que tinha), a experiência de anos perambulando a bordo de seu táxi pelas quebradas da cidade e o próprio poder de sedução para seguir uma engenhoca surda e cega – mas “tecnológica” – sem questioná-la, e **sem que eu** também **pudesse fazê-lo**” (IÊ, A, 27/04/11)
- Sem que + sujeito determinado (expresso por nome ou pronome) + verbo finito subjuntivo (tempo composto) + objeto direto:**
20. “[...] voltou de lá, mais uma vez, **sem que sua presença tivesse alterado coisa alguma**.” (VJ, A, 24/11/10);
- Sem que + sujeito (expresso por nome ou pronome) + verbo finito subjuntivo + predicativo:**
21. “[...] é possível continuar a crescer **sem que o preço ambiental** seja tão *alto*.” (VJ, E, 30/06/10)
- Sem que + sujeito determinado (expresso por nome ou pronome) + verbo finito subjuntivo (simples/locução verbal) + objeto indireto:**
22. “Restavam ao banco duas opções: dar o dinheiro para a fusão ou fazer uma operação hospitalar para salvar a empresa – isso **sem que seu controlador tivesse de arcar com suas responsabilidades**.” (VJ, E, 27/07/11);
- Sem que + sujeito determinado (elíptico ou expresso - anteposto/posposto) + forma passiva + (agente da passiva):**
23. “Mas o emendismo busca um reconhecimento fácil e direto do trabalho dos parlamentares, **sem que sejam produzidas políticas públicas que se institucionalizem** Ø.” (ÉP, A, 13/12/10)

²⁰ Referimo-nos ao sujeito definido ou “expresso” em oposição a não-expresso, considerando-se o critério sintático e não o semântico.

- **Sem que + sujeito elíptico + formas mistas (tempo composto + forma passiva):**
24. “[...] E é também uma peça política **sem que** \emptyset **tenha sido planejada** com esse fim [...]” (IÉ, E, 09/11/11)
- **Sem que + sujeito determinado (expresso ou elíptico) + verbo finito subjuntivo (simples ou locução verbal) sem complemento expresso (direto ou indireto):**
25. “É estranho que uma imoralidade como essa seja praticada em vários Estados há anos, **sem que ninguém se rebelde**. Ninguém sabia de nada? Fala-se tanta de rombo na Previdência [...]” (ÉP, A, 31/01/11)
- **Sem que + verbo Haver no subjuntivo + objeto (ou oração sem sujeito):**
26. “Superamos, **sem que** houvesse *qualquer ruptura institucional*, a era em que recebíamos de organismos do FMI e das autoridades financeiras do Velho continente um receituário impondo regras de bom funcionamento [...]” (IÉ, A, 07/12/11)
- **Sem que + passiva sintética + sujeito determinado posposto:**
27. “[...] Não há dia que passe **sem que** se veja na televisão e na imprensa *a triste figura do “Cavaliere”* de cabelo tingido e seus escândalos” (IÉ, A, 11/05/11)

Fonte: Elaboração própria

Depreendem-se as seguintes propriedades organizacionais das estruturas introduzidas pela locução conjuntiva: i) ocorrência de sujeito expresso por nome ou pronome, determinando o controle da concordância (29 ocorrências²¹, dentre as 50 estruturas coletadas); ii) presença de formas verbais compostas, formas mistas (tempo composto + passiva), além da passiva sintética, com sujeito posposto. Uma vez apresentada a categorização sintática dos dois modelos estruturais – a estrutura reduzida e a desenvolvida –, apresentamos, nas duas tabelas a seguir, a quantificação das ocorrências de cada estrutura, nos textos consultados.

²¹ Exemplificando: “Em tese, *duas empresas* podem combinar suas operações e fundir seus respectivos estoques acionários **sem que ninguém** precise desembolsar um centavo.” (VJ, CL, 29/06/11)

Tabela 1: Contextos estruturais da oração desenvolvida: descrição e frequência

CONTEXTO ESTRUTURAL	
SEM + [Sujeito] + FORMA VERBAL +	TOTAL
1) Sem que + sujeito explícito (expresso por nome ou pronome anafórico) + v. finito subjuntivo + <i>objeto direto</i> (simples ou oracional)	10
2) Sem que + sujeito explícito (expresso por nome ou pronome) + v. finito subj. (tempo composto) + <i>objeto direto</i>	3
3) Sem que + sujeito explícito + v. finito subj. (locução verbal) + <i>objeto direto</i>	3
4) Sem que + sujeito explícito. (expresso por nome ou pronome) + v. finito subjuntivo + <i>predicativo</i>	4
5) Sem que + sujeito explícito (expresso por nome ou pron.) + v. finito (simples/loc. verbal) + <i>objeto indireto</i>	8
6) Sem que + sujeito explícito (elíptico ou expresso - anteposto/posposto) + forma passiva + (<i>agente da passiva</i>)	4
7) Sem que + sujeito elíptico + formas mistas (tempo composto + forma passiva)	4
8) Sem que + sujeito explícito (expresso ou elíptico) + verbo (ou locução verbal) <i>sem complemento expresso (direto ou indireto)</i>	7
9) Sem que + V. HAVER + objeto (<i>or. sem suj.</i>)	3
10) Sem que + passiva sintética + <i>sujeito det. posposto</i>	4
	50

Fonte: Elaboração própria

Da comparação entre as estruturas sob investigação percebemos, em relação às reduzidas, não só a existência de padrões diferenciados, como demonstrado no quadro, mas a possibilidade de oscilação²² quando da classificação do **sem** conforme a avaliação do

²² Essa oscilação só ocorre em se tratando das estruturas reduzidas. No caso das estruturas desenvolvidas, o **sem** já é considerado como integrante da unidade (locução conjuntiva) ou conjunção subordinativa adverbial.

comportamento da forma verbal infinitiva: se a natureza nominal do infinitivo sobressai, o item **sem** recebe o rótulo de *preposição*; se, de outro modo, o verbo na forma infinitiva assume o papel de verbo suporte, originando expressão lexicalizada, fica a dúvida quanto à natureza da forma verbal (nominal ou verbal), implicando dificuldade na classificação do transpositor em *preposição* ou *conjunção*; por fim, se o caráter verbal do infinitivo se sobrepõe, quando da presença de complementos/argumentos, o item **sem** assume o papel de *conjunção*.

Referimo-nos a Azeredo (2000), quando da menção à semelhança entre a forma verbal infinitiva e a forma verbal plena no que se refere à possibilidade de apresentarem sujeito e objeto. Agora, referimo-nos a Macambira (1993, p.125), que, quando da abordagem dos adjuntos adverbiais, apresenta o *infinitivo* e a *oração reduzida de infinitivo* como representações morfológicas desses adjuntos. As sentenças “Farei tudo *para vencer*” e “Falei *sem tremer*” ilustram a primeira situação; e “Farei tudo *para venceres*” e “Falei *sem tremer a voz*” ilustram a segunda. Logo, nesses dois últimos exemplos, a indicação do sujeito, marcada na desinência do verbo, e a especificação do objeto direto parecem desfazer a ambiguidade quanto à atribuição de função nominal ou verbal ao infinitivo, razão por que o rótulo “oração” é utilizado em referência apenas a esses dois últimos exemplos.

4. Preposições e/ou conjunções: testando os critérios de identificação categorial

Buscando evidências de que a preposição se gramaticalizou como conjunção, exercendo uma função ainda mais gramatical, por atuar no nível textual, centramo-nos, neste espaço, nas estruturas reduzidas. Assim, procedemos não para mostrar que o **sem** introduz sentenças – isso já foi evidenciado –, mas para enfatizar a convergência de traços das duas classes, observando se os critérios que identificam a conjunção

são aplicáveis à preposição. Em síntese, três critérios são identificadores da *conjunção*: i) anteposição ao verbo finito; ii) inversibilidade, segundo Macambira (1993); e iii) ser elemento externo à oração que conecta, segundo Ilari (2008). Sobre o primeiro aspecto, não obstante a diferença quanto à flexão do verbo, os vários contextos estruturais em que a forma verbal infinitiva se comporta como verbo pleno, acompanhado dos argumentos, atestam que, nos dados sob análise, o **sem** assume o papel de conjunção, razão de testarmos apenas os dois últimos critérios.

O critério da inversibilidade diz respeito à mobilidade distribucional da oração subordinada, que pode vir anteposta ou posposta à oração principal; nesse caso, a conjunção, sendo um constituinte da subordinada, acompanha-a. Nos dados em estudo, predomina a posposição da adverbial, mas a possibilidade de ocupar a primeira posição, ainda que em menor frequência, é uma prova dessa mobilidade. A sentença abaixo ilustra esse aspecto:

28. “Economia é uma ciência temperamental. Bom, tenho lá minhas dúvidas se é ciência, mas temperamental certamente é. **Sem pedir licença**, ela invade os lares e remexe as nossas vidas das formas mais inusitadas”. (IÉ, A, 22/09/10)

Atentemos agora para outro exemplo retirado do *corpus*, cuja ordem vem reproduzida tal como se apresenta nos textos – ou seja, na ordem supostamente canônica²³, mas para o qual apresentamos uma versão em que a oração adverbial (em itálico) é deslocada para a esquerda:

²³ Partimos de princípio de que a colocação dos constituintes na oração atende a uma hierarquia, de modo que, dadas as propriedades sintáticas e semânticas do verbo, este faz exigências seja em relação aos tipos de constituintes, seja em relação aos papéis temáticos. Embora os constituintes tenham mobilidade, a ordem mais usual/habitual, conforme assinala Bechara (1999), seria o objeto direto, seguido do indireto (a menos que este venha representado por pronomes, fato que levaria a sua precedência ao objeto direto) e por último o adjunto adverbial.

29. “[...] Profissionalizamos o departamento e contratamos consultorias de excelência, pois o Brasil ganhou os Jogos Olímpicos *sem ter nenhum centro olímpico de treinamento*”. [...] (ÉP, E, 29/08/11)

29’. “[...] e contratamos consultorias de excelência, pois, *sem ter nenhum centro olímpico de treinamento*, o Brasil ganhou os Jogos Olímpicos. [...]” (ÉP, E, 29/08/11)

Essa ocorrência evidencia que a alteração na ordem das orações requer ajustes de pontuação; mas, como o interesse deste teste é avaliar se o deslocamento da oração subordinada provoca distorção sintática, podemos dizer que, em qualquer posição que esteja a oração subordinada, a estrutura se mantém coerente e sintaticamente bem formada²⁴. A ordenação das estruturas pode ser motivada por diversas razões – por exemplo, ênfase de uma determinada informação; aí já se está no plano transfrástico, ou textual-discursivo. Em se tratando especificamente da mobilidade posicional, as sentenças respondem positivamente ao teste, deduzindo-se um traço comum às conjunções e à preposição em estudo.

Mas, como as estruturas linguísticas têm suas especificidades, é preciso salientar que determinadas sentenças não admitem a mudança de ordem²⁵, sem que seu sentido seja alterado, pois, embora não cheguem a ser consideradas agramaticais, causam estranheza. As restri-

²⁴ Evidentemente, a ordenação das estruturas é influenciada tanto pelo fator semântico, que dá conta das diferentes relações de sentido apreendidas da combinação das orações, quanto pelo fator pragmático, que dá conta da distribuição das unidades informacionais e das funções discursivas, não apenas na micro, mas na macroestrutura textual, daí a relação com as noções de dado e novo. Mas essas são questões que extrapolam o escopo deste capítulo.

²⁵ Devemos esclarecer que a inversão da subordinada não provoca alteração de sentido apenas nas reduzidas.

ções ao deslocamento da subordinada para a primeira posição podem ser motivadas por fatores de **natureza linguística**, a exemplo da *referência pronominal anafórica*; como também de **natureza textual-discursiva**, relacionada à organização tópica do texto, o que se reflete no *relevo informativo*.

O segundo critério adotado – o de ser elemento externo –, diz respeito ao fato de a conjunção, apesar de ser um constituinte oracional, não exercer função sintática, isto é, “não desempenhar função definida na estrutura gramatical” (ILARI, 2008, p. 810). Para atender a esse critério, tomamos como parâmetro para analisar esse tipo de comportamento do **sem**, dois recursos: i) o desmembramento das orações principal e subordinada, de forma que se identifiquem os constituintes da oração subordinada, evidenciando a independência do transpositor e ii) a substituição desse transpositor por outro pertencente à classe das conjunções, de forma que se ateste o mesmo comportamento. Seguem algumas sentenças que compõem o *corpus*, estando a oração subordinada em itálico; seguindo-se a paráfrase:

30. “[...] No campo, por exemplo, queremos dobrar a produção de grãos, e fazer o mesmo na pecuária, **Ø sem precisar entrar** na Amazônia”. (IÉ, E, 10/02/10);

{**Ø sem precisar entrar na Amazônia**} = {nós não precisamos entrar na Amazônia}

30’. “[...] queremos dobrar a produção de grãos, e fazer o mesmo na pecuária, **mas não precisamos entrar na Amazônia**”.

31. “O que mais vem por aí, quanto podemos lidar com essas novidades, **Ø sem saber** direito quais são as positivas, quanto servem para promover progresso ou para nos exterminar ao toque do botão de algum demente no poder? [...]” (VJ, A, 17/02/10)

{*sem saber* direito quais são as positivas, quanto servem para [...]}=
{nós não sabemos direito quais são as positivas, [...]}

31'. “[...] quanto podemos lidar com essas novidades, *se* **Ø** não sabemos direito [...]”

Conforme mencionado no início desta seção, a segmentação do período tem como único intuito mostrar que a conjunção apenas estabelece o nexos entre as orações; trata-se somente de uma estratégia usada para tornar mais clara a alegação de Ilari (2008) de que a conjunção não interfere na sintaxe da oração subordinada, como ocorre com o pronome relativo, que acumula funções. Isto não quer dizer que a conjunção seja dispensável²⁶. E se a substituição do *sem* em alguns casos é feita por outras conjunções (subordinativas ou coordenativas) de valor equivalente, é porque existe a possibilidade de ligação entre as sentenças por diferentes mecanismos de articulação. Ou seja, há uma dependência semântica entre as orações, cabendo ao escrevente optar por um ou outro dos mecanismos de organização sintática.

5. Processo de recategorização dos transpositores *sem* (*que*): de preposição a conjunção

Considerando os contextos de uso do item **sem**, uma explicação viável do percurso da mudança pela via da gramaticalização seria: (I) **Preposição** > (II) **Preposição/conjunção** > (III) **Conjunção**. Conforme revela a tabela abaixo, os usos em que o item **sem** preserva os traços de preposição são quantitativamente inferiores àqueles em que adquire atributos de conjunção.

²⁶ Poderíamos atinar, por exemplo, às subfunções discursivas e pragmáticas que as conjunções acionam, ativando pressupostos e inferências que conduzem o direcionamento interpretativo assumido pelo leitor para atribuir sentido ao que lê.

Tabela 2: Frequência de sintagmas com função de nomeação, unidade cristalizada e com função argumental

	TIPO DE SINTAGMA	OCORRÊNCIAS
S E M	- Preposição Complemento \emptyset (f. de nomeação)	53
	- Preposição/conjunção Unidade cristalizada: (formada com verbo suporte) (Expressão “sem falar”)	20 22
	- Conjunção Presença de argumentos do verbo (OD, OI, Predicativo, etc.)	222
Total		317
S E M Q U E	- Conjunção Complemento \emptyset ;	07
	Unidade cristalizada	00
	Presença de argumentos do verbo (OD, OI, Predicativo, etc.)	43
Total		50

Fonte: Elaboração própria

Conforme entende Hopper (1991), o uso concomitante de duas formas gramaticais representando uma mesma função, como ilustram os transpositores **sem** e **sem que**, indica que elas estão em competição, o que reflete o princípio de *camadas*, mas não necessariamente que uma delas tenha de desaparecer. É fato que na língua portuguesa nenhum dos dois elementos citados caiu em desuso; mas, no *corpus* coletado, há, claramente, a primazia das orações introduzidas por **sem** junto a infinitivo; favoritismo que é um dos indicadores do maior grau de gramaticalização da estrutura reduzida em relação à desenvolvida. A preferência pela estrutura reduzida poderia ser justificada por algumas razões, tais como:

a) A precedência do uso conjuncional de **sem**, já que a gramaticalização da perífrase **sem que** ocorreu mais tardiamente, quando o emprego do nominalizador **que** se expandiu, originando diversas perífrases conjuncionais²⁷.

b) O condicionamento do gênero, embora esse não tenha sido um fator de grande peso nesta análise porque independentemente de se tratar de artigo, entrevista, editorial/carta ao leitor –, a estrutura reduzida prevalece. Uma vez que, em tese, é meta da escrita jornalística a objetividade, com linguagem simples e concisa, a estrutura reduzida preenche esse requisito;

c) A terceira razão, que acreditamos ser a mais contundente, diz respeito à configuração sintagmática da oração, que denuncia o maior grau de complexidade da estrutura desenvolvida, aspecto que pode ser confirmado quando da observação da flexão modo/temporal do verbo, da forma de apresentação do sujeito, e da relação de concordância, daí essa estrutura ser *menos marcada* no *corpus*. Isso significa que, considerando o princípio da marcação quanto ao critério estrutural, segundo o qual a forma marcada tende a ser mais complexa (ou maior) que a forma não marcada correspondente (GIVÓN, 1995), haveria preferência pela estrutura reduzida, cuja estruturação mais econômica e, por isso, menos marcada, provavelmente, se acomodaria melhor aos propósitos do domínio discursivo em tela.

Analisando a trajetória de gramaticalização das estruturas em foco à luz dos parâmetros indicados por Lehmann (1988), percebemos que as orações encabeçadas por **sem** estão mais vinculadas à matriz, como testemunham a presença do verbo na forma não finita e a correferencialidade do sujeito. Além desses traços, o baixo grau de sentencialidade,

²⁷ Romero (2009), ao analisar o processo de gramaticalização de **com** e **sem**, sob uma perspectiva diacrônica, em um *corpus* formado por textos dos séculos XV e XIX, constatou que a estrutura reduzida surgiu primeiro (século XV), passando a conviver posteriormente com a perífrase (século XIX).

aspecto que favorece a dessentencialização, é outro indicador de integração mencionado pelo autor. Dessentencialização implica mudança de estatuto – uma oração substantiva, por exemplo, pode assumir função de modalizador; no caso da oração adverbial, pode sofrer rebaixamento funcional, passando de adjunto oracional a adjunto no nível suboracional. No *corpus* investigado, as estruturas que se enquadram nesse padrão são aquelas em que a combinação preposição + verbo no infinitivo exerce função de nomeação - aquelas que não exibem complemento. Como esse uso representa minoria, não interfere na assunção de que **sem** e **sem que** se constituem como conjunção.

É importante lembrar que, na abordagem de Lehmann (1988) interessa investigar o processo de gramaticalização que envolve toda a estrutura linguística. A mudança que acarreta alteração no estatuto categorial de um item linguístico é preocupação da abordagem clássica de gramaticalização, que se centra na esfera do léxico. A gramaticalização de orações é uma extensão dos estudos relativos à mudança. Nos dados ilustrados nesta exposição, uma das provas de que é toda a oração que se gramaticaliza se manifesta no uso da estrutura encabeçada pela expressão cristalizada **sem falar/sem apontar**. O que tipifica esse padrão oracional é a particularidade de carregar informação de natureza argumentativa, enfática, tendo uma função pragmática – de adendo²⁸. Convém esclarecer que essas estruturas se distanciam das estruturas de realce, uma vez que a informação complementar não tem função modificadora.

²⁸ Por *adendo*, entendemos estruturas nas quais haveria acréscimos de informações que, do ponto de vista do falante/escritor, são julgados necessárias para tornar clara, completa a informação. Fazendo a relação da ordem de apresentação dessas informações e o estatuto informacional, as adverbiais que aparecem pospostas, servindo de *adendo/realce*, trazem preferencialmente informação *nova*, podendo também trazer informação inferível; enquanto aquelas que aparecem antepostas, normalmente trazem informação velha, permitindo constatar a iconicidade da perspectiva discursiva.

Considerações finais

Buscamos, neste capítulo, desenvolver uma reflexão pautada na fluidez de categorias gramaticais, tomando como objeto o estatuto categorial do **sem (que)**, considerando o flagrante deslocamento funcional que ocorre quando o item (sozinho ou na locução) realiza a conexão entre sintagmas oracionais, mais especificamente, ao se antepor a estruturas adverbiais reduzidas de infinitivo.

A análise dos dois padrões oracionais permitiu a constatação de que a partícula **sem** se recategorizou como conjunção no contexto específico das adverbiais reduzidas, o que não impossibilita sua classificação de preposição em outro contexto. Da comparação dos dois padrões oracionais, destacam-se as seguintes características: a oração desenvolvida impõe à forma verbal flexão quanto a tempo e modo, enquanto a reduzida não exige esse controle; a estrutura desenvolvida normalmente apresenta sujeitos distintos nas orações matriz e adverbial, por isso requer mais atenção quanto ao estabelecimento da concordância verbal, diferentemente da estrutura reduzida, que, por apresentar sujeitos coreferenciais, favorece a elipse, de modo que o verbo da oração adverbial, salvo raras exceções, não se flexiona também em número.

Evidenciamos que a combinação **sem + verbo suporte** é uma particularidade das estruturas reduzidas, pois a permuta do **sem** por **sem que**, ainda que possível, quebraria a unidade. Convém destacar que o menor grau de complexidade da estrutura reduzida foi o que provavelmente condicionou a sua preferência sobre a desenvolvida nos textos analisados.

Nos textos jornalísticos, que constituíram a fonte de investigação, o fato de uma das estruturas em concorrência, no caso, a estrutura reduzida, melhor se adequar ao contexto de objetividade e simplicidade, presumivelmente típicos do referido domínio discursivo, pode ser indício de um outro princípio de gramaticalização – a *especialização* de função.

Referências

- AZEREDO, J. C. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2014.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 38. Ed. Rio de Janeiro: Lúccerna, 1999/2003.
- BRITO, A. M. Subordinação adverbial. In: MIRA MATEUS, M. H. M. *et alii. Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. rev. e aum. Lisboa: Caminho, 2003.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- DECAT, M. B. N. *et al. Aspectos da gramática do Português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.
- HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, vol.1.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. VOL. 2, Campinas: Unicamp, 2008.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J. e THOMPSON, S. A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1988.

MACAMBIRA, J. R. *A estrutura morfo-sintática do português*. São Paulo: Pioneira, 1993.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.

ROMERO, N. Gramaticalização, lexicalização e semanticização de com e sem. In: CASTILHO, A. T. (org.). *História do português paulista*. Campinas: UNICAMP/Publicações IEL, 2009.

3 TRAJETÓRIA DE GRAMATICALIZAÇÃO DO ITEM LEXICAL VISTA ATÉ OS ITENS GRAMATICAIIS TENDO EM VISTA E TENDO EM VISTA QUE

Marcelo Módolo (USP)
Alfredo Vital Oliveira (USP)

Introdução

A partir da leitura de inúmeros textos dissertativos de discentes, nos últimos 20 anos, observa-se que, na composição deles – principalmente na concatenação das ideias – são utilizadas duas construções que não foram aprendidas nos bancos escolares, mas que são eficientes para a pretendida ligação de certas noções, como se exemplifica nos trechos seguintes, colhidos de redações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2017:

Outro fato que deve ser avaliado criteriosamente é a questão de que: aluno deficiente não pode reprovar. Tem que passar! **Tendo em vista** essas afirmações, entende-se porquê há uma falha na gestão escolar: a falta de interesse. (ENEM 00385016);

Assim, o preconceito em surdos se faz presente desde o início de sua formação, **tendo em vista que** muitas pessoas desrespeitam a libras o que é contra a lei por essa ser uma língua oficial. (ENEM 02400323).

Assim, objetivamente, quando se elabora um texto argumentativo e se pretende relacionar, por exemplo, reflexões de explicação, justificativa ou causa, além das conjunções, locuções conjuntivas (porque, pois, já que e visto que) e das locuções prepositivas (*devido a, por causa de, em vista de, em virtude de*) – as quais são formalmente apresentadas como conectivos nas aulas de língua portuguesa –, registra-se ainda o uso efetivo de **tendo em vista** e **tendo em vista que**.

Dessa forma, este trabalho objetiva descrever o processo de gramaticalização dessas duas locuções que atuam como conectores em português, a partir da hipótese de que houve gramaticalização do item lexical **vista** (substantivo *visão*) até o item gramatical **tendo em vista que** (conjunção com noção semântica de causa ou de explicação).

1. Causalidade

Quando versam sobre causalidade, as distintas correntes teóricas da Linguística optam por diferentes pontos de vista. A corrente formalista geralmente alicerça sua definição em aspectos de um panorama externalista, isto é, desconsidera as perspectivas cognitivas do usuário da língua e de seu contexto sociocultural. A corrente funcionalista, por sua vez, propõe descrever as funções e os usos de expressões consideradas causais, respaldando-se, principalmente, no conhecimento intuitivo do usuário da língua. Nesse caso, as palavras e as suas funções são analisadas dentro de contextos de uso.

Assim, com base no conceito de causalidade proposto por Neves (2014), são analisados alguns enunciados produzidos por usuários da língua portuguesa, desde o século XIII até o século XXI, a fim de verificar se, de fato, as construções **tendo em vista** e **tendo em vista que** interligam ideias que estabelecem ligação causal em relação a um acontecimento ou a uma ação.

2. Sobre os elementos conectivos: preposição e conjunção

Na elaboração de um texto, para se explicitarem as relações semânticas entre elementos da sentença ou entre sentenças de forma mais clara, inclusive no sentido causal, o sintagma ou as orações devem estar bem associados. Essa articulação chama-se coesão, o que é explicitado por meio de elementos conectivos, normalmente conjunções, preposi-

ções, advérbios e pronomes. Para este estudo, interessam especialmente as preposições e as conjunções da esfera semântica da causalidade.

Azeredo (2013) define preposição como a palavra invariável que precede uma unidade nominal (substantivo, pronome substantivo, infinitivo), convertendo-a em constituinte de uma unidade maior, e locução prepositiva como a combinação estável de palavras que equivale a uma preposição.

Cunha e Cintra (2013) classificam as preposições em essenciais (*a, ante, após, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por (per), sem, sob, sobre, trás*) e acidentais (*afora, conforme, consoante, durante, exceto, fora, mediante, menos, não obstante, salvo, segundo, tirante, visto*). As acidentais pertencem normalmente, em sua origem, a outras classes.

Há, ainda, dois tipos de locuções prepositivas: o que consiste na sequência preposição + substantivo (ou advérbio) + preposição, como *em cima de, em vez de, a troco de, a respeito de, por dentro de, por volta de*, e o formado por advérbio + preposição, como *perto de, longe de, fora de, além de* (cf. AZEREDO, 2013). São exemplos de preposições ou de locuções prepositivas que podem estabelecer causa: *por, de, com, a, por causa de, em vista de, em virtude de, devido a, em consequência de, por motivo de, por razões de, à mingua de, por falta de*.

A conjunção é a palavra invariável que liga duas orações ou duas palavras semelhantes (de mesma função gramatical) da mesma oração. Ela pode ser representada por apenas uma palavra ou por duas ou mais palavras quando, então, é chamada de locução conjuntiva.

Assim, as locuções conjuntivas são duas ou mais palavras que funcionam, de modo solidário, como conjunções, estabelecendo relações entre as orações dos enunciados. As locuções conjuntivas mantêm também a característica de invariabilidade (funcionam coletivamente como palavras invariáveis). Tradicionalmente, a gramaticografia apregoa que toda locução conjuntiva termina por conjunção.

Abaixo, no Quadro 1, apresentam-se as conjunções causais exemplificadas por sete autores de gramáticas normativas tradicionais editadas no Brasil:

Quadro 1: Exemplificação de conjunções causais presentes na gramaticografia do português

Conjunção	Azeredo	Bechara	Cegalla	Cunha; Cintra	Rocha Lima	Sacconi	Terra
como (=porque)	x	x	x	x	x	x	x
dado que	x						
desde que		x		x	x		
já que	x	x	x	x	x	x	x
pois	x		x		x	x	
pois que	x			x	x	x	
porquanto	x		x	x	x	x	
porque	x	x	x	x	x	x	x
que (=porque)		x	x			x	
se (= já que)						x	
uma vez que	x	x	x	x	x	x	x
visto como	x	x	x	x	x		
visto que	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Fonte: AZEREDO, 2013; BECHARA, 2015; CEGALLA, 2008; CUNHA & CINTRA, 2013; ROCHA LIMA, 2013; SACCONI, 2010; TERRA, 1988.

Como se observa, nem a locução prepositiva causal **tendo em vista** nem a locução conjuntiva **tendo em vista que** são apresentadas como exemplos de conectivos causais.

3. Metodologia

Para a consecução deste trabalho, analisa-se uma amostra de textos em língua portuguesa, representativos dos últimos nove séculos, a fim de se comprovar a tese da gramaticalização dessas duas construções

como conectivos causais. Utilizam-se os registros linguísticos compilados do *site Corpus* do Português, que contém duas seções distintas: uma com cerca de quarenta e cinco milhões de palavras de quase cinquenta e sete mil textos em língua portuguesa, entre os anos de 1300 a 1900, e outra seção com um bilhão de palavras, com aproximadamente um milhão de textos do século XXI, dos quatro países mais populosos de língua portuguesa (Brasil, Portugal, Angola e Moçambique).

Para a análise detalhada dessas construções, utilizamos o conceito proposto por Goldberg (2003). Segundo essa autora, “C” é uma construção, se e somente se “C” for um pareamento forma-significado (F1, S1), de modo que algum aspecto de F1 ou algum aspecto de S1 não seja estritamente predizível a partir de partes componentes de “C” ou a partir de outras construções previamente estabelecidas.

Uma construção pode ser constituída de morfemas, palavras, expressões idiomáticas e modelos parciais e/ ou totalmente lexicalizados. Por isso, os encadeamentos (*chunks*) **em vista de, tendo em vista e tendo em vista que** são considerados construções, pois, a partir da construção **vista**, é predizível o seu significado a partir da composição semântica dos seus componentes.

Segundo o princípio da não sinonímia de Goldberg (1995), se duas construções são sintaticamente distintas, elas devem ser semanticamente ou pragmaticamente distintas. Assim, a construção **tendo em vista** é distinta de **tendo em vista que**, o que se buscará mostrar neste texto.

Como há grupos de dados com um grande número de registros, determinou-se uma amostra para estudo das construções **em vista de, tendo em vista e tendo em vista que**, de acordo com os preceitos da metodologia científica, segundo o preconizado por OCHOA (2017). Na Tabela 1, há o resumo do número auferido de cada amostra por tipo

de construção, a partir da aplicação da fórmula para amostras aleatórias simples, na qual foi especificado o erro em 5% e o grau de confiança em 95% em relação ao número total de ocorrências.

Tabela 1: Construções contendo o item vista, as quais relacionam ideias de causalidade

CONSTRUÇÃO	séc. XV	séc. XVI	séc. XVII	séc. XVIII	séc. XIX	séc. XX	séc. XXI
Em vista de	10	9	0	0	32	33	628
Tendo em vista	0	0	0	0	7	178	1.093
Tendo em vista que	0	0	0	0	0	29	566
TOTAL	10	9	0	0	39	240	2.287

Fonte: Elaboração dos autores

Emprega-se, na coletânea de registros, a legenda com o seguinte esquema (origem, variedade, século), para indicar de que texto os exemplos foram selecionados, o país de origem (Brasil, Portugal, Angola e Moçambique) e o século (XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI) para se situar no espaço e no tempo cada enunciado selecionado, como, por exemplo, (CORPUS DO PORTUGUÊS, Brasil, séc. XX).

Nos esquemas da indicação da unidirecionalidade da mudança linguística, serão utilizados os símbolos a seguir, de acordo com o preconizado por VIARO (2014):

- $x \sim y$ (x faz parte do mesmo paradigma de y e ambos passaram a conviver na sincronia);
- $x \Rightarrow y$ (x é substituído por y).

4. Gramaticalização dos conectores

Os conceitos de gramaticalização são variados, dependendo do tipo de abordagem ou dos fenômenos linguísticos estudados. Alguns teóricos afirmam que se trata de um processo em que um termo lexical se

torna gramatical, ou ainda um termo gramatical que se torna mais gramatical. Sabe-se que esse termo foi introduzido, em 1912, por Antoine Meillet, que o define como a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma (NEVES, 1997).

De maneira bastante simplista, pode-se afirmar que a gramaticalização pode ser definida como o processo de mudança linguística que ocorre quando um item lexical adquire, em certos contextos, funções gramaticais ou quando um item gramatical se torna ainda mais gramatical. Entende-se que um item lexical é aquele que contém uma carga semântica mais expressiva, como os substantivos, os adjetivos e os verbos plenos. Já um item gramatical seria aquele cuja função é procedural, como as conjunções e as preposições.

O processo de gramaticalização das construções em estudo (**tendo em vista e tendo em vista que**) é demonstrado pela verificação da frequência de uso dessas construções e pelo exame da função gramatical que exercem nos enunciados selecionados.

Na visão funcionalista, as representações linguísticas são tratadas como emergentes, em vez de armazenadas como entidades fixas, ou seja, para um modelo baseado no uso, as unidades linguísticas são vistas como rotinas cognitivas. As instâncias que emergem do uso são estruturadas em padrões de uso decorrentes da ativação mental e podem ser constantemente alteradas, em decorrência de novas experiências dos falantes.

Nesse sentido, pode-se observar, na Tabela 2, a seguir, que, ao longo do tempo, emergem novas construções derivadas do item lexical **vista**. No século XV, emerge a construção prepositiva **em vista de**, com acepção causal; no século XIX, emerge a construção prepositiva causal **tendo em vista**; no século XX, finalmente, emerge a construção conjuncional causal **tendo em vista que**.

Tabela 2: Comparação de frequência de uso das construções provenientes do item lexical *vista*

Construção	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XXI
Vista	13	46	431	1.134	917	522	2.629	4.115	211.002
Em vista de	0	0	10	9	0	0	32	33	2.838
Tendo em vista	0	0	0	0	0	0	7	178	9.388
Tendo em vista que	0	0	0	0	0	0	0	29	4.157
TOTAL	13	46	441	1.143	917	522	2.668	4.355	227.385

Fonte: Elaboração dos autores

A partir do item lexical **vista**, item de maior frequência nos nove séculos analisados, observa-se, no século XV, que emerge do uso da língua uma nova construção linguística (**em vista de**), com frequência de uso menor que o item lexical fonte, ou seja, há 431 registros do item lexical **vista** contra 10 registros da construção gramatical **em vista de**.

No século XVI, ocorre o mesmo fenômeno, ou seja, há frequência de uso maior do item fonte em relação ao item dele derivado. Assim, constata-se que houve 1.134 ocorrências do item lexical **vista**, enquanto se contam apenas 9 ocorrências da construção gramatical **em vista de**.

No século XIX, observa-se o surgimento de um novo item gramatical (**tendo em vista**). O item lexical fonte **vista** possui uma frequência de 2.629 ocorrências, número muito maior que as construções dele derivadas, 32 ocorrências da construção gramatical **em vista de** e 7 ocorrências da construção gramatical **tendo em vista**.

No século XX, a construção gramatical **em vista de** apresenta apenas 33 ocorrências. O item gramatical **tendo em vista** possui 178 registros, quantidade muito menor que o item lexical fonte (**vista**). Entra em cena a construção **tendo em vista que**, com 29 registros. Por fim, no século XXI, os novos elementos gramaticais se consolidam na língua.

Após analisar a frequência de uso do item lexical **vista** e dos itens gramaticais derivados dele (**em vista de**, **tendo em vista** e **tendo em vista que**), examinam-se as noções semânticas dessas construções. Como alguns significados do item lexical **vista** possuem graus de concretude/abstração muito próximos, é apropriado esquematizar a unidirecionalidade da mudança por meio da proposta de Heine (2003), com base em um *cline*¹ semântico, segmentado em cinco projeções metafóricas: (A) concreto (globo ocular, parte do corpo) => (B) concreto (paisagem, cenário) => (C) abstrato (percepção visual) => (D) abstrato (juízo, consideração) => (E) abstrato (expressão invariável relacionada ao modo de pagamento), conforme se exemplifica nos enunciados (1) a (5).

(1) Emília passava pelo braço de uma de suas amigas; passava altiva, desdenhosa, meneando com gestos soberanos a linda cabeça coroada pelas tranças bastas do ondeado cabelo. Fiquei imóvel entre ela e a coluna, acompanhando com a **vista**, sem querer, o garboso desenvolvimento daquele passo de sílfide. (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Brasil, séc. XIX);

(2) Imaginar é sonhar, dorme e repousa a vida no entretanto; sentir é viver activamente, cansa-a e consome-a. Isto é o que eu pensava - porque não pensava em nada, divagava - enquanto aqueles versos do Fausto me estavam na memória, e aquela saudosa **vista** do Tejo e das suas margens diante dos olhos. (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Portugal, séc. XIX);

(3) Reprimir também, se for necessário, qualquer ato anti-social. Mas sem perder de **vista** que ela age entre seus próprios cidadãos; ao contrário disso, milícia, que quer dizer exército, age contra inimigos. (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Brasil, séc. XX);

(4) O teatro que vigorava no Brasil se centrava muito no ator: o público ia ver certos atores, como Procópio

¹ O termo *cline* é, nesta pesquisa, empregado para se referir a um conjunto contínuo e conexo de elementos linguísticos hierarquicamente organizados ao longo de uma escala de mudança, diacronicamente atestado ou apenas sincronicamente hipotetizada.

Ferreira. Só depois é que se começou a fazer teatro pensando na poesia, **vista** no sentido grego da criação. (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Brasil, séc. XX); (5) Sobre as paredes quadros com retratos de médicos e seções do corpo humano. Em cima da vitrine um quadro com o seguinte letreiro: - “Consultas pagas à **vista**” ao lado do sofá o telefone. (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Brasil, séc. XIX).

As quatro primeiras acepções desse cline semântico são registradas desde o século XIII. Apenas no século XVIII é que se iniciam os registros do significado relacionado com a forma de *pagamento à vista*. Nesse sentido, tem-se mais um elemento indicando que a unidirecionalidade das mudanças acontece do significado concreto para o abstrato, tanto que esse significado mais abstrato só aparece cinco séculos depois do sentido de **vista** mais concreto (na acepção de globo ocular).

Entretanto, o discurso individual, como nível gerador do sistema linguístico, está em constante movimento pelos usuários da língua. A partir dessa dinâmica, o item lexical **vista** foi combinado com as preposições **em** e **de**, resultando a construção **em vista de**. Tal construção relaciona dois termos, em que um termo completa ou explica o sentido do outro:

(6) O senhor Chantre, **em vista do** Comunicado e de outros ataques da imprensa, está decidido a “reformular os costumes do clero diocesano”, palavras do padre Saldanha (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Portugal, séc. XIX);

(7) De 1851 acredito não ter praticado uma só mentira, exceto, naturalmente, as mentiras oficiosas e de polidez, que todos os casuístas permitem, e também os pequenos subterfúgios literários exigidos, **em vista de** uma verdade superior, pelas necessidades de uma frase bem equilibrada ou para evitar um mal maior, como o de apunhalar um autor (*CORPUS DO PORTUGUÊS*, Brasil, séc. XIX);

- (8) Mesmo a senhora tem conhecimento de quais são tais atos que cometeram e estão cometendo diariamente. Agora, vendo melhor, a senhora é apenas uma pessoa que está injuriada, maltratada, revoltada com tudo aquilo que vê, em o lugar do que imaginava que veria **em vista de** todas as promessas feitas e que não se cumprem, ano após ano, e ainda em a impossibilidade de pensar como será o futuro de seus filhos, caso já os tenha! (*CORPUS DO PORTUGUÊS, Moçambique, séc. XXI*);
- (9) Uma nota de a Bíblia de Jerusalém sobre esta passagem, diz: “Como quer que seja, **em vista de** os problemas materiais, os apóstolos casados, como Cefas (Pedro), geralmente levavam a esposa em missão” (*CORPUS DO PORTUGUÊS, Brasil, séc. XXI*).

Do ponto de vista da Linguística Funcional, essa mudança semântica e categorial é totalmente prevista, pois, de acordo com o aventado por Heine (2003), pode ocorrer ampliação ou expansão de uma construção para uso em novos contextos, como é o caso da construção **em vista de**, a qual, em todas essas quatro sentenças, exerce função conectora.

De fato, nesses quatro enunciados de (6) a (9), a construção **em vista de** exerce a função de introduzir a causa de um enunciado, e seu núcleo (**vista**) permanece invariável. Verifica-se que não há alteração do vocábulo núcleo da construção causal (**vista**) quando ela é imediatamente seguida de substantivo feminino (7), de substantivo feminino plural (8) e de substantivo masculino plural (9). Assim, observa-se que, independentemente do gênero e do número do vocábulo que é utilizado após a construção, seu núcleo (**vista**) permanece sempre invariável.

Analisa-se, a seguir, o sentido que o sintagma introduzido pela construção *em vista de* possui em cada uma dessas quatro assertivas. Em (6), a justificativa de o senhor Chantre estar decidido a “reformular os costumes do clero diocesano” tem origem no Comunicado e em outros ata-

ques da imprensa, fato que é agregado ao enunciado por intermédio da construção **em vista do**. Em (7), é a construção **em vista de** que aponta para a verdade superior como argumento, a fim de explicar a conduta mentirosa que todos os casuístas permitem, e também para elucidar os pequenos subterfúgios literários que se exigem para obter uma frase bem equilibrada ou para evitar um mal maior, como o de apunhalar um autor. Em (8), é a construção **em vista de** que introduz a ideia que é considerada a responsável pela senhora estar injuriada ou revoltada, ou seja, as promessas feitas não cumpridas. Por fim, em (9), o sintagma encabeçado pela construção **em vista de (em vista de os problemas materiais)** apresenta a explicação para os apóstolos casados levarem a esposa quando em missão, ou seja, os problemas materiais.

Em todas essas quatro situações, pode-se, com relativa manutenção de sentido, substituir a construção **em vista de** e **em vista do** por outra construção prepositiva causal já constante na língua portuguesa, como, por exemplo, **devido a** ou **em virtude de**, o que ratifica seu uso como preposição com significação causal.

Sob a perspectiva de Azeredo (2013), há dois tipos de locuções prepositivas: o que consiste na sequência preposição + substantivo (ou advérbio) + preposição e o que é formado por advérbio + preposição. A construção **em vista de** enquadra-se no primeiro tipo, pois é composta de preposição (**de**) + substantivo (**vista**) + preposição (**de**).

Nos termos de Bybee (2016), o processo de gramaticalização envolve a criação de uma nova construção a partir de uma construção existente. Logo, envolve o processo por que uma instância lexical ou gramatical particular de uma construção torna-se autônoma em relação a outras instâncias da construção. Esse processo envolve a criação de novos *chunks*, com as mudanças morfológicas concomitantes desencadeadas pelo aumento da frequência. Daí, mudanças semânticas e pragmáticas ocorrem como resultado dos contextos em que a construção emergente é usada.

Por isso, a construção **em vista de** é analisada como um novo *chunk* que, por sua vez, é a base para um novo processo de gramaticalização. A nova expressão gramaticalizada com sentido causal com função típica de preposição, a partir da construção **em vista de**, é formada por acréscimo de forma verbal derivada do verbo **ter** na forma nominal do gerúndio, ou seja, **tendo em vista**.

A fim de comprovar o atributo intrínseco de um elemento linguístico classificado como preposição, a invariabilidade, observa-se que a construção **tendo em vista** permaneceu imutável, independentemente do gênero e do número do vocábulo que a segue, como se observa nos enunciados selecionados: masculino singular (10), feminino singular (11), masculino plural (12), feminino plural (13), verbo (14) e pronome substantivo (15):

(10) “Quando, em 1492, os judeus foram expulsos de Castela pelos Reis Católicos, D. João II de Portugal acolheu-os, **tendo em vista** o potencial económico que eles representavam para os Descobrimentos.” (CORPUS DO PORTUGUÊS, Portugal, séc. XX);

(11) “GIRABOLA Kabuscorp prepara deslocação a Benguela. A equipa do Kabuscorp do Palanca prossegue o ciclo de preparação, **tendo em vista** a viagem a Benguela, para o jogo frente ao 1º de Maio local, referente à vigésima sétima jornada do Girabola Zap.” (CORPUS DO PORTUGUÊS, Portugal, séc. XXI);

(12) “A rede hoteleira, por exemplo, já pode ir se reestruturando para atender aos eventos previstos para este ano, **tendo em vista** os anunciados empreendimentos do exterior, principalmente aqueles que serão localizados nas regiões próximas à capital.” (CORPUS DO PORTUGUÊS, Brasil, séc. XX);

(13) “A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, **tendo em vista** as metas e prioridades estabe-

lecionadas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.” (CORPUS DO PORTUGUÊS, Brasil, séc. XX);

(14) “Em seguida, foi realizada uma pesquisa de campo com uma empresa do setor de etanol, **tendo em vista** analisar a consistência dos cenários elaborados e explorar empiricamente o conceito de capacidades dinâmicas.” (CORPUS DO PORTUGUÊS, Moçambique, séc. XXI);

(15) “A partir de 1992 aumentaram os indícios da prática comum de atrocidades, sobretudo pelos sérvios, **tendo em vista** aquilo que ficou descrito como “limpeza étnica” e da existência.” (CORPUS DO PORTUGUÊS, Portugal, séc. XX).

Nesses enunciados, com a substituição da construção **tendo em vista** por outras expressões causais já existentes, como, por exemplo, **devido a** ou **em virtude de**, como já se apontou anteriormente, ratifica-se o seu uso como preposição com significação causal, pois, com essas permutas preposicionais, todas as sentenças modificadas permanecem com significado similar e com a mesma função das sentenças originais.

No que se refere à construção **tendo em vista**, analisou-se o processo de gramaticalização com o seguinte esquema de unidirecionalidade das mudanças: item lexical **vista** => item lexical **vista** ~ item gramatical **em vista de** => item lexical **vista** ~ item gramatical **em vista de** ~ item gramatical **tendo em vista** => item lexical **vista** ~ item gramatical **em vista de** ~ item gramatical **tendo em vista**.

Tesnière (1976) ensina que *les translatifs* (os translativos) são palavras cuja função é a de transformar a categoria dos elementos. Suas ações são exercidas sobre o interior dos núcleos que formam essas palavras. Acrescenta esse autor que se pode aglutinar o *translatif* às conjunções de subordinação, aos pronomes relativos, às preposições, aos artigos e aos verbos auxiliares.

Assim, depreende-se que, na gênese da construção **tendo em vista que**, há o acréscimo de um *translatif* (a conjunção **que**) à locução prepositiva **tendo em vista**. Dessa forma, com o acréscimo do *translatif que*, houve mudança de categoria morfológica, já que ocorreu a transformação de uma construção prepositiva (**tendo em vista**) em uma construção conjuntiva **tendo em vista que**.

A seguir, examinam-se os enunciados (16) a (20), em que se constata que a construção **tendo em vista que** exerce a função de ligar a ideia de causa que está diretamente ligada àquilo que provoca um determinado fato, ao motivo do que se declara na sentença principal do enunciado:

(16) “A entidade terá orçamento e identidade própria. Para Paulo Cordeiro, a nova lei é extremamente necessária, **tendo em vista que** a atual é de 1961, quando sequer falava-se em telefonia móvel celular.” (CORPUS DO PORTUGUÊS, Brasil, séc. XX);

(17) “**Tendo em vista que** o sistema internacional é anárquico, Waltz cita que “os Estados não podem confiar poderes administrativos a uma agência central a não ser que esta seja capaz de proteger os seus Estados clientes.” (Moçambique, séc. XXI);

(18) “Contudo, Carli acredita que Lerner não pedirá votos para a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, **tendo em vista que** os tucanos paranaenses, na sua maioria, são seus principais adversários no estado.” (CORPUS DO PORTUGUÊS, Brasil, séc. XX);

(19) “Seu comportamento, assim como sua atitude, podem levá-lo à demissão. Seu talento, assim como seu conhecimento, podem perder o significado diante do individualismo, assim como do egoísmo, da perversidade, da maldade e da arrogância, **tendo em vista que** todos da organização do século XXI deverão ter em mente que não há espaço no mercado para estes comportamentos e atitudes, uma vez que em meio a esta era, o que tem maior significado é o saber compar-

tilhar, saber conviver, enfim, saber somar.” (CORPUS DO PORTUGUÊS, Angola, séc. XXI);
(20) “Nas minhas férias, terei problemas para entrar, passar pela imigração **tendo em vista que** tenho um visto negado no meu passaporte pela Inglaterra?” (CORPUS DO PORTUGUÊS, Portugal, séc. XXI).

Em todos esses cinco exemplos, observa-se que a construção **tendo em vista que** permanece invariável, independentemente do gênero e do número do substantivo que a sucede: feminino singular (16), masculino singular (17) e masculino plural (18). Também se registrou a invariabilidade da expressão quando ela é seguida de pronome substantivo (19) e de verbo (20).

Em todas essas cinco sentenças, pode-se substituir a construção **tendo em vista que** por outra construção conjuntiva causal já reconhecida na língua portuguesa. Nos enunciados (16) a (20), a adequada permuta pode ser realizada pelas conjunções causais **porque, já que, visto que, pois, uma vez que, dado que**. Por sua vez, no enunciado (17), devido à topicalização da sentença causal, a apropriada substituição conjuntiva pode ser efetuada pelas conjunções causais **como, porque, já que, visto que, uma vez que, dado que**, o que ratifica o uso da construção **tendo em vista que** como conjunção com significação causal.

Considerações finais

Na alçada da causalidade, os juntivos responsáveis por relacionar ideias em um enunciado podem ser expressos por preposições ou por conjunções. De modo objetivo, algumas gramáticas reúnem esses elementos ora como classes distintas ora como uma grande classe, chamada de *conector* ou *conectivo*.

O usuário da língua é criativo e pode provocar adaptações nos usos linguísticos, que vão se modificando ao longo do tempo. Nesse sen-

tido, nos textos de usuários da língua portuguesa, contextualiza-se o aparecimento de construções que efetuam a função de conectivos que ainda não estão exemplificadas como preposições ou como conjunções causais na língua. Esse cenário de inovações linguísticas foi o evento propulsor desta pesquisa, para se descreverem os processos responsáveis pelas mudanças linguísticas que propiciaram o surgimento das construções causais **tendo em vista** e **tendo em vista que**.

Para demonstrar que a construção **tendo em vista** e **tendo em vista que** exercem, respectivamente, a função de preposição e de conjunção causal, realizou-se, com sucesso, a análise do significado que essas construções agregam e de suas propriedades morfossintáticas (na ligação de sintagmas ou orações), além de teste de substituição de ambas as construções por preposições ou por conjunções causais.

Na análise empreendida, verificou-se, nos últimos três séculos, a frequência de utilização das construções **tendo em vista** e **tendo em vista que** como legítimas construções causais em língua portuguesa. Assim, após estudo exaustivo, comprovou-se, integralmente, a hipótese de Bybee (2016), segundo a qual, na gramaticalização de construções, uma instância específica de uso emerge de um padrão construcional existente e, com o aumento da frequência de ocorrência, pode vir a se tornar um *chunk*, ou seja, uma unidade autônoma, que, por sua vez, pode vir a se tornar um exemplar, o qual servirá de modelo para a formação de novos *types*.

Dessa forma, em relação aos processos de gramaticalização das construções **tendo em vista** e **tendo em vista que** como elementos conectores em português, por meio desta pesquisa, a mudança pode ser esquematizada desta forma:

• *item lexical vista => item lexical vista ~ item gramatical em vista de => item lexical vista ~ item gramatical em vista de ~ item gramatical tendo em vista => item lexical vista ~ item gramatical em vista de ~ item gramatical tendo em vista ~ item gramatical tendo em vista que.*

Devido a essas conclusões, as gramáticas normativas e as gramáticas descritivas atuais poderiam, sem nenhuma restrição, incluir a construção **tendo em vista** nas suas listas de preposições causais e a construção **tendo em vista que** no rol das conjunções causais, pois elas satisfazem todos os requisitos de forma, de sentido e de função, atribuídas a essas duas classes morfológicas na esfera causal.

Referências

- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2013.
- BECHARA, E. *Lições de português pela análise sintática*. 10 ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.
- BYBEE, J. L. *Língua, uso e cognição*. Tradução Maria Angélica Furtado da Cunha; revisão técnica Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.
- CEGALLA, D. P. *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa: edição de bolso*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 6 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. E. "Constructions: a new theoretical approach to language". In: Trends in cognitive sciences, v,7, n.5, 2003.
- HEINE, B. "Grammaticalization". In: JOSEPH, B. & JANDA, R. D. *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. M. "Intersubjetividade e interlocução nas relações de causalidade. A funcionalidade dos juntivos causais na língua portuguesa". In: *Lingüística, Montevideo*. V. 30, n. 2, p. 113-140, dic. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/34oUSL8>. Acesso em: 23 jul. 2018.

OCHOA, C. *Qual é o tamanho da amostra que eu preciso?* Disponível em: <https://bit.ly/2mvRARy>. Acesso em: 19 dez. 2017.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 51 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

SACCONI, L. A. *Nossa gramática completa*. 30 ed. São Paulo: Nova Geração, 2010.

TERRA, E. *Curso prático de gramática*. 7 ed. São Paulo: Scipione, 1988.

TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. 3 ed. Paris. Klincksiek, 1976.

VIARO, M. E. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2014.

4. ÊNFASE ASSINALADA POR MAS NA PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

Erotilde Goreti Pezatti (UNESP/SJRP)
Talita Storti Garcia(UNESP/SJRP)

Palavras iniciais

Considerada conjunção coordenativa adversativa por excelência pelas gramáticas de referência (CUNHA; CINTRA, 1985; BECHARA, 1999; NEVES, 2001; CASTILHO, 2010, BAGNO, 2011), *mas* contrasta dois elementos que podem ser, de acordo com Neves (2011, p. 756), sintagmas, orações e enunciados, conforme representam (1), (2) e (3).

- (1) Angela riu, fraca **mas** ostensivamente. (NEVES, 2011, p. 756)
- (2) Não tenho ainda plena certeza, **mas** gastei mais de uma hora na biblioteca nesta manhã para confirmar minha suspeita. (NEVES, 2011, p. 756)
- (3) Só se enganaria, se quisesse. **Mas**, certamente, não era o seu desejo. (NEVES, 2011, p. 756)

Afirma Neves (2011) que, ao assinalar contraste, *mas* pode indicar contraposição ou eliminação. Esses dois tipos são tratados, do ponto de vista da semântica da enunciação, por Guimarães (2007), como *masSN* e *masPA*. O primeiro, com função basicamente opositiva, pode substituir ou rechaçar complemento o que veio antes. O segundo, por sua vez, contrasta elementos que são, para o falante, de algum modo, incompatíveis, sempre com a intenção de persuadir o ouvinte, ou seja, com função argumentativa. Os dois tipos de *mas* são representados por (4) e (5) a seguir:

- (4) Ela não é nadadora, *mas* atleta. (2011, p. 61)

(5) Paulo era mais adequado para o cargo *mas* não foi escolhido. (2011, p. 61)

Pezatti, Paula e Passetti (2019), já do ponto de vista da Gramática Discursivo-Funcional, denominam esses dois tipos de *contraposição por substituição e contraposição por acréscimo*. Considerando, assim como Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 55), que *mas* estabelece uma relação entre Atos Discursivos, defendem que, no primeiro caso, contraposição por substituição, o Ato nuclear veicula uma informação que substitui a informação contida no Ato subsidiário e, no segundo caso, contraposição por acréscimo, a informação veiculada pelo Ato nuclear tem mais peso argumentativo do que a informação veiculada pelo Ato subsidiário.

Como se observa, os trabalhos sobre o juntor *mas* consideram a natureza dos elementos contrastados e também o tipo de contraste estabelecido, não fazem, no entanto, menção a casos em que *mas* não indica contraposição, como exemplifica (6). É sobre esse tipo de estrutura que se debruça este estudo.

(6)é o que eu te disse que adorei, **mas** adorei! (Bra80:Arteurbana)

Na ocorrência (6), *mas* não contrasta dois elementos, mas é utilizado para reforçar seu apreço pela cidade tema da conversação. Observe que, nesse caso, *mas* não poderia ser substituído por advérbios, como *porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto*, o que comprova que o contexto não aporta sentido contrastivo (BAGNO, 2011, p. 891); pelo contrário, a repetição do predicado *adorei* antecedida de *mas* proporciona a intensificação pretendida pelo falante.

Nos compêndios de gramática, percebe-se uma lacuna com relação aos recursos utilizados na língua portuguesa como estratégias de intensificação e reforço. Alguns estudiosos se debruçam sobre essa questão, como Castilho (2010, p. 680), que define a intensificação como um “recurso para tornar mais forte, mais intenso, um processo (verbo), uma

qualidade (adjetivo) ou uma circunstância (advérbio), por meio de classes próprias, coletivamente denominadas *intensificadores*”.

De modo geral, essas estratégias são divididas em dois grupos. O primeiro utiliza meios gramaticais, como os sufixos, que assinalam grau (diminutivo ou aumentativo) para intensificar um advérbio, como *agorinha*, *cedinho*, *de manhãzinha*, *devagarinho*, *nunquinha*, *todinho* etc. (BAGNO, 2011, p. 839), ou um adjetivo, como *branquíssimo* (CASTILHO, 2010, p. 512). De acordo com Castilho, o uso do sufixo *-íssimo* parece ser exclusivo dos adjetivos, pois quando ocorre com substantivos, há recategorização, já que substantivos não são graduáveis, como em *o governador é candidatíssimo à presidência da república*, em que o substantivo *candidato* se recategoriza como adjetivo. O grau é concebido, assim, como “a intensificação ou a atenuação de traços predicativos” (CASTILHO, 2010, p. 512) ou como “recurso para exprimir ênfase ou afetividade” (BAGNO, 2011, p. 839).

O segundo grupo, por sua vez, utiliza estratégias lexicais, ou seja, lexemas que servem para intensificar. Os termos apontados pelas gramáticas são basicamente os advérbios de intensidade, como *mais*, *muito*, *bem*, *bastante* etc. (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 537; BECHARA, 1999, p. 291), exemplificados em (7), em que *mais* intensifica o advérbio *depressa*, indicando a maneira de andar. Castilho (2010, p. 520) e Neves (2011, p. 204) reconhecem que alguns adjetivos podem exercer esse papel, denominados por eles adjetivos de intensificação, como *perfeito*, *profundo* e *máximo*, conforme exemplifica (8), em que o adjetivo *máxima* intensifica o nome *discrição*. De acordo com Neves (2011), é possível haver intensificação ainda quando o substantivo atua como qualificador, como demonstra (9), em que o substantivo *homem* é um qualificador de *padre*, pois, para a autora, a manifestação da intensificação é evidência de sua função semântica qualificadora. Conforme Neves (2011), além dos advérbios, adjetivos e substantivos, a intensificação pode ainda ser indicada pelo conjunto formado pelo pronome *tanto* precedido de artigo indefinido *um*, que constitui, para ela, um intensificador moderado, conforme se observa em (10).

- (7) Andou *mais* depressa. (BECHARA, 1999, p. 291)
- (8) Pois é um lugar onde se exige a *máxima* discricção. (NEVES, 2011, p. 204)
- (9) Esse padre é *muito* homem. (NEVES, 2011, p. 176)
- (10) Era *um tanto* esquisito que após quinhentos ou seiscentos anos a capela e a vila, como um todo, estivessem tão conservadas (ACM). (NEVES, 2011, p. 567)

Outro recurso de intensificação tipicamente observado no português falado é o uso da estrutura *é ... que*, reconhecida nos trabalhos funcionalistas como *clivagem* e *pseudo-clivagem*. A clivagem é definida como a segmentação da oração por meio do verbo *ser* e do complementizador *que(m)* em duas partes, uma focal e outra não (LONGHIN, 1999). Braga (2009) distingue, no entanto, subtipos de clivagem – clivagem, exemplificada em (11), construções-*é que*, em (12), construções-*que* em (13) e construções-*foco-ser* em (14) – considerando todos eles como recursos de focalização.

- (11) já não são as senhoras *que* vão se sentar à frente (PT96:Meio-Pequeno:9)
- (12) por que *é que* não aceitaram depois? (TL99:IdentidadePovo:41)
- (13) nós nunca *que* iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência (TL99:IdentidadePovo:32)
- (14) mas ficava o pão melhor, *era*, com a batata? (PT94:Amassar-Cozer:93)

Diferentemente, defende Pezatti (2013, p. 125), com base na Gramática Discursivo-Funcional, que diferentes formas correspondem a diferentes estratégias discursivas de que se serve o Falante¹ para conseguir

¹ Falante e Ouvinte, assim como os demais termos da GDF, serão grafados com iniciais Maiúscula.

seu propósito comunicativo. Assim, clivagem e construção de Foco-ser constituem funções pragmáticas, pois levam em conta o modo como o Falante modela as suas mensagens em relação às expectativas que tem do estado mental do Ouvinte. A construção Foco-ser, no entanto, por determinar as partes de uma unidade linguística que são apresentadas como particularmente importante para o Ouvinte acrescentar à sua informação pragmática ou corrigi-la, veicula a função pragmática Foco; a clivagem, por outro lado, veicula a função pragmática Contraste, pois revela a estratégia do Falante em salientar uma informação opondo-a a outra, que pressupõe estar armazenada na memória do Ouvinte. Já construções-(*é*) *que*, por sua vez, permitem ao Falante intensificar um Subato dentro do Conteúdo Comunicado; desse modo, não veicula uma função pragmática, mas sim uma categoria interacional denominada Ênfase.

A intensificação, como se observa, pode ser expressa por diferentes recursos. O objetivo deste capítulo é investigar, sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008), as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas das construções introduzidas por *mas* em contextos em que não assinala contraposição ou contraste, mas sim reforço ou intensificação.

O universo de investigação consiste no *corpus* do Português oral e no *corpus* Iboruna. O primeiro foi desenvolvido no âmbito do *Projeto Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais*, que reúne amostragens de variedades do português falado em Portugal, no Brasil, nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Timor-Leste. O segundo, por sua vez, contempla Amostras de Interação (AI), em que informantes interagem de forma espontânea, e Amostra Censo (AC), em que o documentador dirige o informante a fim de obter: (i) Narrativa de experiência (NE); (ii) Narrativa recontada (NR); (iii) Descrição (DE); (iv) Relato de procedimento (RP) e (v) Relato de opinião (RO).

O texto encontra-se organizado em duas seções. A primei-

ra apresenta o uso de *mas* sob a perspectiva do modelo da Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008), e a segunda discute os casos em que *mas* é usado para assinalar Ênfase. Nas Palavras Finais tecemos as principais considerações teórico-metodológicas advindas deste estudo.

1. *Mas* segundo a GDF

A Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) é um modelo considerado funcional-estrutural, pois volta-se para a função e estrutura das unidades linguísticas (KEIZER, 2015, p. 31).

Trata-se de um modelo de organização *top-down*, que parte da intenção do Falante em direção à articulação. Sua arquitetura é constituída com base em quatro componentes que interagem entre si: o Conceitual, o Contextual, o Gramatical e o de Saída.

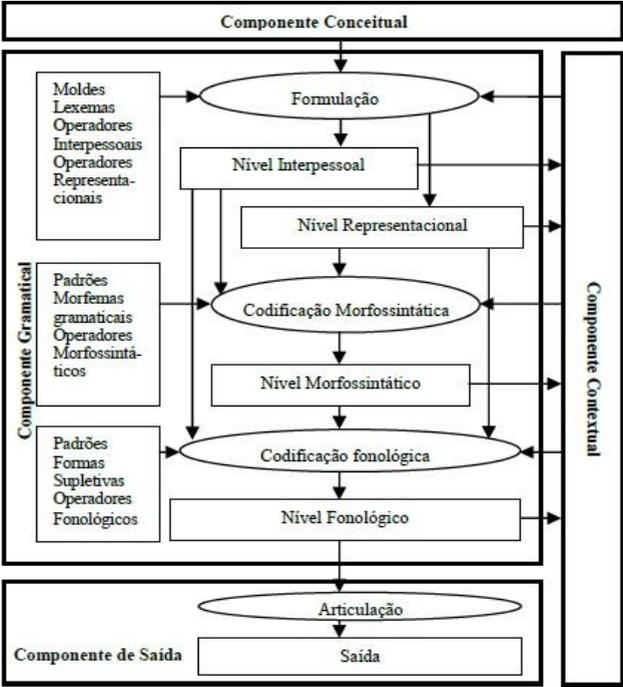
O componente Gramatical se relaciona ao Conceitual, ao de Saída e ao Contextual por meio de dois tipos de operação: de formulação e de codificação. A formulação diz respeito às regras que determinam quais constituintes são válidos nas representações semânticas e pragmáticas da língua. A codificação, por sua vez, relaciona-se às regras que convertem essas representações semânticas e pragmáticas em representações morfossintáticas e fonológicas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2). As duas operações são representadas, na Figura (1) pelas elipses.

Na Figura (1), os primitivos usados nas operações são representados por caixas, e os níveis de representação produzidos pelas operações são representados por retângulos, sendo eles o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico.

O Nível Interpessoal refere-se aos aspectos formais da unidade linguística que reflete seu papel na interação entre Falante e Ouvinte.

Esse nível apresenta o Movimento como sua camada mais alta, que pode ser formado por um ou mais Atos Discursivos (A). Todo Ato Discursivo, unidade básica de análise da GDF, contém um Conteúdo Comunicado (C) e uma Ilocução (F) que especifica uma relação entre Falante e Ouvinte. O Conteúdo Comunicado contém um número variável de Subatos, que podem ser Atributivos (T) ou Referenciais (R). O primeiro, Atributivo, configura uma tentativa do Falante de evocar uma propriedade, como *bonito, correr*. O segundo, Referencial, veicula a tentativa do Falante de evocar um referente, tal como *homem, casa, cachorro, escola etc.*

Figura 1: Arquitetura geral da GDF



Fonte: adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008)

O Nível Representacional, por sua vez, relaciona-se aos aspectos semânticos da unidade linguística, que, por sua vez, é descrita em termos do tipo de entidade por ela designado”. A camada mais alta é a do Conteúdo Proposicional (p), que pode ser avaliado por seu valor de verdade, podendo constituir uma crença, um desejo ou um construto mental. Os conteúdos proposicionais contêm Episódios (ep), que podem ser constituídos por um ou mais eventos (Estado de coisas) dispostos em sequência tematicamente coerente, apresentando uma unidade de tempo (t), localização (l) e indivíduos (x). Estados de coisas (e) incluem eventos e estados que se caracterizam por serem localizados no tempo e avaliados em termos de seu estatuto de realidade. Um Estado de coisas é estruturado sobre uma propriedade configuracional, que tem natureza composicional e contém uma combinação de unidades semânticas que não estão em relação hierárquica entre si. Há também camadas não hierárquicas, como as seguintes: a *propriedade* (f), que não tem existência independente e pode somente ser avaliada em termos de sua aplicabilidade a outros tipos de entidades ou à situação que ela descreve em geral; o *indivíduo* (x), que designa uma entidade de primeira ordem, que pode ser localizada no espaço e avaliada em termos de sua existência; *lugar* (l) que indica um espaço físico; *tempo* (t), uma categoria semântica que pode tanto estar ligada à interpretação contextual no momento de fala, como a posições relativas na linha do tempo, ao calendário estabelecido socialmente, a um ponto ou a um trecho na linha do tempo; *maneira* (m), que indica o modo; *quantidade* (q), que designa o montante de fenômenos contáveis e incontáveis; e *razão* (r), que representa pensamentos que orientam um agente humano para agir de certa maneira.

O Nível Morfossintático trata dos aspectos estruturais da unidade linguística. Sua camada mais alta é a Expressão Linguística (Le), qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática. As unidades que se combinam em uma Expressão Linguística podem ser Orações (Cl), Sintagmas (Xp) ou Palavras (Xw). Uma Oração consiste em uma con-

figuração sequenciada de Sintagmas, Palavras e outras Orações encaixadas. Um Sintagma apresenta como núcleo sempre um item lexical proveniente dos níveis mais altos, diferentemente das palavras gramaticais, tais como conjunções e partículas, que integram a Oração. Assim, uma Palavra pode ser Lexical (lexemas) ou Gramatical. Um lexema é usado referencialmente, como *livro*, por exemplo. A Palavra Gramatical, por sua vez, pode corresponder a um operador ou a uma função no Nível Interpessoal ou Representacional, ou ainda ser introduzida como um *dummie* ou elemento suporte (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 401). Esse nível, juntamente com o Nível Fonológico, cuida das distinções interpessoais e representacionais.

Para os objetivos desse estudo, interessa-nos o Nível Interpessoal, o nível que trata do papel das unidades linguísticas na interação entre Falante e Ouvinte, já que lidamos com uma atividade estratégica colocada em prática pelo Falante para conseguir seu propósito comunicativo, uma estratégia que se manifesta por meio de *mas*. Essa palavra gramatical comumente tem sido considerada um mecanismo para estabelecer contraposição entre orações ou constituintes oracionais.

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 55) e Keizer (2015, p. 55) tratam do tipo de estrutura com *but 'mas'* para explicar que, em construções como (15), estão envolvidos dois Atos Discursivos, conforme representado em (16).

(15) O trabalho (reconhecidamente) levou mais tempo que o esperado, *mas* foi fácil.

(16) (M_I: [(A_I: - o trabalho levou mais tempo que o esperado - (A_I)_{Conc} (A_J: foi fácil (A_J))] (M_I)) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.55, tradução nossa)²

² The work (admittedly) took longer than expected, but it was easy.

(M_I: [(A_I: -the work took longer than expected- (A_I)_{Conc} (A_J: it was easy (A_J))] (M_I))

O primeiro Ato [*o trabalho levou mais tempo que o esperado*] é o Subsidiário, ou seja, do ponto de vista do Falante, é o que contém a informação menos relevante, já que apenas indica que ele está consciente do fato de que o conteúdo do Ato Discursivo precedente não é o esperado. O segundo Ato [*foi fácil*], por outro lado, é o que contém a informação mais importante, sendo por isso assinalado por *mas*. Desse modo, o primeiro Ato veicula a função retórica Concessão (Conc).

Pezatti, Paula e Galvão Passeti (2019), também do ponto de vista da Gramática Discursivo-Funcional, estendem seu olhar sobre a natureza morfossintática dos elementos que podem ser colocados em relação em contextos de contrariedade no português. Os autores constatam que os Atos Discursivos envolvidos na relação de Concessão podem consistir, no Nível Morfossintático, não apenas em Orações, mas também em Sintagmas ou Palavras, como em (17) e (18).

(17) - a carta está, *não expressamente, mas implicitamente*, dividida em pequenas quadrículas. é uma quadrícula. e então nasceu a tal célebre carta plana-quadrada. (PT89:CartografiaPortuguesa:49) (PEZATTI; PAULA; GALVÃO PASSETTI, 2019, p. 11)

(18) - e quando vocês eram pequenas, vocês se vestiam iguais, tudo? -> [...] ai menina, sempre foi assim *igual mas cores diferentes*, não é, mas mesmo estilo de roupa, tudo. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes:90) (PEZATTI; PAULA; GALVÃO PASSETTI, 2019, p. 11)

Defendem os autores que os elementos envolvidos na relação Concessão são Atos Discursivos. Assim, *expressamente e implicitamente*, em (17), e *igual e cores diferentes*, em (18), representam, cada um, uma unidade de comunicação, correspondente a uma unidade de entonação. Isso significa que cada elemento apresenta uma Ilocução e um Conteúdo Comunicado, que é composto, por sua vez, por um Subato, o que configura um Ato Discursivo.

Segundo os autores, *mas* pode marcar dois diferentes tipos de relação. O primeiro, representado por (17), é denominado por eles *contraposição por substituição*, em que o Ato nuclear veicula uma informação que deverá substituir a informação contida no Ato Subsidiário, identificado como *masSN* pela semântica da enunciação (GUIMARÃES, 2007), pois, para o Falante, essa é a informação correta a ser incluída na informação pragmática do Ouvinte. Assim, em (17), o falante nega, por meio do operador de polaridade negativa *não*, o Conteúdo Comunicado do primeiro Ato [*expressamente*] para apresentar o Conteúdo Comunicado do segundo Ato [*implicitamente*].

O segundo tipo, representado por (18), consiste na *contraposição por acréscimo*, em que a informação veiculada pelo Ato Nuclear tem mais peso argumentativo do que a informação veiculada pelo Ato Subsidiário, correspondendo, ao *MasPA* apresentado pela semântica da enunciação (GUIMARÃES, 2007). Em (18), o Falante apresenta o Ato [*igual*], mas refuta uma expectativa criada no Ouvinte ao apresentar o Ato [*cores diferentes*], que é comunicativamente mais relevante, portanto, nuclear.

Como se pode observar, *mas*, para a GDF, assinala uma relação binária, entre dois Atos Discursivos, em que o segundo pode substituir ou não o primeiro. O segundo Ato é considerado pelo Falante como comunicativamente mais importante do que o primeiro, sendo, por isso, introduzido por *mas*.

Como se vê, a *contraposição* veiculada por *mas*, seja entre orações seja entre constituintes suboracionais, encontra uma explicação adequada para o fenômeno. Há, no entanto, uma lacuna com relação aos casos em que não se pode afirmar haver uma *contraposição* entre os elementos relacionados. É disso que trataremos na próxima seção.

2. *Mas* enfático

Ocorrências como (19) e (20) não podem ser analisadas como casos de Concessão por meio de *mas*, como em (17), visto que não representam nem uma estratégia retórica, ou seja, não se relacionam ao modo pelo qual o Falante ordena os componentes do discurso visando a persuadir o Ouvinte em favor de algum propósito comunicativo que tenha em mente, nem de Contraste, exemplificada em (18), já que não estabelecem uma relação de oposição entre informações incompatíveis, evocadas pelos Conteúdos Comunicados de cada um dos Atos Discursivos envolvidos.

(19) - você chegou a conhecer em Tiradentes aquela, aquela igreja de Santo António? aquela matriz de Santo António...

-> que coisa maravilhosa! aquela que tem, que tem o órgão?

- que tem o órgão, o primeiro órgão.

-> ah, *mas é linda*, das mais lindas que eu achei! achei das mais lindas. (Bra80:Arteurbana)

(20) Inf.: e ele era uma crian::ça exTREmamente agressiva... *mas MUItto agressivo* (AC-086; RO: L. 736)

Nos casos de (19) e (20), os membros combinados não apresentam conteúdos informacionais distintos ou opostos; pelo contrário, veiculam informação ou idêntica ou, pelo menos, compatível, que assinalam o desejo do Falante de intensificar partes de informação. Em outras palavras, indica o comprometimento enfático do Falante em vez de fornecer informações descritivas (KEIZER, 2015, p. 87).

No modelo teórico aqui adotado, trata-se de uma estratégia utilizada pelo Falante para intensificar, por meios lexicais ou gramaticais, um constituinte ou toda a expressão linguística, e assim atingir seu propósito comunicativo. Essa estratégia é denominada Ênfase.

Na literatura linguística, a Ênfase é sempre referida como uma forma de salientar constituintes, e muitas vezes confundida com a função pragmática Foco. Há, no entanto, evidências que mostram que funções pragmáticas, como Tópico e Foco, devem ser distinguidas de Ênfase, uma vez que é possível enfatizar um constituinte Tópico, como mostram (21) e (22), cuja intensificação é efetuada pelo operador *todos*, em posição não usual, e pelo modificador *mesmo* respectivamente, e Foco, como em (23), em que o constituinte focal da construção existencial – *dois aspectos que têm que se, que fazer* – é intensificado pelo operador *já*.

(21) e *os filhos*_{Top} ficaram **todos**_{Enf} ricos (PT97:DesportoDinheiro:84)

(22) *eu*_{Top} **mesma**_{Enf} levei um susto agora (Bra80:Fazenda:105)

(23) portanto há aqui **já**_{Enf} *dois aspectos que têm que se, que fazer*_{Focus} (Ang97:Guerra e Ambiente:106)

Sendo uma ação linguística do Falante para conseguir seu objetivo comunicativo, a Ênfase representa uma categoria do Nível Interpessoal. Esse nível é constituído por várias camadas hierárquicas, o Movimento, o Ato Discursivo, a Ilocução, o Conteúdo Comunicado e os Subatos Referencial e Atributivo. Com exceção do Movimento e dos Participantes do ato de fala, a Ênfase perpassa todas as camadas do Nível Interpessoal (Ato, Ilocução, Conteúdo Comunicado e Subatos).

Quando escopa um Ato Discursivo, a menor unidade do comportamento comunicativo, a Ênfase intensifica o Ato, indicando raiva e irritação, conforme em (24), com o modificador *caramba*.

(24) sabe, eu brinco de lutar com meu, com meu filho, **caramba!** (Bra80:CriarFilhos)

Operadores de Ênfase servem também para reforçar (fortalecer) a força ilocucionária de uma expressão linguística. Um exemplo de reforço, dado por Keizer (2015, p. 68), é o uso do auxiliar *do* em imperativos

do inglês, como ilustrado em (25). Observe que o efeito da adição do auxiliar *do* é fortalecer a intenção do Falante, independentemente de ser negativa (resultando grosseria, como em (25a)) ou positiva (expressando polidez, como em (25b)). O português, para expressar Ênfase na Ilocução de Atos Discursivos, como Declarativo, Interrogativo e Imperativo, utiliza apenas um padrão de entonação enfático.

(25) a. Oh, **do** shut up! (KEIZER, 2015, p. 68)

‘Oh, cale a boca!’

(25) b. (Please,) **do** sit down. (KEIZER, 2015, p. 68)

‘(Por favor), sente-se.’

A Ênfase na camada do Subato Atributivo é exemplificada em (26) e (27), em que o marcador de ênfase (*é*) *que*, comumente visto como sinalizador de construção pseudoclivada, é usado em ilocuições Interrogativas para salientar a informação solicitada pelo constituinte-Q, em (26), ou simplesmente indicar compromisso enfático por parte do Falante no Subato Atributivo *nunca*, em (27).

(26) *como é que* era isto? (Ang97:Meninos de Rua:32)

(27) nós *nunca que* iríamos vender a nossa liberdade e a nossa independência (TL99:IdentidadePovo32)

As ocorrências (21), (22) e (23), repetidas aqui por conveniência em (28), (29) e (30), mostram que a Ênfase pode recair sobre Subatos Referenciais, respectivamente *filhos*, *eu* e *aspectos*, para indicar reforço em vez de fornecer informações descritivas.

(28) - e os *filhos_{Top}* ficaram **todos** ricos (PT97:DesportoDinheiro:84)

(29) - *eu mesma* levei um susto agora (Bra80:Fazenda:105)

(30) -portanto há aqui **já** *dois aspectos que têm que se, que fazer*Foco (Ang97:Guerra e Ambiente:106)

Os dados analisados indicam, no entanto, que um Ato Discursivo pode ser intensificado para expressar admiração ou reforço, como se observa em (31) e (32). Esse tipo de estratégia é então marcado pela palavra gramatical *mas*.

(31) - a minha família, como toda família de Pernambuco, tem uma mania de coisas antigas, de casa, de móvel, meu pai foi fazendeiro, então, tem essa história toda aí, eu gosto muito, sabe?, e eu achei, **mas** eu achei uma be[...], adorei! (Bra80:Arteurbana)

(32) Inf.: aí tava todo mundo lá:: velan(d)o o co::rpo *uma senhora BEM gorda mas BEM gorda...* (AC-105; NE: L. 118)

Observe-se, no entanto, que *mas* opera sobre o Ato Discursivo como um todo, sendo, portanto, um operador enfático dessa camada, como claramente demonstram (33) e (34), que ocorre isolada, no início do turno.

(33) - aí sentamos no chão, ficamos contando história para as crianças, brincando. de repente, nós escutamos um barulho, **mas** *uma coisa assim*, nós nos olhamos, nos entreolhamos (Bra72:Afazenda)

(34) - você chegou a conhecer em Tiradentes aquela, aquela igreja de Santo António? aquela matriz de Santo António...

-> que coisa maravilhosa! aquela que tem, que tem o órgão?

- que tem o órgão, o primeiro órgão.

-> ah, **mas** *é linda*, das mais lindas que eu achei! achei das mais lindas. (Bra80:Arteurbana)

Que se trata de um operador de Ato Discursivo pode ser comprovado por ocorrências como (35) e (36). Em (35), o Ato Discursivo [*infância mesmo*] consiste em um único Subato [*infância*], que contém dois operadores de Ênfase: *mas*, que escopa todo o Ato Discursivo, e *mesmo*, que escopa apenas o Subato de Referência *infância*. Essa diferença de

escopo também pode ser observada em (36), em que o Ato Discursivo [*grande mesmo*] é reforçado por *mas*, e o Subato de Atribuição [*grande*], por *mesmo*.

(35) Inf.: eu acho que pode existí(r) mas::... essa pesSOA tem que sê(r) sua amiga desde infân::cia... *mas inFÂNCia mesmo...* (AC-011; RP: L. 308)

(36) Doc.: bem grande né?

Inf.: gran::de gran::de *mas grande me(s)mo...* então éh:: pessoal... é legal. (AC-137; DE: L. 229)

O Subato de um Ato Discursivo enfatizado por *mas* pode ter função pragmática de Contraste, conforme exemplifica (37), em que o operador *só* marca o Subato *quinta série*, estabelecendo um contraste restritivo com partes de informação pressuposta, nesse caso, as outras séries do ensino.

(37) Inf.: a gente sabendo inglês esse ano, tudo, não é, já vi na quinta série *mas só na quinta série*. e por falar, inglês é uma língua que eu quero aprender (Bra93:Festa Estudante:31)

Outro aspecto a ser observado é que frequentemente o Ato Discursivo enfatizado é uma repetição de um Subato do Ato Discursivo anterior; o que significa que o Ato enfatizado é sempre holofrástico, já que é constituído de um único Subato, como mostram as ocorrências (32), repetida aqui por conveniência em (38), e (39). Em (38), o Ato enfatizado é composto de um Subato de Atribuição [*bem gorda*] que é parte do Ato antecedente [*uma senhora bem gorda*], constituído, por sua vez, de um Subato de Referência [*uma senhora*] e de um de Atribuição [*bem gorda*]. Em (39), o Ato Discursivo anterior [*ele era uma criança extremamente agressiva*], constituído de três Subatos, dois de Atribuição [*criança e agressiva*] e um de Referência [*ele*], tem apenas uma parte repetida no

Ato Discursivo seguinte [*extremamente agressiva*], por sua vez contendo o Subato de Atribuição [*agressivo*], modificado por *muito*, sinônimo do intensificador *extremamente*.

(38) Inf.: aí tava todo mundo lá:: velan(d)o o co::rpo **uma senhora BEM gorda mas BEM gorda...** (AC-105; NE: L. 118)

(39) Inf.: e ele era uma crian::ça **exTREmamente agressiva... mas MUItto agressivo** (AC-086; RO: L. 736)

Semanticamente os dois Atos Discursivos envolvidos na construção correspondem a Conteúdos Proposicionais, que, por sua vez, podem conter todas as camadas inferiores do modelo. O Ato Discursivo enfatizado por *mas*, sendo holofrástico, é constituído por um núcleo lexical, que pode ser uma propriedade, como em (38) e (39), respectivamente *gorda e agressiva*, ou um núcleo configuracional, *como na quinta-série* em (40), consistindo em mais de uma unidade: uma propriedade (a preposição *em*) e seu argumento (*quinta série*), e (6), repetida aqui por conveniência em (41), constituída da propriedade de dois lugares *adorei*. É possível também que o Conteúdo Proposicional contenha um Estado de coisas, como *infância* em (35), repetido aqui em (42); ou quantidade, *maioria*, em (43).

(40) Inf.: a gente sabendo inglês esse ano, tudo, não é, já vi na quinta série mas só **na quinta série**. e por falar, inglês é uma língua que eu quero aprender (Bra93:Festa Estudante:31)

(41) é o que eu te disse que adorei, **mas adorei!** (Bra80:Arteurbana)

(42) Inf.: eu acho que pode existí(r) mas::... essa pesSOA tem que sê(r) sua amiga desde infân::cia... **mas inFÂncia mesmo...** (AC-011; RP: L. 308)

(43) Doc.: cê gosta do Miziara?

Inf.: gosto do Miziara porque:: *a maioria/.a maioria assim mas maioria mesmo* é lá do Miziara. (AC-020; RO: L. 174)

Os Atos Discursivos aqui tratados são morfossintaticamente estruturados em torno de uma única unidade, que pode variar em complexidade. Essa unidade pode ser composta de apenas uma palavra, como *adorei*, em (41), ou de sintagma, que consiste em uma combinação sequenciada de Palavras, Sintagmas e Orações encaixadas. Em (40), a unidade é representada por um sintagma preposicional, *na quinta série*, formado pela preposição *em* e pelo sintagma nominal *a quinta série*. Já em (42), o sintagma nominal é composto apenas pelo núcleo infância seguido da palavra gramatical *mesmo*, representante do operador de Ênfase. A ocorrência (43) apresenta a mesma estrutura de (42): núcleo *maioria* com o operador de Ênfase representado por *mesmo*.

Esta seção se encerra, tendo apresentado as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas do Atos Discursivos enfatizados por meio de *mas*. Seguem algumas considerações relevantes.

Palavras Finais

Concebido na tradição gramatical como conjunção coordenativa adversativa que estabelece contraposição entre dois elementos, *mas* é, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), um marcador da função retórica Concessão.

A proposta deste capítulo, no entanto, é investigar o uso dessa palavra gramatical para evidenciar reforço ou ênfase, em contextos em que não assinala contraposição, contraste ou concessão. O objetivo, portanto, é determinar as propriedades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas das estruturas introduzidas por esse marcador de Ênfase, sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional.

Os resultados mostram que, tal como ocorre com *mas* marcador de função retórica, *mas* marcador de Ênfase também opera sobre Atos Discursivos; em outras palavras, indica o comprometimento enfático do

Falante com o conteúdo do Ato Discursivo por ele introduzido. Esses Atos Discursivos representam uma unidade de comunicação com uma unidade de entonação e são geralmente a repetição de parte do Ato Discursivo anterior, o que lhe dá o estatuto de holófrase, ou seja, uma única unidade usada para exprimir uma ideia complexa, fornecendo pistas que guiam a interpretação do ouvinte.

Este estudo mostra, portanto, que, ao lado do marcador de função retórica *Concessão*, *mas* pode indicar também intensificação de um Ato Discursivo, funcionando como marcador de Ênfase. Assim, um Ato discursivo pode ser enfatizado para indicar irritação, raiva, quando expressas por meio de *pô* e *caramba*, *mas* pode também ser enfatizado para indicar comprometimento do falante no reforço de um sentimento de admiração ou surpresa.

É relevante observar que *mas* preserva, de alguma forma, seu poder de atribuir o estatuto de informação mais saliente ao Ato Discursivo que escopa, seja como marcador de ato nuclear (comunicativamente mais relevante) seja como marcador de ato enfático.

Como se vê, a intensificação de constituintes não ocorre somente por meios lexicais ou por meio de sufixos marcadores de grau, como apontam as gramáticas de referência, *mas* também por meio da palavra gramatical *mas*.

Referências

BAGNO, M. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BRAGA, Maria Luíza. Construções clivadas no português do Brasil

sob uma abordagem funcionalista, *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 173-196, 2009.

CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. 4.ed. Campinas: Pontes, 2007.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: University Press, 2008.

KEIZER, Evelien. *A Functional Discourse Grammar for English*. United Kingdom: Oxford University Press, 2015.

LONGHIN, Sanderléia Roberta. *As construções clivadas: uma abordagem diacrônica*, Dissertação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1999. Inédita.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

PEZATTI, E. G. Clivagem e construções similares sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional. *Estudos linguísticos*, São Paulo, 42 (1): p. 112-126, jan-abr 2013.

PEZATTI, E. G.; PAULA, D. C. F.; GALVÃO, G. H.; Contraposição não oracional com *mas*: contraposição e acréscimo. *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 61, p. 1-18, 2019.

5. ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DAS APOSIÇÕES RESTRITIVAS NO PORTUGUÊS ESCRITO

Roberto Gomes Camacho (UNESP – SJRP)
Monielly Cristina Saverio Serafim (UNESP-SJRP)

Palavras iniciais

O fenômeno aqui tomado como objeto de análise são as aposições restritivas (*close appositions*). Aposições restritivas são sintagmas constituídos por dois elementos nominais que podem, separadamente, referir-se à mesma entidade. Nesse tipo de aposição, os nomes podem aparecer sem pausa ou elemento entre si (1) ou separados pela preposição de (2):

- (1) a O escritor Machado de Assis
 - b Machado de Assis cronista
 - c (O) meu amigo João
 - d A palavra recessão
- (2) a A cidade de São Paulo
 - b O conceito de proletariado

Estudos diversos sobre aposições em diferentes línguas privilegiam especialmente os aspectos semânticos e morfossintáticos, como os de Lago (1991), Quirk *et al.* (1985), Rodriguez (1989) e Taboada (1978). Desses estudos, destacam-se investigações sobre o elemento que é possivelmente o núcleo da construção e sobre a relação semântica e sintática que se estabelece entre os constituintes. Em um âmbito mais geral, discute-se ainda que estruturas possam ser reconhecidas como aposições.

Keizer (2005a, 2005b), por seu lado, prefere dar destaque a aspectos discursivos das aposições restritivas no inglês, identificando e diferenciando as estratégias discursivas que elas exercem no contexto da comunicação. Para a autora, uma aposição restritiva pode ser funcionalmente identificadora, descritivamente identificadora, introdutó-

ria ou contrastiva, na dependência da função que um ou outro item nominal assume na construção. A autora ainda afirma que, embora não haja uma correspondência direta e biunívoca entre uma estratégia discursiva e um determinado subtipo morfossintático, há restrições no uso de alguns subtipos e estratégias.

O objetivo deste texto é estabelecer correlações entre essas estratégias discursivas e os subtipos morfossintáticos das posições numa variedade específica do português escrito, presente na modalidade jornalística, além de identificar que estratégia tem maior incidência no *corpus*. Para isso, baseamo-nos num dos pressupostos cruciais da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), o de que é a formulação, representada pelo Nível Interpessoal e pelo Nível Representacional, que cuidam, respectivamente, de distinções pragmáticas e semânticas, que determina o processo de codificação das expressões linguísticas, a serviço dos níveis Morfossintático e Fonológico.

Neste trabalho, contamos com um *corpus* de 102 ocorrências de posições restritivas extraídas de 12 edições da revista *CartaCapital*, do número 856 a 867, uma revista formalmente bem impressa e de circulação nacional. De cada número, foram selecionados três gêneros textuais – reportagens, editoriais, artigos de opinião – que se acham presentes em todas as edições.

Os gêneros não constituem necessariamente um critério de análise, mas apenas uma fonte de diversidade no domínio de ocorrência. Como o fenômeno em análise são construções morfossintáticas ligadas ou não por *de*, não se deve esperar que diferentes gêneros textuais ativem necessariamente diversos tipos de sintagmas apositivos, situação bem diferente se, por exemplo, estivéssemos lidando com algum fenômeno diretamente ligado ao discurso, como o uso argumentativo de conjunções. Espera-se, contudo, que, por se tratar de gêneros ligados à mídia, as entidades referenciadas não sejam completamente novas para o leitor.

Desse modo, a estratégia descritivamente identificadora seria provavelmente a mais utilizada em detrimento das demais, já que é nesse uso que o falante instrui o ouvinte a recuperar uma entidade já conhecida em seu modelo mental.

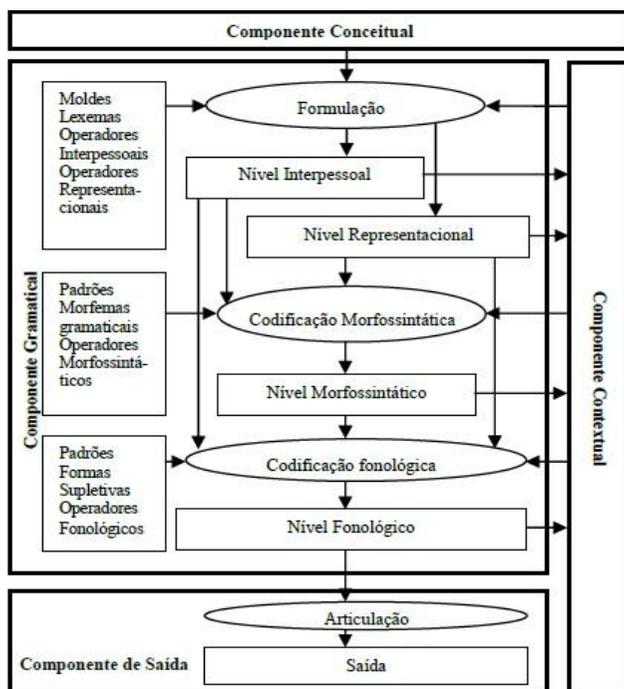
O percurso de análise adota o seguinte formato de organização: a seção 1 desenvolve o suporte teórico; a seção 2 resume o modo como as posições são tratadas na literatura; a seção 3 mostra a relação entre as posições restritivas e as estratégias discursivas mobilizadas pelo falante; as Considerações Finais fazem um balanço entre a proposta e os resultados.

1. Enfoque teórico: uma perspectiva discursivo-funcional de gramática

A perspectiva teórica aqui adotada, a da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), está organizada como uma orientação descendente, o que significa contemplar uma direção que parte da intenção do falante e se desenvolve até a articulação, passando pela formulação e pela codificação. A motivação de uma arquitetura descendente se justifica no fato de que um modelo de gramática é tanto mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico de um indivíduo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). A Figura 1 representa a arquitetura geral da GDF.

O modelo da GDF consiste em três componentes não grama-

Figura 1: Arquitetura geral da GDF



Fonte: Adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 13)

tais: Componente Conceitual, Componente de Saída e Componente Contextual. Esses três componentes interagem com o Gramatical por meio de operações de formulação e codificação. A formulação considera as regras que determinam o que constitui ou não representações pragmáticas e semânticas válidas em uma língua; a codificação considera as regras que convertem essas representações em representações morfosintáticas e fonológicas.

O modo de organização e formalização prevê que, no interior dos

componentes, as elipses contêm as operações de formulação e codificação, os quadrados contêm os primitivos usados nas operações e os retângulos contêm os níveis de representação produzidos pelas operações.

O Componente de Saída gera as expressões acústicas, escritas, ou de sinais com base na informação do Componente Gramatical. O Componente Contextual é alimentado por todos os níveis de representação, e as operações de formulação e codificação são alimentadas pelo Componente Contextual.

O Componente Gramatical contempla quatro níveis de análise hierarquicamente estruturados, que são, por sua vez, compostos por camadas que podem estar em uma relação hierárquica ou não hierárquica (configuracional). A estrutura geral de cada nível está disposta em (3), em que v_i , representando a variável da camada relevante, é restringida por um núcleo que tem como argumento a variável. Ela ainda pode ser restringida por um modificador (σ) e especificada por um operador (π), além de poder conter uma função (Φ). Núcleos e modificadores são estratégias lexicais, enquanto operadores e funções são estratégias gramaticais.

(3) $(\pi v_i: [\text{núcleo } (v_i)_{\Phi}]: [\sigma (v_i)_{\Phi}])$ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 15)

O Nível Interpessoal (NI) contempla as distinções de formulação relacionadas à interação entre falante e ouvinte. A disposição linear de (4) inclui as camadas que compõem esse nível.

(4) $(M_1: [(A_1: [(F) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_{\Phi} \dots (T_{1+N})_{\Phi}] [(R_1)_{\Phi} \dots (R_{1+N})_{\Phi}] (C_1)_{\Phi}]) (A_1) \dots (A_{1+N})_{\Phi}] (M_1))$ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 15)

A camada mais alta do NI é a do Movimento (M), definido como uma porção textual que fornece uma contribuição autônoma do falante para a interação, que pode provocar ou ser ele mesmo uma reação. O

Movimento é formado por um ou mais Atos Discursivos (A) que mantêm relações de dependência ou equipolência entre si.

Um Ato Discursivo é composto por categorias não hierárquicas: Ilocução (F), Falante (P_1) e Ouvinte (P_2) que se alternam, e um Conteúdo Comunicado (C). O Conteúdo Comunicado contém, por sua vez, a totalidade do que o falante deseja evocar na sua comunicação. Cada Conteúdo Comunicado ainda contém um ou mais Subatos de Referência e de Atribuição, que representam a evocação de um referente e de uma propriedade, respectivamente.

Ressalte-se que as distinções entre os Subatos são especialmente relevantes para os objetivos deste trabalho, uma vez que as aposições restritivas do português são constituídas por um Subato de Referência e dois Subatos de Atribuição, conforme apontam Lemson (2016) e Serafim (2019).

Os Subatos estão no escopo das distinções de identificabilidade e especificidade mediante o uso dos operadores [+ id, -id] e [+s, -s], respectivamente. A identificabilidade concerne às suposições do Falante sobre o conhecimento do Ouvinte, enquanto a especificidade, ao grau de conhecimento do referente pelo próprio Falante. Essas distinções, que aparecem codificadas no Nível Morfossintático mediante o uso de artigos e pronomes demonstrativos, são particularmente relevantes para o estudo das aposições, pois, com base nelas, é possível determinar quais são os membros prototípicos no *continuum* das construções apositivas e mesmo o que motiva as escolhas de uma construção apositiva em detrimento do uso de apenas um ou outro termo do SN.

Os Subatos ainda podem estar no escopo da atribuição de três funções pragmáticas, Tópico, Foco e Contraste, quando há alguma repercussão morfossintática ou fonológica delas na codificação. A função pragmática Tópico (x Comentário) assinala que o Subato contém uma

informação dada ou inferível. A função Foco (x Informação de Fundo) sinaliza a seleção de uma informação nova pelo falante para preencher uma lacuna potencial na informação do ouvinte ou para corrigir uma informação equivocada de que ele possa dispor em seu conhecimento mental. Por fim, a função de Contraste (x Sobreposição) sinaliza o desejo do falante de salientar diferenças particulares entre os elementos dos Subatos.

Passando agora à discussão do Nível Representacional, pode-se afirmar que é ele o responsável pela designação. Essa restrição identifica a semântica com os mecanismos mediante os quais uma língua se relaciona com os mundos possíveis que ela descreve. O Nível Representacional também se organiza em camadas hierarquicamente ordenadas conforme mostra a representação em 5.

$$(5)(p_1: [(ep_1: [(e_1: [f_1: [(f_2)n(x_1)_\phi \dots (x_{1+n})_\phi] (f_1)) \dots (f_{1+n}) (e_1)_\phi]) \dots (e_{1+n})_\phi]) (ep_1)) \dots (ep_{1+n})_\phi] (p_1)) \text{ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 15)}$$

Conteúdos Proposicionais (p), as unidades mais altas do Nível Representacional, são construtos mentais (conhecimentos, crenças e desejos), que podem ser factuais, quando correspondem a conhecimentos ou crenças sobre o mundo real, ou não factuais, quando correspondem a desejos ou expectativas em relação a um mundo imaginário.

Conteúdos Proposicionais contêm Episódios (ep), que são conjuntos de Estados de Coisas tematicamente coerentes, isto é, com unidade ou continuidade de Tempo (t), Localização (l), e Indivíduos (x). Estados de Coisas (e), por seu lado, caracterizam-se por poder ser localizados no tempo e ser avaliados em termos de seu estatuto de realidade. A camada seguinte é a da Propriedade Configuracional (f), que constitui um molde de predicação, cuja construção depende de categorias semânticas não hierárquicas entre si representando entidades como Indivíduo (x), Propriedade Lexical (f), Localização (l), Tempo (t), Maneira (m), Razão (r) e Quantidade (q).

Considerando agora os níveis responsáveis pela codificação formal das unidades pragmáticas e semânticas, eles são identificados como Nível Morfossintático e Nível Fonológico. O Nível Morfossintático (NM) trata de aspectos formais de uma unidade linguística. A arquitetura descendente da GDF mostra que muito do que acontece no NM é motivado pelos níveis da Formulação, ou seja, os níveis Interpessoal e Representacional. As camadas relevantes desse nível estão dispostas em (6).

(6) (Le₁: [(Xw₁) (Xp₁) (Cl₁: [(Xw₂) (Xp₂: [(Xw₃) (Xp₃) (Cl₃) (Xp₂))_φ (Cl₂)_(φ) (Cl₁))]) (Le₁)) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 17)

Uma Expressão Linguística (Le) é o conjunto de uma ou mais unidades morfossintáticas, constituindo o que na tradição gramatical se entende por sentença. Essas unidades linguísticas podem ser constituídas por Orações (Cl), Sintagmas (Xp) e finalmente Palavras (Xw), que, por sua vez, se compõem de uma Raiz (Xs) e de um Afixo (Aff).¹

O último nível de análise que compõe o Componente Gramatical é o Fonológico, que aparece representado em (7).

(7) (U₁: [(IP₁: [(PP₁: [(PW₁) (PP₁))] (IP₁))] (U₁)) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 18)

A camada mais alta desse nível é o Enunciado (U), cujas fronteiras são marcadas por pausas mais longas do que as das Frases Entonacionais (IP). As Frases Entonacionais se caracterizam por um núcleo, isto é, um movimento tonal realizado em uma ou mais sílabas. A camada seguinte do Nível Fonológico é a da Frase Fonológica (PP). Assim como Frases Entonacionais normalmente correspondem a Atos Discursivos no NI, a

¹ As siglas são representações das categorias em inglês: Le (Linguistic Expression; Cl (Clause); sintagma (Xphrase); palavras (Xword); Xs (Xstem); Aff (affix).

Frase Fonológica mantém uma correspondência, ainda que não estrita, com os Subatos de Referência e de Atribuição. As Palavras Fonológicas (PW) se dividem em Sílabas (S), que se agrupam em pés (F).²

Desse quadro geral, interessam especificamente a este trabalho, para a análise do funcionamento discursivo das posições, as distinções das camadas do Ato Discursivo, ou seja, os Subatos de Atribuição e de Referência, bem como a atribuição de funções pragmáticas e a inserção de operadores de identificabilidade. Tendo fornecido esse panorama geral do arcabouço teórico aqui adotado e identificado as especificidades do Nível Interpessoal, passamos a discutir, na seção seguinte, como o tratamento das posições literatura.

2. O tratamento das posições na literatura

Uma breve revisão da literatura sobre as posições mostra que, em geral, diversos autores privilegiam os aspectos semânticos e formais delas, especialmente quando os estudos têm como objetivo determinar que estruturas podem identificar-se como posições.

Fries (1952) e Francis (1958), por exemplo, identificam as positivas com as estruturas constituídas por dois sintagmas correferenciais justapostos (8).

(8) *Mary, **the belle** of the village* (CURME, 1931, p. 89, grifos do autor)

(Maria, **a bela** da vila)

Curme (1931 *apud* MEYER, 1992) prefere expandir as estruturas positivas para abarcar também as posições restritivas (9), estruturas de

² As siglas são também representações das categorias em inglês: U (Utterance); IP (Intonational Phrase); PP (Phonological Phrase); PW (Phonological Word); S (Syllable), F (Foot).

predicado (10) e de genitivo (11).

(9) *My friend Jones* (CURME, 1931, p. 91, grifos do autor).

(Meu amigo **Jones**)

(10) *He came home sick.* (CURME, 1931, p. 30, grifos do autor). (Ele chegou à casa **doente**.)

(11) *The vice of intemperance* (CURME, 1931, p. 89, grifos do autor).

(O vício **da intemperança**)

Em um amplo estudo sobre o assunto, Meyer (1992) elenca diversas estruturas morfossintáticas que podem ser apositivas, como sintagmas nominais (12), posições nominais/oracionais (13), posições com marcador obrigatório (14) e posições não nominais (15):

(12) a *The first twenty thousand pounds, the original grant, is committed.* (MEYER, 1992, p. 11, grifos do autor) (**As primeiras mil libras, o subsídio original**, estão comprometidas.)

b *“Emory University’s charter and by-laws have never required admission or rejection of students on the basis of race,” board chairman Henry L. Bowden stated.* (MEYER, 1992, p. 83, grifos do autor) (“A carta e estatuto da universidade Emory nunca requereu admissão ou rejeição de alunos com base na raça,” **afirmou o presidente do conselho Henry L. Bowden.**)

(13) *There is perhaps no value statement on which people would more universally agree than the statement that intense pain is bad.* (MEYER, 1992, p. 11, grifos do autor) (Não existe talvez uma declaração de valor com a qual as pessoas concordariam mais universalmente do que **a declaração de que dor intensa é ruim.**)

(14) a *It is one of the main purposes of this chapter to show how the effects gained by the use of metaphor are related to its linguistic form, and this purpose will be furthered if it can be shown that consideration of its linguistic form makes it easier to deal with problems such as those*

touched on in the last few paragraphs. (MEYER, 1992, p. 11, grifos do autor) (É um dos principais objetivos deste capítulo mostrar como os efeitos obtidos pelo uso de metáfora estão relacionados a sua forma linguística, e esse objetivo será alcançado se for mostrado que a consideração da sua forma linguística faz com que seja mais fácil lidar com **problemas como aqueles mostrados nos últimos parágrafos.**)

b *It should also be recognized that **the problem of rural tenancy** cannot be solved by administrative decrees alone.* (MEYER, 1992, p. 29, grifos do autor) (Deveria ser reconhecido também que **o problema de arrendamento rural** não pode ser resolvido apenas por decretos administrativos.)

(15) *[Thomas] More stands on the margins of modernity **for one reason alone — because he wrote Utopia.*** (MEYER, 1992, p. 11, grifos do autor) ([Thomas] More fica às margens da modernidade **por uma única razão – porque ele escreveu Utopia.**)

Como já mencionado anteriormente, este texto trata apenas das posições restritivas com e sem a preposição *de* no português escrito, que correspondem aos exemplos (9), (11), (12b) e (14b).

Com relação aos aspectos semânticos, Rodriguez (1989) e Taboada (1978), por exemplo, postulam que os membros das posições restritivas são não correferenciais. Como, para esses autores, a correferencialidade é condição necessária para que se possa identificar uma estrutura como uma posição, não se consideram as construções restritivas sem e com *de* como verdadeiras posições. Lago (1991) adverte, entretanto, que, embora a correferencialidade seja condição necessária, ela não é condição suficiente para delimitar uma posição justamente por haver outras estruturas não apositivas que exibem relações de correferencialidade.

Quanto às questões morfossintáticas, Quirk *et al.* (1985), Curme (1931 *apud* MEYER, 1992), Keizer (2007) compartilham a posição de

que os dois membros da aposição restritiva devem pertencer à mesma classe de palavras. Segundo Keizer (2007), as aposições constituem-se necessariamente por um nome comum contável e um nome próprio, ou ainda, um nome comum de força similar ao nome próprio, ou seja, que denote unicamente um indivíduo.

Um ponto de divergência formal diz respeito à possibilidade de inversão dos nomes que fazem parte da aposição. Sopher (1971 *apud* KEIZER, 2007) afirma que a reversibilidade é arbitrária, ou seja, não haveria diferença ao dizer o *poeta Burns* ou *Burns o poeta*. Acuña-Fariña (2009) defende a posição de que formalmente os nomes são reversíveis, salientando, porém, que a reversibilidade traz consequências semânticas. Já Keizer (2007) defende, por seu lado, que a reversibilidade não se aplica a todos os contextos de uso.

Em contraste com investigações apenas de ordem formal e semântica, Keizer (2005a, 2005b) postula que o estudo das aposições restritivas sem elemento de ligação deve voltar-se para os usos discursivos que essas construções assumem. Em função dessa abrangência, é o trabalho de Keizer que ilumina teoricamente nossa análise. O Quadro 1 resume os subtipos morfossintáticos de aposições restritivas identificados por Keizer (2007).

Quadro 1: Subtipos de aposições restritivas

Tipo 1a	<i>the actor Orson Welles</i>	det + N + N _{PRÓPRIO} ³
Tipo 1b	<i>the word recession</i>	det + N + N
Tipo 2 ⁴	<i>Orson Welles the actor</i>	N _{PRÓPRIO} + det + N
Tipo 3	<i>actor Orson Welles</i>	N + N _{PRÓPRIO}
Tipo 4a	<i>my friend Orson Welles</i>	POSS + N + N _{PRÓPRIO}
Tipo 4b	<i>my friend the actor</i>	POSS + N + Det + N

Fonte: Adaptado de Keizer (2007, p. 22)

³ Keizer (2007) utiliza a notação N_P para nome próprio, contudo, como esta notação pode ser confundida com a abreviação de Noun Phrase (Np) nas formalizações da GDF, o modelo teórico aqui adotado, tomamos a decisão de usar a notação N_{PRÓPRIO}.

⁴ O subtipo 2 não parece possível em português, que realiza a sequência como aposição não restritiva *Burns, o poeta*.

Além de identificar esses subtipos morfossintáticos, a autora detecta quatro possíveis estratégias discursivas que podem ser a eles atreladas: (i) uma estratégia funcionalmente identificadora; (ii) uma estratégia descritivamente identificadora; (iii) uma estratégia introdutória; (iv) uma estratégia contrastiva.

Quando se aplicar a estratégia funcionalmente identificadora, ilustrada em (16), o elemento descritivo (*number*) tem a função de indicar que o segundo elemento (*four*) não está sendo empregado em seu sentido usual ou prototípico de indicação de quantidade, mas com um valor metalinguístico.

(16) *The number four is my lucky number.* (KEIZER, 2005b, 451, grifos do autor)

(O número quatro é o meu número da sorte.)

Mediante a aplicação da estratégia descritivamente identificadora, o elemento descritivo auxilia o ouvinte a recuperar o referente da construção toda que já está presente no seu modelo mental, embora não necessariamente na porção textual precedente, como mostra (17).

(17) *This is a really big home win for Jaguar and indeed for Silverstone because the Jaguar boss Tom Walkinshaw is of course the managing director of Silverstone Circuits the BRDC < ICE-GB:-S2A-012 #90:6:A>.* (KEIZER, 2005b, 454, grifos do autor) (É uma vitória muito grande em casa para a Jaguar e de fato para Silverstone, porque o chefe da Jaguar Tom Walkinshaw é, claro, o diretor administrativo do Circuito Silverstone, o BRDC.)

No uso da estratégia introdutória, o papel do elemento descritivo é introduzir uma informação nova e relevante na primeira menção de um nome próprio, como ilustra (18).

(18) <on a plaque> **The poet Burns** lived here from 1786 to 1788.
 (KEIZER, 2005b, 454, grifos do autor)
 (<em uma placa> **O poeta Burns** viveu aqui de 1786 até 1788.)

Por fim, no uso da estratégia contrastiva, ilustrado em (19), o falante assume a informação do elemento descritivo ou do nome próprio para distinguir diferentes referentes.

(19) *Who are you referring to? The CRITIC Paul Jones or the AUTHOR Paul Jones?* (KEIZER, 2005b, 462, grifos do autor)
 (A quem você se refere? O CRÍTICO Paul Jones ou o AUTOR Paul Jones?)

De acordo com Keizer (2005a, 2005b), não há uma distribuição biunívoca entre uma estratégia e um subtipo morfossintático, de modo tal que o tipo de estratégia determinasse o tipo específico de codificação na camada do sintagma nominal. Como essa distribuição pressupõe que a pragmática impõe restrições morfossintáticas no uso das posições, é relevante adotar um modelo teórico de orientação descendente, como o da Gramática Discursivo-Funcional, para analisar a configuração dessas estruturas.

3. As posições restritivas como estratégias discursivas

A Tabela 1 sumariza a análise das estratégias discursivas das posições restritivas com e sem o elemento de ligação *de*.

Tabela 1: Estratégias discursivas das posições restritivas

	n	%
Estratégia funcionalmente identificadora	13	12,7
Estratégia descritivamente identificadora	64	62,7
Estratégia introdutória	20	19,6
Estratégia contrastiva	5	4,9
Total	102	

Fonte: elaborado pelos autores

Os dados da Tabela 1 mostram que a tendência principal no uso dessas estruturas é a de fazer referência a uma entidade já presente no modelo mental do ouvinte. Em função disso, é a estratégia identificadora que tem a incidência mais significativa no *corpus*, ou seja, 62,7% (64/102), que consiste em mais da metade de todas as ocorrências analisadas. Como as ocorrências são retiradas de uma revista de circulação nacional, a *CartaCapital*, é natural que as entidades referenciadas estejam no modelo mental do ouvinte e necessitem apenas de uma instrução para sua recuperação ou ativação. Lemson (2016) também defende que é esse uso o mais característico das aposições no português, utilizando-se de um *corpus* com textos de natureza diferente do nosso.⁵

Discutiremos a seguir todas as estratégias discursivas, relacionando sempre cada uma às estruturas morfossintáticas que são ou não licenciadas como forma de expressão. A primeira estratégia discursiva constante da Tabela 1 é a funcionalmente identificadora.

Observe-se que, em (20), a palavra *caos* não tem um valor referencial usual, mas um valor metalinguístico, uso não prototípico que serve para identificar o primeiro elemento da construção (*palavra*).

(20) Com K ou sem K, **a palavra caos** se oferece a diversas interpretações. Em 1964, havia quem acreditasse que o golpe de Estado salvaria a pátria ao sustar o caos no nascedouro. Passados 51 anos, não falta quem entenda que do golpe nasceria o caos. (863 E 14)

Já o exemplo contido em (21) mostra que a palavra *proletariado* também não tem referência, o que significa, em termos de GDF, que,

⁵ O *corpus* utilizado por Lemson (2016) pertence ao Centro de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras, Campus da UNESP de Araraquara-SP e é constituído de 36 textos escritos, divididos igualmente entre os gêneros oratório, gramático e técnico.

no Nível Representacional, está envolvido apenas o conteúdo de uma propriedade lexical.

(21) Dessa forma, mais do que cunhar o uso social do termo, o feito de Marx encontra-se em vincular **o conceito de proletariado** a uma teoria da revolução ou, antes, a uma teoria das lutas de classe que é a expressão da “história da guerra civil mais ou menos oculta na sociedade existente”. (861 O 35)

É possível verificar que, nesses casos, o referente da construção como um todo não é equivalente ao referente do segundo nome, se este for tomado independentemente, o que indica que o núcleo é o primeiro nome da construção. Com efeito, se olharmos de maneira independente para cada um dos substantivos que compõem o SN de (20), identificamos um Indivíduo *palavra* e um Estado de Coisas *caos*. É, contudo, o primeiro elemento que equivale ao SN como um todo, em vista de o SN, *a palavra caos*, designar, em seu conjunto, um Indivíduo. O mesmo procedimento é aplicável ao caso de (21), em que um Conteúdo Proposicional *conceito* assume o valor de núcleo do SN, equivalente ao SN como um todo, e o nome coletivo *proletariado* não tem referência por consistir numa propriedade lexical que é argumento do predicado nominal *conceito*.

Em razão dessa característica, as posições usadas com essa estratégia se restringem a padrões morfossintáticos⁶ que contêm dois nomes comuns, diferentemente do que ocorre com os outros padrões morfossintáticos, que admitem a presença de um nome comum e de um nome próprio. A análise detectou os padrões morfossintáticos [Det

⁶ Substituímos o termo “(sub)tipo morfossintático” e adotamos doravante a expressão “padrão morfossintático”, utilizada pelo modelo Discursivo-Funcional e, portanto, mais adequada para a nossa análise.

+ N + N], [N + N] e [Det + N + de + N], exemplificados, respectivamente, em (22-24).

(22) **Aquele século XVIII** concentra os ideais de três revoluções, a francesa, a inglesa e a americana, é o século de Montesquieu e de Adam Smith, dos Founding Fathers e da Tomada da Bastilha. (865 E 20-22)

(23) Ao contrário do que divulgaram os jornalões de **segunda 17**, as manifestações não foram o sucesso esperado pelos organizadores. (864 E 14)

(24) Dessa forma, mais do que cunhar o uso social do termo, o feito de Marx encontra-se em vincular o **conceito de proletariado** a uma teoria da revolução ou, antes, a uma teoria das lutas de classe que é a expressão da “história da guerra civil mais ou menos oculta na sociedade existente”. (861 O 35)

O uso do determinante não é obrigatório na aplicação dessa estratégia discursiva, mas sua ocorrência, quando for o caso, é sempre a de um artigo definido ou a de um pronome demonstrativo. Embora se usem as posições desse tipo sempre como uma primeira menção do referente, licencia-se a ocorrência do artigo definido porque, mesmo com a existência de dois nomes comuns, a construção como um todo tem referência única, o que significa haver, no Nível Interpessoal, uma mobilização de operadores que sinalizam a identificabilidade do referente. Como se mostra a seguir, essa não é uma característica comum, diante da possibilidade de que uma posição restritiva seja não identificável na dependência da estratégia discursiva empregada.

A segunda estratégia discursiva é a descritivamente identificadora. Entende Keizer (2005b) que o elemento descritivo auxilia o ouvinte a recuperar o referente da construção apositiva em seu modelo mental. Nesses casos, a posição não introduz um novo referente no discurso.

Estabelecer uma relação dessas construções com a taxonomia proposta por Prince (1981) mostra que as entidades são sempre novas não usadas, inferíveis ou evocadas. No caso de ser nova não usada, a entidade, presente no modelo mental do ouvinte, é, por isso mesmo, suficientemente conhecida mesmo sem emergir antes no discurso. Como inferíveis, as entidades são, com base em um raciocínio lógico plausível, dependentes de outras entidades com as quais se relacionam. Por fim, evocadas são as entidades já existentes no discurso anterior ou presentes no entorno da situação discursiva.

Como a amostra foi retirada de uma revista de ampla circulação nacional, cujo escopo principal é a política, é comum a menção a figuras suficientemente conhecidas. Assim, é de se esperar que os referentes estejam disponíveis no modelo mental dos leitores e que, portanto, a estratégia discursiva mais utilizada seja a descritivamente identificadora. Podem-se ver algumas ocorrências desses sintagmas em (25-27).

(25) E por que **o senador José Serra** reedita o velho projeto tucano de privatização da Petrobras ao visar agora o pré-sal? (856 E 16-17)

(26) De certa forma, **papa Francisco**, como Paulo de Tarso, emite sua Epístola aos Coríntios (nada a ver com os torcedores coríntianos), sobretudo na passagem que diz respeito à Caridade, a mais importante entre as virtudes teológicas. (859 E 28-29)

(27) A exemplo de boa parte dos moradores da Grande São Paulo (ela vive no **município de Suzano**), gasta muito tempo no deslocamento diário entre sua casa e o trabalho. (856 R 10-11)

Keizer (2005b) argumenta que, no uso desse tipo de estratégia, o elemento descritivo representa uma antecipação do falante a prováveis questionamentos do interlocutor, como “Quem é ele/ela?”, “Diga-me mais sobre ele/ela?”. Além disso, em alguns contextos, como o que (28)

ilustra, o elemento descritivo pode dar uma justificativa de alguma declaração dada na pregação.

(28) **O reformador Bergoglio** recupera a palavra de Cristo e o valor da Caridade, que se tornaram letra morta em largos momentos da história da Igreja. (859 E 28-29)

Embora a entidade designada seja do conhecimento geral, a presença do elemento descritivo é de crucial relevância para a construção do referente, especialmente porque recuperar valores é próprio de um reformador. O nome comum é, portanto, relevante para a pregação como um todo.

Os casos encontrados a que se aplica essa estratégia discursiva seguem os seguintes padrões morfossintáticos [Det + N + PPRÓPRIO] e [Det + N + de + NPRÓPRIO], ilustrados, respectivamente, em (29), (30).

(29) Ao escolher seu nome no momento de tomar assento na cadeira de Pedro, **o jesuíta Bergoglio** deu um claro indício dos rumos desejados para sua ação [...] (859 E 28-29)

(30) O passo agora é conhecer as diversas experiências no **estado de São Paulo**. (860 R 14-15)

Em razão da natureza informacional das posições a que se aplica a estratégia descritivamente identificadora, seria uma previsão razoável que todas as construções contivessem necessariamente um artigo definido, que seria o reflexo, no Nível Morfossintático, do operador de identificabilidade no Nível Interpessoal, como mostram (29) e (30). Contudo, é perfeitamente plausível padrões formais do tipo [N+NPRÓPRIO], sem artigo definido, como mostram (31a-b).

(31) a Eles se movem em grupos de três, fortemente armados com **metralhadoras AK-47**, dispositivos de visão noturna, silenciadores e o inevitável facão para retirar o chifre. (857 R 10-11)

b **Mestre Ziza** dizia que era o tempo dos meio-campistas morrerem tuberculosos, a exemplo dos poetas românticos. (856 O 64)

Os casos contidos em (31a) e (31b) têm diferente natureza referencial. Em (31a), a referência é não identificável para o ouvinte [-id] e não específica para o falante [-s], ativando, portanto, a atuação desses operadores no Nível Interpessoal a ausência do determinante, ou artigo definido, na codificação morfossintática, já que não se sabe exatamente a referência das metralhadoras, nome tomado em seu valor genérico na ocorrência. Em (31b), por seu lado, o referente é identificável [+id] e específico [+s], mas, está plenamente justificada a ausência do artigo definido no Nível Morfossintático por se tratar aqui de um SN com referência única, digamos assim, por não haver dois referentes com a mesma denominação de Mestre Ziza.

Além desses casos, a amostra registra também a possibilidade de combinar um artigo definido com um pronome possessivo em aposições descritivamente identificadoras, como a de (32).

(32) E pra fechar com chave de ouro o meu carnaval, amigos reunidos na pipoca **da minha cidade Salvador!** Que farra boa. [...] (<https://www.ibahia.com/detalhe/noticia/fantasia-da-de-palhaco-ivete-sangalo-curte-carnaval-no-chao-na-barra-farra-boa/>) Acesso em: 23 de jan 2019

A emergência de um artigo definido e de um pronome possessivo nessa ocorrência tem diferentes motivações. Enquanto o emprego de um artigo definido é um mecanismo morfossintático que reflete uma propriedade pragmática de identificabilidade, o emprego do possessivo indica uma propriedade semântica, já que reflete a relação entre referentes.

O pronome possessivo corresponde ao Subato Referencial (R_j: [+S, -A] (R_j)) no Nível Interpessoal por identificar um dos Participantes

do Discurso, ou seja, o próprio Falante, que, juntamente com a função semântica Associativo⁷ no Nível Representacional, dispara o pronome possessivo *minha*. Na realidade, essa relação com o falante já identifica claramente a natureza referencial do SN, o que dispensaria a participação também do artigo. Razões cognitivas, possivelmente motivadas por uma motivação afetiva ativam, todavia, quase mecanicamente a inserção do artigo definido diante de um SN com um referente ao mesmo tempo específico e identificado. Por ser um modelo organizado em níveis e camadas, a GDF captura de forma clara essa diferença, como mostra (33) para o SN grifado em (32).

(33) NI: (+id R_i: (T_I) (T_J) (R_J: [+S, -A] (R_J))
 (R_i)
 NR: (x_i: [(f_i: cidade (f_i) (x_j: Salvador (x_j))] : (x_i)_{ASS}
 (x_i)
 NM: (Np_i: (Gw_i: o (Gw_i) (Gw_j: minha (Gw_j)) (Nw_i:
 cidade (Nw_i)) (Nw_j: Salvador (Nw_j)) (Np_i))
 A minha cidade Salvador

O operador [+id] indica a identificabilidade do referente no Nível Interpessoal e escapa todo o Subato Referencial (R_i), assim como o pronome possessivo, que representa um dos Participantes do Discurso, o Falante, no Nível Interpessoal, completado com um indicador semântico de posse no Nível Representacional, como modificador do núcleo

⁷ Para a GDF, um proeminente tipo de modificador é o possessivo. Como nem sempre a ocorrência de possessivo como modificador expressa uma relação de posse propriamente dita, como em *meu livro*, em que a entidade designada é possuída por alguém, a GDF adota a função Associativo, seguindo Li e Thompson (1981 apud HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Na ocorrência em (33), fica claro que *cidade* não pertence ao falante, de modo que não se constitui como uma posse prototípica. Casos de posse inalienável (*o braço do menino*) são tratados como sintagmas núcleo-argumento, em que o argumento recebe a função semântica Referência.

do SN (cidade). Como vemos, o pronome possessivo é representado também por um Subato de Referência (R_j) no Nível Interpessoal, porém, como já mencionado, a relação de posse é uma propriedade semântica, sendo, portanto, expressa no Nível Representacional com um indivíduo (x_j) na posição de modificador, ao qual é atribuída a função semântica Associativo (ASS).

A terceira estratégia discursiva aqui tratada, a introdutória, identifica-se pelo fato de que o elemento descritivo traz uma informação nova e contextualmente importante para a primeira menção de um nome próprio, como se vê nos exemplos (34a-b), em que os nomes *bióloga* e *ministro*, respectivamente, são relevantes para a primeira menção dos nomes próprios.

(34) a **A bióloga Gabriela Montandon** pesquisa leveduras nativas para criar uma bebida feita com fermento local. (865 R 12-13)
b Falamos também da publicidade dita governista, assunto significativo para quem fora praticamente ignorado pelo governo de Fernando Henrique e **seu solerte ministro Andrezinho Matarazzo**. (857 E 14-15)

O referente de (34a) é apresentado pela aposição e o elemento descritivo que ela contém fornece uma informação necessária para a construção da referência, uma vez que apenas o nome próprio *Gabriela Montandon* não seria suficientemente informativo para ativar um referente numa primeira menção, especialmente porque a fonte da ocorrência é uma revista de circulação nacional e o referente não é de conhecimento geral da população.

A aposição de (34b), por seu lado, faz referência a um indivíduo que foi ministro entre os anos de 1999 e 2001. O afastamento temporal não permite assumir a familiaridade do leitor com o referente, já que a revista da qual o texto foi extraído foi publicada em 2015. Como para a

Gramática Discursivo-Funcional o Componente Contextual alimenta e é alimentado pelo Componente Gramatical, é preciso considerar as relações entre linguagem e contexto na análise das ocorrências.

Além dos padrões [Det + N + N_{PRÓPRIO}] e [Poss + N + N_{PRÓPRIO}], exemplificados acima, um terceiro padrão morfossintático também foi associado à estratégia introdutória, [N + de + N], ilustrado no exemplo (35).

(35) Ela é hoje apenas um aparato tecnocrata para a aplicação de **dogmas econômicos de defesa da acumulação primitiva e da desigualdade, de destruição da coesão social** em uma zona de protoimperialismo alemão. (859 O 43)

Nesse caso, os sintagmas preposicionais *de defesa da acumulação e da desigualdade e de destruição da coesão social* restringem o elemento na primeira posição, *dogmas econômicos*. O fato de introduzir uma entidade nova no discurso para construir a referência está formalmente codificado na ausência de determinante. É pertinente afirmar que, no caso de posições restritivas com *de*, não é possível empregar o artigo indefinido, palavra gramatical no Nível Morfossintático que reflete os operadores [-id, -s] do Nível Interpessoal. A situação é diferente das posições sem preposição, como mostram as ocorrências contidas em (36a-c) e (37).

(36) a *Uma cidade do Rio de Janeiro

b *Um mês de março

c *Uma teoria da gramaticalização

(37) Um amigo Pedro

Por fim, a última estratégia discursiva atribuída às posições restritivas é a contrastiva. Na Gramática Discursivo-Funcional, assinala-se a função pragmática Contraste a Conteúdos Comunicados (C) inteiros ou a Subatos de Referência (R) e de Atribuição (T). O fato de ser essa função atribuída no Nível Interpessoal ativa necessariamente, na Expressão Linguística (Le), alguma marca correspondente. São marcadores

de Contraste no português os operadores *também, apenas, só, sobretudo*, além das construções clivadas, como no caso contido em (38).

(38) Foi, no entanto, **um simples lagarto teiú** que o levou a se reencontrar com seu projeto de infância. (864 R 10-11)

NI: (-id, -sR_I: (T_I) (T_J) (R_I))_{CONTR}

No caso ilustrado em (38), atribui-se a função Contraste ao Subato de Referência (R_I) como um todo; é perfeitamente possível, contudo, atribuí-la a um ou outro Subato de Atribuição, como mostram (39) e (40).

(39) Ora, ora, intervêm os botões, **o problema Dilma** não é o **problema Lula**, e este, na perspectiva, é muito mais inquietante. (866 E 12)

NI: (+id, +s R_I: (T_I) (T_J)_{CONTR} (R_I)) (+id, +s R_J: (T_K) (T_L)_{CONTR} (R_J))

o problema Dilma o problema Lula

(40) Falo sobre **o filósofo Sócrates**, não sobre **o jogador Sócrates**.

NI: (+id, +s R_I: (T_I)_{CONTR} (T_J) (R_I)) (+id, +s R_J: (T_K)_{CONTR} (T_L) (R_J))

o filósofo Sócrates o jogador Sócrates

Além desses casos, que se aplicam também às posições do padrão [det + N + N_{PRÓPRIO}], outro modo de atribuir contraste às posições restritivas tem como correlato formal posições do padrão [N_{PRÓPRIO} + N]. A inversão da ordem dos nomes comum e próprio é indício de que o nome comum restringe a designação do referente, conduzindo o interlocutor a contrastar a referência de nomes comuns nas duas expressões. Em uma posição como *FHC presidente*, em (41), é do referente na função de presidente e não na de sociólogo ou na função de professor que se fala:

(41) Deixo a Marcos Coimbra a tarefa de confrontar **FHC presidente** com a atual presidenta. (864 E 14)

NI: (R_i: (T₁) (T_j)_{CONTR} (R_i))

O mesmo procedimento se aplica às posições contidas em (42), ocorrência retirada do jornal on-line *El País*, em que se compara o comportamento do indivíduo referido, Moro, nas situações em que ocupou duas diferentes posições institucionais:

(42) **Moro juiz x Moro ministro**: a mudança radical de opinião sobre caixa dois (Acesso: 23/01/2019https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/19/politica/1550605130_002550.html)

Essa inversão característica do uso contrastivo só é possível com as posições cujos nomes não são ligados pela preposição *de*, não sendo licenciado, portanto, o padrão morfossintático [N_{PRÓPRIO} + *de* + N].

Considerações finais

Ao analisar e descrever as posições restritivas com e sem a preposição *de* no português escrito, estabelecemos como objetivos relevantes verificar as estratégias discursivas que o falante emprega no uso dessas estruturas e determinar como essas estratégias motivam os usos de subtipos morfossintáticos.

Esses objetivos desaguarão na projeção de critérios pragmáticos e morfossintáticos, operacionalizados metodologicamente para responder às seguintes perguntas: i) o uso de uma estratégia discursiva em detrimento de outra determina o uso de subtipos morfossintáticos? ii) qual é a estratégia discursiva mais comum que essas posições desempenham no português?

Adotou-se como suporte fundamental o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), um modelo que postula uma orientação descendente para a gramática,

e que, tomando como ponto de partida a intenção comunicativa, desenvolve-se em níveis de formulação e de codificação para chegar, enfim, à articulação. Admitir uma arquitetura desse tipo significa assumir que os dois níveis de formulação (Interpessoal e Representacional) motivam, não como uma regra, a codificação morfossintática e fonológica de uma expressão linguística.

Os dados discutidos por Serafim (2019) mostraram que o núcleo prototípico dos dois tipos de construção é o primeiro nome do SN. Isso significa que é N1 o elemento que mais preenche os critérios pragmáticos, semânticos e morfossintáticos previamente determinados. Com essa informação em mente, este trabalho se voltou para a identificação das estratégias discursivas usadas para a enunciação de uma aposição e para o modo como elas determinam a codificação morfossintática dessa categoria de SNs. Esse trabalho de identificação permitiu-nos chegar ao Quadro 2, que, faz um resumo geral das correlações entre as estratégias discursivas e os padrões morfossintáticos de aposições.

Quadro 2: Correlação entre estratégias e padrões morfossintáticos.

Estratégia discursiva	Padrão morfossintático
Estratégia funcionalmente identificadora	Det + N + N N + N Det + N + de + N
Estratégia descritivamente identificadora	Det + N + N _{PRÓPRIO} N + N _{PRÓPRIO} (Det) Poss +(mod) N + N _{PRÓPRIO} Det + N (mod) de + N _{PRÓPRIO}
Estratégia introdutória	Det + N + N _{PRÓPRIO} (Det) Poss +(mod) N + N _{PRÓPRIO} N + de + N
Estratégia contrastiva	Det + N + N _{PRÓPRIO} Det + N + N N _{PRÓPRIO} + N

Fonte: elaborado pelos autores

Em primeiro lugar, foi possível verificar que a estratégia quantitativa mais comum em uso no corpus examinado foi a identificadora. Em segundo lugar, foi possível deduzir uma distribuição entre as estratégias e o uso de nomes próprios e nomes comuns como núcleo: enquanto as estratégias descritivamente identificadora, introdutória e contrastiva licenciam a combinação de um nome comum e de um nome próprio, a estratégia funcionalmente identificadora se correlaciona a padrões morfossintáticos contendo dois nomes comuns, justamente por ter essa estratégia a função de mostrar que um nome não tem um uso prototípico.

Além disso, o uso de artigo definido é típico da estratégia descritivamente identificadora, a mais comum entre as posições, uma vez que os referentes já estão presentes na memória do leitor e dependem apenas de uma instrução para serem recuperados. Os sintagmas das posições que exercem as funções introdutória e contrastiva, por seu lado, também são precedidos de artigo. No caso específico das posições introdutórias, emerge um operador de não identificabilidade no Nível Interpessoal, que se traduz, no Nível Morfossintático por um artigo indefinido. Diferentemente das posições desprovidas de preposição, que permitem o uso do artigo indefinido no uso introdutório, as posições com *de* não admitem indefinidade em nenhuma estratégia funcional.

Para finalizar este trabalho, podemos afirmar que a aplicação de parâmetros extraídos do arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional serviu para demonstrar o elevado grau de poder explanatório do modelo quando a análise requerer a aplicação de aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos. Deixamos, contudo, ao leitor o julgamento do grau de alcance do cumprimento desse objetivo maior, tendo como única certeza a de que, no mínimo, este trabalho tem a capacidade de provocar a discussão e o debate, forças motrizes que alavancam o progresso da ciência.

Referências

ACUÑA-FARIÑA, J. C. Aspects of the grammar of close apposition and the structure of the noun phrase. *English Language and Linguistics*, Cambridge, v. 13, n. 3, p. 453-481, 2009.

CURME, G. O. *A grammar of the English language: syntax*. Boston: Heath, 1931.

FRANCIS, W. N. *The structure of American English*. New York: Ronald, 1958.

FRIES, C. C. *The structure of English*. New York: Harcourt, 1952.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KEIZER, E. Close appositions. In: GROOT, C.; HENGEVELD, K. (ed.). *Morphosyntactic expression in Functional Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005a. p. 381-418.

KEIZER, E. The discourse function of close appositions. *Neophilologus*, Groningen, v. 89. p. 447-467, 2005b.

KEIZER, E. *The English noun phrase*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LAGO, J. A special type of nonrestrictive modification: the apposition. *Verba: anuario galego de filoloxía*, Santiago Compostela, v. 18, p. 487-520, 1991.

LEMSON, T. M. S. C. *Aposições restritivas no português brasileiro escrito contemporâneo: análise e formalização no modelo da gramática discursivo-funcional*. 2016. 166 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MEYER, C. F. *Apposition in Contemporary English*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p. 223-255.

QUIRK, R. S. *et al. A comprehensive grammar of the English language*. London: Longman, 1985.

RODRÍGUEZ, C. F. De nuevo sobre la aposición. *Verba: anuario galego de filoloxía*, Santiago Compostela, v. 16, p. 215-236, 1989.

SERAFIM, M.C.S. *Aposições restritivas no português escrito*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2019.

SOPHER, H. Apposition. *English Studies*, Amsterdam, n. 52, p. 401–412, 1971.

TABOADA, M. Relaciones sintácticas en el interior de la frase nominal: la aposición. *Verba: anuario galego de filoloxía*, Santiago Compostela, v. 5, p. 315-340, 1978.

6. CONSTRUÇÕES JUSTAPOSTAS DE BASE VERBAL – UMA ANÁLISE FUNCIONAL CENTRADA NO USO

Ivo da Costa do Rosário (UFF)
Thaís Alessandra Souza Cardoso (UFF)

Considerações iniciais

Este trabalho aborda um fenômeno atestado sincronicamente na gramática da língua portuguesa. Trata-se de justaposições de base verbal que têm servido a funções nominais, com forte caráter expressivo. Essas construções são denominadas neste trabalho de CJV (construções justapostas de base verbal). Os exemplos a seguir ilustram esse uso no português do Brasil:

(1) A ideia é convidar o público para conhecer o shopping e celebrar as diversas inaugurações que estão por vir ao longo do ano, desde lojas e restaurantes até as datas festivas. Para comemorar o primeiro dia das mães do shopping, a Escala criou a campanha promocional “Inauguração do maior amor do mundo”, com brindes comprou-ganhou e sorteio de carros. (CP, Notícias, 24/04/2013). Disponível em: <http://www.portaldapropaganda.com.br/portal/propaganda/35480-sonae-sierra-brasil-lanca-campanhas-de-maes-e-namorados>

(2) Algumas caravanas também estão saindo de São Paulo. Uma delas será **um bate volta**. A saída da capital paulista será nesta segunda-feira (31) à tarde. O plano é passar em Campinas para pegar mais viajantes, depois parar em Ribeirão Preto, para comemorar o ano novo, e então, seguir viagem com 50 pessoas. (CP, Notícia, 31/12/2018). Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/caravanas-de-apoiadores-de-bolsonaro-sa-em-de-diversos-cidades-do-pais-para-assistir-a-posse.html>.

Em ambos os exemplos, temos a justaposição de duas bases originalmente verbais desempenhando um papel sintático-semântico distinto do de sua origem, visto que cumprem papel nominal, ora de função adjetiva, ora de função substantiva. Em (1), “comprou ganhou” desempenha a função de adjunto adnominal, especificando o tipo de “brinde”, sendo, portanto, um adjetivo de natureza qualificativa. No exemplo (2), “bate volta” é evocado para desempenhar a função de predicativo nominal, delimitando o tipo de “caravana”, ou seja, uma excursão de curta duração.

Sob o olhar de uma análise estritamente tradicional, essas ocorrências se revelam como altamente desafiadoras, pois ainda se observam alguns traços de morfologia verbal em “comprou-ganhou” e “bate volta”, como o sentido dinâmico das expressões (no plano do significado) e as desinências indicativas de modo, tempo, número e pessoa (no plano da forma). Por outro lado, esses mesmos elementos já estão destituídos de outros traços canônicos da categoria verbal, como a ausência de estrutura argumental e a invariabilidade.

A produtividade da CJV exige uma maior atenção dos pesquisadores, tendo em vista que esse fenômeno espelha uma zona híbrida entre categorias lexicais. De fato, “comprou-ganhou” e “bate volta” não são passíveis de uma análise morfossintática de base tradicional, justamente por revelarem pontos de interseção entre classes distintas (verbos e nomes). Apresentam, portanto, uma gradiência típica de elementos gramaticais em trajetória de mudança.

Este estudo baseia-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), que amalgama princípios funcionalistas e cognitivistas, pela via da Gramática de Construções (GC), nos termos de Cezario e Furtado da Cunha (2013), Oliveira e Rosário (2015), Oliveira e Cezario (2016) e Rosário e Oliveira (2016). Essa linha teórica de investigação tem especial interesse pelo uso real da língua e também pela modelagem construcional desses mesmos usos, em dife-

rentes planos cognitivos de maior ou menor abstração. Conforme assera Croft (2001), baseamo-nos no conceito de construção como um pareamento de forma (propriedades fonológicas e morfossintáticas) e de significado (propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais).

Nossa hipótese é de que a CJV é produto de construcionalização lexical (cf. TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), derivada de uma alta integração sintático-semântica que emerge da justaposição de alguns elementos originalmente de base verbal. Esse fenômeno ocorre em função de um considerável aumento da frequência de uso dessas mesmas construções, levando-as a um quadro de rotinização cognitiva. Por fim, uma vez formadas em língua portuguesa, essas construções servem como modelo para outros padrões, por meio do mecanismo de analogização (cf. TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Este capítulo está organizado em quatro partes. Após estas considerações iniciais, indicamos alguns procedimentos teórico-metodológicos adotados na pesquisa que originou este estudo. Em seguida, apresentamos a análise de dados propriamente dita, baseada no subesquema [BATER+V]. Por fim, traçamos algumas considerações finais e relacionamos as referências bibliográficas utilizadas para sustentar os resultados desta investigação.

2. Procedimentos teórico-metodológicos

Este trabalho fundamenta-se na LFCU (Linguística Funcional Centrada no Uso). A LFCU considera que a gramática das línguas naturais deve ser sempre explicada pelo uso, a partir de dados reais captados de *corpora* rigorosamente organizados. Os frutos de muitas pesquisas empreendidas nessa perspectiva, nas últimas décadas, têm revelado que a língua é um sistema dinâmico, sendo formada por parâmetros mais rígidos e outros mais maleáveis (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2015, p. 35).

A LFCU tem assumido fortemente uma abordagem construcional da gramática, fundamentada no modelo da Gramática de Construções. Por esse prisma, é possível postular que a língua se organiza em padrões construcionais de diferentes níveis na mente dos falantes, ou seja, em esquemas, subesquemas e microconstruções (cf. TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Esses três níveis correspondem a diferentes graus de abstração das construções linguísticas. Os esquemas são os níveis mais altos e abstratos. As microconstruções, por sua vez, são os níveis mais baixos e concretos, próximos ao uso efetivo. Por fim, os subesquemas são os níveis intermediários entre esquemas e microconstruções.

Desde o estudo dos idiomatismos e das construções de estrutura argumental (cf. GOLDBERG, 1995), a Gramática de Construções tem avançado muito em seu empreendimento e em seus postulados. Apesar de contar com muitas ramificações, há um objetivo comum nos diferentes modelos da GC: o intento de descrever toda *constructicon* das línguas, ou seja, as redes de construções que formam as línguas humanas tanto no plano lexical quanto no gramatical.

No âmbito da Linguística Funcional Centrada no Uso, são importantes alguns conceitos que também serão basilares para a compreensão do fenômeno que descrevemos neste trabalho. Em primeiro lugar, destacamos os processos de construcionalização e de mudanças construcionais:

A construcionalização pode ser gramatical ou lexical. A *construcionalização gramatical* consiste no desenvolvimento de uma série de mudanças em micropassos no par forma e significado, de caráter mais procedural. A *construcionalização lexical*, por sua vez, está associada ao desenvolvimento de novos signos de forma e significado em que o polo do significado está associado primariamente com uma semântica mais concreta e o polo da forma com as categorias de nome, verbo e adjetivo. As *mudanças construcionais*, por sua vez, definem-se como alterações que afetam os traços ou

características de construções já existentes. Podem se dar no nível da forma ou do significado. Tais mudanças ocorrem a partir do uso linguístico, e nem sempre levam à emergência de novas construções. (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016, p. 243, grifos dos autores).

Os processos de construcionalização e de mudanças construcionais, no âmbito da abordagem construcional da gramática, oferecem uma visão mais holística dos processos de mudança linguística em português, indo além do que preconizava o paradigma da gramaticalização, muito restrito a uma visão unidirecional da mudança e focado em itens linguísticos.

Na perspectiva construcional, três fatores ganham especial relevância: *esquematicidade* (diz respeito ao grau de abstração de uma determinada construção), *produtividade* (relacionada à frequência com que novas instâncias podem ser geradas por um esquema construcional) e *composicionalidade* (compreendida como a medida em que um esquema construcional é criado de maneira previsível ou não a partir de seus componentes).

Ainda no âmbito conceitual, destacamos a *analogização*, que envolve a reconfiguração de traços ou dimensões internas de uma determinada construção, por meio da combinação de significado e/ou forma que não existia antes. A analogização, antes vista como um mecanismo de menor importância, ganha grande fôlego na abordagem construcional da gramática, pois ajuda a explicar como muitos aspectos formais ou funcionais são renovados no âmbito da gramática. Comumente a analogização está associada à neoanálise, entendida como uma reinterpretação nova e inaugural de uma construção já existente na língua.

A CJV, na verdade, de uma forma mais precisa, pode ser considerada como uma família de construções, tendo em vista as suas variadas instanciações possíveis na língua portuguesa. O esquema que instancia as muitas realizações possíveis da CJV em língua portuguesa pode ser descrito da seguinte forma: $[V^1+V^2]^{SN/SA_{adj}}$. Essa formulação indica que nosso

foco recai em construções formadas por bases verbais distintas (V¹) e (V²), unidas entre si. Essa construção como um todo, em termos morfosintáticos, equivale a um nome, e pode desempenhar tanto o papel de um SN quanto de um SAdj.

Ligado a esse esquema mais virtual e abstrato, há muitos subesquemas possíveis. Por necessidade de recorte, neste trabalho vamos focalizar apenas um subesquema dessa rede: [BATER+V], ilustrado anteriormente em (2). Nossa agenda de trabalho prevê que outros subesquemas sejam estudados futuramente com relação a suas propriedades formais e funcionais, como [COMPRAR+V], ilustrado em (1) e outros.

Nosso foco analítico está no uso sincrônico da língua portuguesa do Brasil. Portanto, a análise está centrada em como o esquema [V¹+V²]^{SN/SAdj} se concretiza em nossa variedade brasileira, neste início de século XXI. Para isso, adotamos textos de caráter injuntivo e expositivo como *corpora*, tais como notícias e propagandas, de modalidade informal escrita, extraídos da página do *Corpus do Português*, disponível em <https://www.corpusdoportugues.org/>.

Essa página na internet compõe-se de textos distribuídos em quatro grupos. O primeiro integra textos mais antigos, com cerca de 45 milhões de palavras, dos anos 1200 a 1900, sendo geralmente utilizado para verificar a história do Português. Os outros grupos integram textos dos séculos XX e XXI, separados entre gêneros de estilo falado, ficção, jornais e textos acadêmicos.

Nesta pesquisa, coletamos 881 ocorrências do subesquema [BATER+V] na segunda interface desse *site*, tendo em vista que visamos a uma análise sincrônica. De modo a delimitar nosso campo de investigação, selecionamos e analisamos as seguintes microconstruções: *bate+rebate*, *bate+volta* e *bateu+levou*.

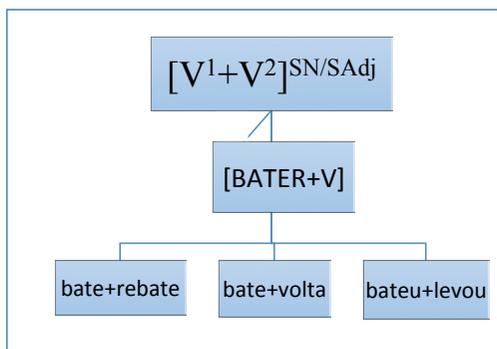
A partir dessa coleta de dados, realizamos uma análise qualitativa, a fim de investigarmos quais mecanismos atuam na formação desses novos sintagmas. Objetivamos também depreender quais mecanismos licenciam tais construções na língua. Na próxima seção, apresentamos a análise de dados propriamente dita.

3. Análise de dados

Ao longo deste capítulo, pretendemos averiguar, sob uma perspectiva sincrônica, a instanciação do esquema $[V^1+V^2]^{SN/SA_{Adj}}$ no português do Brasil, bem como a sua frequência *token*, especificamente com foco nas microconstruções [bate+rebate], [bate+volta] e [bateu+levou]. Partimos da hipótese de que a alta frequência de uso permite sancionar novos subesquemas e novas microconstruções. Para fins analíticos, tratamos especificamente do subesquema [BATER+V], que permite e motiva a instanciação de novos nós na língua portuguesa do Brasil, foco de nossa investigação.

A seguir, ilustramos a rede construcional do esquema $[V^1+V^2]^{SN/SA_{Adj}}$, com base no recorte realizado para esta pesquisa.

Figura 1: Rede esquemática de $[V^1+V^2]^{SN/SA_{Adj}}$



Fonte: Elaboração própria

Como já foi informado, coletamos um total de 881 dados. Primeiramente, é necessário frisar que, a partir do levantamento da frequência *token*, constatamos que o subesquema [BATER+V] é bastante produtivo na língua, apresentando um total de três nós *type*. Observemos a tabela abaixo, acompanhada de porcentagens aproximadas de frequência *token*:

Figura 1: Frequência *type* e *token* do subesquema [BATER + V]

[BATER+V]	
<i>Types</i>	<i>Tokens</i>
Bate rebate	471 – 53,5%
Bate volta	388 – 44%
Bateu levou	22 – 2,5%
Total geral	881 – 100%

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a tabela 1, podemos aferir que o subesquema [BATER+V] sanciona três nós *type* (totalizando 881 ocorrências): “bate rebate”, “bate volta” e “bateu levou”. Cada um desses *types* exibe uma produtividade específica, sendo respectivamente de 471 dados (53,5%), 388 dados (44%) e 22 dados (2,5%). Essa diferença marcante de frequência do terceiro *type* (“bateu levou”) em relação aos dois primeiros (“bate rebate” e “bate volta”) será abordada mais detalhadamente a seguir.

Um ponto a ser destacado é que o esquema $[V^1+V^2]^{SN/SA_{adj}}$ tem os seus *slots* preenchidos por verbos que indicam ação-processo, como é o caso de BATER, REBATER, VOLTAR e LEVAR. Essa informação é bastante importante porque a construção em estudo tem verbos como

categoria-fonte. Esses elementos, por sua vez, apresentam-se justapostos, o que revela uma forte conexão sintático-semântica, visto que são recrutados simultaneamente e estão sempre em correlação modo-temporal.

No que se refere às especificidades desses verbos, apresentam-se na terceira pessoa do singular que, diferentemente da primeira e da segunda pessoas do discurso, marca a “não-pessoa”, nos termos de Benveniste (1988), visto que a terceira pessoa é a forma preferencial para a indicação da impessoalidade. Além disso, esses elementos são flexionados apenas nos tempos presente e/ou pretérito perfeito do modo indicativo.

O subesquema [BATER+V] caracteriza-se por veicular um sentido mais referencial, sobretudo na posição de SN, especificando um elemento apreendido a partir da experiência no mundo e da percepção dos usuários da língua. Ademais, pode também atuar como SAdj, destacando uma qualidade de outro elemento. A seleção dessas construções como elementos lexicais permite evidenciar de que modo os falantes representam e categorizam a realidade na língua, de forma bastante expressiva, haja vista o uso de nomes não canônicos.

Os falantes sempre recrutam novas construções com a intenção de expressar novas experiências ou percepções da realidade. A respeito disso, Traugott e Dasher (2005, p. 20) defendem a “díade falante/escritor e ouvinte/leitor como uma condição ou fundamento da comunicação linguística”, na qual “cada participante é um sujeito falante que tem consciência da existência de outro participante como sujeito falante”. Essa é a razão para os falantes produzirem essas novas construções na língua, mesmo quando já há opções alternativas, como é o caso dos substantivos e adjetivos canônicos.

Com efeito, a partir do subesquema cujo *slot* é parcialmente preenchido pelo verbo “bater”, os usuários recrutam diversas construções individuais para representar uma nova experiência e/ou percepção construída intersubjetivamente e que, também, seja adequada ao contexto co-

municativo. É importante ressaltar que, mesmo após a recategorização, persistem traços expressos pelos verbos de origem, sendo, conseqüentemente, fundamentais para a construção do novo significado da construção. Vejamos um dado de cada *type* apresentado na tabela 1:

(4) Ainda na primeira etapa, o time da casa passou perto de ampliar em chute de Martinelli, que passou raspando a trave, e **em bate rebate** dentro da área, afastado por Giovanni. (CP, Notícia, 08/03/2019). Disponível em: <http://eshoje.com.br/itua-no-bate-o-guarani-assume-lideranca-e-pressiona-o-sao-paulo-no-paulistao/>

(5) Mais um motivo para visitar a Chapada dos Veadeiros: **o bate-volta preferido dos brasilienses** que buscam tranquilidade e contato com a natureza recebe a sétima edição do Festival Ilumina, entre os dias 5 e 7 de julho. (CP, Notícias, 28/06/2019). Disponível em: <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/turismo/chapada-dos-veadeiros-recebe-7a-edicao-do-festival-ilumina-em-julho>.

(6) Se a Manga tem “mermo do mermo” algo que eu também concordo, a Babona piniqueira também tem o seu chamado “mermo do mermo”, já que o proprio Boni diz não ser ele foco central. Quanto **ao bateu levou...** eu também aprecio essa modalidade. (CP, Notícia – Comentário, 01/07/2013). Disponível em: <http://www2.sidneyrezende.com/noticia/210985+leia+a+sinopse+da+mangueira+para+o+carnaval+2014>.

Considerando os excertos (4), (5) e (6), embora seja possível recuperar traços dos verbos de origem, há redução de composicionalidade sintática e semântica, uma vez que o sentido veiculado se torna mais contudista (de caráter nominal), assumindo também nova forma.

É necessário destacar que o verbo BATER, que sempre ocupará o

slot de V¹ nesse subesquema, apresenta uma natureza polissêmica. Borba *et al.* (1990, p. 142-143), ao tratar das relações estabelecidas entre o predicado e o argumento do verbo “bater”, destacam que há vários significados possíveis a partir da sua classificação, que pode ser desde ação-processo, processo, ação, estado, até expressões idiomáticas.

Ainda com relação à sua natureza polissêmica, de acordo com o dicionário Houaiss (2001), esse verbo advém do latim clássico, *battère* de *battuère*, apresentando-se no modo transitivo e intransitivo, com um sentido mais concreto, designando um ato de aplicar golpes, até outros sentidos mais abstratos, como *soar*, *derrotar*, *agitar* ou *remexer com força*, dentre outros. De uma forma ou de outra, esses sentidos associados à semântica mais central do verbo BATER emergem nos novos usos atestados na CJV.

De modo a conhecermos melhor o subesquema [BATER+V], fazemos uma análise de cada *type* a ele relacionado. Em primeiro lugar, a microconstrução *bate+rebate* demonstrou ser a mais produtiva do subesquema, apresentando 471 ocorrências de um total de 881. Na sincronia do PB, em contextos informais, assume predominantemente valor referencial, especificando uma expressão do meio futebolístico, sendo usada de modo mais metafórico ou mais literal.

Os *tokens* abaixo evidenciam a instanciação dessa microconstrução:

(7) O lateral-esquerdo Fábio Santos alerta que o time dominou a partida e o tento do Vasco foi em um golpe de sorte, quando a bola tocou em Réver e sobrou para Maxi Lopez. “Fazia tempo não é, foi merecido pelo jogo que fizemos, maior posse de bola, o gol deles não foi criado, **bate rebate**, todo mundo focado, esse é o espírito, mais que merecida essa vitória”, finalizou Fábio Santos. (CP, Notícia, 02/05/2019). Disponível em: <https://www.espn.com>.

com.br/futebol/artigo/_/id/5571490/atleticanos-comemoram-100-no-brasileir%C3%A3o-e-f%C3%A1bio-santos-justifica-gol-sofrido.

(8) A bola passou na frente da trave, tocou o poste, correu sobre a linha e a ultrapassou. Alex Silva tirou de dentro e o árbitro Jaílson Macedo Freitas demorou a confirmar a abertura do placar. Mas o Goiás incomodava com mais finalizações, o jogo era aberto e o Figueirense teve outra chance. Aos 18, **o bate-rebate** acabou com o chute de canhota de Henan que Marcos deixou escapar, mas evitou ao se recuperar antes que redonda passasse da linha pela segunda vez. (CP, Notícia, 17/08/2018). Disponível em: <http://www.jornalfloripa.com.br/geral/figueirense-perde-de-virada-para-o-goias-no-scarpelli/>.

(9) E como se ainda não pudesse piorar, o Saint-Etienne foi para cima do Monaco e virou a partida no Stade Louis II. Poucos minutos depois de empatar, Cabella aproveitou **bate-rebate** na zaga do Monaco para completar para as redes e colocar os visitantes em vantagem. (CP, Notícia, 05/05/2019). Disponível em: <https://esportes.r7.com/lance/futebol/monaco-perde-para-o-saint-etienne-e-flerta-com-zona-de-rebaixamento-05052019>.

O exemplo (7) apresenta uma notícia sobre a partida de futebol. Ao falar a respeito do jogo, Fábio Santos lança mão do constructo “bate rebate” para sintetizar a estratégia utilizada pelo time. Essa construção apresenta redução de composicionalidade sintática e semântica, visto que, além da perda da vírgula, essencial para demarcar verbos justapostos, assume uma nova função sintática (aposto) e um novo significado (mais conteudista).

Em (8), o jornalista descreve a partida de futebol entre dois times, Figueirense e Goiás, inicialmente apresentando o percurso reali-

zado pela bola e outros acontecimentos ao longo do jogo. Em seguida, ele recorre à construção “bate-rebate” como SN para retomar e delimitar toda a cena apresentada anteriormente. Esse novo referente encapsula essa cena ou, nos termos de Koch (2018, p. 94), “rotula”, o que revela um processo de (inter)subjetividade, já que essa escolha é construída de modo compartilhado a partir do conhecimento cultural entre escritor/leitor. Ao rotular segmentos textuais, o escritor cria um novo objeto de discurso por meio de uma avaliação desses segmentos, escolhendo o que considera mais adequado nesse contexto.

No exemplo (9), “bate-rebate” é instanciado como SN, desempenhando a função de objeto direto do verbo, designando a partida de futebol que consistiu apenas em passar a bola de um jogador para o outro. Há redução de composicionalidade, que implica mudança tanto na forma, que passa a integrar a categoria dos SNs, quanto no significado, que assume um valor mais referencial e conteudista.

A microconstrução *bate+volta* também é muito produtiva no PB, na sincronia atual. A partir da análise dos dados, concluímos que ela passa a ser recategorizada sobretudo como SN na modalidade informal. Também é possível encontrá-la em nível intermediário de formalidade, como em notícias retiradas de *blogues*. Em um total de 881 dados, 388 correspondem a esse padrão microconstrucional.

Tomando como parâmetro a grafia, a fim de averiguarmos o seu grau de convencionalização, aferimos que a construção é mais rotinizada na língua, uma vez que houve um maior número de ocorrências com hífen (*bate-volta*), do que sem hífen (*bate volta*), respectivamente 344 e 44 dados.

Confirmamos também, de modo empírico, que a forma dessa construção está bastante vinculada ao contexto de ocorrência. Assim, em contextos com maior grau de formalidade, tende a aparecer grafada com hífen,

ao passo que, em contexto com menor grau, tende a ser grafada sem hífen, como confirmam os exemplos abaixo:

(10) O veículo, Scania Busscar, anos 2000, de propriedade da empresa Seg Tur, com sede em Franca, realizava **o famoso “bate volta”**. O grupo deixou Franca no final da noite de domingo. Por volta de 1h30 de ontem, na altura do km 270 da rodovia Anhanguera, no trecho que passa pelo município de São Simão, o ônibus conduzido por um motorista de 28 anos, do Jardim Guanabara, diminuiu a velocidade e parou junto ao acostamento. (CP, Notícia, 12/05/2015). Disponível em: <https://gcn.net.br/noticias/285809/franca/2015/05/pms-trocam-tiros-com-assaltantes-de-onibus>.

(11) Pra terminar esse dia, nós ainda fomos assistir a uma apresentação de música clássica na Sala de Mármore no Palácio Mirabell, que será o tema do próximo post! Obs.: Pra quem não quiser se hospedar na cidade, é totalmente possível fazer **um bate volta** a Salzburgo partindo de Munique (146 km de distância), de Innsbruck (fica a 165 km) e de Viena (são 315 km). (CP, Dialetos, 23/05/2013). Disponível em: <http://contandoashoras.com/2013/05/23/salzburgo-a-cidade-de-mozart/>.

O exemplo (10) apresenta um texto extraído de uma notícia jornalística retirada de um blogue que informa sobre um assalto ao transporte público. Verificamos que essa foi a única ocorrência em que a construção é destacada por meio de aspas duplas, sem a presença do hífen, sinal diacrítico que é utilizado para marcar palavras justapostas. Isso se deve ao suporte, que apresenta menor grau de monitoramento do que jornais eletrônicos. Embora persistam propriedades da categoria fonte, já existe neanálise, tanto na forma quanto no significado. No significado, é possível observar que a construção assume um valor mais referencial, delimitando a viagem curta que os bandidos realizaram antes do assalto. Na

forma, a construção desempenha a função de objeto direto, integrando a categoria de SN. Esse SN é classificado como máximo, nos termos de Castilho (2012), visto que possui especificador (o artigo definido “o”) e complementar (o adjetivo “famoso”).

Em (11), o texto retirado de um blogue ilustra novamente como o nível de formalidade influencia diretamente os elementos linguísticos evocados. Assim, além de realizar certas contrações típicas da língua falada, como “pra”, grafa-se o construto “bate volta” sem hífen. De maneira análoga ao exemplo supracitado, há neanálise na forma e no significado, já que, neste caso, “bate volta” não funciona como uma reunião de verbos justapostos, mas desempenha a função de objeto direto do verbo, integrando a categoria de SN.

Considerando que há um novo pareamento de forma-significado de valor mais referencial ou conteudista, ambos os exemplos, portanto, caracterizam construcionalização lexical, ou seja, indicam a existência de um nó referencial na língua portuguesa.

Constatamos ainda que são mais frequentes as ocorrências em que há mudança em propriedades morfológicas da construção, inclusive em contextos mais formais, o que demonstra o seu grau de convencionalidade no PB. Os exemplos a seguir corroboram essa afirmação:

(12) Joesley possui duplex de R\$ 51 mi e frequenta restaurantes de luxo em NY # Ao contrário de suas outras viagens a Nova York, a última passagem de a apresentadora Ticiano Villas Boas, mulher de o empresário Joesley Batista, por a cidade não teve qualquer foto –com filtro ou sem– em as redes sociais. # O casal costuma fazer **bate-voltas** para aproveitar alguns de os melhores restaurantes de Nova York, onde tem um apartamento em a 5ª Avenida. (CP, Notícias, 25/05/2017). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1887483-joesley-vive-em-duplex-de-r-51-mi-e-frequenta-restaurantes-de-luxo-em-ny.shtml>.

(13) Assim como muita gente, eu fiquei curioso para visitar a Praia do Espelho, ainda mais depois que ela entrou para a lista das melhores do Brasil, há alguns anos. E foi isso que me motivou a fazer **um passeio bate-volta** até o Espelho em 2004. Mas nossa visita foi absolutamente frustrada. O tempo estava nublado e ainda por cima não conseguimos ver nenhum mirante. Saímos com aquele ponto de interrogação: será que essa praia merece mesmo o título que havia ganhado do Guia 4 Rodas? (CP, Notícias, 22/01/2019). Disponível em: <https://viagenscinematograficas.com.br/2019/01/praias-do-espelho-dicas-bahia.html>.

Os exemplos supracitados mostram duas funções que essa construção pode assumir (respectivamente SN e SAdj). Em (12), o *token* ocorre em uma notícia jornalística, sendo recrutado como SN para designar os tipos de passeios feitos por Joesley Batista, tais como ir a restaurantes de luxo. Verifica-se neoanálise na forma pois, além de “bate-volta” ser grafado com hífen, é flexionado no plural, o que é um traço essencialmente característico da categoria dos nomes em língua portuguesa. De maneira semelhante, em (13), ao relatar os diversos passeios realizados pela Bahia, a blogueira recorre à construção “bate-volta” a fim de delimitar a espécie de passeio feito até a Praia do Espelho. No entanto, nesse contexto, o construto é instanciado como qualificador, desempenhando a função de adjunto adnominal.

O último padrão microconstrucional associado ao subesquema [BATER+V] é “bateu levou”. Esse padrão microconstrucional mostrou-se o menos produtivo do subesquema, apresentando 22 ocorrências em um total de 881. A sua emergência se deve provavelmente a um processo de analogização com base em outros membros mais prototípicos, o que demonstra uma de suas especificidades. Outra particularidade dessa microconstrução é o uso do pretérito perfeito dos verbos BATER e LEVAR em seu processo de formação.

De maneira semelhante aos padrões anteriores, assume um valor referencial, contudo, diferentemente dos outros casos, ainda predomina o uso da categoria fonte, como será apresentado a partir da análise dos próximos dados:

(14) O profissional também explicou que a modelo bateu em Neymar como “respostas” às supostas agressões que teria sofrido durante um encontro, no dia anterior. “Ela bateu nele porque baiano é bicho arretado, **bateu levou**”, disse. (CP, Notícia, 18/06/2019). Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/midiamais/famosos/2019/apos-mandado-de-busca-advogado-diz-que-mulher-que-acusa-neymar-nao-lembra-onde-deixou-celular/>.

(15) Frases como: homem que agride uma mulher é pior do que lixo e não há motivos para agredir uma mulher é colocada na cabeça de todos nós, homens, mulheres, crianças... por isso elas acham que são intocáveis, por isso que elas vão pra cima de homens e os ofendem na frente de todo mundo, por isso que elas agrirem... se tivéssemos mesmo igualdade, o **“bateu levou”** é que deveria ser colocado na mente de todos. Querendo ou não, muitos, só aprendem apanhando. (CP, Dialetos – comentário, 02/08/2013). Disponível em: <http://canal.bufalo.info/2013/02/como-responder-efetivamente-a-manginas-e-muito-facil/>.

(16) Eu não trabalhei sozinho aqui. Isso aqui é um grupo”, respondeu, após ouvir um questionamento se na final ele assumiria a responsabilidade por decidir. “Temos grandes jogadores. Como dizemos no futebol, aqui tem macaco velho”, completou. O estilo **bateu-levou** também foi visto dentro de campo. Sempre alvo de faltas, Neymar passou a revidar. Na primeira fase do torneio, foi o jogador que mais cometeu infrações. (CP, Notícia, 30/06/2013). Disponível em: <https://copadomundo.uol.com.br/noticias/reda->

cao/2013/06/30/campeao-pela-selecao-neymar-termina-dever-de-casa-antes-de-ir-a-europa.htm.

Como mostra o dado (14), na língua, há ainda o uso recorrente de “bateu levou” em um uso muito próximo ao da justaposição verbal, indicando uma atitude X que implica uma atitude Y. A notícia trata da acusação feita contra Neymar. Em seguida, as palavras do advogado do jogador são citadas, o que justifica a atitude tomada pelo réu como um meio de revide. Para isso, utiliza-se uma expressão muito recorrente no PB: “bateu levou”.

Em (15), há mudança tanto na forma quanto no sentido dessa construção, ao ser recrutada em um comentário extraído de um blogue, no qual se defende a agressão a mulheres como um ato de defesa. Essa construção desempenha, nesse contexto, a função de SN, designando uma atitude que consiste em revidar uma agressão. Ocorre neoanálise no pareamento forma-significado.

Já em (16), a notícia publicada na página eletrônica UOL trata dos acontecimentos durante o jogo do Brasil. Ao especificar o estilo de conduta adotado pelos jogadores durante a partida de futebol, o jornalista recruta a construção “bateu-levou” como SAdj. Podemos observar que a construção apresenta maior redução de composicionalidade sintática, visto que, diferentemente dos construtos anteriores, é grafada com hífen. Isso se deve também ao contexto em que ocorre o construto que, embora não seja formal, apresenta maior grau de formalidade se comparado à linguagem presente em blogues e em comentários.

Assim, concluímos a apresentação da análise dos dados referentes ao subesquema [BATER+V] e das três microconstruções que lhe estão associadas: “bate rebate”, “bate volta” e “bateu levou”. Finalizada essa parte analítica, podemos tecer algumas considerações finais.

Considerações finais

A partir da análise quali-quantitativa das instanciações do subesquema [BATER+V], podemos assumir que ele agrega microconstruções produtivas no PB. Esse subesquema específico caracteriza-se por apresentar verbos na terceira pessoa do singular, nos tempos verbais presente e pretérito perfeito, no modo indicativo. As microconstruções associadas ao subesquema [BATER+V] - “bate rebate”, “bate volta” e “bateu levou” - ocorrem predominantemente em contextos injuntivos e expositivos, ora com função de SN, ora com função de SAdj.

A alta frequência de uso dos padrões *bate+rebate* e *bate+volta* permitiu não só a convencionalização dessas microconstruções, como também a constatação da existência do subesquema [BATER + V] que, por sua vez, admite microconstruções cujos verbos podem ocorrer no presente (*bate+volta* e *bate+rebate*) e no pretérito perfeito (*bateu+levou*).

A menor frequência dessa terceira microconstrução pode estar associada a seu caráter mais recente na língua ou ainda pode ser uma contingência do *corpus* ou do domínio discursivo analisado, o que poderá ser mais bem esclarecido a partir do avanço desta pesquisa.

Bate + rebate aciona um *frame* de golpe sobre um objeto, de modo a deslocá-lo. Percebe-se que geralmente ocorre em textos que mencionam esportes, geralmente futebol, em que se bate na bola, deslocando-a. *Bate + volta* foca o movimento de chegada a um determinado local com retorno célere, evocando o *frame* de deslocamento do próprio agente. Observa-se o uso recorrente desse tipo de expressão em contextos nos quais se fala sobre passeios e deslocamentos em geral. *Bateu + levou*, por sua vez, aciona o *frame* de agressão física ou de outro tipo. Verifica-se a ocorrência da expressão geralmente em contextos que relatam violência. Nas duas primeiras microconstruções, há a evocação de sequencialidade de ações, ao passo que em *bateu + levou* há uma relação do tipo causa-efeito.

to ou condição-resultado. Nesse sentido, o subesquema [BATER+V] assume uma grande complexidade semântica provocada por uma diferença de forma que vai além dos elementos lexicais recrutados¹.

A investigação realizada indica uma grande agenda de estudos com vistas à investigação mais aprofundada do esquema [V¹+V²]^{SN/SA_{adj}} em língua portuguesa, constituído a partir de recategorização de elementos verbais. A sua constituição revela uma forte conexão sintático-semântica, como foi demonstrado por meio da análise de dados. O esquema [V¹+V²]^{SN/SA_{adj}}, sem dúvida, é bastante produtivo e desafia as classificações mais tradicionais da morfossintaxe portuguesa, tendo em vista sua gradiência e seu hibridismo categorial.

Referências

¹ Os autores deste texto agradecem ao parecerista anônimo que apresentou essas importantes reflexões contidas neste parágrafo das considerações finais do texto.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes / Editora da UNICAMP, 1988.

BORBA, Francisco da Silva (Coord.). *Dicionário gramatical de verbos do Português Contemporâneo do Brasil*. São Paulo: UNESP, 1990.

CEZARIO, Maria Maura; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica (Orgs.). *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mario Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad x FAPERJ, 2013.

CROFT, W. W. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2018.

OLIVEIRA, Mariângela Rios; ROSÁRIO, Ivo da Costa do (Orgs.). *Linguística Centrada no Uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina x FAPERJ, 2015.

OLIVEIRA, Mariângela Rios; CEZARIO, Maria Maura. (Orgs.). *Funcionalismo Linguístico: diálogos e vertentes*. Niterói: EdUFF, 2016.

ROSÁRIO, Ivo da Costa; OLIVEIRA, Mariangela Rios. 2016. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa: Revista de Linguística* (UNESP. Online), v. 60, p. 233-259.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TRAUGOTT, Elizabeth; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

7. USOS DAS CONSTRUÇÕES ADVERBIAIS QUALITATIVAS COM -MENTE E COM PREP+SN

Deise Cristina de Moraes Pinto (UFRJ)

Ester Moraes Gonçalves (UFRJ)

Introdução

Este estudo tem como objetivo central apresentar e analisar as semelhanças e diferenças entre as construções adverbiais qualitativas em *-mente* ([V (X) X-mente]_{Qualit}) e as construções de mesmo valor constituídas de [Preposição + Sintagma Nominal] ([V (X) Prep SN]_{Qualit}) em uma amostra coletada no *corpus* do projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), mais especificamente, em cartas de leitores e em cartas particulares do século XX do Rio de Janeiro disponibilizadas *online* (BARBOSA, 2012). A escolha desse *corpus* se dá por se tratar de uma amostra de uso, que apresenta textos produzidos realmente por usuários da língua. Além disso, apostamos que poderíamos encontrar vários usos dessas construções em diferentes sequências textuais, pois cartas costumam apresentar temáticas variadas.

Neste trabalho, partimos das seguintes hipóteses:

a) as adverbiais locucionais, devido à maior possibilidade combinatória e variedade de seus elementos (SN, Verbo, Preposição), apresentariam maior possibilidade/variedade de sentidos do espectro qualitativo postulado (instrumento, meio, modo);

b) em relação ao tipo verbal, com base em Martelotta (2004), Moraes Pinto (2008) e Campos (2019), supomos que, nessa amostra, tanto a construção [V (X) X-mente] quanto a construção [V (X) Prep SN] tenderão a ocorrer com maior frequência com verbos materiais, pois estes costumam exprimir ações e processos mais concretos da vida cotidiana,

que frequentemente têm suas circunstâncias de ocorrência (por exemplo, de que modo se dá o evento) explicitadas.

c) postulamos que o elemento (X) tenda a ser, na maioria das vezes, complemento verbal, já que grande parte dos verbos tem uso transitivo, cujos complementos tendem a manter relação sintático-semântica mais estreita com eles do que os adverbiais, que, tradicionalmente, não integram a predicação verbal.

d) quanto à ordenação, com base em Moraes Pinto (2008), temos por hipótese que tanto advérbios com X-mente quanto adverbiais com [Prep SN] ocupam, sobretudo, posições pós-verbais nas suas respectivas construções.

Este trabalho está organizado como segue: inicia-se com a apresentação dos aportes teórico e metodológico que embasam a pesquisa; em seguida, trazemos a discussão dos resultados obtidos a partir da análise dos seguintes fatores: tipos ([V (X) X-mente]_{Qualit} / [V (X) Prep SN]_{Qualit}) e valores das construções; tipos e itens verbais e adverbiais; e natureza dos elementos intervenientes entre: a) o verbo e o advérbio em -mente; e b) o verbo e a locução (Preposição + Sintagma Nominal). Por fim, apresentam-se as considerações finais e as referências bibliográficas.

2. Fundamentação Teórica

Para a realização deste estudo, partimos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), que conjuga pressupostos da Linguística Funcional norte-americana com a Linguística Cognitiva, mais especificamente, a Gramática de Construções. De acordo com a LFCU, a língua se molda conforme as necessidades comunicativas do falante em contexto real de uso (BARLOW & KEMMER, 2000; BYBEE, 2010). Dentro dessa perspectiva, encontra-se a Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995; 2006; CROFT, 2001), através da qual se enten-

de que o conhecimento total que se tem da língua é captado por uma rede de construções. Segundo Goldberg (1995; 2006), construções são pareamentos de *forma* e *sentido*, entendidos como *nós*, que se conectam através de *links* em uma rede.

Além disso, consideramos que o conhecimento linguístico provém de processos cognitivos de domínio geral (BYBEE, 2010), dentre eles, a *categorização* e o *chunking*. A *categorização* “ocorre quando palavras, sintagmas e seus componentes são reconhecidos e relacionados a representações armazenadas na memória” (MARQUES; MORAES PINTO, 2016, p. 3). Já o *chunking* é o processo pelo qual as palavras se organizam como um conjunto que pode ser lido e entendido como uma única unidade. Sendo assim, as construções, como produto, são *chunks*, isto é, são resultado do processo de *chunking*.

Utilizando a noção de *construção*, neste trabalho, trataremos de duas construções adverbiais do tipo qualitativo: as construções em *-mente* modificadoras de verbo, como em “crer firmemente”; e as construções adverbiais qualitativas encabeçadas por preposição, também modificadoras de verbo, como em “matar sem piedade”. Nos termos de Ilari *et al.* (1990), adverbiais qualitativos ligam-se diretamente ao verbo, modificando-o, isto é, qualificando o item verbal a que se referem.

Ao lançar mão do conceito de construção, pressupõe-se também a assunção dos conceitos de *esquematicidade*, *produtividade* e *composicionalidade*. Segundo Traugott; Trousdale (2013), a **esquematicidade** “é uma propriedade de categorização que envolve fundamentalmente abstração” (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p. 13). Assim, um *esquema* é definido como “uma generalização taxonômica de categorias” (*idem*, 2013, p. 13). Os autores propõem os seguintes níveis de esquematicidade:

a) o *esquema* - nível mais alto e esquemático, representado pela construção mais abstrata e geral, sem material fônico; a “macroconstrução”. Neste trabalho, um exemplo de esquema é [V Adverbial]_{Qualit;}

b) o *subesquema* - nível intermediário, representado por construções parcialmente esquemáticas/substantivas/preenchidas. Ex.: [V (X) X-mente]_{Qualit};

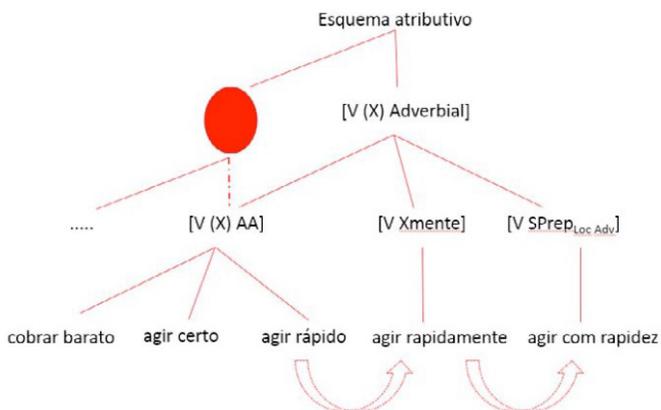
c) a *microconstrução* - representada pelas construções lexicalmente preenchidas, os tipos de dados possíveis, mas ainda em um plano abstrato. Ex.: [falar claramente];

d) o *construto* – é o dado “concreto”/realizado. Ex.: “Enfim escreva uma carta **com um pouco de bom senso**, de modo que de uma vez eu possa socegar os velhos.”. (20,1 CL RJ).

Nesta pesquisa, representamos as construções em estudo como (i) [V (X) X-mente]_{Qualit}, em que V representa o verbo; (X), qualquer elemento linguístico de natureza argumental ou não, com exceção dos advérbios que intensificam os qualitativos e dos clíticos, que tendem, naturalmente, a estar mais próximos do verbo; e X-, base adjetival que se adjunge ao sufixo *-mente*; e (ii) [V (X) Prep SN]_{Qualit}, em que V representa o verbo; Prep, a preposição; e SN, o sintagma nominal. Consideramos que [V (X) X-mente]_{Qualit} e [V (X) Prep SN]_{Qualit} são subesquemas provenientes de um nível mais abstrato, o esquema [V (X) Adverbial]_{Qualit}, nos moldes de Marques; Moraes Pinto (2016) e Campos (2019), que também consideram [V (X) AA]_{Qualit} (construção adverbial qualitativa com Adjetivo Adverbializado) e [V (X) X-mente]_{Qualit} subesquemas desse mesmo esquema. Já o nível da microconstrução pode ser exemplificado com “crer firmemente” e “matar sem piedade”.

A rede a seguir é um exemplo de representação desses níveis de esquematicidade:

Figura 1: Rede da construção atributiva



Fonte: MARQUES; MORAES PINTO (2016, p. 133)

Baseando-nos em Traugott; Trousdale (2013), neste estudo, trataremos a frequência *type* (variedade de tipo) como **produtividade**. Então, dizer que uma construção é produtiva significa dizer que ela comporta diferentes tipos de elementos. Tendo isto em vista, verificaremos a produtividade das adverbiais que estamos analisando a partir dos tipos de construções (com forma sufixal ou locucional), dos seus tipos semânticos (instrumento, meio e modo), do tipo verbal e dos itens adverbial e verbal contidos nelas. Observaremos, também, a frequência *token* (frequência de ocorrência dos dados) das construções.

A **composicionalidade** é uma propriedade semântica e diz respeito à previsibilidade do sentido global da construção a partir da “soma” do sentido das partes que a compõem. Neste artigo, trabalhamos com usos mais composicionais dessas construções, então não enfatizaremos a análise desse parâmetro.

Por fim, também é válido ressaltar que, embora se trate de um estudo comparativo, não focaremos diretamente questões de variação ou competição entre essas construções, pois não há dados suficientes na

amostra observada para que possamos tecer afirmações quanto à variação ou mudança nessas construções. Pretendemos aqui descrever e caracterizar de forma preliminar o comportamento das construções em estudo.

3. Metodologia

Os tipos de construção adverbial analisados ([V (X) X-mente]_{Qualit} e [V (X) Prep SN]_{Qualit}) já foram apresentados na seção anterior. Nesta, serão explicitados os demais fatores observados neste trabalho, a saber: valores semânticos das construções; tipos e itens verbais; e natureza dos elementos intervenientes presentes entre o verbo e o adverbial.

3.1. Valores das construções adverbiais qualitativas

As construções adverbiais podem exprimir diferentes valores semânticos e pragmáticos. Neste estudo, vamos nos ater aos valores da semântica qualitativa. Com base em Said Ali (1971) e Givón (1990), separamos as semânticas dessas construções em instrumento, meio e modo, dado que, segundo Said Ali (1971, p. 208), a ideia de modo advém da de instrumento e “ao termo ‘instrumento’ costuma-se preferir o termo ‘meio’ quando aquilo com que se põe em efeito algum ato, é coisa abstrata”.

Seguem exemplos de cada semântica:

3.1.1 Instrumento

(1) “Quem, no entanto, |tem o hábito de visitar campos e matas | (...) sabe que não há nenhuma valentia, | nenhum resquício de bravura em **matar** | em animal **com as modernas e eficientes** | **armas de hoje** e cercado de um | aparato digno de um cardeal!”
(20, 2 CL RJ)²

3.1.2 Meio

(2) “Nossa escola tem a maior procura |de estudantes par nela **ingressarem pe-| lo vestibular**, com nota mínima supe-|rior a qualquer outra do Rio de Janei- |ro.” (20,2 CL RJ)

3.1.3 Modo

(3) “Longe desta prudente resolução pro-|dusir o que eu esperava, que era a | paz, tive de **ver com a maior dôr** o | *Senhor* Barreto abordar alguns de meos | inespertos Oficiaes (como já o havia | prometido no seo officio de 15 de Feve- | reiro do corrente anno) e arrastal-os á revolução de 20 de Março d’este, que | hia ensan- guentando a Provincia, se eu | não usasse de pacificar os animos ex-|altados.” (20,1 CP RJ)

(4) “Há | também uma lei que manda | descontar o impôsto de renda | na fonte e essa a Companhia | Siderúrgica Nacional **cum- pre | fielmente.**”

É interessante observar que, dentre esses valores semânticos, a construção [V (X) X mente]Qualit aparece apenas com o valor de modo, enquanto a construção com preposição ([V (X) Prep SN]Qualit) abrange as três semânticas qualitativas, conforme veremos mais detalhadamente

¹ Os exemplos foram aqui reproduzidos conforme a transcrição original apresentada pelo *corpus*. Para consultar as normas do PHPB, acesse <https://sites.google.com/site/corpora-phpb/home/normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao?authuser=0>

² O número 20 refere-se ao século (século XX) e o número 2, à fase (2ª metade do século); já a sigla CL refere-se ao documento (Carta de Leitor) e a sigla RJ, ao local do documento (Rio de Janeiro).

adiante nas análises.

3.2. Tipo e item verbais

Com base em Ilari *et al.* (1990), entendemos que os advérbios qualitativos se ligam diretamente ao verbo e, assim, modificam-no. Portanto, consideramos que o verbo é fundamental tanto para as construções em *-mente* como para as construções com preposição, já que advérbios em *-mente* e advérbios locucionais o modificam. Assim sendo, o verbo é, então, elemento constituinte da construção adverbial qualitativa. Levando isso em conta, utilizamos, para a análise dos verbos, uma adaptação da classificação semântica³ de Scheibmann (2001), dividindo os verbos em treze tipos. São eles:

i) **corpóreo**, que se caracteriza por denotar ações ou processos internos ou externos ao corpo (comer, chorar, gripar, suar etc.);

ii) de **atividade verbal**, que implica o uso de palavras escritas ou faladas, encaixando-se também aí os performativos (falar, escrever, prometer, ordenar etc.);

iii) de **sentimento**, que expressa emoções ou desejo, podendo ter o sujeito ou o alvo como experienciadores (gostar, querer, amedrontar, preocupar etc.);

iv) de **percepção**, que indica as percepções pelos sentidos corporais (olhar, ouvir, perceber, sentir etc.);

v) de **percepção/relacional**, que expressa a percepção que se

³ Embora possa haver uma aparente sobreposição entre os tipos verbais e os verbos cor-respondentes, quando nos deparamos com o dado, essa possível ambiguidade se desfaz. Sendo assim, a classificação se dá de acordo com o tipo verbal que é mais coerente com a interpretação do dado.

tem de um sujeito paciente (soar, parecer etc.);

vi) **material**, que aponta processos e ações que podem ser concretos ou abstratos, fazendo parte da vida sociocultural do ser humano (fazer, ir, cozinhar, influenciar etc.);

vii) de **cognição**, que manifesta atividade cognitiva (pensar, lembrar, saber etc.);

viii) de **crença**, que indica a crença do indivíduo a respeito de algo que se constitui no mundo real (acreditar, confiar, crer etc.);

ix) **existencial**, que indica processos naturais (existir, chover, acontecer, nascer etc.);

x) **relacional**, que consiste nos verbos de ligação;

xi) **possessivo**, que denota posse material ou abstrata (possuir, ter etc.);

xii) **modal**, que indica modalidade (poder, dever, ter que/de etc.);

xiii) **leve**, que expressa pouco ou nenhum conteúdo semântico, assumindo um valor específico somente se ligado a um objeto (como “fazer” em “fazer uma visita” = visitar).

Atentamo-nos, assim, às frequências *type* (ou seja, produtividade ou frequência de tipo) e *token* (de ocorrência/de construto) dos verbos para buscar mapear quais estão ocorrendo com cada uma das construções adverbiais aqui estudadas; se os mais frequentes têm em comum um mesmo tipo verbal; se a frequência de cada verbo está ligada diretamente a uma determinada microconstrução; e se os tipos e itens verbais que ocorrem com as construções em *-mente* são os mesmos que ocorrem com as construções com preposição.

3.3. Natureza do elemento (X) interveniente entre o verbo e a construção

O elemento (X) interveniente se dispõe nas construções entre o verbo e o advérbio em *-mente* ou entre o verbo e a locução [Prep SN] e representa um complemento do verbo ou qualquer outro elemento presente na oração: adjunto adverbial, aposto, outra oração etc. Tendo em vista que grande parte dos verbos tem uso transitivo e que, portanto, seus complementos tendem a manter relação sintático-semântica mais estreita com eles do que os adverbiais, que são termos tradicionalmente conhecidos como “acessórios”, postulamos que o elemento (X) tende a ser, em sua maioria, complemento do verbo, como nos exemplos a seguir:

(5) “O Magalhães foi vítima de um gatuno *que* falsificou recibo de uma [Caza] a quem fez pagamento o [Congresso] **perdoou** *lhe* a dívida, **muito justamente**.” (20,1 CP RJ)

(6) “Octavio **acabou** os estudos **com brilhantismo** graças a Deos.” (20,1 CP RJ)

Em (5), entre o verbo “perdoar” e o advérbio “justamente”, encontram-se, respectivamente, os complementos indireto (em forma de clítico⁴) e direto do verbo “perdoar”. Enquanto em (6), o complemento direto do verbo “acabar” (os estudos) se dispõe entre o verbo e a locução “com brilhantismo”.

3.4. Posição de X-mente e de [Prep SN] nas construções

Em Moraes Pinto (2008), demonstrou-se que, ao longo dos séculos, os advérbios qualitativos em *-mente* foram passando da anteposição

⁴ Não estamos considerando como elemento (X) os intensificadores de advérbios qualitativos (como por exemplo o advérbio *muito*, em **muito** *justamente*) e os pronomes clíticos, pois, por suas naturezas, tendem a se colocar contiguamente aos seus escopos (respectivamente, o advérbio e o verbo).

verbal à posposição, que é a colocação prototípica que se observa hodiernamente nessas construções. As posições pré-verbais, por sua vez, parecem ter seu uso restringido a contextos estilísticos específicos ou como estratégia argumentativa, imprimindo um grau de subjetividade ao que é dito, na medida em que assumem posições mais à esquerda na oração⁵.

Com base nesses achados, postulamos, a princípio, que o mesmo ocorra nas construções [V (X) Prep SN]_{Qualit} e [V (X) X-mente]_{Qualit} dessa amostra: tendência a ocupar posições pós-verbais. Vejamos alguns exemplos das posições desses elementos nessas construções a partir dos dados que ocorreram:

X-mente PRÉ-VERBAL - Ex.: [X-mente (X) V]

(7) “Aceita deste ente que **loucamente** te adora, muitos beijos e abraços do teu noivinho.” (20,1 CP RJ)

[Prep SN] PRÉ-VERBAL - Ex.: [Prep SN (X) V]

(8) “E, mesmo assim(*), cuidado com o prisioneiro, que pode ter uma faca escondida e **com ela** abater sem piedade um de seus captores!” (20,2 CL RJ)

X-mente PÓS-VERBAL - Ex.: [V (X) X-mente]

(9) “Sobre os seus planos pensei muito **maduramente** e devo dizer, até este momento pelo menos, não encontrei nada que conviesse” (20,1 CP RJ)

⁵ Sabe-se, através de estudos de Traugott & Dasher (2005), entre outros autores, que posições à margem esquerda da oração são as que geralmente recebem elementos com caráter avaliativo. Ou seja, essas posições são lugar de expressão da subjetividade, enquanto a margem direita recebe elementos que podem expressar intersubjetividade.

[Prep SN] PÓS-VERBAL - Ex.: [V (X) Prep SN]

(10) “eu e o ZeziZezinho teu irmão fomos a missa na Igreja da Penha, quando chegamos a tua casa o correio já tinha chegado, recebi as tuas cartas **com tanta alegria** e sahi para ler, masnada adiantou porque a saudade não se mata assim” (20,1 CP RJ)

4. Análise dos dados

4.1. As construções adverbiais qualitativas e seus valores semânticos

Aqui se apresenta o total de cada construção que encontramos no *corpus* analisado. É válido destacar que se trata de ocorrências em que tais construções se encontram em seu uso prototípico, isto é, sem margem para leituras ambíguas.

De acordo com a tabela 1, a construção com preposição foi ligeiramente mais frequente (com 28 ocorrências) que a construção em *-mente* (com 20 ocorrências)⁶. Um dos fatores que parece colaborar para uma

Tabela 1: Total de ocorrências das construções e seus valores semânticos

VALOR SEMÂNTICO	[V (X) X-mente]	[V (X) Prep SN]	TOTAL
INSTRUMENTO	-	2	2
MEIO	-	3	3
MODO	20	23	43
TOTAL	20	28	48

Fonte: Elaboração própria

maior frequência de [V (X) Prep SN]^{Qualit} é a variedade de preposições e de SNs possível dentro dessa construção, permitindo outras leituras qualitativas além da leitura de “modo”. Com valor de “instrumento”, além do dado de número (1), já mencionado na seção 3.1.1, encontramos o que foi apresentado como de número (8), na seção 3.4, e que rerepresentamos a seguir com número (11):

(11) “E, mesmo assim, cuidado com o prisioneiro, que pode ter uma faca escondida e **com ela** abater sem piedade um de seus captores!” (20,2 CL RJ)

Nesse exemplo, “com ela” se refere à faca, mencionada anteriormente no discurso. Isto é, refere-se ao instrumento utilizado para “abater” um dos captores. É interessante observar que, nesse caso, o adverbial de instrumento se posiciona de modo não-prototípico (ou seja, antes do verbo) e há outro adverbial, mas desta vez de modo (“sem piedade”), imediatamente após o verbo, contrastando seu valor com o adverbial anterior.

Quanto aos dados com valor semântico de “meio”, além do exemplo mencionado na seção 3.1.2, temos os seguintes:

(12) “Alguém [...] procurou desculpar sua fraqueza **contando pela imprensa** fatos à sua maneira” (20, 1 CL RJ)

(13) “tu és a santa que sempre há de **aliviar-me com teu amor** nas horas angustiosas de meu amor.” (20, 1 CP RJ)

De acordo com Moraes Pinto; Gonçalves (2019), e corroboradas também pelos exemplos reportados acima, as construções adverbiais de instrumento e de meio parecem possuir suas preposições “favoritas”. São

⁶ Devido ao baixo número de ocorrências, os resultados aqui apresentados não devem ser considerados definitivos, e sim apenas como tendências a serem ou não confirmadas em estudos em outros corpora ou após ampliação da amostra aqui analisada.

elas, respectivamente: a preposição “com” e a preposição “por”. Sendo assim, pode-se dizer que a presença da preposição tem relevância para a semântica dessas construções, participando da seleção e da expressão de sentidos que não encontramos, pelo menos a princípio, na construção qualitativa em *-mente* (não foram encontrados valores prototípicos de instrumento e de meio nas construções [V X-*mente*]_{Qualit}). O único dado com a construção em *-mente* encontrado que pode aproximar essa construção de uma leitura de meio é o que se vê a seguir:

(14) “se um | servente quiser estudar, | usando de um direito que | existe numa democracia, | terá que **obter legalmente** o | grau correspondente aos es- | tudos feitos.” (20,1 CL RJ)

Nesse caso, a leitura de meio pode se dar pela possibilidade de também interpretarmos esse advérbio em *-mente* (legalmente) como “por meio(s) legal(is)”. Entretanto, isso só parece ser viável devido à semântica da base adjetiva (“legal”), que parece “aceitar” formar uma *collocation* (*chunk*) com a expressão “por meio”. É preciso ampliar a amostra para observar se alguns tipos de base adjetiva possibilitariam interpretar a respectiva construção em *-mente* ([V X-*mente*]_{Qualit}) não só com sentido de modo, mas também com sentido de meio.

Por outro lado, os SNs das construções de instrumento e de meio com preposição, ao que parece, não possuem um correspondente adjetival produtivo para compor um advérbio em *-mente*, embora seja possível sua formação. Por exemplo, em relação ao substantivo “arma”, que é um instrumento, temos o adjetivo “armada(o)”, que, com o sufixo *-mente*, teoricamente forma(ria) o advérbio “?armadamente”. Porém, esse item lexical não apresenta aceitabilidade na língua; logo, seu uso não é convencionalizado. Ao que parece, a construção com advérbio em *-mente* não admite base adjetival de caráter concreto, isto é, que implica um objeto/instrumento (armada-, facada-, canetada-, etc.), restringindo-se a bases adjetivais mais abstratas (louca-, perfeita-, fiel-, etc.). Isso é um

indício de que, para exprimir os valores de instrumento e de meio, será recrutada a construção adverbial com preposição ([V (X) Prep SN]_{Qualit}), e não a construção em *-mente* ([V (X) X-mente]_{Qualit}), evidenciando que tais construções se comportam de maneiras diferentes.

Com relação à semântica de modo, além dos exemplos citados na seção 3.1.3, apresentamos mais dois dados abaixo:

(15) “Portanto, não é | verídica a alegação da Companhia do Metro- | politano de que a concessionária esteja **usando | indevidamente** a marca Metrô” (20,2 CL RJ)

(16) “Continuemos assim e daremos uma grande lição a nossos filhos: arranjem emprego e domicílio certos, pintem algum quadro, coloquem um Magnum na cintura e saiam **matando sem piedade.**” (20,2 CL RJ)

Em (15) e (16) temos, respectivamente, um exemplo com advérbio em *-mente* e outro com adverbial com preposição, ambos exprimindo modo.

4.2 Produtividade das construções e dos verbos

4.2.1. A Construção [V X-mente]_{Qualit}

A respeito da produtividade, apresentamos nesta seção os tipos e itens verbais e os itens adverbiais que ocorreram na construção [V X-mente]_{Qualit}.

A partir dessa tabela, observamos que os tipos verbais mais frequentes nessa construção foram o “material” e o de “cognição”. Embora não apresentemos valores numéricos na tabela, é importante destacar

Tabela 2: Produtividade do tipo e item verbal e do advérbio na construção [V (X) X-

Tipo verbal	Item verbal	Advérbio
Atividade verbal	Dizer	exatamente
Sentimento	Amar, adorar	loucamente
Material	Cumprir	fielmente
	Dirigir-se	diretamente
	Obter	legalmente, facilmente
	Perder	estupidamente
	Funcionar	perfeitamente
	Usar	indevidamente
Cognição	Conhecer Entender-se	pessoalmente
	Entender	Claramente
	Examinar	devidamente
	Pensar	maduramente
	Saber	perfeitamente
Crença	Crer	firmente
Existencial	Morrer	naturalmente

Fonte: Elaboração própria

que das 20 ocorrências da construção [V X_{-mente}]_{Qualit}, apenas 3 advérbios se repetem: “perfeitamente”, “pessoalmente” e “loucamente”, cada um totalizando, respectivamente, 4, 2 e 2 ocorrências. As 12 demais ocorrências de [V X_{-mente}]_{Qualit} são, cada uma, com um advérbio diferente.

Os advérbios “pessoalmente” e “loucamente” não ocorreram com o mesmo item verbal, mas parecem ter seus tipos verbais “favoritos”: “material” e de “sentimento”, respectivamente.

Quanto ao advérbio “perfeitamente”, das 4 ocorrências, 3 são com o verbo “saber” (de cognição) e uma com o verbo “funcionar” (material),

como nos exemplos a seguir:

(17) “Ora, eu **sei perfeitamente** que tens muito trabalho, este, porem, não chegará ao ponto de inibir que escrevas umas 2 linhas como solução” (20,1 CP RJ)

(18) “Ouve- nos, | procede, de acordo com nosso pe- | dido, e, em dois minutos devolve- | nos o relógio **funcionando perfeitamente** e limpo.” (20,1 CL RJ)

No exemplo (17), o advérbio “perfeitamente” qualifica o verbo “saber”, que contribui para a interpretação de que o falante sabe “realmente”, “de verdade”, que seu interlocutor tem muito trabalho. Isto é, não se trata de um fato desconhecido pelo falante, e o advérbio é usado para reforçar isso. Nesse caso, a microconstrução “saber perfeitamente”, embora qualitativa, expressa certa subjetividade por parte do falante. Em contrapartida, a microconstrução “funcionar perfeitamente”, como em (18), expressa um sentido de que o acessório (o relógio) funciona bem, corretamente, de modo perfeito, com precisão. Observa-se, assim, que o verbo tem papel essencial para a interpretação da construção, o que reforça o esquema tal como representamos.

4.2.2. A Construção [V (X) Prep SN]_{Qualit}

Na tabela abaixo, são apresentados os tipos e itens verbais e os itens adverbiais [Prep SN] que ocorreram na construção com preposição.

Ao compararmos esses resultados àqueles obtidos com a construção [V (X) X-mente]_{Qualit}, percebemos que a variedade de tipos verbais da cons-

Tabela 3: Produtividade do tipo e item verbal e do adverbial na construção [V (X) Prep SN]

Tipo verbal	Item verbal	Adverbial
Corpóreo	Alimentar	com sossego
Atividade verbal	Contar	pela imprensa
	Discutir	com maior conhecimento de causa
Sentimento	Aliviar	com teu amor
Material	Viver	sem a aprovação desse grande projeto; sem o sol, sem a luz, sem o pão; com toda a economia;
	Aplaudir	a contragosto
	Melhorar	com a independência dos fornecimentos estrangeiros
	Matar	com as modernas e eficientes armas de hoje; sem piedade;
	Abater	com ela (faca);
	Ingressar	pelo vestibular
	Desempenhar	com exação e profundo senso crítico
	Piorar	de uma forma covarde e hipócrita
	Abraçar	com muita saudade
	Portar-se	com juízo
	Acabar	com brilhantismo
	Repetir	com gravidade
	Receber	com um misto de satisfação e surpresa; com tanta alegria;
	Fazer	contra a vontade;
	Viajar	em pé

Fonte: Elaboração própria

trução em *-mente* (6 tipos verbais) tende a ser um pouco maior do que a da construção preposicionada (4 tipos verbais). Além disso, elas têm em comum a maior frequência do tipo verbal “material”. Porém, o tipo verbal de “cognição”, que é tão frequente quanto o “material” nas adverbiais [V (X) X-mente]_{Qualit}, não ocorre com as adverbiais [V (X) Prep SN]_{Qualit} desse *corpus*.

Quanto aos itens verbais, os verbos utilizados nas construções em *-mente* não são os mesmos utilizados nas construções com preposição. Isso não significa que essas adverbiais não possam compartilhar o uso dos mesmos itens verbais, porém pode evidenciar que, na amostra analisada, parecem preferir certos verbos em detrimento de outros, diferindo o comportamento de uma construção do da outra.

Por último, a partir dessa tabela, apesar de as preposições não estarem no nosso foco aqui, é interessante destacar que a preposição “com” ocorre com os três valores semânticos qualitativos (instrumento, meio e modo), o que está em consonância com Pereira (1932). O autor menciona o fato de que as preposições do português que vieram do latim tiveram seus empregos e significações bastante ampliados. Portanto, a mesma preposição que exprime uma semântica de modo, por exemplo, pode exprimir outros valores, como instrumento, meio, causa, tempo, etc.

4.3. Natureza do (X) interveniente entre o verbo e *-mente* e entre o verbo e [Prep SN]

A única ocorrência da construção em *-mente* em que há um (X) interveniente (“a dívida”)⁷ é a citada no dado (5), retomado aqui como (19):

(19) “O Magalhães foi victima de um gatuno *que* falsificou recibo

⁷ Como pronomes clíticos, por natureza, colocam-se “fixamente” adjacentes ao seu escopo (o verbo), não tendo, assim, muitas possibilidades de ordenação, não os consideramos elementos intervenientes.

de uma [Caza] a quem fez pagamento o [Congresso] **perdoou** lhe a dívida, **muito justamente.**” (20,1 CP RJ)

Nas demais ocorrências com [V X-mente]_{Qualit}, o advérbio dispõe-se imediatamente ao lado do verbo, sem elementos intervenientes, e, na maioria das vezes, em posposição verbal. Tal comportamento nos remete ao princípio de iconicidade e, mais especificamente, ao subprincípio de proximidade proposto por Givón (1990), que diz que os itens próximos no plano cognitivo estão próximos também no plano sintático.

No entanto, esse comportamento (quase ausência de elemento (X) interveniente) não se repete na construção [V (X) Prep SN]_{Qualit}, pois, como veremos na tabela a seguir, há um número expressivo de ocorrências com (X) interveniente entre o verbo e a locução (Prep SN). Esses diferentes comportamentos entre as duas construções podem se dever a diferentes tipos de escopo. Uma hipótese seria a de que a construção [V (X) X-mente]_{Qualit} tenderia mais a modificar uma propriedade do verbo, enquanto a construção [V (X) Prep SN]_{Qualit} teria como escopo a situação de uma forma mais geral.

Tabela 4: Função de (X) na construção [V (X) Prep SN]_{Qualit}.

Função de (X) entre Verbo e [Prep SN]	
Objeto direto	7 53,8%
Adjuntos adverbiais (com outros valores)	6 46,1%
Total	13 100%

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a tabela 4, quase a metade das instâncias da construção com preposição possui (X) interveniente entre o verbo e a preposição, visto que obtivemos um total de 28 ocorrências dessa construção e a tabela acima demonstra que 13 delas possuem (X) entre o verbo e [Prep SN]. Também atestamos, como prevíamos, que a função de complemento verbal (no caso, objeto direto) está entre as mais frequentes, com 53,8% (7 ocorrências), embora quase se equipare com a função de adjunto adverbial: 46,1% (6 ocorrências).

Diante disso, é válido dizer que a construção [V (X) X-mente] parece ter os elementos verbo e X-mente mais integrados (tendendo a um padrão [V X-mente]) do que a construção com preposição, já que esta ainda permite que elementos intervenham entre o verbo e a locução. Um fator que pode propiciar tal comportamento dessas construções [V (X) Prep SN]_{Qualit} é o tamanho dos SNs, que varia bastante, podendo ter apenas uma palavra (ex.: “juízo”⁸) ou várias (como no exemplo 1: “as modernas e eficientes armas de hoje”). Sendo assim, se em uma microconstrução com SN longo, como o mencionado anteriormente, a locução [Prep SN] ficar entre o verbo e o seu complemento, pode ser que prejudique a ligação entre eles, ao quebrar sua contiguidade, conseqüentemente, dificultando o processamento/interpretação por parte do falante. Em suma, o fato de X-mente tender a ser mais integrado ao verbo nos remete mais uma vez à hipótese mencionada anteriormente de que a construção com -mente tenderia mais a modificar uma propriedade do verbo enquanto a construção com preposição tenderia a modificar a situação como um todo.

4.4 Posição de X-mente e de [Prep SN] em relação ao verbo

Na tabela a seguir, computamos a frequência em que X-mente e [Prep SN] aparecem (tanto antes quanto depois do verbo):

⁸ No dado: “Como vai a Marieta? Olga tem se portado **com juízo**?” (20,1 CP RJ)

Tabela 5: Ordenação dos advérbios em relação ao verbo

POSIÇÃO	X _{mente}	[Prep SN]	Total
PRÉ-VERBAL	3	1	4
	15%	3,5%	100%
PÓS-VERBAL	17	27	44
	85%	96,5%	100%
TOTAL	20	28	48
	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria

Como mostram os números na tabela 5, em ambas as construções, tanto X_{mente} quanto [Prep SN] ocorrem mais maciçamente em posição pós-verbal (44 de 48 dados), mas também podem ocorrer em posição pré-verbal, embora havendo poucos dados em que X_{mente} e [Prep SN] antecedem o verbo (4 das 48 ocorrências). Sendo assim, parece haver certa fixidez na ordenação dos elementos, que tende à posposição verbal, reforçando a representação dos padrões esquemáticos dessas construções como [V (X) X_{mente}] e [V (X) Prep SN] (em detrimento, por exemplo, de padrões do tipo [X_{mente} V] ou [Prep SN V], respectivamente).

Por outro lado, X_{mente} parece ser mais passível de ser anteposto ao verbo do que os advérbios do tipo [Prep SN]: 3 dos 20 dados com *-mente* (ou seja, 15% desses dados) ocorreram antes do verbo, ao passo que apenas 1, do total de 28 dados com advérbios locucionais [Prep SN], ocorreu antes do verbo, o que corresponde a 3,5% dos dados com advérbios preposicionados.

De qualquer modo, os dados aqui analisados confirmam os achados de Moraes Pinto (2008) de que as posições pré-verbais parecem tender a ser usadas com fins estilísticos ou como estratégia argumentativa, imprimindo um grau de subjetividade ao conteúdo expresso. Vejamos, a seguir, exemplos de ocorrências pré-verbais com *-mente* e com [Prep SN], respectivamente:

(20) “Aceita muitos beijo e abraços desta tua noivinha que **louca-mente** te ama” (20,1 CP RJ)

(21) “E, mesmo assim(*), cuidado com o prisioneiro, que pode ter uma faca escondida e **com ela** abater sem piedade um de seus captores!” (20,2 CL RJ)⁹

Como já mencionado, o ex. 21 foi o único dado com adverbial [Prep SN] pré-verbal. Essa baixa ocorrência de anteposição dos adverbais [Prep SN] talvez se deva ao fato de esse tipo de construção poder apresentar diferentes extensões de sintagma preposicional (SPrep)¹⁰, com grande número de palavras e/ou de sílabas, conforme se vê no exemplo 1, aqui reproduzido como 22:

(22) “Quem, no entanto, |tem o hábito de visitar campos e matas | (...) sabe que não há nenhuma valentia, | nenhum resquício de bravura em matar | em animal **com as modernas e eficientes | armas de hoje** e cercado de um | aparato digno de um cardeal” (20, 2 CL RJ)¹¹

Além de apresentar extensão variada, esse sintagma [Prep SN] mais pesado pode tender a ter colocação ainda mais fixa do que [X-mente], isto é, na posição pós-verbal, a depender da presença de elementos (X), ou seja, entre o verbo e o sintagma preposicional; da natureza funcional e formal desse elemento (exemplo: se argumento do verbo; se clítico etc.); e de sua posição na oração, entre outros fatores, que podem influenciar

⁹ Reprodução do exemplo (8).

¹⁰ Enquanto o advérbio em *-mente* compreende uma única palavra que, ainda que longa, apresenta, em média, 4 a 6 sílabas, os sintagmas preposicionais adverbiais têm, no mínimo, duas palavras (a preposição e um substantivo), podendo conter mais, conforme ex. 22, que apresenta 8 palavras/16 sílabas.

¹¹ Reprodução do exemplo (1).

a ordenação desse SPrep já longo. Assim, a colocação pós-verbal desse elemento (uma ordenação sequencial¹² mais sintático-semanticamente “natural/intuitiva”: verbo + advérbio) pode se dar a fim de facilitar seu processamento por parte do leitor/ouvinte.

Para finalizar, destaca-se que há características em comum entre as construções estudadas aqui, como por exemplo, o fato de serem adverbiais, expressarem semântica qualitativa e disporem o advérbio/a locução adverbial majoritariamente em posição pós-verbal. No entanto, conforme demonstrado, as características que as distinguem são sobressalentes e não se limitam à forma. Em termos de categorização, é válido ressaltar que enquanto a construção qualitativa com advérbio em *-mente* se restringe à expressão do valor de modo, a construção adverbial com preposição, além de modo, possui valores de instrumento e de meio. Sendo assim, pode-se postular que, em termos de modificação adverbial qualitativa, a forma [V (X) X-mente]_{Qualit} tende a expressar valor de modo, ao passo que a forma [V (X) Prep SN]_{Qualit}, apesar de expressar, mais frequentemente, o valor de modo, também pode veicular os valores de instrumento e de meio.

Além dessas evidências preliminarmente apresentadas, certamente, há ainda outros fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos que atuam nesses tipos de construções e que poderão futuramente, com a ampliação do *corpus*, ser melhor investigados para um entendimento mais amplo das hipóteses e dos resultados apresentados.

¹² De acordo com o subprincípio da ordenação sequencial/linear (GIVÓN, 1990), a informação semântica ou pragmaticamente mais importante tende a ocorrer primeiro. Nesse caso, o verbo tende a vir antes do adverbial qualitativo.

Considerações finais

Diante das análises apresentadas, pode-se dizer que a hipótese de que os advérbios locucionais apresentariam maior possibilidade/variedade de sentidos qualitativos se sustenta, pois, como mostram os resultados obtidos na amostra observada, a construção adverbial [V (X) Prep SN] pode exprimir valores de instrumento, de meio ou de modo, enquanto a construção [V (X) X-mente] exprime, mais comumente, valor de modo.

Em relação ao tipo verbal, havíamos postulado que o mais frequente seria o “material” e, de fato, isso se dá em ambas as construções estudadas. No entanto, os itens verbais que ocorrem na construção em [V (X) X-mente], em geral, não são os mesmos que ocorrem nas construções [V (X) Prep SN]. O tipo verbal de “cognição” também está entre os mais frequentes na construção com *-mente*.

Quanto ao elemento (X), tínhamos por hipótese que ele tenderia a ser complemento verbal. A partir dos resultados, observamos que não é comum haver elemento (X) interveniente (complemento, adjunto, aposto, etc.) entre o verbo e X-mente; em contrapartida, é bem comum a ocorrência desse elemento (X) entre o verbo e [PREP SN], sobretudo, com função de complemento verbal (objeto direto), embora também seja bastante frequente a presença de (X) com a função de adjunto adverbial. Esse resultado mostra que o advérbio em *-mente* parece possuir maior integração com o verbo do que a locução [PREP SN], visto que entre essa e o verbo costuma ser frequente a presença de elementos intervenientes. A partir daí, emerge a hipótese, a ser melhor investigada, de que a construção com *-mente* tenderia mais a modificar uma propriedade do verbo, enquanto a construção com preposição teria como alvo a situação de uma forma mais geral.

Por último, em relação à ordenação, a hipótese de que tanto advérbios com X-mente quanto locuções adverbiais [Prep SN] ocupam, sobretudo, posições pós-verbais também se confirmou. Nos próximos

passos, investigaremos como os padrões do tipo [X-mente V] e [Prep SN V] constituem outros tipos de construções (como, por exemplo, as modalizadoras), tendo em vista que certas microconstruções dos padrões [X-mente V] e [Prep SN V] parecem apresentar subjetividade e/ou função argumentativa, tratando-se de novos pareamentos forma-função. Nesse caso, a ordenação pré-verbal de [X-mente V] e/ou de [Prep SN V] poderia ser entendida como uma forma de exprimir uma informação semântico-pragmática relevante.¹³

Embora tratemos [V (X) X-mente] e [V (X) Prep SN] como construções adverbiais qualitativas, além de elas possuírem formas distintas, também possuem comportamentos distintos (motivados por vários fatores; dentre os aqui analisados, a presença de elemento interveniente, que é comum na construção com preposição, mas não na construção X-mente, por exemplo); porém, possuem comportamento semelhante em alguma medida (além de qualificarem o verbo, ocorrem com maior frequência com o de tipo material).

Referências

BARBOSA, A. (Org.). *Cartas de Leitores em Jornais Cariocas: 1ª metade do século XX*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/corpora-impessos/tabela-impessos>. Acesso em: 8 jan./2019.

BARBOSA, A. (Org.). *Cartas de Leitores em Jornais Cariocas: 2ª metade do século XX*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/corpora-impessos/tabela-impessos>. Acesso em: 8 jan./2019.

¹³ De acordo, por exemplo, com o subprincípio da ordenação sequencial/linear de Givón (1990), dentre outros pressupostos a serem observados.

BARLOW, Michael e KEMMER, Suzanne (Eds.). *Usage based models of language*. Stanford, California: CSLI Publications, 2000.

BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CAMPOS, Júlia. *A competição entre [Verbo Adjetivo Adverbial] e [Verbo X_{mente}] na rede construcional qualitativa do Português Brasileiro: uma análise centrada no uso*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

CROFT, William. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

GOLDBERG, Adele. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, *Constructions at work: the Nature of Generalization in Language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

ILARI, Rodolfo *et al.* Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Gramática do português falado: a ordem*. Vol. I. São Paulo: Editora da UNICAMP/ FAPESP, 1990.

MARQUES, P. M.; MORAES PINTO, D. C. de. Gramática como rede: relações entre construções. *Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume Especial, dez de 2016, p. 128-138. ISSN 2238-975X 1. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/issue/view/460>. Acesso em: 21 jul. 2019.

MARTELOTTA, M. E. *Ordenação dos advérbios bem e mal no português escrito: uma abordagem histórica*. (Relatório final apresentado ao CNPq). Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

MORAES PINTO, D. C. *Gramaticalização e Ordenação nos Advérbios Qualitativos e Modalizadores em -mente*. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/ UFRJ, 2008.

MORAES PINTO, Deise C. de; GONÇALVES, Ester M. Um olhar sobre as construções adverbiais qualitativas e modalizadoras nos séculos XIX e XX. In: *Revista LaborHistórico*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1: pp. 36-52, jan.-jun./2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/issue/view/992>. Acesso em: 21 jul. 2019.

PEREIRA, Eduardo C. *Grammatica Historica*. 7a edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

SAID ALI, Manuel. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

SCHEIBMANN, J. Local patterns of subjectivity in person and verb type in American English conversation. In: BYBEE, J. & HOPPER, P. *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

TRAUGOTT, Elizabeth; DASHER, Richard B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TRAUGOTT, Elizabeth; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

8. AFIXOIDES ESPACIAIS EM CONSTRUÇÕES DO PORTUGUÊS

Mariangela Rios de Oliveira (UFF)

Introdução

Este capítulo apresenta resultados de pesquisas que desenvolvemos em torno de afixoides, na terminologia de Booij (2010; 2013), especificamente os de sentido espacial, que concorrem para processos de construcionalização na gramática do português. De acordo com o autor, afixoides são elementos que exibem gradiência, situando-se entre constituintes lexicais, de conteúdo mais pleno, e constituintes gramaticais, de maior sentido procedural, como afixos e desinências. Trata-se de elementos mais leves, em termos de sentido e forma, que, vinculados a outros nucleares, concorrem para a configuração de expressões específicas que, uma vez fixadas, podem fornecer modelo para outras formações na língua. A abstração do significado do afixoide está em não mais veicular apontamento lexical, e, sim, sentido mais abstrato, como nos objetos de nossa pesquisa. A leveza de forma confirma-se pela integração (morfo) fonêmica do afixoide ao elemento nuclear, produzindo redução a um só vocábulo fonológico¹.

Os resultados que apresentamos neste capítulo advêm de investigações realizadas no contexto de dois programas de pós-graduação do Rio de Janeiro: Estudos de Linguagem (UFF) e Letras e Linguística (UERJ). O foco é o levantamento, a descrição e a análise interpretativa de afixoides de sentido espacial, circunscritos aos pronomes locativos mais usados no português do Brasil (**aqui, aí, ali, lá, cá**), na formação de duas

¹ No Brasil, Gonçalves (2016; 2019) tem sido referência na pesquisa da morfologia do português, mais recentemente com base na abordagem construcional.

construções gramaticais: a) a marcadora discursiva, integrada por verbo de percepção visual e locativo, codificada como [V_{pv}Loc]_{md}; b) a intensificadora de grau, composta pelos constituintes *para, lá, de* e adjetivo, no esquema [para lá de X_{adj}]_{ig}.

Partimos da hipótese de que os referidos pronomes, via neanálises sucessivas na história do português, em ambientes contextuais específicos, vinculam-se de tal forma a outros constituintes, na condição de elementos marginais e periféricos, que passam a fazer parte de esquemas específicos, tanto em termos funcionais quanto estruturais. Uma vez formados tais esquemas, via construcionalização, estes passam a fornecer a base modelar para a produção de novos *types*, via analogização, nos termos de Fischer (2009).

Assim posto, a partir de pesquisa empírica histórica, captamos neoanálises, ou micropassos, que derivam na esquematização desses pareamentos, em termos de construcionalização gramatical, com base na taxonomia de Diewald (2002; 2006) e Diewald e Smirnova (2012), que distinguem o seguinte *cline* contextual: contextos *típicos* (originais ou fontes), *atípicos* e *críticos* (transitórios, emergentes) e de *isolamento* (conventionalizados, gramaticalizados). Esse contínuo culmina com a *paradigmatização*, ou seja, com a inserção da nova construção em categoria gramatical específica, como novo nó na rede construcional da língua. Tal trajetória tem a ver ainda com a derivação *objetividade* > *subjetividade* > *intersubjetividade*, conforme proposto em Traugott e Dasher (2005).

Em termos metodológicos, compatibilizamos tratamento qualitativo e quantitativo dos dados, com base em Lacerda (2016). Neste capítulo, observamos mais especificamente os aspectos qualitativos, na consideração de que os ambientes pragmático-discursivos motivam a mudança gramatical na língua e que padrões de uso não se alteram isoladamente, mas sim refletem e partilham marcas gerais do contexto em que são instanciados.

Os dados em análise são levantados do *Corpus do Português* (<https://www.corpusdoportugues.org/>), tanto na base histórica quanto na contemporânea (Now). Como a pesquisa assume viés histórico, os textos selecionados privilegiam a modalidade escrita da língua, procurando controlar os dados, nas distintas sincronias pesquisadas, em termos da sequência textual em que são articulados. De outra parte, textos falados da fase contemporânea do português também são usados, principalmente no caso de mudanças mais recentes na língua, não atestadas em documentos antigos, como defendemos ser o caso de [para lá de X_{adj}]_{ig}.

Para a análise empírica, pautamo-nos em resultados preliminares de duas teses de doutorado que estamos orientando atualmente e que se encontram em fase final de conclusão. Na primeira, com base em Oliveira e Sambrana (2018) tratamos da [V_{pV}Loc]_{md}, em *types* do tipo *olha aqui e vê lá*. Na segunda, a partir de Oliveira e Paula (2019), investigamos o esquema [para lá de X_{adj}]_{ig}, instanciado como *para lá de chique* e *para lá de animado*, por exemplo.

A fim de dar conta de nossos objetivos, o presente capítulo se encontra dividido em quatro seções. Na primeira, nos dedicamos aos pressupostos da Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante LFCU), base teórica que fundamenta nossas análises, tal como assumida por Traugott e Trousdale (2013), Hilpert (2014) e, no Brasil, por Rosário e Oliveira (2016) e Oliveira e Lopes (2019), entre outros. A segunda seção é dedicada à pesquisa da [V_{pV}Loc]_{md}, com destaque para os contextos de uso que motivam tal construcionalização, que passa a integrar a classe dos marcadores discursivos da língua, como mais um de seus membros. Na terceira seção, voltamo-nos para a [para lá de X_{adj}]_{ig}, também na detecção do *cline* motivador desta construcionalização e no recrutamento do locativo *lá* para a formação de tal esquema. Por fim, na quarta seção, tecemos algumas considerações acerca dos resultados até agora obtidos com ambas as pesquisas e das perspectivas e desafios de trabalho nesse campo de investigação.

1. Fundamentos teóricos

O campo teórico em que nos movemos, resultante do mais recente diálogo e parceria entre o Funcionalismo de vertente norte-americana, na linha de Givón, Traugott, Bybee, Hopper, Thompson e outros, e o Cognitivismo, com base nos trabalhos de Croft, Goldberg, Fillmore, entre outros, é hoje por nós nomeado de LFCU (Bybee, 2010; 2015; Traugott, Trousdale, 2013). Sob esse rótulo, o Funcionalismo que praticamos atualmente lança seu foco de interesse em padrões de uso mais convencionalizado, em expressões que são produzidas e recebidas como um todo de sentido e forma, e que passam a cumprir funções mais gramaticais ou discursivo-pragmáticas na língua. Tais padrões emergem da combinação de três eixos motivadores: a dimensão cognitivo-experencial, a dimensão sócio-histórica e a dimensão estrutural da própria língua, conforme Martelotta e Alonso (2012). Da associação dessas três instâncias, em menor ou maior grau, são forjados, fixados e regularizados os usos linguísticos. Assim posto, a LFCU parte, com base em Traugott e Trousdale (2013) e Hilpert (2014), da concepção holística de gramática, dado que esta é assumida como um sistema de conhecimento linguístico hipotético, incluindo não só morfossintaxe, semântica e fonologia, mas também pragmática e funções discursivas.

Na LFCU, os padrões de uso são considerados instanciações de construções, definidas estas como modelos esquemáticos em que forma e sentido se encontram vinculadas em maior ou menor grau; e a língua, portanto, é entendida como o sistema simbólico de pares de estrutura e significado. De acordo com tal perspectiva, como Goldberg (1995; 2006; 2009), Croft (2001) e Croft e Cruse (2004), consideramos que o sentido construcional não corresponde à mera soma dos componentes internos das subpartes; por outro lado, defendemos que cada subparte, com seu sentido, concorre para a instauração do sentido geral construcional. A conexão entre convencionalização de sentido e forma é interna

à construção, envolvendo aspectos mais arbitrários e outros mais motivados. Do ponto de vista formal, conforme Croft (2001), destacam-se os componentes fonológicos, morfológicos e sintáticos envolvidos na construção; esses se correlacionam com o sentido articulado nos níveis semântico, pragmático e discursivo-funcional. Do pareamento simbólico desses componentes, resultam configurações esquemáticas, tais como a [V_{pv}Loc]_{md} e a [para lá de X_{adj}]_{ig}.

Na LFCU, ganham destaque as relações associativas ou metonímicas, como apontam Traugott e Dasher (2005), Bybee (2010; 2015) e, no Brasil, defendem Rosário e Oliveira (2016), entre outros. Assim, combinações contextuais passam a motivar metaforização, tomada agora como consequente e derivada de relações associativas. Em outros termos, trata-se de reequilibrar a relação entre função e forma, de modo que, da concepção funcionalista clássica, que deriva diretamente a forma da função (função » forma), via iconicidade, passamos agora a uma visão que correlaciona e equilibra ambas as dimensões, em que uma implica a outra e vice-versa (função \Leftrightarrow forma), de acordo com Traugott e Trousdale (2013).

A abordagem construcional da mudança linguística lança luz também no papel dos interlocutores, dos usuários envolvidos nas práticas interacionais, tal como defendem Traugott e Dasher (2005) e Bybee (2010; 2015). Nesse sentido, interessam à LFCU as estratégias de incremento das pressões subjetivas e intersubjetivas, no entendimento de que a expressão de crenças, valores e atitudes, por parte do locutor (*subjetivização*), e sua atuação no convencimento do interlocutor (*intersubjetivização*) são etapas da mudança gramatical, estabelecendo-se o gradiente *objetividade* > *subjetividade* > *intersubjetividade*. Essas etapas são cumpridas por intermédio de *inferência sugerida*, considerada, de acordo com Traugott e Dasher (2005), como a estratégia segundo a qual o locutor convida o interlocutor a partilhar suas crenças, opiniões e convicções, na instau-

ração de sentidos mais gramaticais ou procedurais (no caso da [para lá de X_{adj}]_{ig}) ou discursivo-pragmáticos (no caso da [V_{pv}Loc]_{md}).

Assumimos aqui, como Traugott e Trousdale (2013), a distinção entre *construcionalização* e *mudança construcional*. De acordo com os autores, a construcionalização diz respeito a um tipo de mudança processada por intermédio de neónalises, ou seja, de pequenos passos, no qual novas combinações de subpartes tomam lugar, com diminuição de analisabilidade (nível de acessibilidade formal das subpartes) e de composicionalidade (nível de acessibilidade semântica das subpartes), acompanhada de aumento de esquematicidade (abstração e vinculação semântico-sintática) e produtividade (desenvolvimento de novos tipos de construção e extensão de padrões existentes para novos tipos – *host-class*). De acordo com a abordagem construcional, composicionalidade e analisabilidade podem exibir maior ou menor compatibilidade entre as subpartes; a incompatibilidade corresponde ao *mismatch*, pelo qual uma subparte aparentemente incompatível passa a instanciar um esquema. Para que se identifique uma construcionalização, é necessário que o pareamento forma x sentido seja novo no conjunto de construções da língua, como aqui defendido para a [V_{pv}Loc]_{md} e a [para lá de X_{adj}]_{ig}. A seguir, apresentamos instâncias prototípicas desses usos convencionalizados:

(1) *Oh! Mas Ceália também.. Ceália! Ela dissimular, fingir.. enganar-me! Ela.. E o pobre velho quase se sufocava a chorar. - Custa-me estar a afligi-lo assim, Sr. Manuel Quintino; mas então? que se lhe há-de fazer? - continuava Antónia. - Quando há pouco me disse que a menina tinha ido jantar a casa do inglês.. veja lá, sabendo eu o que sabia.. veja como devia ficar. - Jenny foi quem a chamou; junto daquela nada receio por Ceália.. De todos posso vir a duvidar - quem sabe o que terei ainda de aprender? (Uma Família Inglesa)*

(2) *Michel Teló e Thaís Fersoza escolheram um destino **para lá de romântico** para comemorar suas bodas de sorvete - que marcam os primei-*

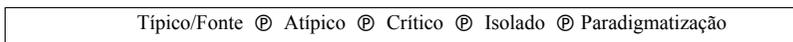
ros dois meses de casados -, Fernando de Noronha. Tanto a atriz como o sertanejo publicaram em seus perfis no Instagram nesta terça-feira, 16, fotos da viagem ao destino, um dos favoritos dos famosos brasileiros. (Disponível em: <http://caras.uol.com.br/verao/michel-telo-e-thais-fer-soza-comemoram-bodas-de-sorvete-em-fernando-de-noronha#.VM5EF-GjFA> U. Acesso em 15 dez. 2014.)

No fragmento (1), coletado no século XIX, em obra de Júlio Dinis, detectamos uso de *veja lá* sem referência ao avistamento de algum objeto no espaço em que se situam falante e ouvinte. Trata-se de sentido altamente metaforizado e formalmente vinculado, que implica, por parte do locutor, requisição da acentuação da percepção-mental do interlocutor. Em termos contextuais, *veja lá* atua como um marcador discursivo em prol do chamamento de atenção para conduzir o entendimento do interlocutor. Em (2), *para lá de romântico* qualifica e intensifica o nome *destino*, em trecho de site brasileiro do século XXI. Observamos que não só a expressão destacada concorre para a intensificação do sentido qualificador desse fragmento, mas outros componentes, como a oração apositiva *que marcam os primeiros dois meses de casados* e o SN *um dos favoritos dos famosos brasileiros*. Trata-se de trecho em que prepondera o tom opinativo e intersubjetivo. Dados como os ilustrados em (1) e (2) permitem constatar que estamos diante de novos membros da gramática do português e que, por conseguinte, essa gramática se amplia paradigmaticamente.

Uma vez convencionalizados os esquemas gerais referidos, conforme demonstramos em (1) e (2), tais modelos podem deflagrar um novo mecanismo de mudança construcional, a analogização. De acordo com Fischer (2009), os interlocutores, a partir do reconhecimento de padrões de uso exemplares e de perspectivização categorial, desenvolvem e fixam novas formas de dizer. Trata-se de processo estensional, que replica e amplia outros usos já consagrados na língua, fundados em modelos esquemáticos disponíveis.

Em termos teóricos, na consideração das motivações discursivo-pragmáticas emanadas dos contextos de uso linguístico que resultam em mudança, nos apoiamos em Diewald (2002, 2006) e em Diewald e Smirnova (2012). As autoras propõem uma taxonomia contextual, a seguir especificada, que tem estreita relação com o que Traugott e Trousdale (2013) consideram como micropassos de mudança:

Figura 1: Escalaridade contextual



Fonte: Diewald e Smirnova (2012)

Conforme ilustra a Figura 1, as construções instanciadas em contextos de uso mais pleno e lexical estão no estágio *típico* ou *fonte* de um *cline* contextual. Em seguida, devido ao recrutamento para sentidos mais abstratizados e indexados, motivados por implicaturas pragmáticas, ocorre o contexto *atípico*. Na sequência a tais usos de sentido polissêmico, ocorrem outros que deflagram incompatibilidade entre semântica e estrutura, tornando a ambiguidade maior, incluindo conteúdo e forma, no que as autoras nomeiam contexto *crítico*. Tais usos se isolam e ganham reconfiguração de forma e sentido, dando origem ao quarto estágio – o contexto isolado. O contexto *isolado* significa que, conforme a rotinização desse uso aumenta e se especializa na nova função, uma nova construção se convencionaliza na língua, distinguindo-se e isolando-se da fonte inicial. O resultado seguinte, como proposto por Diewald e Smirnova (2012), é a *paradigmatização*, ou seja, a inserção do novo item no paradigma linguístico, o ingresso desse item numa categoria da gramática, passando a competir com os demais da categoria por instanciar o uso, tal como exemplificado em (1) e (2).

Por nos concentramos na vinculação semântico-sintática dos afixoides de base locativa nas construções $[V_{pv}Loc]_{md}$ e $[para\ lá\ de\ X_{adj}]_{ig}$, questões relativas à perspectivização espacial, nos termos de Batoréo (2000), são relevantes para a descrição e a análise interpretativa aqui propostas. Em abordagem cognitivista, Batoréo (2000, p. 26) destaca que o espaço “é considerado um dos domínios mais transparentes e complexos da interdependência da Linguagem e Cognição e que esquemas espaciais são recrutados para esquemas formados por outras expressões de caráter não-espacial.”

Os afixoides de base locativa selecionados para investigação resumem-se a cinco pronomes do português, considerados os mais frequentes da categoria. Esses constituintes cumprem função espacial elementar, na área da percepção, que compreende localização do objeto, detecção de linha de orientação e síntese do espaço; a localização é feita do ponto de vista egocêntrico (**aqui, aí, ali, cá, lá**) relativamente à posição do falante/escritor. Como se encontra em Batoréo (2000, p. 439), em termos de *granulidade*, os referidos locativos se distribuem em dois subsistemas: a) granulidade vasta, com o binômio *cá/lá*²; b) granulidade fina, estreita, quase a tender para o ponto, com a tríade *aqui/aí/ali*.

Como traços adicionais da subclasse dos locativos, que confirmam sua marginalidade característica em relação aos demais advérbios, citam-se a natureza pronominal e a foricidade de que se revestem. Trata-se de proformas que, na perspectiva construcional assumida pela LFCU, atuam como afixoides, como subpartes mais periféricas de esquemas mais amplos, conforme Booij (2010; 2013).

² Por sua baixa frequência no uso linguístico, não contemplamos o constituinte *acolá* entre os locativos pesquisados, embora este se inclua no rol dos locativos de granulidade vasta da língua.

2. A construção marcadora discursiva [vpvloc]

Conforme se encontra em Oliveira e Sambrana (2018), a [V_{pv}Loc]_{md} constitui, no português contemporâneo, um esquema construcional convencional e produtivo, notadamente em interações mais informais e injuntivas, nas quais preponderam pressões intersubjetivas, nos termos de Traugott e Dasher (2005). Constatamos a íntima vinculação de suas subpartes, com perda acentuada das propriedades típicas de seus constituintes (verbo perceptivo visual e pronome locativo). A função precípua dessa construção é pontuar a sequência em que se insere, orientando o foco do interlocutor para o que se intenta destacar; trata-se de um tipo de *inferência sugerida*, nos termos de Traugott e Dasher (2005).

Entre a distinta conceituação dos marcadores discursivos (MD) na literatura linguística, partimos da proposta de Heine, Kalténböck e Kuteva (2019), na consideração de que esse paradigma é formado por membros que partilham, ao menos, os seguintes traços: (a) invariabilidade estrutural; (b) independência sintática; (c) especificidade prosódica; (d) relacionamento de um enunciado à situação do discurso, ao papel dos interlocutores ou aos propósitos comunicativos. A marcação discursiva, tal como é interpretada na LFCU, é considerada como estágio final de processo de crescente vinculação de sentido e forma; tal processo, iniciado via de regra em contextos sintáticos, atinge o nível pragmático da língua.

Assim posto, assumimos que a [V_{pv}Loc]_{md} se encontra em ponto avançado na rota de mudança gramatical, dado que a marcação discursiva atua no nível pragmático da língua, para além da dimensão sintática. Em termos construcionais, a menor integridade de conteúdo e forma das subpartes V e Loc revela a menor composicionalidade e a maior esquematicidade, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), desse pareamento. A subparte Loc, em papel afixoide, contribui para o sentido construcional, perspectivando V_{pv}, na formação de um elemento da classe dos MD do português. A depender do preenchimento de Loc, altera-se

a referida perspectiva, como demonstrado nos dois exemplos do século XX, a seguir:

(3) - *Não, doutor, não entenda mal. A gente tem de escrever tudo num papel para o homem entender. Assim mesmo, ele só lê soletrando, palavra por palavra. Rolim começava a impacientar-se. Aquele delegado, que lhe fora tão recomendado, estava lhe saindo um trapalhão, prolixo como Cantinflas, prolixo como os advogados de causas perdidas de que já se julgava livre, prolixo, não, prólixo. Interrompeu o diagnóstico da surdez que Pulmann fazia do velho contínuo da CND: - **Olhe aqui**, delegado, trate de soltar essa gente, porque não há fundamento legal para qualquer prisão. Não tarda a chegar aí um advogado com um habeas-corpus. Responda, agora: já localizou algum dos informantes sobre os quais você mandou manter vigilância? Creio que achá-los será o caminho para encontrar os chefões. (A Greve dos desempregados).*

(4) *ACM: - Temos a compreensão de que parlamento é para servir, não para alguém se servir dele; mas creio que se deve remunerar decentemente o parlamentar. Mas sou contra a remuneração indireta, como nomear pessoas sem necessidade e criar cargos para familiares. Isto não honra ninguém.*

Estado: - Que pontos da reforma do judiciário o senhor considera necessários?

*ACM: - Sou a favor da súmula vinculante. **Olha aí**, estou ao lado do ministro Pertence. Não é possível que a Justiça continue julgando coisas já definidas pela Suprema Corte. O efeito vinculante é uma necessidade. O mais grave, porém, é que o pobre não tem acesso à Justiça. (Fala, A. C. Magalhães)*

Nos dois fragmentos, representativos de sequências dialógicas e com forte marca injuntiva, ilustramos a instanciação da [VpvLoc]md por intermédio do verbo perceptivo visual *olhar* e de distintos pronomes locativos. Observamos, em cada um desses usos, a concorrência da

subparte locativa na formação de pareamentos específicos, com base em distinta perspectivização do espaço; nesses contextos, o MD, em posição inicial de turno, abre declarações de funcionalidade mais específica, para as quais concorre efetivamente. Em (3), o personagem Rolim interrompe rispidamente seu interlocutor com o marcador **olhe aqui**, que abre a declaração maior em tom de ameaça: *trate de soltar essa gente, porque não há fundamento legal para qualquer prisão*; Rolim chama para si a responsabilidade e o destaque de seu ponto de vista, função para a qual concorre efetivamente o afixoide **aqui**, marcador da primeira pessoa do discurso; com esse artifício, Rolim não só atua sobre o delegado (*olhe*) como também veicula uma forte opinião pessoal (*aqui*). Já em (4), numa sequência de entrevista, ACM responde a uma pergunta do repórter com a declaração *Sou a favor da súmula vinculante. Olha aí, estou ao lado do ministro Pertence*; o marcador **olha aí** volta-se novamente para o interlocutor, como em (3), mas agora, por intermédio do afixoide **aí**, ACM centra a perspectiva no interlocutor, de onde parte a pergunta, em estratégia altamente intersubjetiva e persuasiva.

Do ponto de vista histórico, constatamos que a $[V_{pv}Loc]_{md}$ se origina, na trajetória do português, de contextos oracionais transitivos, formados por verbo de sentido mais referencial, de deslocamento (*ir, vir*) ou de estado (*estar, ficar*), acompanhado por complemento locativo, tal como demonstrado em Teixeira (2015), e configuradores de contextos típicos, segundo Diewald (2002; 2006). Assumindo que o tipo de ordenação motivadora da $[V_{pv}Loc]_{md}$ é aquele em que Loc se encontra posposto a V_{pv} , consideramos que essa construção é mais recente na língua, uma vez que a posposição do locativo em relação ao verbo passa a ser efetivamente mais frequente, como ordem não marcada na sintaxe do português, a partir da fase moderna do português, mais especificamente dos séculos XVIII e XIX, como demonstrado em Martelotta (2012).

De acordo com Oliveira e Sambrana (2018), a primeira captação

do uso da base perceptivo-visual em função gramatical de marcação do discurso é o MD *olha*. O contexto de isolamento levantado ocorre no século XVI, mais precisamente em 1562, em texto teatral de Gil Vicente. O levantamento dos MDs se inicia no século XIII e XIV, mas não é encontrado nenhum uso sancionado pela construção [V_{pv}Loc]_{md} nesse período. Nesses dois respectivos séculos, detectamos apenas três usos de olhar como verbo pleno. Considera-se, assim, escassa a base de dados em comparação à base *ver*, que apresenta mais de 500 (quinhentas) ocorrências como verbo pleno. Apresentamos a seguir o primeiro dado levantado do MD *olha* no século XVI, como referimos:

(5) *Afonsinho: E minha mãe deu-me um bolo. Joaninho: Qués-me tu dar dele tolo? Cismena: Outro levo eu cá na cesta. Pedrinho: Já pariu a nossa besta. Joaninho: E nós temos tanto mel que trougue a nossa Isabel. Afonsinho: Mentos Joane. Joaninho: Par esta. Cismena: E a mim hão-me de comprar ãa coifinha lavrada. Pedrinho: Temos tanta marmelada que minha mãe m'há de dar. Joaninho: E meu pai há d'ir pescar tomará um peixe tamanho assi coma o nosso tanho e nam vo-lo hei de dar. Pedrinho: Olha Joane. Joaninho: Hã? Pedrinho: Dar-m'ás tu um tamanino. Afonsinho: Nós temos outro menino que minha mãe pariu amenhã. Cismena: E eu nam tenho no carril dous alfenetes qu'achei. Joaninho: Também eu er acharei algum dia algum ceitil. Pedrinho E a mi dão-me sardinha inteira. Afonsinho Oh. Pedrinho Pola virgem Maria. (Obra completa)*

Em (5), encontramos um registro em língua portuguesa correspondente ao português medieval ou português arcaico. O uso do MD *olha* apresenta-se com características isoladas daquelas próprias dos usos da categoria de verbo. Observamos o desgarramento da forma, uma vez que se apresenta sem ancoragem em sujeito ou complemento verbal. Esse novo arranjo, que podemos considerar como [V_{pv}]_{md}, atua para cumprir a função discursivo-pragmática de chamamento de atenção durante a conversação do grupo de amigos. Não há nesse uso enquadre semântico-cognitivo que indique o sentido de visualizar um objeto no espaço.

Nos séculos que se seguem, XVII e XVIII, em contexto de isolamento, registram-se os MDs *olha* e *olhe*, licenciados pelo esquema [V_{pv}]_{md}, e os MDs *vê lá* e *veja lá*, licenciados pelo padrão [V_{pv}Loc]_{md}. Abaixo, apresentamos um exemplar, do século XVII, de Manuel Costa, desses primeiros contextos de uso:

*(6) Aldea Galega, e contem-selhe os vinte mil cruzados; e assim se effeetua. Vaõ diante ordens apertadas aos Juizes, e Corregedores, que prendão almocreves, que embarguem bestas, tudo se executa: e lá vaõ comendo todos do bacalhão por essas estradas até Elvas, onde o molhaõ, para que não falte no pezo: recolhe-se nos armazens molhado sobre corrupto, e ardido, e ao segundo dia já enjoa toda a Cidade com o cheiro; os Soldados não o aceitaõ, nem os caens o comem. E se algum não tiver isto por factivel, **veja lá** não lhe provêm, que lhe succedeo a elle. Digaõ-me agora os senhores Doutores, se he isto furto, ou esmola, que se fez a Sua Magestade: no Concelho o appellidaraõ por serviço, em Elvas lhe chamaõ perda, e poucas letras são necessarias para lhe dar o nome proprio, que he furto legitimo. Quem fez este furto he a mayor duvida. O mancebinho, que recolheu os dous mil cruzados, cuida que nada fez; (Arte de Furtar)*

Embora o sistema de pontuação não corresponda aos padrões atuais, podemos constatar que, em (6), o locutor instancia *veja lá* com propriedades de um MD, utilizando a pausa antes de destacar a maior compreensão do seu modo de pensar e defender a argumentação sobre o roubo. O MD *veja lá* faz remissão a seu julgamento. Sendo assim, observamos que o contexto inicial dos MDs de base perceptivo-visual *ver* implica abstratização e subjetivização. Cognitivamente, é um reforço do falante no fazer-se compreender, porquanto o MD encontra-se no meio da fala.

Já no português contemporâneo, representado pelos séculos XIX e XX, são detectados todos os demais exemplares de MDs de base per-

ceptivo-visual. Trata-se de instâncias de uso como a seguinte, registrada no século XIX, em José de Alencar:

*(7) O mais grave porém não é isso: a senhora encheu a minha casa de objetos que não me pertencem, porque não os comprei. Ela tirou um papel do seio: - Oh! eu o conheço.. Tudo foi comprado com o dinheiro que tirei da sua gaveta. Aqui tem a conta. Se fiz mal em gastar sem sua ordem, ralhe comigo; suponha que eu pedi essa quantia, que o senhor decerto não me recusaria. Lúcia deu-me a conta que eu rasguei sem ler fazendo-a sentar nos meus joelhos, e cobrindo-a de beijos. – **Olhe lá!** Já faltou ao prometido! Mas desta vez passe; porque me perdoou. Se não se apressasse, eu mesma lho daria. - Ainda está em tempo! - Não, senhor. Quero fazer valer a minha riqueza. Darei se me afiançar outra vez que aprova tudo que fiz! O ajuste foi aceito e concluído. Eram uma perfídia de Lúcia, como verá. Estive para esquecer o nosso compromisso. Lúcia escapou-se; fitando-me com um olhar de exprobração disse-me: - E sua promessa!(Lucíola)*

Em (7), constatamos autonomia sintática de *olhe lá*, uma vez que não se vincula formalmente ao restante do enunciado. Motivada por negociações de sentidos mais intersubjetivos, o discurso direto é introduzido pelo MD. Dessa forma, o uso de *olhe lá* traz maior expressividade à declaração, ancorada pela prosódia como exclamação. Constatamos que essa perda da sintaxe implica, de outra parte, ganho de sentido pragmático, no convite ao interlocutor para partilhar o sentido proposicional articulado, tal como assumido em Traugott e Dasher (2005).

A seguir, no Quadro 1, apresentamos, por século, os tipos específicos da $[V_{pv}Loc]_{md}$:

Quadro 1: Surgimento das microconstruções $[V_{pv}Loc]_{md}$ no *Corpus do Português*

Type	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX
[V]	[olha]	[olhe]			
[VLoc]		[veja lá]	[vê lá]	[olha aqui] [olha lá] [olhe lá]	[olhe aqui] [olha aí]

Fonte: Elaboração própria

Como podemos observar no Quadro 1, o MD formado por V_{pv} e Loc, registrado a partir do século XVII, é posterior na língua ao MD integrado somente por V_{pv} , cujo primeiro levantamento se dá no século XVI. Tal resultado permite-nos assumir que a $[V_{pv}Loc]_{md}$ é um pareamento convencionalizado mais recentemente, a partir do uso do V_{pv} como MD, ao qual, por motivações pragmático-discursivas, atinentes às propriedades contextuais, às condições de produção e de recepção da língua, foi adjungido o elemento locativo, que passa, assim, como subparte afixoide, a integrar o novo pareamento.

Esse quadro também nos permite constatar que a base verbal olhar, embora seja mais antiga no uso como MD, se combina mais tardiamente ao locativo, tendo seu primeiro registro nesse esquema somente a partir do século XIX. De outra parte, a base verbal ver, no formato veja lá e vê lá, é de registro mais antigo na língua, verificada nos séculos XVII e XVIII, respectivamente. Tal resultado, ainda que parcial, é muito relevante, dado que, levando em conta os achados de Teixeira (2015), que detecta o primeiro type MD no formato $[VLoc]_{md}$ no século XVI, com *vem cá*, podemos considerar que neónálises sucessivas, a partir de implicações contextuais, atuam junto a mecanismos de analogização, na

demonstração da complexidade e da complementaridade envolvidas na mudança linguística.

3. A construção intensificadora de grau [PARA LÁ DE Xad]

O segundo padrão construcional investigado, ao contrário do primeiro, é instanciado exclusivamente pelo afixoide lá, antecedido por para e seguido por de X, este de base adjetiva. Trata-se de uma construção gramatical parcialmente esquemática, de função de grau intensificador, conforme se encontra em Silva (2014, p. 69), para quem “intensidade é localização”. De acordo com autor

entendemos a conceitualização do grau como uma atividade semântico-cognitiva e discursivo-pragmática fundada em nossas experiências individuais (físicas e/ou afetivas) e socioculturais.

Nessa conceitualização, escalonam-se, de certa maneira, noções relativas a conceitos referenciais, eventos e estados de coisas em geral que são tomados, de algum modo, como suscetíveis a um escalonamento, conforme determinados parâmetros e convenções. Tal conceitualização, associada ao propósito discursivo e ao contexto em que se dá, evidentemente, tem implicações em seu modo de expressão. (SILVA, 2014, p. 38-39)

Com base em Oliveira e Paula (2019), ilustramos instancicações de [para lá de X]_{ig}, levantadas em textos da internet, no século XXI:

(8) Nesta terça-feira (12), é o aniversário de 22 anos da modelo britânica Cara Delevingne, uma das tops mais simpáticas da atualidade. A seguir, o UOL Moda selecionou 22 imagens que provam que, além de querida e com uma vida social para lá de agitada, ela é a modelo mais interessante do momento. (Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/fotos/entretenimento/2014/08/11/22-vezes-em-que-cara-delevingne-provou-que-e-a-top-mais-querida-do-momento.htm>. Acesso em: 10 ago. 2012)

(9) *Se você é tipo a gente, que adora acompanhar todo o luxo e riqueza dos pets dos glamourettes, vai adorar essa notícia: pedimos a Deborah Falci, Tania Derani, Luciana Tranchesi e Walério Araújo, donos de cachorrinhos **pra lá de fofos**, para contarem como é o dia a dia dos seus bichinhos. Vem com a gente! (Disponível em: <http://glamurama.uol.com.br/au-au-a-vida-puro-charme-dos-caes-de-quatro-glamourettes-vem-espiar/>. Acesso em: 30 ago. 2014)*

Como podemos observar, em (8) e (9), a instanciação de [para lá de X_{adj}]_{gi} concorre para incrementar sentido atributivo: em (8), intensifica a agitação da vida social da modelo britânica Cara Delevingne; em (9), destaca a *fofura* de cachorrinhos de artistas famosos brasileiros. O locativo **lá**, por conta de sua granulidade vasta e do distanciamento espacial que articula, é o item recrutado para a instauração do sentido intensificador. A distância no espaço, sentido fonte do locativo, se encontra, por força de pressões de ordem contextual e pragmática, redimensionada e convertida em distância no nível da atribuição referida; assim, *para lá de agitada* e *pra lá de fofos* atuam em função intensificadora, ao articularem sentido que designa algo para além do limite do qualificador inicial – *agitada* e *fofos*, fazendo a referência ultrapassar a barreira da simples adjetivação.

Os fragmentos (8) e (9) ilustram ainda o contexto preferencial de instanciação da [para lá de X_{adj}]_{ig}: declarações informais, injuntivas ou dialógicas, marcadas por forte intersubjetividade e tom opinativo. Em contextos assim forjados, [para lá de X_{adj}]_{gi} torna-se mais um elemento a concorrer, coesivamente, para a articulação de pontos de vista enfáticos. Justamente por essa característica discursivo-pragmática, a instanciação da [para lá de X_{adj}]_{ig} tem sido mais levantada em blogues, em sites de moda, de entretenimento, colunas sociais, entre outros. Tal tendência permite ainda que assumamos ser essa construcionalização processo mais recente na trajetória do português, pressuposto ainda a ser mais testado.

Assim orientados, consideramos que [para lá de X_{adj}]_{ig} tem como contextos típicos, conforme a terminologia de Diewald (2002; 2006), formações mais composicionais, em que cada subparte corresponde a sua classe inicial e em que X constitui um nome substantivo de sentido espacial, como em (10), temporal, como em (11) ou quantificador, como em (12):

(10) *Olharam através da extensão imensa dos campos de algodão de Gerald O'Hara, recentemente arados e contemplaram o horizonte encarniçado. Agora que o Sol estava prestes a sumir-se atrás das colinas, **para lá do rio Flint**, o calor tépido daquela tarde de Abril começava a dar lugar a uma brisa suave e fresca.* (Disponível em: <http://vitallivros.xpg.uol.com.br/E%20o%20vento%20levou.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2014)

(11) *Excelente gravação. O som ficou ótimo, e o contraste realmente ficou um pouco exagerado. Mais vc tava com muito sol nesse dia, o que eu gravei já eram **pra lá das 19:30 hs...**Eu particularmente gosto de um contraste mais forte...Abs.* (Disponível em: <http://www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/maria-scombona/pra-naodesvairar/1013764>. Acesso em: 22 dez. 2014)

(12) *Como o fotojornalista já está acostumado com essa prática no dia a dia, é ele o profissional requisitado ultimamente para cobrir as festas de casamento, tirar **pra lá de três mil fotos**, e depois criar um álbum com imagens conceituais e artísticas que estão mais para compor livro de arte.* (Disponível em: <http://portaltagit.ne10.uol.com.br/cultura/17637/album-de-casamento-e-quase-um-livro-de-arte/>. Acesso em: 18 set. 2014)

Tomando por base a teoria localista, como apresentada em Batoréo (2000), podemos estabelecer o *cline* de abstratização *espaço > tempo > texto* (quantificação) a partir dos três fragmentos ilustrados. Nessa

trajetória, *para lá do rio Flint*, em (10), revela maior composicionalidade, uma vez que cada uma das subpartes (*para, lá, do rio Flint*) preserva seus traços categoriais de fonte (preposição, pronome locativo, Sprep locativo); trata-se de um arranjo circunstancial locativo que integra sequência marcada por forte perspectivização espacial. Em (11), temos o circunstanciador temporal *pra lá das 19:30 hs*, num fragmento caracterizado por maior subjetividade e marcas da primeira pessoa (*eu gravei, eu particularmente gosto, abcs*). Já em (12), *pra lá de três mil fotos* complementa o verbo *tirar*, destacando, de outra parte, o número de fotos tiradas; nesse fragmento, temos o nível de abstração do locativo **lá** incrementado por conta de seu preenchimento catafórico a partir de *três mil fotos*, que já não corresponde a um marco espacial ou temporal.

Na comparação dos três fragmentos, detectamos que, em (12), tanto a preposição, quando o locativo e o *de X* se destituem de seus traços de categoria fonte em prol de maior vinculação semântico-sintática. Nesse sentido, podemos dizer que (12) exhibe menor composicionalidade face a (10) e (11). Por outro lado, embora quantificação seja sentido mais abstrato em relação a espaço e tempo, ainda não estamos diante de efetiva [para lá de $X_{adj}]_{gi}$, mas sim de uma configuração textual correspondente, por hipótese, ao contexto classificado como *crítico* de Diewald (2002; 2006), num nível de articulação que antecede a construção intensificadora de grau.

Foram levantados, de forma exaustiva³, contextos em que *para e lá* se apresentavam contiguamente nas sincronias do século XIV ao XIX. Uma vez que o constituinte **de (da, do, das, dos)** somente foi detectado em sequência aos demais a partir do século XIX, o levantamento voltou-se para o arranjo *para lá de a* a partir desse século também. Para os séculos

³ Exceto em relação aos dados do século XXI do PB; das 1.389 ocorrências levantadas nessa sincronia, foram selecionadas as 30 primeiras para análise, nessa etapa de nossa pesquisa.

XX e XXI, a pesquisa dedicou-se exclusivamente ao levantamento do arranjo *para lá de*. Em relação aos séculos XIV e XV, desconsideraram-se distinções de nível ortográfico, assim, formas como **pera**, **pa**, **ala**, **alá**, **llaa**, e **alaa** foram também levantadas; a partir do século XVI, somente ocorrem as formas grafadas como **para** e **lá**.

No século XIV, a mais antiga sincronia pesquisada, são levantados sete fragmentos apenas. Nesses trechos, ocorrem somente contextos típicos de uso de **para** e **lá**, ou seja, fragmentos pospostos ao verbo, nos quais a preposição atua na articulação de sentido direcional espacial e o pronome locativo se refere efetivamente a um espaço geográfico, físico e concreto. Trata-se de sequências como as seguintes:

(13) *E elle tornou a terra a dõ Pero açores e elle fez elle menajen por ella. E a reynna, cõ despeito por que stava presa, fallou cõ os que ha guardavã e mãdou a Castella por algũus e partiose do castelo. Mas os homẽs boos da terra nõ lho tenerõ por boo recado por que se viinha a Castela sem prazer de seu marido e tornarõa **pera la** mui hõrradamẽte. (Crônica geral de Espanha)*

Como podemos observar, em (13), **pera** e **la** são instanciados em sequência narrativa, contíguos ao verbo de deslocamento físico *tornarõa*, na referência anafórica a *Castela*, espaço geográfico bem definido. Trata-se, portanto, da instanciação de contexto típico, no qual tais elementos cumprem papel de elemento relacional e de pronome locativo. Assim codificados, esses termos preservam sua composicionalidade, sua maior autonomia de sentido e forma, pospostos a formas verbais como adjuntos circunstanciais.

Os 32 registros de *para lá* no século XV mantêm as funções prototípicas das categorias de preposição direcional e advérbio locativo, respectivamente. Esse quadro se altera no século XVI, em que, das 53 ocorrências de *para lá* registradas, detectamos sete contextos, o que perfaz pouco mais

que 10% dos dados, nos quais o sentido de *para* se torna mais abstrato, uma vez que articula noção de finalidade, como no seguinte fragmento:

(14) *Dalli se passarão a: Tacuxima para terem lá a Semana Santa que, por ser ilha de Dom Antonio, toda de christãos sem:nenhum gentio, era mais acomodada **para lá** se encerrar a Santissimo Sacramento, e para tomarem os christãos sua disciplina quando e como quizessem. (Historia do Japam 2)*

No trecho (14), *para lá* surge em sequência de fundo narrativo, na articulação de porções de natureza descritiva de local específico – *Tacuxima*. Assim, enquanto **lá** mantém seu sentido fonte locativo, na referência anafórica ao local referido, *para* passa a se vincular à forma verbal subsequente, concorrendo para o sentido de finalidade instaurado: *para (lá) se encerrar*.

Entre os 23 dados de *para lá* do século XVII, surgem fragmentos nos quais emerge a polissemia do constituinte espacial **lá**. Essa abstração de sentido tem a ver com aspectos metafóricos, relativos à semântica do espaço a que o locativo se refere, e metonímicos, referentes à disposição sintática dos constituintes da oração que articula. Tal condição é motivada pelas condições textual-discursivas, uma vez que *para lá* é instanciado em sequências opinativas, de caráter mais subjetivo. A polissemia referida acaba por concorrer para que o sentido espacial, atinente aos traços prototípicos da classe dos advérbios locativos, se torne mais esvaziado, na configuração de contextos atípicos, tais como constatamos a seguir:

(15) *Considerere Vossa Senhoria que Deus lhe não deu o juízo que tem para estes empregos, senão para a consideração dos seus atributos, amor e perfeições. Lembre-se Vossa Senhoria que o fim último para que foi criado foi a glória e o seu louvor e honra, e estas profanas fadigas não caminham **para lá**, pois se encaminham ordinariamente para a glória própria, para o crédito da Pátria e outros fins caducos. (Cartas espirituais)*

Em (15), o escritor se dirige diretamente a seu leitor (*considere Vossa Senhoria, lembre-se Vossa Senhoria*), invocando à mudança de atitude. Uma das estratégias para o aconselhamento deflagrado na sequência é justamente a instanciação de *para lá*, em que o locativo retoma espaço complexo e abstrato – *a glória, o louvor e a honra de Deus*.

Como o levantamento do século XVIII registra somente 10 ocorrências de *para lá*, via de regra em contexto fonte ou atípico, passamos diretamente ao século XIX, com o significativo levantamento de 326 dados, dos quais 27 em contextos mais vinculados, tais como:

(16) *E o vão desdém que de rasteiras almas O paciente mérito recebe, Quem, se na ponta da despida lâmina Lhe acenara o descanso? Quem ao peso De uma vida de enfados e misérias Queria gemer, se não sentira Terror de alguma não sabida cousa Que aguarda o homem **para lá da morte**, Esse eterno país misterioso Donde um viajor sequer há regressado? (Ocidentais)*

Em (16), embora a opacidade semântico-sintática não seja substancial, a colocação do sujeito após o verbo e a posposição do nome abstrato *morte* a *para lá de* concorrem para a criticidade contextual, na intensificação desse espaço temporal. Numa perspectiva histórica, ocorrências como (14) são preciosas como evidência de micropassos que conduzem à mudança gramatical, no nosso caso, a construcionalização [*para lá de X_{adj}*]_{ig}.

Com relação aos dados do século XX, foram coletados somente contextos de instanciação do arranjo *para lá de*, totalizando 47 fragmentos, entre os quais seis pertencem ao PB. Com relação a esses dados do PB, aí sim, é detectado o contexto isolado, nos termos de Diewald (2002, 2006), em que se constata a construcionalização [*para lá de X_{adj}*]_{ig}. Trata-se de instâncias de uso como os fragmentos (8) e (9) desta seção. O fato de somente nesse século, dentre todas as sincronias mais antigas pesquisadas do *Corpus do Português*, é forte evidência de que tal esquema é recente

na língua, de que se trata de um novo membro da classe dos intensificadores de grau no português. Esse pareamento aumenta de produtividade no século XXI, perfazendo 1.389 dados em textos do PB, entre os 1.887 dados gerais. Trata-se, sem dúvida, de significativo aumento de frequência, com impacto na configuração gramatical resultante na construcionalização [para lá de X_{adj}]_{ig}.

Considerações finais

A pesquisa até aqui desenvolvida em torno das duas construções analisadas, a [V_{pvLoc}]_{md} e a [para lá de X_{adj}]_{ig}, tem demonstrado a relevância dos contextos de uso linguístico na convencionalização da mudança gramatical. Nossa investigação aponta o relevante papel dos afixoides espaciais, como subparte periférica desses esquemas construcionais, na fixação de suas propriedades de conteúdo e forma.

Nas duas construções aqui tratadas, esses afixoides, via a perspectiva desencadeada, na referências às pessoas gramaticais, a seu distanciamento no discurso e à granularidade articulada, têm papel fundamental tanto na sua constituição formal quanto conteudista. Predicados verbais, articulados em torno de verbos de movimento ou estativos, acompanhados por complementizador espacial, têm se mostrado os contextos típicos que deflagram os processos de mudança por nós estudados. Nessa trajetória rumo à construcionalização, ambientes pragmático-discursivos marcados por inferências, pressões intersubjetivas e abstração tornam-se os contextos preferencias para o desencadeamento dos processos de mudança rumo à fixação de padrões regulares e sistemáticos dessas formas de dizer.

Constatamos também que os micropassos contextuais referidos podem ser combinados a mecanismos de analogização, na base de esquemas já disponíveis na língua. Assim, neonálises sucessivas e analogização não se alternam ou excluem, pelo contrário, podem ser combinadas em

prol da convencionalização gramatical, como temos constatado em outras pesquisas, como a de Rosa (2019).

Outra observação relevante é o impacto que a construcionalização traz aos paradigmas da língua, com o aumento dos membros das categoriais gramaticais, à medida que novos esquemas convencionais são criados. Tais esquemas, como a [V_{pv}Loc]_{md} e a [para lá de X_{adj}]_{ig}, chegam à gramática, via de regra, na condição de elementos marginais e vão sendo tomados, via generalização de uso, pela comunidade linguística como mais uma alternativa à disposição. Essa situação motiva variabilidade, com a competição entre as antigas construções e a nova na expressão do sentido categorial. Em geral, as novas construções, mais pesadas e, por isso, de sentido e forma mais extravagantes, são recrutadas para a maior expressividade dos usuários, que veem nesses esquemas alternativas capazes de, mais eficientemente, agirem sobre seus interlocutores, convidando-os a partilhar pontos de vista e juízos de valor.

Referências

- BATORÉO, H. *Expressão do espaço no português europeu: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- BOOIJ, G. *Construction morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- BOOIJ, G. Morphology in construction grammar. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (eds.). *The oxford handbook of construction grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p.255-273.
- BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, Joan. *Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

CROFT, W; CRUSE, D. A. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CROFT, W. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DIEWALD, G. A model of relevant types of contexts in grammaticalization. In: WISCHER, I; DIEWALD, G (eds). *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002, p. 103-120.

DIEWALD, G. Context types in grammaticalization as constructions. *Constructions*, Düsseldorf. Acesso em: www.constructions-online.de/0009-4-6860, 2006.

DIEWALD, G; SMIRNOVA, E. “Paradigmatic integration”: the fourth stage in an expanded grammaticalization scenario. In: DAVIDSE, K. at al (eds). *Grammaticalization and language change – new reflections*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2012, p. 111-131.

FISCHER, O. Grammaticalization as analogically driven change? In: *Vienna English Working Papers*, Viena, vol. 18, n. 2, p.3-23, 2009.

GOLDBERG, A. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, A. The nature of generalization in language. *Cognitive Linguistics*, Berlim, v. 20, n.1, p. 93–127, 2009.

GONÇALVES, C. A. *Morfologia construcional: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, C. A. *Morfologia*. São Paulo: Parábola, 2019.

HEINE, B.; KALTENBÖCK, G.; KUTEVA, T. *On the rise of discourse markers*. Researchgate. Preprint, June, 2019, DOI: 10.13140/RG.2.2.31703.73129. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333783353>. Acesso em: 27 Jun. 2019.

HILPERT, M. *Construction grammar and its applications to English*. Edinburgh Textbooks on the English Language – Advanced, 2014.

LACERDA, P. F. C. O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 83-101, 2016.

MARTELOTTA, M. E. Advérbios: conceito e tendências de ordenação. In: OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. (org). *Adverbiais: aspectos gramaticais e pressões discursivas*. Niterói: Eduff, 2012, p. 13-96.

MARTELOTTA, M; ALONSO, K. 2012. Funcionalismo, cognitivismo e a dinamicidade da língua. In: SOUZA, E. R. (org). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 87-106.

OLIVEIRA, M. R.; SAMBRANA, V. R. M. Marcadores discursivos de base perceptivo-visual: uma abordagem construcional. *Confluência*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 327-349, 2018.

OLIVEIRA, M. R.; LOPES, M. G. Desafios teóricos e empíricos na Linguística Funcional Centrada no Uso. *Odisseia*, Natal, v. 4, p. 22-40, 2019.

OLIVEIRA, M. R.; PAULA, V. B. A construção intensificadora de grau [p(a)ra lá de X_{adj}] trajetória, paradigmática e degeneração. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 238-264, 2019.

ROSA, F. S. L. *A mesoconstrução marcadora discursiva refreador-argumentativa: uma análise cognitivo-funcional*. 216 fls. Tese (Doutorado em Estudos

de Linguagem). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2019.

ROSÁRIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 233-259, 2016.

SILVA, J. R. *O grau em perspectiva: uma abordagem centrada no uso*. São Paulo, Cortez, 2014.

TEIXEIRA, A. C. M. *A construção verbal marcadora discursiva VLocMD: uma análise funcional centrada no uso*. 297 fls. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2015.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

9. REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA DE VOZ NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E POSSIBILIDADES PARA O SEU ENSINO

Deborah Magalhães de Barros (UEG)
Leosmar Aparecido da Silva (UFG)

Considerações iniciais

Existe consenso entre estudiosos da linguagem aplicada ao ensino de língua materna de que o ensino de gramática não se desvincula das práticas discursivas dos alunos, especialmente as de leitura crítica e de produção de texto, ao que se tem chamado de *ensino produtivo* de língua (cf. SILVA, 2017). Pensando nisso, este texto tem dois objetivos centrais: 1) fazer reflexões sobre o sistema de voz do PB, problematizando-o; e 2) apontar possibilidades para o seu ensino produtivo.

Sem a pretensão de analisar o livro didático, vez ou outra faremos referência a esse recurso pedagógico bastante utilizado pelos professores, já que ele não é apenas um modo de abordagem, mas é também o caderno de exercícios, a voz do professor, o planejamento, a progressão das aulas, conforme têm mostrado alguns estudos (BATISTA, 2004; MATOS, 2008). Assim, falar sobre livro didático é falar, pelo menos parcialmente, do ensino de português. Nesses manuais, o expediente gramatical voz, em geral, ocupa uma posição marginal e está fortemente vinculado ao estudo do verbo. A posição central é dada para os modos e tempos verbais e para a formação destes.

Partindo de uma abordagem qualitativa, em termos metodológicos, confronta-se, inicialmente, a abordagem tradicional dos sistemas de voz com as abordagens centradas no uso, que consideram aspectos pragmáticos e discursivos. Os dados coletados para a produção deste texto são oriundos de trabalhos de pesquisa já realizados (especialmente os

de CAMACHO, 2002; BERTOQUE, 2010, 2014; BARROS, 2011, 2016; SENNA, 2013; CASSEB-GALVÃO, BARROS, BERTOQUE *no prelo*) e também de sítios da internet, jornais *online e blogs*¹. A perspectiva teórica que subsidia este texto é o funcionalismo linguístico, principalmente, a perspectiva das Teorias Centradas no Uso.

O capítulo está dividido em cinco seções. Na primeira, discutimos o tratamento dado pela tradição gramatical à abordagem da voz. Na segunda, tratamos das teorias centradas no uso. Na terceira seção, tratamos dos tipos de voz presentes no PB. Na quarta seção, relacionamos sistemas gramaticais multifatoriais envolvidos no sistema de voz. Na quinta seção, discutimos e problematizamos a aplicação desse sistema ao ensino de língua materna.

1. Voz na Tradição gramatical

Compreender como a Gramática Tradicional (GT) trata a voz é importante, porque é o tipo de gramática mais difundido no ensino da língua portuguesa para a educação básica.

Vários representantes da GT, dentre os quais Cunha e Cintra (2001), Bechara (2006) e Cegala (2007) definem e categorizam a voz com base em critérios como a posição dos constituintes oracionais e o papel semântico assumido por eles. Conquanto seja relevante considerar a posição e os papéis semânticos envolvidos, a voz é concebida na GT como um fenômeno essencialmente do verbo, desconsiderando-se a relação entre o verbo e os outros constituintes.

As vozes ativa e passiva são distinguidas, geralmente, como alternativas estruturais de sentenças. É recorrente encontrar nas gramáticas

¹ Para citar alguns: Folha on-line, G1 Goiás, Agência Brasil etc.

tradicionais a explicação para a voz passiva, tomando-se como referência a voz ativa e jogos de inversão de termos e alteração da estrutura verbal, tal como se observa na figura 1, a seguir:

Figura 1: explicação de voz com base nas Gramáticas Tradicionais

Voz ativa	Os estudantes	pintaram	as figuras
Voz passiva	As figuras	foram pintadas	pelos estudantes

Fonte: Elaboração própria

Para Casseb-Galvão, Barros e Bertoque (*no prelo*), a transposição de uma voz ativa para uma passiva é tratada, na GT, somente como uma opção estrutural, que diz respeito à troca de lugares na estrutura da sentença. A relação sintático-semântica (verbo *versus* sujeito) de fato é mencionada nas lições tradicionais, porém, o que predomina é a valorização da forma verbal, ou seja, do critério mórfico, baseado na identificação de desinências ou de perífrases, para a definição e categorização do tipo voz. Não há referência à natureza da relação predicativa, mas apenas em relação ao papel semântico do sujeito.

Bechara (2006) não propõe um conceito para a voz. Ele se limita a classificá-las como ativa, passiva, reflexiva. Já Cunha e Cintra (2001) dizem como a voz reflexiva se estrutura, deixando lacuna na explicação de seu significado.

Bechara (2006) e Cunha e Cintra (2001) tendem a indicar que a voz é expressa pela “forma verbal”. Esse tratamento dado à voz é revestido de lacunas, especialmente, no que diz respeito à forma da voz, pois apenas as vozes ativa e passiva possuem formas díspares. Outras vozes como a reflexiva, a recíproca, a impessoal e a média, das quais falaremos posteriormente, compartilham forma semelhante pelo uso do pronome clítico,

em especial o se. A média, por exemplo, nem sequer é reconhecida como um tipo de voz. Comumente, todas são categorizadas como reflexiva ou impessoal. Resguardando-se peculiaridades, de maneira geral a GT reconhece as vozes ativa, passiva (incluindo a passiva sintética) e a reflexiva.

São muitas as divergências quanto à natureza e às características da voz que refletem nos materiais didáticos a que o professor tem acesso e que, conseqüentemente, podem comprometer o ensino. Barros (2011; 2016), bem como Casseb-Galvão, Barros e Bertoque (*no prelo*) levantam diversos pontos frágeis da tradição no tratamento da voz, que podem ser sintetizados em: i) a categorização rígida da voz; ii) a consideração única ou de critérios semânticos ou de critérios formais, em detrimento a uma correlação desses critérios, via análise e reflexão; iii) a tentativa de atribuição de critérios semânticos para definição de funções sintáticas; iv) o entendimento de que vozes diferentes, como a ativa e a passiva, constituem apenas estruturas alternativas com mesmo significado; v) a concepção de que a voz ativa só se constrói com verbos de ação; vi) a desconsideração da voz média, que é, como todas as outras, elaborada com o pronome clítico e considerada como reflexiva; e vii) a consideração da chamada passiva sintética.

Diante do exposto, para um ensino mais produtivo, faz-se necessário recorrer a uma abordagem que considere a integração entre os níveis morfossintático, semântico-cognitivo e discursivo-pragmático para o entendimento da voz e de sua funcionalidade no uso real da língua, tal como têm feito as teorias centradas no uso, sobre as quais falaremos na próxima seção.

2. As teorias centradas no uso

Esta seção aborda, brevemente, perspectivas teóricas que têm em comum o entendimento de que as línguas são conhecidas, descritas e

ensinadas a partir do uso que é feito delas em situações reais e que, para além da perspectiva da gramática tradicional, podem ser uma alternativa para o estudo e para o ensino do fenômeno da voz. Para essas perspectivas, a língua é um organismo vivo, inerente à condição de existência e manifestação humana e, portanto, as tentativas de enquadrar linguístico fora desse contexto podem ser insatisfatórias.

Na contemporaneidade, os estudos linguísticos que compartilham dessa visão de língua têm se respaldado em aportes teóricos que levam em conta elementos sócio-históricos e cognitivos como integrantes da gênese da língua, uma vez que, como afirma Bybee (2010, p. 6), “a linguagem é uma das formas mais complexas e sistemáticas de comportamento humano”².

Há uma imensa diversidade teórica de modelos baseados no uso, os quais tomam como princípio básico o estudo da língua a partir da relação entre a sua estrutura e função em contextos de uso. Nos últimos anos, pressupostos abrigados no funcionalismo clássico, especialmente o de vertente norte-americana, juntamente com outros de linha cognitivista, têm formado um profícuo aparato teórico para as pesquisas linguísticas que assumem a língua como dinâmica e mutável. Bybee (2010) designa esse conjunto teórico como *Linguística Baseada no Uso*³ e, no Brasil, iniciando com Martelotta (2011), esses aportes teóricos têm sido identificados como *Modelos Baseados no Uso*, *Linguística Cognitivo-Funcional* ou, mais recentemente, como *Linguística Funcional Centrada no Uso* (LFCU).

Para essa perspectiva teórica, a língua emerge do/no uso como fruto de elementos linguísticos e discursivos mobilizados por princípios

² Original inglês: “Language is one of the most systematic and complex forms of human behaviour” (BYBEE, 2010, p. 6).

³ *Usage-Based Linguistics* é o nome original na literatura norte-americana, que, segundo Bybee (2010), é uma teoria desenvolvida diretamente do funcionalismo norte-americano.

cognitivos. De maneira mais detalhada, os modelos baseados no uso: i) rejeitam a autonomia da sintaxe; ii) incorporam a semântica e a pragmática nas análises; iii) admitem uma estreita relação entre a estrutura das línguas e o uso delas em situações reais; iv) concebem que a estrutura é emergente do uso e que, portanto, a gramática é impactada por ele; v) reconhecem que os processos conceptuais não são exclusivos da atividade linguística e sim de domínio comum, ou seja, são processos que operam em diversas áreas de atuação humana; e vi) consideram que a língua – a sua estrutura propriamente – é resultante de pressões sócio-históricas e de relações cognitivas a partir do uso real.

Com base nos princípios gerais que orientam os modelos baseados no uso, pode-se inferir que a estrutura da língua é emergente de múltiplos fatores de diferentes ordens e em constante mudança. Bybee (2010) se refere metaforicamente à língua como dunas de areia, em que há constante mudança sob a aparência de regularidade.

Nesse sentido, seria inválido tentar impor sistemas rígidos para um sistema que é adaptativo e que é complexo⁴. Conceber os fatos gramaticais como processos graduáveis é o que permite entender os múltiplos fenômenos linguísticos, como as construções de voz, as quais apresentam características de diferentes tipos, impossibilitando uma categorização rígida. Alguns usos da voz podem ser compreendidos a partir da consideração de que há uma gradualidade, em que um tipo de estrutura se move entre uma e outra categoria de voz, construindo um contínuo, de modo que as vozes ativa e passiva não seriam polares, mas extremos desse contínuo.

Com base nessa concepção de língua e de uso, descrevemos brevemente a seguir o sistema de voz do PB, dando-se maior destaque para as vozes ativa e passiva, já que são as mais estudadas.

⁴ Complexo no sentido de que há interações múltiplas dentro e fora do sistema linguístico.

3. A voz e seus tipos

A palavra *voz* vem do latim *genus verbi* (*diátese*) e, segundo Camacho (2002, p. 227), diz respeito “à forma que o predicado verbal assume para representar sua relação com o argumento na função de sujeito”. Para Bertoque (2010) e Barros (2011, 2016), voz constitui-se um fenômeno gramatical, com organização cognitiva, que possui interface semântica, sintática e pragmática e trata do modo pelo qual o usuário da língua perspectiviza o estado de coisas representado no enunciado. No nível pragmático, então, atuam noções como tópico, foco e perspectivização. No nível semântico, atuam principalmente os papéis de agente e paciente. No nível sintático, as funções de sujeito e objeto.

Devido às diferentes variáveis que interferem na constituição da voz, esse é um fenômeno gramatical complexo. Não há entre os ensinamentos da tradição gramatical e, em certa medida, entre os estudos descritivos um consenso sobre os tipos de voz e sobre as atuações dos níveis de análise linguística para a definição de cada um dos tipos. Como as perspectivas funcionalistas lidam com fenômenos complexos e com o estudo integrado dos níveis sintático, semântico e pragmático, tais perspectivas parecem ser mais apropriadas para a proposição de parâmetros mínimos para o estudo da voz.

Com inspiração em Barros (2011, 2016, 2017) e em Casseb-Galvão, Barros e Bertoque (*no prelo*), o tratamento dado à voz neste trabalho se constrói a partir de um eixo orientador consolidado nos pressupostos de que: i) a voz se organiza pela reunião de elementos morfossintáticos, semânticos e pragmáticos-discursivos; ii) a categorização dos tipos de voz não é consenso entre os estudiosos da área; iii) elementos sociais e cognitivos impactam diretamente a configuração gramatical da voz; iv) a voz não é uma propriedade do verbo e sim da predicação, embora o valor contextual e funcional do verbo seja determinante para configu-

ração e distinção da voz; v) a natureza da relação entre verbo e sujeito é fundamental para o estabelecimento da voz.

Vários estudos, como os de Givón (1984), Keenan e Dryer (2007), Barros (2011, 2016), Bertoque (2014) e Casseb-Galvão, Barros e Bertoque (no prelo), possibilitam reconhecer que, no PB, é possível distinguir as vozes *ativa*, *passiva*, *impessoal*, *adjetival* e *média*, como se verifica no quadro 1, a seguir com exemplos prototípicos:

A voz impessoal caracteriza-se pela demissão do agente, pela presença do verbo em 3ª pessoa da forma ativa e pela presença ou não do

Quadro 1: tipologia de voz no PB

TIPOS DE VOZ	EXEMPLÁRIO
Ativa	<i>Homem corta amigo e guarda órgãos.</i> (O Popular, 06/09/2008, IN: BERTOQUE, 2010)
Passiva	<i>Presidente da Guiné-Bissau é assassinado</i> (“Folha Online”, 02/03/2009, IN: BERTOQUE, 2010)
Impessoal	<i>Percebe-se que você está feliz.</i> <i>Faz esse refogado e põe tomate, um ou dois tomates</i> (CAMACHO, 2002)
Adjetival	<i>Apuração está encerrada em 31 Estados americanos</i> (Folha Online, 05/11/2008, IN: BERTOQUE, 2010)
Média	<i>Centenas de pessoas se envolvem em conflito com a polícia na China</i> (“Folha Online”, 08/11/2008, IN: BERTOQUE, 2010)

Fonte: Elaboração própria

clítico se. A voz adjetival apresenta-se sem o constituinte agentivo e é marcada pela presença de *estar* + participio. A voz média constitui um domínio abstrato caracterizado pela centralidade do processo verbal no sujeito sintático, (cf. Casseb-Galvão, Barros e Bertoque, no prelo) que se desdobra em média propriamente nas formas pronominais ou não (*eu me apeguei com ela/ o moço enlouqueceu*), reflexiva (*Pedro cortou-se*) e recíproca (*eles se abraçaram*). Como dissemos, a categorização dessas vozes implica a inter-relação de muitos critérios e variáveis, o que dificulta a distinção

dos seus tipos, bem como a natureza da voz. Para o seu ensino, então, o importante não é focar na categorização de seus tipos, mas nas motivações de seus usos e nos efeitos provocados nos textos e que podem ser percebidos durante a leitura e/ou usados durante a produção de texto.

Pelo fato de as vozes ativa e passiva serem as típicas no ensino, faz-se, a seguir, uma reflexão mais aprofundada sobre elas.

A voz ativa representa a relação primária entre o sujeito e o verbo, que resulta em uma constituição sintática simples e, normalmente, na ordem lógica e direta dos acontecimentos no mundo. A manutenção dessa ordem é fundamental para ocorrer a relação básica entre agente-evento-paciente. Camacho (2003, p. 92) confirma essa afirmação ao dizer que a sentença de voz ativa “é a construção básica ou primária para a representação da relação sujeito/verbo”, em que o evento é “tratado como ação ou atividade de determinada entidade representada pelo sujeito, de quem pelo menos parte o evento na representação linguística”.

Um evento descrito segundo a ordem lógica dos acontecimentos colabora para a não complexidade da oração, por isso, a voz ativa é considerada básica também para outros tipos de voz, os quais conservam alguns traços e perdem outros em relação à forma de origem. A ação (atividade) é, por exemplo, uma propriedade central na voz ativa e é requerida na representação prototípica dessa voz, mas ela não representa apenas eventos de ação (como em *Pedro ama Maria*), em que Pedro não é agente, mas experienciador, e Maria não é necessariamente afetada pelo evento descrito. Isso prova que a caracterização da voz não se dá apenas pelo nível semântico.

Para Givón (1990), num evento transitivo prototípico, o *agente* se caracteriza por ser o responsável pelo evento, é iniciador volicional e controlador e causa uma ação notável; o *paciente* é inativo, não volicional, não controlador, registra ou recebe uma mudança de estado percep-

tível; e o *evento* é compacto (não durativo), limitado (não alongado) e real (não hipotético). Um exemplo de voz ativa prototípica é:

(1) *num podia jogá bola no quintal dela... qu/ela cortava a bola dos minino tudo (Corpus Fala Goiana⁵).*

Ademais, no plano cognitivo, perfilado na pragmática, a voz ativa representa um acontecimento por excelência no mundo, indicando a ordem sequencial dos acontecimentos. Por ser básica, é mais produtiva tanto na fala quanto na escrita. O foco de atenção é destinado ao sujeito (agente) de onde parte o evento e também de onde a perspectiva é definida. Assim, ele é o termo que recebe destaque ou proeminência.

A voz passiva, por seu turno, admite, conforme Camacho (2003), um intercâmbio das relações gramaticais de argumentos representativos dos papéis temáticos. Observa-se uma estrutura diferente para representar um mesmo evento do mundo, partindo do ponto de vista do paciente, e não mais do agente como ocorreria em uma voz ativa. Na voz passiva, muda-se a perspectiva com a qual o evento é descrito, resultando, com isso, em sentidos diferentes da ativa. Por isso, a noção de perspectiva é fundamental na configuração da voz.

Estruturalmente, a voz passiva se organiza a partir de um sujeito afetado, um verbo auxiliar finito, flexionado em qualquer tempo, e um verbo pleno no particípio passado, que, opcionalmente, pode ser seguido de um sintagma preposicionado agentivo (CAMACHO, 2002). Na voz passiva, há menor grau de transitividade. Um dos motivos para que isso ocorra é a possibilidade de suprimir o argumento agentivo. Com a constituição da perífrase verbal, o verbo auxiliar rompe com a cinese, reduzindo ainda mais o processo de transferência (HOPPER; THOMPSON, 2001).

⁵ O *corpus* Fala Goiana foi coletado e transcrito pelo Grupo de Estudos Funcionalistas da UFG e está disponível em: <https://gef.letras.ufg.br/p/11948-banco-de-dados>.

Tendo como base a oração ativa em (1), exemplos de passiva seriam (2) e (3) a seguir:

(2) *A bola foi cortada por ela.*

(3) *A bola foi cortada.*

Por motivações do gênero discursivo, há casos em que a voz passiva pode também ocorrer sem o verbo auxiliar, como nas manchetes de jornais. Segundo Bertoque (2010), essas orações são “passivas reduzidas” e decorrem de economia linguística inerente ao gênero. Funcionalmente, essas orações se aproximam das ativas como em (4):

(4) ***Sepultada*** goiana morta em rodeio. (O Popular, 25/05/2009).

Cumpra ainda destacar a recorrente associação da voz passiva com a voz impessoal (GIVON, 1990; KEENAN, DRYER, 2007; GARCÍA, 1996). As orações impessoais “não autorizam a manifestação formal de SN agentivo” (CAMACHO, 2002, p. 251), por isso, esse autor explica que uma sentença como quebrou-se o vidro da janela não pode ser equivalente à oração passiva *o vidro da janela foi quebrado (por ?)*. Logo, ocorre um equívoco da tradição gramatical ao denominar o pronome *se* como *partícula apassivadora*. A função do clítico nessa oração é indeterminar o argumento agentivo porque se trata de uma voz impessoal. Essa é uma das polêmicas existentes nos estudos tanto descritivos quanto prescritivos.

Ademais, a voz passiva, não pode ser considerada apenas como uma alternativa de estruturação linguística oposta à ativa de modo a conservar significados. O maior exemplo da complexidade é o destaque dado ao argumento afetado, implicando outra significação ao evento que se afasta daquela obtida na voz ativa. Isso contraria o que se divulga no contexto de ensino escolar de base tradicional. Optar pelo uso da voz passiva significa escolher outra perspectiva, com arranjo cognitivo e motivações pragmático-discursivas diferentes.

4. Sistemas gramaticais envolvidos no estudo da voz

Partindo-se da premissa de que a voz é um domínio multifatorial, entende-se que, na elaboração e na análise das construções de voz, estão envolvidos diversos fatores, dentre eles estão a **transitividade**, a **perspectiva**, a **impessoalidade**, a **topicalização**, a **categorização** e a **prototipicidade**.

A **transitividade** implica uma atividade de transferência (CUNHA; SOUZA, 2007) entre os termos da oração, portanto, é uma atividade de complementação sintática e semântica. Na mesma direção, a voz se define pelo tipo de relação entre o verbo e os argumentos, especialmente o argumento que assume a função de sujeito.

As teorias de língua em uso concebem a transitividade em graus. Um evento no mundo pode ser descrito na língua com um grau maior ou menor de transitividade. É o que ocorre, por exemplo, entre as vozes ativa e passiva em que, na representação de um mesmo evento, a primeira apresenta um alto grau de transitividade e a segunda, a passiva, um grau mais baixo. Em uma perspectiva funcional, a transitividade é, portanto, um fenômeno oracional e não apenas do verbo e, por ser oracional, o caráter de continuidade, escalaridade e gradiência são relevantes. Especialmente as características como número de participantes, a agentividade do sujeito, o afetamento tanto do sujeito como do objeto, a telicidade e a pontualidade ou não da ação entre outros são definidos por Hopper e Thompson (1980, 2001) como pontos indicadores de alta ou baixa transitividade.

Já a **perspectiva** diz respeito ao ponto de vista pelo qual os acontecimentos são percebidos antes mesmo de serem convertidos em expressões linguísticas. Na língua, ela corresponde às diferentes possibilidades da representação de um evento do mundo, resultando em diferentes maneiras de organização da informação, ou seja, nos diferentes tipos de voz, como foi visto anteriormente no quadro 1.

Para Langacker (2013, p. 73) “se a conceptualização (metaforicamente) é a visão de uma cena, a perspectiva é o arranjo visual, o aspecto mais óbvio de que é o ponto de vista assumido”⁶. A perspectiva possibilita entender como são percebidas e organizadas as conceptualizações e suas transformações em estruturas linguísticas como mostra Langacker (2008, p. 76) em “*A rocha está na frente da árvore e A árvore está atrás da rocha*”. Nesses exemplos, as diferentes estruturas refletem os diferentes pontos de vista do falante.

A descrição de um evento em voz ativa ou passiva, por exemplo, é consequência de uma decisão do falante a partir da sua visão em relação ao evento e das pressões sócio-comunicativas, históricas e culturais. Na voz ativa, a representação do evento se dá em uma relação mais próxima à ordem dos acontecimentos no mundo por meio da organização básica SVO e, nesse caso, o destaque é dado ao sujeito, normalmente agentivo. As outras vezes terão outras motivações e outros destaques.

A **impessoalidade** é uma estratégia pragmática de destacar e promover o evento em detrimento ao elemento agentivo. Consiste na “demonção do argumento agente” (CAMACHO, 2000, p. 216). Ela é importante para o entendimento das construções de voz porque, em uma construção passiva, o argumento agente pode ser colocado em segundo plano ou também pode ser suprimido da ação. Para Camacho (2000, p. 36), há a possibilidade de ocorrer a impessoalidade em voz ativa por meio do verbo na terceira pessoa, como em *Entraram na loja do Fabinho* e do emprego de pronome, como em *Vende-se flores*.⁸

⁶ Original inglês: *If conceptualization (metaphorically) is the viewing of a scene, perspective is the viewing arrangement, the most obvious aspect of which is the vantage point assumed.* (LANGACKER, 2013, p. 73)

⁷ Original inglês: *The rock is in front of the tree. The tree is behind the rock.*

A **topicalização** é a atribuição de relevo a um argumento da oração. A escolha de um elemento tópico é também orientada por motivações discursivas, no momento do processo de interação, portanto, a atribuição de tópico é uma estratégia pragmática (GIVÓN, 1984). Considerando que no português a ordem canônica de uma oração é SVO (GREENBERG, 1963; CAMACHO, 2000), a topicalização, se faz, por exemplo, com a alteração dessa ordem deslocando o argumento mais da direita para o início da oração. Esse argumento, então, é topicalizado. Há, contudo, outros modos de topicalização na sentença.

Assim como a perspectiva, a topicalização também é fundamental para a construção da voz. Na voz ativa, o elemento que fica à esquerda é sujeito, agente, iniciador do processo em uma estrutura SVO. Já em uma passiva, o objeto é deslocado à esquerda, ou seja, nesse caso, o elemento topicalizado é o paciente, rompendo com a ordem natural da língua, como defende Givón (1984). Dik (1997) entende que é a partir do tópico que se constrói uma perspectiva, implicando a descrição de um evento a partir do ponto de vista do argumento afetado. No caso da voz, o destaque ao argumento promovido a tópico é muito mais relevante do que apenas identificar a progressão do enunciado a partir das noções de tópico novo e tópico dado. A topicalização não é, então, mera questão de ordenação de constituintes, mas sim de atendimento às necessidades da interação.

A **categorização** é um processo cognitivo básico relativo à capacidade de o ser humano conceber e organizar os fatos do mundo e depois manifestá-los linguisticamente. Ela se associa com a memória e outros processos cognitivos para estabelecer agrupamentos com base nas características estabelecidas no mundo quanto à forma, ao significado, à função etc.

⁸ Assim como outros funcionalistas, Camacho (2000) não reconhece a nomenclatura *voz passiva sintética*. Em *vende-se flores* tem-se, para o autor, um caso de impessoalização.

A partir da experiência no mundo, os fenômenos linguísticos são categorizados, constituindo as classes ou categorias. Para Bybee (2010), a categorização é um processo cognitivo de domínio geral na medida em que as categorias de percepção de vários tipos são criadas a partir da experiência independentemente da língua. Para as teorias de língua em uso, as categorias são fluidas, ou seja, podem variar, como explica Neves (2016, p. 22), ao dizer que “há certa vaguidade nos limites entre as categorias”. Isso porque o que se espera é uma relação de semelhança, e não de total compatibilidade entre as características dos membros de uma categoria.

A **prototipicidade**, por fim, trata do fenômeno escalar no processo de categorização. O membro que acumula as propriedades requisitadas pela categoria é o seu representante central, isto é, o seu protótipo (GIVÓN, 1989). Com base no protótipo, é feita a distinção entre os outros membros da categoria, que se afastam ou se aproximam do membro central. Há características que são inerentes, específicas de uma categoria e que basicamente definem a inclusão de um membro. Outras não, por isso, nem todos os membros possuem todas as características. O fato de o membro periférico não precisar obrigatoriamente possuir todas as características de sua categoria explica a fluidez categorial, permitindo o tratamento escalar e contínuo dos fenômenos gramaticais.

As noções de categorização e de prototipia permitem entender os processos cognitivos que interferem na definição e organização sintática da voz. Os limites entre um tipo e outro de voz nem sempre são definidos e claros, mas sim tênues e flexíveis conforme diferentes verbos e usos.

5. Aplicação do estudo de voz ao ensino

Estudos descritivos como o que expusemos nas seções anteriores, aliados à concepção de língua como interação, muito têm contribuído para se avançar na abordagem da voz no que se refere ao seu ensino. Tais estudos influenciam, por exemplo, a produção dos documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, BRASIL, 2017).

Apesar de haver pouca referência sobre o ensino de voz na BNCC, há a consideração de que sua abordagem em sala de aula deve contribuir para a percepção de efeitos de sentido, para a percepção das estratégias de impessoalização e para o desenvolvimento da capacidade de leitura crítica e de uma escrita situada e atenta. A seguir, são apresentados dois trechos em que o conhecimento da voz é tratado pela BNCC do ensino fundamental e do ensino médio, respectivamente:

(EF08LP08)⁹ Identificar, em textos lidos ou de produção própria, **verbos na voz ativa e na voz passiva, interpretando os efeitos de sentido de sujeito ativo e passivo (agente da passiva)**. (BRASIL, 2017, p. 185. Grifo nosso)

(EM13LP07) Analisar, em textos de diferentes gêneros, [...] **uso de estratégias de impessoalização (uso de terceira pessoa e de voz passiva etc.), com vistas ao incremento da compreensão e da criticidade e ao manejo adequado desses elementos nos textos produzidos, considerando os contextos de produção**. (BRASIL, 2017, p. 499. Grifo nosso)

Apesar de haver certa falta de clareza teórica sobre voz na BNCC, o documento apresenta algum direcionamento para o ensino de voz, que pode ser assim resumido:

Percepção crítica dos diferentes usos da voz e manejo adequado do dispositivo gramatical na produção de textos.

⁹ O significado do siglário da BNCC é o seguinte: o primeiro par de letras diz respeito à etapa (EF = Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio); o primeiro par de números indica o ano a que se refere a habilidade (08 = oitavo ano; 13 = da primeira à terceira série); o segundo par de letras indica o componente curricular (LP = Língua Portuguesa); o último par de números indica a posição da habilidade na numeração sequencial do ano ou do bloco de anos (08 = habilidade de número 08).

Como se vê, a ênfase atual dos processos de aprendizagem gramatical recai sobre o desenvolvimento da leitura e da escrita críticas. Em ambas as habilidades, importa a produção de sentidos, em detrimento do enfoque em nomenclaturas (ANTUNES, 2007).

Azeredo (2018, p. 67) considera que “na comunicação humana, o que vale, o que de fato importa é o ‘sentido’ que as pessoas procuram dar ao que dizem ou que atribuem ao que lhes é dito”. Considera ainda que os sentidos “não são produzidos só pelas palavras. São produzidos por um conjunto de fatores que incluem as palavras” (AZEREDO, 2018, p. 67).

Tais ponderações sobre sentido e contexto em que as palavras ocorrem alinham-se à perspectiva funcionalista, que considera a integração dos níveis pragmático, semântico e sintático na análise dos usos linguísticos. Isso significa que o nível sintático, da relação entre as palavras, é dependente de fatores não linguísticos, dispostos nos contextos de situação e de cultura por meio de textos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Para os autores, o texto é entendido como realização verbal que organiza o sentido, tem valor de mensagem completa e constitui unidade operacional na qual o discurso se inscreve. É, portanto, peça fundamental para um ensino de voz que se quer crítico e atendendo às demandas da leitura e da escrita. Tem-se, então, mais uma orientação para o ensino de voz em destaque:

Integração dos níveis pragmático, semântico e sintático no ensino de voz, tomando o texto como ponto de partida.

Como estamos tratando nesta seção de parâmetros sobre do estudo de voz aplicados ao ensino de língua portuguesa, faz-se necessário apresentar alguns trabalhos que se dedicaram a essa tarefa na literatura sobre o tema. O primeiro deles é o de Barros (2017, p. 93) que defende a ideia de que os fatos gramaticais “são inerentes ao uso linguístico, que

é social, comunicativo e cognitivamente motivado”. Considera que um ensino significativo de língua portuguesa pode ser reorientado por meio de estudos que consideram análise e métodos da língua em uso. Utiliza em sua defesa o argumento de que o trabalho com a língua em uso pode minimizar a distância entre a língua formal e a língua dos contextos de interação diários. Seria um ensino ‘mais real’, o ensino de um ‘português da gente’, tal como propõem Ilari e Basso (2014). Além disso, Barros (2017, p. 114) vislumbra um ensino de voz, em que se veja a língua organizada em rede, de tal modo que se pode focar “processos de analogia realizados entre os fenômenos da rede de voz”, ou seja, explicar para o aluno que um tipo de voz conserva traços de outros. Isso o ajudará a perceber que, na língua, os fenômenos são flexíveis e inter-relacionados. Do trabalho de Barros (2017), destacamos mais uma diretriz a ser considerada no ensino:

A voz pode ser abordada como mecanismo gramatical dinâmico, flexível e inter-relacionado em redes de significação da língua em uso.

Outro trabalho de relevância sobre ensino de voz é o de Senna (2013) que, ao discutir a integração das frentes da disciplina língua portuguesa, apresenta, como ilustração, um estudo sobre as estruturas passivas. Interessa para os objetivos deste texto o trecho em que Senna (2013) prova que a omissão de um dos participantes em construções ativas ou passivas constitui uma estratégia discursiva, especialmente no mundo jurídico. Para isso, o autor apresenta um conjunto de quatro enunciados como parte de uma audiência judicial em que o advogado expõe a sua versão sobre o suposto crime cometido pelo réu defendido por ele. Seguem os trechos da audiência judicial:

(5) *Às 16h, a vítima, Sr. Carlos (...), encontra-se em seu apartamento, segundo dizem, morta a cerca de dois dias.*

(6) *Meu cliente, Meritíssimo Juiz, afirma ter estado fora do Rio de Janeiro desde um dia antes do acontecimento.*

(7) *Eis a arma que cometeu o crime, Senhores Jurados.*

(8) *Em quinze de fevereiro daquele mesmo ano, o Sr. Carlos (...) compra a arma do crime para si mesmo e a leva para casa.* (SENNA, 2013)

A análise desenvolvida por Senna (2013, p. 297) é a de que, nos quatro enunciados, o réu, cliente do advogado, é citado uma única vez de modo anônimo como “meu cliente”, numa sentença cuja transitividade não remete ao crime. Isso contribui para que, em nenhum momento, o réu seja confrontado como o autor do assassinato. Afastar o réu da cena do crime, segundo Senna (2013, p. 197), por meio das construções sintáticas, “minimiza a evidência de que o único álibi de seu cliente é sua própria afirmação de estar fora da cidade no momento do crime”. O único momento em que há menção ao ato criminoso é quando se fala da “arma”, que, na sentença (7), ocupa a posição de tópico e sujeito oracional, de modo a induzir os jurados que a tomem como agente do crime. Por outro lado, a vítima é revelada sem restrições, inclusive nominalmente, duas vezes como agente e sujeito gramatical em cláusulas na voz média (5) e na voz ativa (8). A ela é atribuída a responsabilidade de ter comprado o instrumento que a matou.

Para Senna (2013), tratar dessas estruturas nos ensinamentos fundamental e médio caracteriza uma abordagem de caráter discursivo, visto que explora os efeitos comunicativos da gramática em sua relação com o gênero textual estudado. Ressalva, porém, que a abordagem discursiva necessita, em paralelo, de uma abordagem descritiva dos fenômenos gramaticais que proporcionam tais efeitos. Sienta que inúmeros gêneros textuais utilizam as estruturas ativas, passivas e indeterminações do sujeito como re-

curso estratégico para satisfazer intenções comunicativas. Estudos como o de Senna (2013), além de contribuírem para mostrar a relação entre gramática e discurso, contribuem também para tornar as aulas de língua portuguesa realmente produtivas (SILVA, 2017), porque tratam de temas e gêneros que podem despertar o interesse dos alunos, que normalmente assistem a filmes e a séries de ação, policiais e dramas, conforme atesta pesquisa de Pimentel *et al.* (2014). O trabalho de Senna (2013) aponta para mais uma orientação a ser considerada no ensino de voz:

A gramática da voz constitui recurso estratégico para realçar ou demover participantes de um evento comunicativo, dada a especificidade do gênero e os objetos de discurso que se intenta construir na cena enunciativa.

Também Haward (2004), numa perspectiva sistêmico-funcional e reconhecendo a nomenclatura *voz passiva sintética*, defende a ideia de que há correlação entre o uso da voz passiva analítica e sintética com fluxo informacional. Numa pesquisa em 36 notícias e 56 textos argumentativos do *Jornal do Brasil*, em edições de 2001 e 2002, a autora chegou à conclusão de que a voz passiva analítica, cuja ordem não marcada é SN V, tematiza o participante *paciente* do processo verbal. Posiciona, portanto, um referente *dado* no início da sentença. Já a voz passiva sintética, cuja ordem não marcada é V SN, tematiza o *processo*. O participante *paciente*, posicionado no *rema*, tende a corresponder à informação nova. Isso é possível de ser percebido nas sentenças a seguir, retiradas de Haward (2004, p. 101/117):

(9) *A **decisão** foi tomada, por unanimidade, pelos presidentes dos cinco tribunais superiores.*

(10) *Para deter a degradação, amplia-se **a luta** em todas as fontes.*

Em (9), há uma construção passiva analítica, na qual o participante *a decisão* ocupa a posição de tema e constitui informação dada. Em (10), há, nos termos de Haward (2004), uma construção passiva sintética, em que o participante *a luta* ocupa a posição de rema e constitui informação nova.

As considerações de Haward (2004) são importantes para um ensino produtivo em perspectiva funcional, porque apontam para os efeitos, no nível do texto e do discurso, do uso de um ou de outro tipo de construção, independentemente de divergências no uso de nomenclaturas em relação à construção tradicionalmente chamada passiva sintética. Ao tratar de quanto uma informação é *nova* ou de quanto uma informação é *dada*, leva-se em consideração o nível interpessoal da produção de sentidos do texto, seja ele oral, escrito ou multimodal; e a topicalização leva em conta a noção de perspectiva, discutida na seção 4. Tanto o *status* informacional quanto as estratégias de topicalização são fundamentais para o desenvolvimento da leitura crítica e da produção textual. Em resumo, do trabalho de Haward (2004), extraímos como aspecto relevante para o ensino de voz a seguinte contribuição:

Ao colocar em relevo ora um ora outro participante do evento comunicativo, as diferentes construções de voz contribuem para o delineamento do status informacional do texto.

Bagno (2012, 2017) é incisivo e taxativo ao afirmar que no PB a voz passiva ‘sintética’ não existe. O que existe, segundo o autor (2012, p. 811), é um *continuum* que vai da voz [+ reflexiva] como em *muitos estudantes de árabe não se formaram* até o sujeito [+ indeterminado] como em *é ali que se desenvolve os nossos projetos de pesquisa*. Esse último exemplo seria um caso de indeterminação do sujeito, e não voz passiva sintética

como estabelece a tradição gramatical. Nessa perspectiva, não há, portanto, necessidade de concordância, já que o sintagma *os nossos projetos de pesquisa não exerce* a função de sujeito, mas a de objeto. Sobre o ensino da ‘suposta’ voz passiva sintética, a posição do autor (2017, p. 116) é a de que é inútil “exigir que os estudantes aprendam a fazer uma concordância que não tem lógica pragmático-semântico-discursiva: a concordância de um verbo com o seu objeto direto”. Sugere que, em sala de aula, o professor explique a origem da concordância indevida e as razões pelas quais a linguística moderna rejeita a visão tradicional. Da consideração de Bagno (2012, 2017), outro aspecto importante no ensino de voz pode funcionar como uma sugestão:

Dado que existe polêmica sobre a inter-relação entre reflexividade e indeterminação, o professor pode atuar como pesquisador, buscando respostas para tal polêmica para resolver a questão da concordância verbo-sujeito. Pode ainda propor desafios em sala de aula com base nos diferentes posicionamentos sobre a ‘voz passiva sintética’.

Além dos apontamentos sobre o ensino de voz vistos até o momento, consideramos importante, para o ensino de língua portuguesa, apresentar novas reflexões ou reforçar as que já foram discutidas com novos dados no que diz respeito à língua em uso, à demissão do agente e à perspectivização.

Uma primeira reflexão é a de que, quando **os usos** são observados, é possível encontrar enunciados que fogem dos exemplos prototípicos do tipo “*O projeto Tamar protege cinco espécies de tartarugas marinhas; Cinco espécies de tartarugas marinhas são protegidas pelo Projeto Tamar; Você sempre se penteia antes de sair*” (CEREJA; MAGALHÃES, 2008, p. 194-5), normalmente usados pelos livros didáticos para representar as vozes ativa, passiva e reflexiva respectivamente. Em se tratando da seção “co-

tidiano” dos grandes jornais, o trabalho com a língua em uso permitirá encontrar enunciados, como:

(11) *No Rio, menina de cinco anos morre ao ser atingida por bala perdida a caminho da escola*. (Folha On-line, 13 nov. 2019)

(12) *Kethellen de Oliveira Gomes foi a sexta criança morta por disparo de arma de fogo no estado do Rio em 2019*. (Folha on-line, 13 nov. 2019)

Em (11), inicialmente, há manifesta a voz média na construção *menina de cinco anos morre*, seguida da passiva prototípica introduzida por operador temporal *ao* em *ao ser atingida por bala perdida*) e compartilhando o sujeito paciente da voz média inicial. Num só enunciado, duas vozes se manifestam e há integração de cláusulas com compartilhamento de sujeito. Em (12), vê uma construção passiva, mas com o sintagma nominal *a sexta criança* ‘ensanduichado’ entre a locução verbal *foi morta*. Essa é uma boa oportunidade para o professor em sala de aula confrontar o enunciado materializado com o da voz passiva típica: (1) *Kethellen foi a sexta criança morta por disparo de arma de fogo*; (2) *Kethellen foi morta por disparo de arma de fogo*. Essa comparação funcional pode ser feita com o propósito de: a) verificar os efeitos de sentido de um e de outro enunciado, considerando-se a alteração na forma; b) vislumbrar colaborativamente com os alunos as motivações para o jornalista publicar uma manchete em detrimento da outra; c) refletir criticamente sobre a recorrência da morte de inocentes no Rio de Janeiro e a mobilização ou não dos meios de comunicação para denunciar tais fatos com base na análise crítica dos elementos gramaticais do enunciado; d) refletir sobre a recorrência de notícias sobre assassinatos na seção ‘cotidiano’ dos jornais.

Trabalhar com a língua em uso coloca também em evidência enunciados como o que se observa em (13) a seguir:

(13) *Modelo e jogador de pôquer é encontrado morto dentro de carro, em Goiânia*. (G1 Goiás, 22 out. 2019)

A manchete transcrita em (13) difere da construção tradicional da voz passiva, porque nela se insere o modo como o modelo e jogador de pôquer foi encontrado e que, textualmente, constitui informação relevante para se noticiar. Se se confrontar o enunciado de (13) com o modelo tradicional de construção passiva apresentado pelos livros didáticos (*modelo e jogador de pôquer foi encontrado pela polícia*), verificar-se-á que o sentido seria completamente outro. Logo, a inserção do estado como o sujeito foi encontrado tem fundamental importância para a produção do sentido pretendido.

Encerramos a reflexão sobre a importância do estudo da língua em uso citando Neves (2018), que defende a ideia de que, no uso, é possível verificar

tudo o que é possível fazer com a linguagem e obter com a linguagem: exatidão ou inexatidão (quando for essa a intenção); elevação ou banalização (quando essa for a relevância; redundância ou inacabamentos (quando essa for a necessidade); etc. No centro está a noção de que, à parte o núcleo duro da GRAMÁTICA de uma língua, tudo no uso linguístico são escolhas. (NEVES, 2018, p. 23).

Em relação à **demoção ou escamoteamento do agente**, ao apresentarmos os dados de Senna (2013), explicitamos, na análise, um dos motivos pelos quais o enunciatador escolhe demovê-lo. Para Senna (2013, p. 196), “a omissão do agente aumenta o custo, para o interlocutor, de identificar a autoria do fato expresso no texto, custo este que, muitas vezes, pode ser do interesse do emissor”. Em muitos casos, o interesse do enunciatador é justificável ou pela característica composicional do gênero ou pela obviedade do contexto enunciativo. Num texto acadêmico, por exemplo, como existem algumas orientações (questionáveis) de que o texto precisa ser escrito na terceira pessoa, sem marcas explícitas do pesquisador, é comum a construção de sentenças como a que se verifica em (14), sem a indicação explícita de quem coletou os dados:

(14) *Os dados foram coletados na Escola Estadual de tempo integral do município de Morrinhos.* (TCC, 2018, UEG)

Já numa manchete jornalística, como a que se verifica em (15), a seguir, o uso do verbo *prender* integra o *frame* de *segurança pública* e, portanto, a inferência de que o suspeito foi preso *pela polícia* torna-se óbvia para o leitor de jornal:

(15) *Suspeito de aplicar golpe do “bilhete premiado” é preso.* (Jornal Diário da Manhã, 14 nov. 2019)

Um outro dado pode ser visto em (16), a seguir, que funciona como um *slogan* dos produtores de publicidade:

(16)



Fonte: Disponível em: <https://boaimagem.org/blog/quem-nao-e-visto-nao-e-lembrado-empresa/> Acesso: 16 nov. 2019.

Em (16), a demoção do agente está relacionada ao fato de que o texto faz alusão a um agente genérico e previsível. O acréscimo do possível agente *pelas pessoas* depois das formas verbais *visto* e *lembrado* poderia gerar um problema coesivo e prejudicaria a forma impactante e concisa como a sentença foi produzida, que é uma característica exigida pelo gênero *slogan*. Trata-se de um mecanismo de dosagem da informação, de modo a adequá-la às possibilidades de assimilação do interlocutor (ILARI; BASSO, 2014).

Para além das motivações apresentadas para a omissão do agente nos dados apresentados, existem ainda diversas outras motivações, inclusive mais evidentemente ideológicas, que podem ser abordadas em sala de aula de modo situado, com análise centrada nos limites interpretativos do texto para o desenvolvimento de leitura crítica.

Por fim, em relação à **perspectivização**, nas vozes ativa e passiva prototípicas, a colocação do agente ou do paciente na posição à esquerda ou à direita da forma verbal altera a perspectiva e a carga informativa do enunciado, como já temos visto. Vejamos (17) e (18) a seguir:

(17) *Congresso promulga reforma da Previdência.* (G1, 12 nov. 2019)

(18) *Reforma da Previdência é promulgada pelo Congresso.* (Agência Brasil, 12 nov. 2019)

Em (17), *Congresso* expressa o conteúdo temático e a *promulgação da Reforma da Previdência* a informação nova. Em (18), *Reforma da previdência* constitui o conteúdo temático e sua *promulgação pelo Congresso* passa a ser a informação nova. O jogo tópico em (17) e (18) tem importância para a progressão textual, visto que coloca em evidência ora um ora outro participante envolvido. Também essa relação entre gramática e construção do texto muito tem a contribuir para o ensino produtivo de língua portuguesa.

Considerações finais

Por meio deste texto, foi possível problematizar e refletir sobre o sistema de voz no PB e sua aplicação produtiva ao ensino de língua portuguesa. *Aplicação produtiva*, porque defende-se aqui um ensino de gramática não como um fim em si mesmo, mas que contribua para o desenvolvimento das práticas de leitura e de produção texto dentro e fora da escola.

Com base em diferentes trabalhos de pesquisa sobre a relação voz e ensino e também em reflexões com base em dados empíricos, diretrizes importantes foram construídas com vistas ao desenvolvimento da uma gramática do discurso, mais próxima dos letramentos de que o aluno participa. Tais diretrizes estão reproduzidas todas juntas no quadro 2, a seguir:

Longe de serem únicos, perfeitos e/ou taxativos, tais aspectos podem funcionar como uma orientação para a prática docente. No dia a dia da sala de aula, é o professor com a sua identidade, autonomia e agência que vai decidir pelo melhor método para o desenvolvimento de suas aulas, de modo que tais aulas façam sentido para a vida do aluno.

Quadro 2: algumas diretrizes a serem consideradas no ensino de voz

<i>Percepção crítica dos diferentes usos da voz e manejo adequado do dispositivo gramatical na produção de textos.</i>
<i>Integração dos níveis pragmático, semântico e sintático no ensino de voz, tomando o texto como ponto de partida.</i>
<i>A voz pode ser abordada como mecanismo gramatical dinâmico, flexível e inter-relacionado em redes de significação da língua em uso.</i>
<i>A gramática da voz constitui recurso estratégico para realçar ou demover participantes de um evento comunicativo, dada a especificidade do gênero e os objetos de discurso que se intenta construir na cena enunciativa.</i>
<i>As diferentes construções de voz colocam em relevo ora um ora outro participante do evento comunicativo, contribuindo para o delineamento do status informacional do texto.</i>
<i>Dado que existe polêmica sobre a inter-relação entre reflexividade e indeterminação, o professor pode atuar como pesquisador, buscando respostas para tal polêmica para resolver a questão da concordância verbo-sujeito. Pode ainda propor desafios em sala de aula com base nos diferentes posicionamentos sobre a 'voz passiva sintética'.</i>

Fonte: Elaboração própria

Esperamos que este texto tenha impacto científico e social, tornando-se referência para diferentes tipos de pesquisadores e professores de língua portuguesa dispostos a tornar o ensino de gramática mais produtivo.

Referências

- ANTUNES, I. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- AZEREDO, J. C. de. *A linguística, o texto e o ensino da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAGNO, Marcos. Por que estudar uma gramática brasileira? In: CASSEB-GALVÃO, V. C.; NEVES, M. H. de M. (Orgs.). *O todo da língua: teoria e prática do ensino de português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017. p. 97-121.
- BARROS, D. M. *Aspectos funcionais relativos ao (des)uso do reflexivo no dialeto goiano*. Goiânia, 2011. 230 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (FL/UFG).
- BARROS, D. M. *Um estudo pancrônico da voz reflexiva em perspectiva construcional*. Tese de doutorado, 2016, 177 p. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- BARROS, D. M. O estudo escolar da voz na língua portuguesa a partir de uma visão funcionalista. In: ASSIS, E. F. de (Org.). *Caminhos para a educação linguística*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 91-119.
- BATISTA, A. A. G. Um livro didático “moderno”. In: BATISTA, A. A. G. *O texto escolar: uma história*. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2004. p. 35-68.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro, Luccerna, 2006.

BERTOQUE, L. A. D. P. *A funcionalidade de construções de voz em títulos de notícia e em manchetes de jornais impressos*. Goiânia, 2010. 205 p. Dissertação de Mestrado em Letras – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.

BERTOQUE, L. A. D. P. *Elaborações de voz na fala goiana: o destaque ao argumento afetado*. Goiânia, 2014. 243 p. Tese de Doutorado em Letras – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_ELEF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 14 de nov. 2017.

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CAMACHO, R. G. *Construções passiva e impessoal: distinções funcionais*. Alfa, São Paulo. v. 44, p. 215-233, 2000.

CAMACHO, R. G. Construções de voz. In: ABAURRE, B. M.; RODRIGUES, A. C. S. R. (Org.). *Gramática do Português Falado*. v. VIII. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 227-316.

CAMACHO, R. G. Em defesa da voz média no português. *Delta*, São José do Rio Preto (SP). n. 19: 1. p. 91-121, 2003.

CASSEB-GALVÃO, V.C; BARROS, D. M.; BERTOQUE, L. A. P. *Construções de voz no português brasileiro: uso e funcionalidade (no prelo)*.

CEGALA, D. P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 46 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007[1976].

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Gramática: texto, reflexão e uso*. São Paulo: Atual, 2008.

CORPUS FALA GOIANA. Disponível em: <https://gef.letras.ufg.br/p/11948-banco-de-dados> Acesso: 30 nov. 2019.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, M. A. F. da; SOUZA, M. M. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Part. 2: Complex and Derived Constructions. 2. ed. Revisada. Berlim; New York: Mouton de Gruyter, 1997.

GARCÍA, A. L. *Gramática del español: II. Lá oración simple*. Madrid: Arco Libros, 1996.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001 [1984].

GIVÓN, T. *Mind, code and context: Essays in Pragmatics*. University of Oregon. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers. Hillsdale, New Jersey London, 1989.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

GREENBERG, J. H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. GREENBERG, J. H. In. *Universals of language*. 2 ed. The M.I.T Press, 1963, pp. 73-113.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 3 ed. Londres: Arnold, 2004.

HAWAD, H. F. A voz verbal e o fluxo informacional do texto. *DELTA*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 97-121, June 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502004000100005>

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502004000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 maio 2020.

HOPPER, P.; THOMPSON, S. Transitivity, clause structure, and argument structure: Evidence from conversation. In.: BYBEE, Joan; HOPPER, Paul (eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. v. 45. Amsterdam/ John Benjamins Publishing, 2001.

HOPPER, P.; THOMPSON, S. *Transitivity in grammar and discourse*. Source: Language: Linguistic Society of America v. 56. n.2 (jun, 1980) p. 251-299. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/413757>. Acesso em: 28 mai. 2011.

ILARI, R.; BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2014.

KEENAN, L. Edward; DRYER, Matthew. Passive in the world's languages. In: SHOPEN, Timothy. *Language typology and syntactic description*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LANGACKER, R. W. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.

LANGACKER, R. W. *Essentials of cognitive grammar*. New York: Oxford University Press, 2013.

MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

MATOS, C. M. de. A inadequação do livro didático. In: DELL'LSOLA, R. L. (Org.). *O livro didático de Língua Portuguesa*. 2 ed. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2008.

NEVES, M. H. de M. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2016.

NEVES, M. H. de M. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

PIMENTEL, C. E. *et al.* Preferência por estilos de filmes e suas diferenças nos cinco fatores de personalidade. *Pesqui. prá. psicossociais* [online]. 2014, vol. 9, n. 2, p. 232-244. ISSN 1809-8908.

SENNA, L. A. G. Estruturas passivas e estratégias discursivas: sobre o currículo de língua portuguesa no Ensino Médio. *Revista Filologia linguística e portuguesa*, São Paulo, 15(1), Jan./Jun. 2013, p. 269-303.

SILVA, L. A. Por um ensino produtivo de gramática. In: CASSEB-GALVÃO, V. C.; NEVES, M. H. de M. (Orgs.). *O todo da língua: teoria e prática do ensino de português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017. p. 77-95.

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Aleo.
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>

ISBN 978-65-86943-67-2



9 786586 943672